



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA ASSOCIAÇÃO
PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES



**Doutorado em Desenvolvimento
e Meio Ambiente**

**Associação Plena
em Rede**



FRANCISCO DINIZ BEZERRA

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL NOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ:
FATORES CONDICIONANTES E DESEMPENHO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988**

FORTALEZA

2015

FRANCISCO DINIZ BEZERRA

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL NOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ:
FATORES CONDICIONANTES E DESEMPENHO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988**

Tese apresentada à Coordenação do Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Ph.D. Ahmad Saeed Khan

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

- B469p Bezerra, Francisco Diniz.
Pobreza multidimensional nos municípios do Ceará : fatores condicionantes e desempenho das políticas públicas pós-Constituição de 1988 / Francisco Diniz Bezerra – 2015.
207 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2015.
Orientador: Prof. Ph.D. Ahmad Saeed Khan.
1. Pobreza. 2. Políticas públicas. 3. Desenvolvimento econômico regional. 4. Desenvolvimento humano. I. Título.

CDD 333.7

FRANCISCO DINIZ BEZERRA

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL NOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ:
FATORES CONDICIONANTES E DESEMPENHO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988**

Tese apresentada à Coordenação do Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 23/12/2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Ph.D. Ahmad Saeed Khan (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Leonardo Andrade Rocha
Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)

Prof.^a Dr.^a Ana Tereza Bittencourt Passos
Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)

Prof. Dr. Francisco Raimundo Evangelista
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

À minha mulher,

Jaqueline,

Aos nossos filhos,

Érika e Gabriel.

Pelo amor, carinho e dedicação

que sempre me devotaram.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que atendeu às minhas preces, iluminando-me e encorajando-me nos momentos em que eu não acreditava na finalização deste trabalho.

À minha mulher, Jaqueline, e aos nossos filhos, Érika e Gabriel, por terem suportado a ausência de meu convívio durante tanto tempo, no transcorrer do curso e na realização desta tese.

Aos meus pais (*in memoriam*), Manoel e Rita, que nunca faltaram com o seu apoio à minha caminhada pela vida.

Aos meus irmãos, pelas demonstrações de apreço às minhas conquistas profissionais e acadêmicas.

Ao meu orientador, Prof. Ph.D. Ahmad Saeed Khan, por ter acreditado em mim e me guiado do início ao fim desta empreitada, sempre apontando o norte para que eu pudesse atingir o objetivo de concluir com êxito o doutorado.

Ao Prof. Dr. Leonardo Andrade Rocha, por nunca ter se furtado a me ajudar na realização desta tese. Sem o seu devotado apoio, este trabalho teria sido muito mais difícil de ser concretizado.

À Prof.^a Dr.^a Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima, com quem tive o privilégio e a oportunidade de iniciar o aprendizado de Análise Multivariada de Dados – sempre recorro às suas primorosas notas de aula – e à Profa. Dr.^a Ana Tereza Bittencourt Passos, pelas sugestões e críticas construtivas.

Aos colegas do BNB/ETENE, especialmente a Francisco Raimundo Evangelista e Antônio Ricardo de Norões Vidal, pelo apoio, engrandecimento e aprendizado proporcionado pelas inúmeras horas de debate sobre os assuntos desta tese. Nomear todos os colegas do BNB que contribuíram tornaria este espaço, destinado aos agradecimentos, demasiado extenso.

Aos professores do PRODEMA e do Mestrado Acadêmico em Economia Rural, em particular às Prof.^{as} Dr.^{as} Vlândia Pinto Vidal de Oliveira e Maria Irles de Oliveira Mayorga, pelo apoio e incentivos concedidos.

Aos Professores Doutores Edward Martins Costa (Vavá), José Arimatea Barros Bezerra, Ricardo Brito Soares e Heber José de Moura, pelos esclarecimentos sobre questões inerentes ao trabalho de tese.

Aos colegas do PRODEMA, particularmente a Miguel Ângelo Barreto da Moura, pelo aprendizado proporcionado nos debates sobre temas diversos ligados ao desenvolvimento.

À Secretária do PRODEMA, Sônia Almeida, por sua amizade e disponibilidade em ajudar.

Ao Banco do Nordeste, por me haver proporcionado a oportunidade de realizar este doutorado, licenciando-me por dois anos, e também por ser uma grande fonte de aprendizado.

Aos meus conterrâneos de Cedro, que percorreram comigo todo o município e debateram a realidade local durante horas de entrevistas. Esses contatos possibilitaram-me entender melhor os problemas socioeconômicos das pequenas municipalidades.

A todos os que, embora não citados nominalmente, contribuíram para que este trabalho chegasse ao final.

RESUMO

O estudo visou contribuir para a compreensão do fenômeno da pobreza no Ceará. Teve como objetivo principal identificar e analisar os principais condicionantes da prevalência de elevado contingente de pobres nos municípios do Estado, averiguando se as principais políticas públicas sociais preconizadas na Constituição Federal de 1988 foram eficazes em reduzir as privações das quais decorre a pobreza multidimensional. No seu delineamento, foram aventadas duas hipóteses: 1) as principais políticas públicas sociais foram eficazes na redução da pobreza multidimensional no período pós-constitucional; e 2) a pobreza multidimensional no Ceará decorre principalmente de privações na área de educação. Após definido o conceito de pobreza com base nas Abordagens das Capacitações e das Necessidades Básicas, adequou-se o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), disponibilizado pelo PNUD, para mensurar a pobreza nos municípios cearenses, utilizando os microdados da Amostra dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. O IPM adaptado ficou constituído por quatro dimensões e 18 indicadores. Após empreender a busca, na literatura pertinente, dos fatores condicionantes da pobreza no Ceará, delineou-se um modelo econométrico de dados em painel do tipo linear-logarítmico, no qual o IPM representou a realidade da pobreza nos municípios do Estado nos anos de 1991, 2000 e 2010 e seis variáveis explanatórias os fatores condicionantes. A análise indicou ter havido queda na proporção de pobres, na intensidade da pobreza e no IPM, no período de 1991 a 2010. Privações de acesso ao conhecimento foram as que mais influenciaram na composição do IPM, confirmando a hipótese 2. As políticas de educação e de habitação foram eficazes em reduzir a pobreza nos municípios cearenses. As políticas de saúde, de trabalho e previdenciária não foram suficientes para diminuir as privações de maior proporção de cearenses, contrariando, assim, a hipótese 1. Concernente aos fatores condicionantes da pobreza no Ceará, constatou-se que melhor infraestrutura escolar, docentes mais qualificados, maiores gastos em saúde e saneamento básico, maior equidade na estrutura fundiária e maior produtividade das atividades econômicas contribuíram para reduzir o IPM, ao contrário de maior participação rural na população ocupada. Apesar dos avanços observados no período de 1991 a 2010, o Ceará continua multidimensionalmente pobre, ainda possuindo contingente expressivo de pessoas privadas de direitos essenciais assegurados pela Carta Magna e/ou carentes de atendimento em algumas necessidades básicas.

Palavras-chave: pobreza multidimensional; condicionantes da pobreza; abordagem das capacitações; abordagem das necessidades básicas; políticas públicas.

ABSTRACT

The study aimed to contribute to the understanding of the poverty phenomenon in Ceará. It sought to identify and analyze the main determinants of the prevalence of poor high contingent in the municipalities of Ceará and ascertain whether the main social policies advocated in the 1988 Federal Constitution are being effective in reducing the hardships of which stems from the multidimensional poverty. During its realization, two hypothesis were considered: 1) the main government social policies were efficient in reducing the multidimensional poverty; 2) the multidimensional poverty in Ceará is due to education area privations. After defining the concept of poverty based on the capability and basic needs approaches, it was adapted the Multidimensional Poverty Index (MPI), provided by UNDP, to measure poverty in the municipalities of Ceará, using microdata from Demographic Census Sample in 1991, 2000 and 2010. The adapted MPI was formed by four dimensions and 18 indicators. After undertaking the search, into the relevant literature, of poverty conditioning factors in Ceará, outlined up an econometric model of panel data in the linear-logarithmic type, in which the MPI represented the reality of poverty in municipalities of the state in 1991, 2000 and 2010 and six explanatory variables represented the conditioning factors. Analysis showed fall in the proportion of poor, poverty intensity and MPI, between 1991 and 2010. Knowledge access privations were the most influent factors in the MPI composition confirming hypothesis 2. Education and housing policies were efficient on reducing poverty in municipalities of Ceará. Health, labor and social security policies were not enough to decrease the privations of a larger share of Ceará people, contradicting hypothesis 1. In relation to the poverty conditional factors in Ceará, it was verified that better school infrastructure, better trained teachers, health and basic sanitation investment, greater equality in property structure and greater productivity from economic activities contributed to MPI reduction, in opposition to a greater rural participation in the working class. Despite the progress observed between 1991 and 2010, Ceará is still a poor multidimensional state, and also holds significant number of inhabitants deprived of their basic rights granted by the Brazilian Constitution or without some basic needs service.

Keywords: multidimensional poverty; poverty-inducing factors; capability approach; basic needs approach; public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Evolução dos conceitos de pobreza	37
Figura 2 – Pobreza multidimensional: inter-relação dos fatores condicionantes no Ceará, meios para superação e os fins desejáveis das pessoas.....	85
Figura 3 – Evolução espaçotemporal da pobreza nos municípios do Ceará, com base no IPM – 1991, 2000 e 2010.....	99
Figura 4 – Grupos de municípios cearenses obtidos com origem nos intervalos interquartis – 1991, 2000 e 2010.	102
Gráfico – Evolução do IPM e participação das dimensões no nível médio de privações das famílias dos municípios cearenses – 1991, 2000 e 2010.....	105
Quadro 1 – Indicadores, componentes e dimensões constituintes do IPM e seus respectivos pesos.	70
Quadro 2 – Exemplificação do processo de cálculo do IPM.....	76
Quadro 3 – Fatores condicionantes da pobreza multidimensional no Ceará, suas variáveis representativas no modelo econométrico e modos de obtenção.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores sociais – Brasil, São Paulo e Ceará – 1991, 2000 e 2010	16
Tabela 2 – Ceará: correlação entre PIB <i>per capita</i> municipal e participação das atividades econômicas no total da população ocupada – 2000 e 2010.....	84
Tabela 3 – Estatísticas descritivas dos indicadores de pobreza do Ceará – 1991, 2000 e 2010....	97
Tabela 4 – Número e proporção dos municípios nas mesorregiões cearenses enquadrados entre os 25% mais pobres e os 25% menos pobres, em termos multidimensionais – 1991, 2000 e 2010.....	100
Tabela 5 – Privações das famílias nas dimensões do IPM dos municípios, por grupos interquartis – 1991, 2000 e 2010	103
Tabela 6 – Proporção das famílias cearenses com privações nos indicadores, componentes e dimensões do IPM – média dos municípios e do Estado do Ceará	104
Tabela 7 – Resultados dos modelos econométricos avaliados	111
Tabela 8 – Elasticidade das variáveis	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACM – Análise de Correspondência Múltipla
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
- CADÚNICO – Cadastro Único
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
- CONEVAl – Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social
- D.O.U. – Diário Oficial da União
- EC – Emenda Constitucional
- EF – Efeitos fixos
- EUA – Estados Unidos da América
- FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FECOP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza
- FGT – Foster, Greer e Thorbecke
- FINBRA – Finanças do Brasil
- FJP – Fundação João Pinheiro
- FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
- FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
- GNP – Gross National Product
- HIV – Sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IPEA – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
- IPH – Índice de Pobreza Humana
- IPLANCE – Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará
- IPM – Índice de Pobreza Multidimensional
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LGDS – Ley General de Desarrollo Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MQO – Mínimos quadrados ordinários
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU – Organização das Nações Unidas
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE – Plano Nacional de Educação
PNH – Plano Nacional de Habitação
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU – Programa Nacional de Habitação Urbana
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC – Paridade do Poder de Compra
PPP – Purchasing Power Parity
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RGPS – Regime Geral de Previdência Social
Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS – Sistema Único de Saúde
UNDP – United Nations Development Programme
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	O Problema de pesquisa: definição e justificativa	14
1.2	Objetivos	21
1.2.1	<i>Geral</i>	21
1.2.2	<i>Específicos</i>	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	A pobreza no contexto das principais teorias do desenvolvimento.....	23
2.2	O conceito de pobreza e sua evolução	28
2.3	O debate sobre as dimensões da pobreza e a sua mensuração	40
2.4	Utilização de indicadores multidimensionais de pobreza no Ceará.....	50
2.5	A pobreza possui muitas causas	51
3	DIRETRIZES LEGAIS RELATIVAS ÀS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE COMBATE À POBREZA MULTIDIMENSIONAL.....	56
3.1	Políticas públicas de educação	56
3.2	Políticas públicas de saúde	59
3.3	Políticas públicas de habitação e infraestrutura domiciliar	60
3.3.1	<i>Políticas públicas de acesso à moradia</i>	60
3.3.2	<i>Políticas públicas de energia elétrica</i>	61
3.3.3	<i>Políticas públicas de saneamento básico</i>	62
3.4	Políticas públicas de geração de trabalho.....	63
3.5	Políticas públicas de previdência social	64
4	METODOLOGIA.....	67
4.1	Delimitação espaçotemporal do estudo.....	67
4.1.1	<i>Delimitação espacial</i>	67
4.1.2	<i>Delimitação temporal</i>	67
4.2	Natureza e fonte dos dados.....	68
4.3	Elaboração do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) utilizado na pesquisa	68
4.3.1	<i>Seleção das variáveis do IPM</i>	69
4.3.2	<i>Cálculo do IPM</i>	74
4.3.3	<i>Limitações do IPM utilizado na pesquisa</i>	77

4.4	Identificação dos fatores condicionantes da pobreza multidimensional no Ceará	78
4.4.1	<i>Esforço insuficiente para maior elevação do capital humano</i>	80
4.4.2	<i>Gasto público insuficiente em infraestrutura</i>	82
4.4.3	<i>Estrutura fundiária inadequada</i>	82
4.4.4	<i>Baixa produtividade dos recursos humanos</i>	83
4.4.5	<i>Estrutura produtiva pobre</i>	83
4.5	Inter-relações entre os fatores condicionantes da pobreza multidimensional, as políticas públicas e o IPM	84
4.6	Métodos e técnicas de análise	87
4.6.1	<i>Modelo de regressão de efeitos fixos</i>	90
4.6.2	<i>Modelo de regressão de efeitos aleatórios</i>	91
4.6.3	<i>Estatísticas do modelo econométrico</i>	92
4.7	Modelo empírico	94
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	96
5.1	Resultado e discussão relativos aos indicadores de pobreza multidimensional nos municípios do Ceará, no período pós-Constituição Federal de 1988	96
5.2	Resultados e discussão inerentes às privações das famílias dos municípios cearenses ...	103
5.2.1	<i>Dimensão “ter conhecimento”</i>	105
5.2.2	<i>Dimensão “ter saúde”</i>	106
5.2.3	<i>Dimensão “ter trabalho digno e segurança previdenciária”</i>	107
5.2.4	<i>Dimensão “ter padrão de vida digno”</i>	108
5.3	Resultados e discussão dos fatores condicionantes da pobreza multidimensional nos municípios do Ceará	110
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	120
	APÊNDICE A – PROGRAMA PARA OBTENÇÃO DE INDICADORES DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ	131
	APÊNDICE B – PROGRAMA PARA CÁLCULO DO INDICADOR DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ	189
	APÊNDICE C – INDICADORES DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ – 1991, 2000 E 2010	199

1 INTRODUÇÃO

1.1 O Problema de pesquisa: definição e justificativa

O tema pobreza é objeto de numerosos estudos e pesquisas ao longo das últimas décadas. Sendo um fenômeno de abrangência mundial, ocorrendo, inclusive, nos países ditos desenvolvidos, desperta o interesse de organismos nacionais e multilaterais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU) e de suas agências. Comungando com tal asserção, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Brasil em junho/2012, teve como um de seus temas principais *a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza*, demonstrando o interesse mundial nessa temática. Em todo o mundo, é grande o número de trabalhos sobre esse assunto. A considerável publicação de livros, relatórios de pesquisas e artigos científicos, bem como a profusão de indicadores que buscam retratar a realidade socioeconômica contemporânea, são testemunhas da importância atual do tema pobreza.

Outra maneira de evidenciar a importância desse assunto pode ser feita observando o que determinam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODMs. O primeiro dos oito ODMs consiste em “erradicar a extrema pobreza e a fome”. (PNUD, 2014). Uma das metas estabelecidas no primeiro ODM propõe “reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é inferior a US\$ 1,25 PPC (paridade do poder de compra) por dia nos países em desenvolvimento”. (UNITED NATIONS¹, 2014a; traduziu-se). Felizmente, esta meta já foi alcançada em termos globais antes de 2015, “beneficiando 700 milhões de pessoas, já que em 1990 quase 50% da população dos países em desenvolvimento vivia na extrema pobreza, com rendimentos *per capita* inferiores a US\$ 1,25 PPC por dia, enquanto em 2010 esse contingente populacional correspondia a 22%”. (UNITED NATIONS², 2014b; traduziu-se).

Vários países possuem programas explícitos de combate à pobreza. Neste sentido, no Brasil, a Lei Nº 10.836, de 09/01/2004, criou o Programa Bolsa Família, “destinado às

¹ Halve, between 1990 and 2015, the proportion of people [in developing countries] whose income is less than \$1.25 [Purchasing Power Parity – PPP] a day. Ressalta-se que, ao longo do tempo, esta meta sofreu alterações, tendo sido inicialmente definido o valor de US\$ 1,00 PPC por dia.

² The world has reduced extreme poverty by half. In 1990, almost half of the population in developing regions lived on less than \$1.25 a day. This rate dropped to 22 per cent by 2010, reducing the number of people living in extreme poverty by 700 million.” Detalhes sobre os resultados parciais das metas dos ODMs podem ser obtidos em United Nations (2014b).

ações de transferência de renda com condicionalidades”. (BRASIL, 2004). Mais recentemente, o Decreto N° 7.492, de 02/06/2011, instituiu o Plano Brasil Sem Miséria, “com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações” (BRASIL, 2011). No Ceará, em particular, foi instituído pela Lei complementar N° 37, de 26 de novembro de 2003, e regulamentado pelo Decreto N° 27.379, de 1° de março de 2004, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, destinado a promover ações para superação da pobreza no Estado. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2015).

Apesar do recente interesse demonstrado mundialmente pelo tema da pobreza e embora já se tenha escrito muito – e aprendido – acerca das suas causas e dos seus condicionantes, a humanidade ainda não conseguiu extingui-la. De fato, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2010, p. 90) estima que em 104 países cobertos pelo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)³, cerca de 1,75 bilhão de pessoas (um terço de sua população) vive em estado de pobreza multidimensional, ou seja, exprimindo privação grave na saúde, na educação ou no padrão de vida.

Em algumas regiões do mundo, inclusive do Brasil, a exemplo do Ceará, a pobreza é considerada endêmica, representando um grande problema a ser superado. Historicamente, esse Estado, principalmente a sua porção semiárida, apresenta indicadores de pobreza muito desfavoráveis, comparáveis aos observados nos países menos desenvolvidos do mundo. No contexto nacional, a realidade social do Ceará sempre esteve abaixo dos parâmetros médios do Brasil e muito aquém de Estados mais ricos, a exemplo de São Paulo (Tabela 1). Apesar da melhoria em seus indicadores sociais nas duas últimas décadas, conforme ilustrado na tabela e também relatado por Bar-El (2006), Mendonça (2009), Oliveira e Loureiro (2010) e Araujo, Moraes e Cruz (2012), o Ceará e as suas municipalidades ainda padecem da pobreza em patamar elevado.

³ O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), apresentado pelo PNUD em seu Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, identifica as privações sobrepostas que as famílias sofrem na saúde, na educação e nos padrões de vida (PNUD, 2010, p. 90). Difere, portanto, da pobreza pelo critério da renda, cuja definição é estabelecida pelas Nações Unidas como sendo pobres as pessoas cujo rendimento domiciliar *per capita* é inferior a US\$ 2,00 PPC e extremamente pobres quando menor do que US\$ 1,25 PPC. Cabe ressaltar que o critério adotado para o conceito de pobreza (de renda, multidimensional etc.) é muito importante na definição de políticas para o seu enfrentamento. Baseando-se unicamente na renda, privilegiam ações que buscam aumentá-la; fundamentando-se em critérios multidimensionais, o leque das ações permeiam várias dimensões, podendo incluir ou não a renda.

Tabela 1 – Indicadores sociais – Brasil, São Paulo e Ceará – 1991, 2000 e 2010

Ano	Indicador	BR	SP	CE	CE (Posição)
1991	IDH	0,493	0,578	0,405	20a.
	Taxa de analfabetismo (18 anos ou mais) – %	20,9	10,8	38,8	23a.
	Esperança de vida ao nascer (anos)	64,7	68,8	61,8	19a.
	Mortalidade infantil (até 1 ano) – ‰	44,7	27,3	63,1	19a.
	Domicílios com água canalizada e ligados à rede geral (%)	63,7	86,7	36,2	17a.
	Domicílios com instalações sanitárias ligadas à rede geral (%)	10,4	73,8	6,3	27a.
	Proporção de pobres (%)	38,2	11,1	66,4	24a.
2000	IDH	0,612	0,702	0,541	16a.
	Taxa de analfabetismo (18 anos ou mais) – %	14,5	7,1	28,5	23a.
	Esperança de vida ao nascer (anos)	68,6	72,2	67,8	14a.
	Mortalidade infantil (até 1 ano) – ‰	30,6	19,4	41,4	19a.
	Domicílios com água canalizada e ligados à rede geral (%)	76,6	91,7	60,3	13a.
	Domicílios com instalações sanitárias ligadas a rede geral (%)	8,9	0,9	15,3	16a.
	Proporção de pobres (%)	27,9	9,7	51,8	24a.
2010	IDH	0,727	0,783	0,682	17a.
	Taxa de analfabetismo (18 anos ou mais) – %	10,2	4,5	20,1	23a.
	Esperança de vida ao nascer (anos)	73,9	75,7	72,6	16a.
	Mortalidade infantil (até 1 ano) – ‰	16,7	13,9	19,3	16a.
	Domicílios com água canalizada e ligados à rede geral (%)	80,0	93,2	73,4	17a.
	Domicílios com instalações sanitárias ligadas a rede geral (%)	55,2	86,6	32,5	13a.
	Proporção de pobres (%)	15,2	4,7	30,3	22a.

Fontes: PNUD (2013); IBGE (2015a); IBGE (2015b); IPEA (2015a).

Nota: a última coluna indica o posicionamento do Ceará entre as 27 unidades da Federação, sendo: 1ª posição = melhor situação; 27ª posição = pior situação.

No Ceará, a persistência, ao longo do tempo, desses indicadores desfavoráveis decorreu do seu processo histórico, agravado por problemas climáticos (secas periódicas), e também da base de seu sistema econômico, por ser caracterizado, desde o início da colonização até a primeira metade do século XX, pela exploração extensiva de atividades agropecuárias de baixa produtividade. A esse respeito, Furtado (2009, p. 119) afirma, referindo-se ao Nordeste e, por conseguinte, ao Ceará, que os dois sistemas produtivos dominantes na economia nordestina até a primeira metade do século XX – açucareiro e pecuário – não imprimiam “modificações estruturais que repercutissem nos custos de produção e portanto na produtividade”, haja vista que são atividades de cunho puramente extensivo.

Sampaio (1999, p. 52), em sua reflexão sobre os problemas da pobreza e da fome no Ceará, acentua que,

[...] na construção do espaço cearense estiveram sempre presentes a seca, a fome, a morte. ... A instrumentalização do espaço e sua organização territorial são processos concomitantes no tempo, são produtos das relações históricas travadas entre os diversos atores sociais e entre estes e a natureza. Portanto, a fome produzida no Ceará é resultado da histórica formação sócio-econômica desse Estado, considerado o coração da seca nordestina.

Esforços para mudar a realidade da pobreza no Ceará foram realizados, tanto no âmbito federal como no estadual, particularmente desde a segunda metade do século XX. A atuação do Governo Federal na Região Nordeste, assim como no Ceará, foi focada, desde os anos de 1950, principalmente na concessão de incentivos fiscais e creditícios, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Banco do Nordeste. Sobre os resultados desse modelo de intervenção, Sicsú & Lima (2001, p. 23) ressaltam que

[...] os esforços de desenvolvimento regional nas cinco décadas da segunda metade do século XX estiveram, em geral, centrados em projetos e oportunidades de acumulação de capital, que buscaram se conformar ou se adaptar às condições de mercado prevalentes na região. Por esta razão, o processo de desenvolvimento regional foi primordialmente conservador, com reduzida capacidade transformadora da realidade regional.

O próprio Celso Furtado reconheceu, em uma autocrítica, que o modelo de intervenção foi insuficiente para reduzir a miséria no Nordeste, quando assinalou que “as ações realizadas não foram suficientes, que erramos”, salientando que “no Nordeste, para enfrentar mesmo a questão regional, tem-se que distribuir dois ativos importantes ou não adianta. E os ativos que sugere distribuir são: terra e educação”. (ARAÚJO, 2005, p. 225).

Assim, o modelo de intervenção federal adotado desde os anos de 1950 no Nordeste, consubstanciado na implantação de empreendimentos produtivos nos setores industrial e de serviços, foi positivo na medida em que contribuiu para evitar o aumento das disparidades entre essa região e o País nas décadas seguintes. A esse respeito, Araújo (2005, p. 221) assevera que “não teríamos o tamanho da indústria que se fez no Nordeste, se não fossem os incentivos do 34-18/Finor e as isenções do imposto de renda” e que “as economias desses espaços regionais [do Nordeste] não teriam tido a dinâmica que tiveram se não fossem as políticas regionais explícitas, implantadas com a determinação de enfrentar a questão regional brasileira”. Não foi suficiente, contudo, para diminuir as desigualdades de PIB *per capita* inter-regionais ao longo do tempo.

No plano estadual, a imagem produzida, historicamente, e absorvida pela população de que o Ceará é pobre, seco e faminto⁴, passou a ser questionada por uma elite de jovens empresários no final dos anos de 1970, quando se começou a idealizar um Estado diferente, segundo os padrões recomendados internacionalmente (SAMPAIO, 1999, p. 71). Para acabar com o Estado faminto, era preciso romper com os “coronéis”, ou destruí-los, por serem eles considerados responsáveis pelo atraso social, e lutar por espaços políticos, objetivando romper a velha prática de administrar o Estado por meio do paternalismo e clientelismo político (SAMPAIO, 1999, p. 71-72). Esses novos protagonistas da política cearense, que assumiram o poder em 1987, conseguiram imprimir maior dinamismo à economia do Estado e melhorar alguns indicadores sociais, a exemplo da mortalidade infantil, obtendo reconhecimento nacional e internacional. Mesmo assim, a pobreza no Estado continuou em patamar elevado. A esse respeito, Bar-El (2006, p. 65) salienta que,

[...] na última década [de 1990] o Estado do Ceará experimentou um crescimento econômico impressionante. O PIB e o PIB *per capita* cresceram mais rapidamente do que a média brasileira e, por consequência, a economia do Ceará está ocupando uma participação mais importante na economia do Nordeste. Porém, apesar desse crescimento animador, o Estado do Ceará está experimentando um dos mais elevados níveis de pobreza do país, bem como diferenças inaceitáveis entre o setor rural e o setor urbano, entre a região metropolitana de Fortaleza e o interior, e dentro do setor rural. Diante desse quadro, é de extrema importância compreender as raízes do problema para que se possa adaptar a política pública às necessidades da população do Ceará.

Existem diversos critérios para distinguir pobres de não pobres. Dentre outros, a pobreza pode ser definida com base na renda necessária para prover as necessidades básicas de uma pessoa. Neste caso, para o Brasil, tanto o PNUD (2011) como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2011) consideram um percentual de 1/2 salário-mínimo de renda domiciliar *per capita* como parâmetro para definir a linha de pobreza e de 1/4 de salário-mínimo de renda domiciliar *per capita* como parâmetro para definir a linha de extrema pobreza. Esta definição é amplamente utilizada por órgãos governamentais para a adoção de políticas públicas. O Plano Brasil sem Miséria adotou inicialmente o valor de R\$ 100,00 para

⁴ A imagem do Nordeste (e, por conseguinte, do Ceará) pobre, seco e faminto era preconizada por uma parcela da elite da região, visando a angariar o envio de verbas governamentais para amenizar o flagelo das secas, que terminava por beneficiá-los. Isto ficou conhecido como a “indústria da seca”. A esse respeito, Celso Furtado relatou que “... há a indústria da seca, gente que ganha com a seca, porque ela significa muito dinheiro do governo chegando para o comércio, para financiar as frentes de trabalho etc. A seca é um negócio”. (TAVARES, ANDRADE e PEREIRA, 1998, p. 25).

a linha de pobreza e de R\$ 50,00 para a linha de extrema pobreza⁵ (BRASIL, 2004). Outro modo de definir pobreza baseia-se em cesta de consumo, mensurada em função das calorias necessárias para uma pessoa estar nutrida. Recentemente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, conforme referido em seu Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, passou a adotar o conceito de pobreza multidimensional, tendo, para tanto, definido o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que busca exprimir privações das famílias em três dimensões: educação, saúde e padrão de vida (PNUD, 2010, p. 100).

A pesquisa teve como motivação principal a necessidade de se aprofundar na compreensão das razões condicionantes para a prevalência de contingente expressivo de pessoas pobres nos municípios do Ceará e, tendo mais nítido esse entendimento, contribuir para tornar as políticas públicas mais eficazes no combate à pobreza multidimensional. Tendo em mente essa inquietação, o estudo foi norteado pela seguinte indagação principal: por que prevalecem no Ceará elevados indicadores de pobreza? Como ponto de partida para se buscar respostas a esta indagação, destaca-se, preliminarmente, as hipóteses:

Hipótese 1 – no período pós-Constituição Federal de 1988, as políticas públicas de educação, saúde, habitação, trabalho e previdência social contribuíram para elevar as capacitações (na acepção de Amartya Sen) dos munícipes cearenses, reduzindo as privações das quais decorre a pobreza multidimensional.

Hipótese 2 – a pobreza multidimensional nos municípios do Ceará provém principalmente de privações na área da educação.

Diversos autores já se debruçaram sobre o problema da pobreza no Ceará, a exemplo de Sampaio (1999), Banco Mundial (2003), Bar-El (2006), Khan e Silva (2007), Mendonça (2009), Oliveira e Loureiro (2010), Araujo, Moraes e Cruz (2012), Amaral (2014) e Silva, Araujo, Campelo e Vasconcelos (2014). Desses trabalhos, o enfoque da pobreza como um fenômeno multidimensional existe, explicitamente, apenas nos quatro últimos. Ressalta-se que em vários estudos, a pobreza é caracterizada por outros termos correlacionados, como: exclusão social, subdesenvolvimento, fome, miséria, indigência, dentre outros.

Apesar de já terem sido realizados estudos sobre pobreza (inclusive de âmbito multidimensional) no Ceará, considera-se esse fenômeno complexo, como reconhecido, inclusive, pela academia. Com efeito, dada a quantidade expressiva de fatores inter-

⁵ Valores alterados em várias ocasiões e, por último, pelo Decreto 8.232, de 20/04/2014, em seu Art. 18: “O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) e R\$ 77,00 (setenta e sete reais), respectivamente.” (BRASIL, 2014a).

relacionados à pobreza multidimensional, acredita-se serem necessários outros olhares sobre essa questão social, visando ao seu melhor entendimento.

A abordagem multifacetada da pobreza, como empreendida neste trabalho, requereu a interface de áreas diversas do conhecimento, caracterizando-o como multidisciplinar. Dentre outras, foram utilizadas formulações e adotados conceitos teóricos de economia, desenvolvimento, políticas públicas, finanças públicas, abordagem das capacitações, abordagem das necessidades básicas, assim como de estatística multivariada e econometria.

No campo científico, o estudo contribuiu para a adequação e ampliação da metodologia do Índice de Pobreza Multidimensional, definido pelo PNUD (2010, p. 98), aos municípios cearenses (e, por extensão, aos municípios brasileiros), com base na utilização dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. De posse desse indicador, tornou-se possível desenvolver um modelo econométrico que avançasse na compreensão da realidade da pobreza multidimensional nos municípios cearenses no pós-Constituição Federal de 1988, utilizando como variáveis explanatórias os seus principais condicionantes, apontados na literatura.

Embora não faça parte explícita dos objetivos, espera-se haver contribuído para o aprimoramento da técnica de abordagem da pobreza como privação de capacidades, na perspectiva exibida por Amartya Sen, considerando o aprendizado decorrente da utilização dos microdados dos censos demográficos nesta pesquisa.

A tese foi estruturada em seis capítulos. Após a introdução, foram mostradas, no segundo capítulo, algumas considerações sobre o referencial teórico pertinente à pobreza multidimensional e sua evolução. No terceiro capítulo, procurou-se evidenciar as principais políticas públicas nas áreas de educação, saúde, trabalho e renda, habitação, serviços básicos de infraestrutura domiciliar e previdência social no período pós-Constituição Federal de 1988, destacando as suas principais características. No quarto capítulo, foram delineados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. No quinto capítulo, foram analisados os resultados do estudo, empreendendo discussão com os achados de outros autores sobre a realidade da pobreza no Ceará. Por fim, no sexto capítulo, foram tecidas algumas considerações finais sobre os resultados da pesquisa.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Identificar e analisar os principais condicionantes⁶ da prevalência de elevado contingente de pobres nos municípios do Ceará e averiguar se as principais políticas públicas sociais preconizadas na Constituição Federal de 1988 estão sendo eficazes para aumentar as capacitações⁷ dos munícipes e, por conseguinte, colaborando para reduzir as privações das quais decorre a pobreza multidimensional.

1.2.2 Específicos

Especificamente, a pesquisa objetivou:

- a) contextualizar a pobreza nos municípios do Ceará por meio de um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) elaborado para o estudo, evidenciando sua evolução no período pós-Constituição de 1988 e destacando a relevância de suas dimensões;
- b) averiguar se as políticas públicas de educação, saúde, habitação, trabalho e previdência social, implantadas com a Constituição de 1988, estão sendo eficazes para aumentar as capacitações dos munícipes e, por conseguinte, colaborando para reduzir as privações das quais decorre a pobreza multidimensional; e
- c) identificar e analisar fatores condicionantes da pobreza multidimensional nos municípios cearenses no período pós-Constituição de 1988.

Expressando de outro modo, o trabalho averiguou se, nas duas décadas compreendidas entre os três últimos censos demográficos (1991, 2000 e 2010), as pessoas se tornaram mais saudáveis e se alguns dos recursos necessários para o alcance dessa capacidade, como água tratada, esgotamento sanitário, coleta de lixo, melhorias nutricionais (expressa indiretamente pela diminuição da mortalidade infantil) etc. ocorreram mais. Buscou-se também, averiguar se houve avanços na educação de modo compatível com o

⁶ Apontados pela literatura.

⁷ Na acepção de Sen. Segundo esse autor, “a privação de capacidades elementares [ou seja, privação no direito de ter acesso a educação, serviços de saúde, alimentação, água tratada etc.] pode refletir-se em morte prematura, subnutrição significativa (especialmente de crianças), morbidez persistente, analfabetismo muito disseminado e outras deficiências.” (SEN, 2010, p. 36).

direito das pessoas em ter escolas que promovessem o acesso ao ensino e proporcionassem a capacitação de saber ler e escrever. De modo similar, investigou-se se o acesso à moradia esteve condizente com o direito de se ter um abrigo em condições adequadas. Também foi observado se o alcance da capacidade de se sentir seguro mediante a proteção proporcionada por plano de seguridade social foi ampliado ao longo do tempo. Sabendo que algumas dessas capacidades são equacionadas com recursos financeiros e de produção econômica, examinou-se, também, se as pessoas melhoraram suas condições de auferir maiores rendas ao longo do tempo, em função do aumento da qualificação para o trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Procurou-se, neste capítulo, exprimir o conceito de pobreza segundo o pensamento de autores diversos que escreveram sobre este tema e os preceitos das principais teorias do desenvolvimento, mostrando sua evolução até os dias atuais. Discorreu-se também a respeito do debate acerca das dimensões da pobreza e as contribuições de alguns autores para a sua mensuração. Neste contexto, foram apontados os resultados dos poucos estudos sobre pobreza multidimensional que têm o Ceará como foco. Por fim, discutiram-se as causas da pobreza, evidenciando os seus condicionantes para a realidade do Ceará segundo os autores que cuidam desta temática no Estado.

2.1 A pobreza no contexto das principais teorias do desenvolvimento

O tema da pobreza pode ser analisado no âmbito dos países ou regiões, como também no contexto das pessoas. No primeiro caso, alusões à pobreza são feitas normalmente em abordagens macroeconômicas. Neste sentido, já na obra pioneira *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, ela estava presente. Desde então, a riqueza e a pobreza das nações são abordadas, superficial ou aprofundadamente, implícita ou explicitamente, pelas mais diversas correntes do pensamento econômico. Foi somente nos anos de 1960, entretanto, período em que o debate sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico dos países se intensificou, que a temática da pobreza das nações recebeu maior atenção, transformando-se em uma área específica de investigação científica. O tema da pobreza assim caracterizado é intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico das nações.

Por outro lado, o estudo da pobreza no âmbito das pessoas é relativamente recente. Apenas após o lançamento dos Relatórios de Desenvolvimento Humano, do PNUD, as pessoas foram colocadas no centro do desenvolvimento. Logo na primeira edição, em 1990, houve o reconhecimento de que “as pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação, sendo o objetivo básico do desenvolvimento a criação de um ambiente propício para que elas possam desfrutar de uma vida longa, saudável e criativa”. (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP⁸, 1990, p. 9; traduziu-se).

⁸ People are the real wealth of a nation. The basic objective of development is to create an enabling environment for people to enjoy long, healthy and creative lives.

A passagem da pobreza universal para estádios variados de prosperidade aconteceu apenas recentemente, se for considerada toda a história da humanidade. De acordo com os estudos de Maddison (2006), até 1820, quase todo mundo era pobre. Segundo esse autor, enquanto no primeiro milênio a população cresceu em apenas um sexto e não houve avanço na renda *per capita*, durante o segundo milênio, a população do planeta aumentou 22 vezes, a renda *per capita* 13 vezes e o PIB mundial avançou quase 300 vezes. Por outro lado, no ano 1000, a expectativa de vida de um recém-nascido era de aproximadamente 24 anos, enquanto em tempos atuais corresponde a 66 anos. Observa-se, contudo, que o crescimento não foi uniforme no espaço e no tempo, tendo o aumento da expectativa de vida e da renda sido mais rápido na Europa Ocidental, América do Norte, Austrália e Japão (MADDISON, 2006, p. 19-29).

Conforme ressalta Souza (2012, p. 1), “desenvolvimento econômico é um tema que emergiu somente no século 20.” Anteriormente, o objetivo daqueles que se ocupavam com as finanças públicas era aumentar o poder econômico e militar do soberano. A necessidade de segurança superava objetivos econômicos e sociais. Com efeito, raramente havia a preocupação com a melhoria das condições de vida do povo, apesar do analfabetismo generalizado, dos surtos de fome e dos altos níveis de mortalidade (SOUZA, 2012, p. 1). Contrastando com essa realidade de outrora, o pensamento atual preconiza, como salienta Barreto (2005, p. 3), a ideia de que “uma das mais importantes metas em desenvolvimento econômico é o esforço em reduzir a pobreza que pode ser acompanhado por crescimento econômico e/ou redistribuição da renda”. Assim, a real e efetiva preocupação com o problema da pobreza é relativamente recente nas abordagens do desenvolvimento econômico.

No transcorrer da história do pensamento econômico, diversas correntes divergem quanto à maneira de se alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento. Dentre elas, o pensamento clássico e neoclássico, partindo da teoria de equilíbrio geral, defende a ideia de que “o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico”. (SOUZA, 2012, p. 5). Referindo-se às desigualdades regionais no Brasil⁹, particularmente à diferença de renda *per capita* entre a região mais rica (Sudeste) e

⁹ Embora o trabalho de Barros (2011) refira-se às desigualdades de renda e de PIB *per capita* entre as regiões brasileiras, particularmente Sudeste e Nordeste, cabe ressaltar que está explícito em seu modelo os indicadores socioeconômicos que caracterizam a pobreza multidimensional, tais como: anos de estudo, qualidade da educação e saúde, expressos por meio da variável capital humano, e o nível de renda.

a região mais pobre (Nordeste), Barros (2011, p. 279) concluiu, utilizando modelo¹⁰ baseado nos pressupostos da Teoria Neoclássica, que

[...] as disparidades encontradas são perfeitamente compatíveis com a teoria e que dadas as diferenças de (i) disponibilidade de capital humano; (ii) esforço produtivo e (iii) níveis de preços e custo de vida nas regiões, não há mais resquício de desigualdades regionais que poderiam demandar outra fonte de explicação. Mesmo quando se permitem falhas de arbitragem no mercado de fatores, esse componente não representa fonte importante de desigualdades regionais, como implicitamente assumem vários estudos.

Além dessas conclusões, o estudo de Barros (2011) também mostrou que o capital humano é provavelmente o componente mais importante na determinação das desigualdades regionais. A renda no Sudeste é muito superior à encontrada no Nordeste, principalmente por causa da disponibilidade de capital humano na primeira região. As diferenças de esforço produtivo, bem como os preços e o custo de vida relativos, não se revelam tão importantes como o capital humano (BARROS, 2011, p. 279-280).

O trabalho de Barros (2011) identifica o fato de que as diferenças entre as regiões Nordeste e Sudeste quanto à (i) disponibilidade de capital humano; (ii) ao esforço produtivo; e (iii) aos níveis de preços e custo de vida são variáveis perfeitamente compatíveis com a teoria neoclássica, podendo ser utilizadas como ponto de partida para a explicação das desigualdades regionais. Conforme salienta, disponibilidades de infraestrutura e recursos naturais, por exemplo, passam ao segundo plano na explicação das desigualdades regionais. A possibilidade de a qualidade das instituições ter alguma relevância nessas explicações passa a contar com algumas restrições a mais, pois agora devem explicar por que as disponibilidades de recursos humanos e o tamanho dos municípios, medidos por área ou população, desempenham papéis tão relevantes. O ônus direto delas para minar a produtividade dos fatores de produção não parece ter efeito relevante, segundo as estimações expressas (BARROS, 2011, p. 279-280).

Cabe ressaltar o fato de Barros (2011, p. 280) considerar que os limites de seu estudo servem apenas para indicar que a Teoria Neoclássica não pode simplesmente ser

¹⁰ O modelo de Barros (2011, p. 259) utiliza uma função de produção tipo Cobb-Douglas, definida como:

$$Y = A[K^\alpha (HL)^{1-\alpha} N^{1-\delta}]$$

onde Y é a produção, K é o estoque de capital, L a quantidade de trabalho utilizada, H o nível médio de capital humano, N é um índice de disponibilidade de recursos naturais e infraestrutura econômica e A é um coeficiente de produtividade, que reflete o desenvolvimento tecnológico na região. As letras gregas são parâmetros tal que $0 < \alpha < 1$ e $0 < \delta < 1$.

descartada como inadequada para explicar os níveis de desigualdades. Esclarece, no entanto, que o seu estudo não exclui totalmente a possibilidade de outras teorias serem também corretas na explicação das desigualdades regionais, desde que proponham relações empíricas entre as variáveis incluídas no trabalho dele que sejam equivalentes.

Outra corrente do pensamento econômico, de cunho heterodoxo e inspirada principalmente nas ideias de John Maynard Keynes, preponderou de 1935 a 1980. Com base nos pressupostos do keynesianismo, os países desenvolvidos edificaram o *Welfare State*, que consistiu em uma combinação de crescimento econômico, melhor distribuição de renda e avanço dos direitos sociais.

Diversas outras correntes de pensamento econômico lidaram com a perspectiva do desenvolvimento e, por conseguinte, direta ou indiretamente, com a questão da pobreza. Dentre elas, podem ser citadas: a concepção marxista, estabelecida com base na teoria do valor-trabalho; a visão schumpeteriana, segundo a qual o desenvolvimento é definido como “uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”; e as ideias estruturalistas da CEPAL, segundo as quais o desenvolvimento econômico implica mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, como melhoria da produtividade e da renda média da população (SOUZA, 2012, p. 6, 81, 128).

Outra abordagem de análise do desenvolvimento consiste na Teoria da Dependência, segundo a qual existem “relações assimétricas entre a periferia exportadora de produtos primários, cujos preços dependem das condições do mercado internacional, e o centro industrializado, fixador de preços”. (SOUZA, 2012, p. 165). A dependência econômica, tecnológica e financeira dos países periféricos em relação aos países desenvolvidos enseja o subdesenvolvimento, definido “por crescimento econômico [g] insuficiente em relação ao crescimento demográfico [g*] ($g < g^*$), por sua irregularidade e pela concentração da renda e da riqueza, implicando um número considerável de pessoas pobres e miseráveis em relação à população total”. (SOUZA, 2012, p. 11-12).

Furtado (2011, p. 88) considera o subdesenvolvimento

[...] como uma criação do desenvolvimento, isto é, como consequência do impacto, em grande número de sociedades, de processos técnicos e de formas de divisão do trabalho irradiados do pequeno número de sociedades que se haviam inserido na revolução industrial em sua fase inicial, ou seja, até fins do século XIX. As relações que se estabelecem entre esses dois tipos de sociedades envolvem formas de dependência que tendem a autoperpetuar-se. Essa dependência apoiou-se, inicialmente, num sistema de divisão internacional do trabalho que reservava para os

centros dominantes as atividades produtivas em que se concentrava o progresso tecnológico. Em fase subsequente, a dependência resultou do controle exercido por grupos das economias dominantes sobre as atividades que, nas economias dependentes, mais assimilavam novas técnicas.

Mais recentemente, tendo por base as ideias de Amartya Sen, o United Nations Development Programme – UNDP¹¹ (1990, p. 1; traduziu-se) propõe o conceito desenvolvimento humano, salientando que “desenvolvimento é mais do que crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), mais do que renda e riqueza, mais do que produzir bens e acumular capital.” Considerando tal asserção, considera o desenvolvimento humano “um processo de alargamento das escolhas das pessoas, que podem ser, em princípio, infinitas e mutantes ao longo do tempo”. UNDP¹² (1990, p. 1; traduziu-se). Salienta, também, que,

[...] em todos os níveis de desenvolvimento, as três seguintes escolhas são essenciais para as pessoas: ter uma vida longa e saudável; adquirir conhecimento; e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente. Se estas escolhas essenciais não estão disponíveis, muitas outras oportunidades permanecem inacessíveis (UNDP¹³, 1990, p. 10; traduziu-se).

Acrescenta que

[...] o desenvolvimento humano não termina aí. As escolhas adicionais, altamente valorizadas por muitas pessoas, variam desde a liberdade política, econômica e social até as oportunidades de ser criativo e produtivo, desfrutar de respeito pessoal e ter garantidos os direitos humanos (UNDP¹⁴, 1990, p. 10; traduziu-se).

Esta visão inovadora transferiu o foco de análise do desenvolvimento, anteriormente baseado na acumulação de capital, para o conjunto de capacitações (*capabilities set*) das pessoas.

¹¹ Development is about more than GNP growth, more than income and wealth and more than producing commodities and accumulating capital.

¹² Human development is a process of enlarging people's choices. In principle, these choices can be infinite and change over time.

¹³ But at all levels of development, the three essential ones are for people to lead a long and healthy life, to acquire knowledge and to have access to resources needed for a decent standard of living. If these essential choices are not available, many other opportunities remain inaccessible.

¹⁴ But human development does not end there. Additional choices, highly valued by many people, range from political, economic and social freedom to opportunities for being creative and productive, and enjoying personal self respect and guaranteed human rights.

Ainda segundo o UNDP¹⁵ (1990, p. 10; traduziu-se),

[...] o desenvolvimento humano tem dois lados: 1) a formação de capacitações humanas por meio de melhorias na saúde, no conhecimento e nas habilidades, e 2) as pessoas fazerem uso de suas capacitações adquiridas para o lazer, para fins produtivos ou para ser ativo nas questões culturais, sociais e políticas.

Acrescenta ainda que,

[...] se as escalas de desenvolvimento humano não equilibrarem os dois lados, considerável frustração humana pode resultar. De acordo com este conceito de desenvolvimento humano, renda é claramente apenas uma opção que as pessoas gostariam de ter, embora importante. Mas não é tudo em suas vidas. O desenvolvimento deve, portanto, ser mais do que apenas a expansão da renda e da riqueza. Seu foco deve ser as pessoas (UNDP, 1990, p. 10; traduziu-se).

Sampaio (1999, p. 134) possui uma percepção esclarecedora do que se entende por desenvolvimento segundo a concepção do PNUD, enaltecendo a ideia de que

[...] essa concepção de desenvolvimento PNUD/ONU procura quebrar a lógica do dualismo econômico, moderno-tradicional, indústria-agricultura, cidade-campo e introduz uma concepção sistêmica que busca as relações espaço-tempo de forma homogênea e integrada, onde o físico-temporal, a infraestrutura e os serviços contribuem para maior mobilidade via transportes e comunicações, diminuindo, assim, as distâncias sociais. Tenta analisar o desenvolvimento como progresso global, envolvendo o político, o econômico e o social; enfatiza as individualidades e as liberdades como característica importante e aponta para a construção de um bem-estar coletivo.

2.2 O conceito de pobreza e sua evolução

Desde o nascimento do capitalismo, a pobreza atraiu o interesse intelectual e político, fazendo com que governos e grupos dirigentes tivessem que definir as necessidades de renda dos pobres. Em tempos prévios à Revolução Industrial, na Europa, particularmente na Inglaterra, dirigentes de pequenas áreas – como paróquias, por exemplo – desenvolviam modalidades de alívio voltadas aos pobres que viviam dentro e fora de suas instituições. Posteriormente, no período de industrialização no século XIX, este tipo de iniciativa passou a

¹⁵ Human development has two sides: the formation of human capabilities such as improved health, knowledge and skills - and the use people make of their acquired capabilities - for leisure, productive purposes or being active in cultural, social and political affairs. If the scales of human development do not finely balance the two sides, considerable human frustration may result. According to this concept of human development, income is clearly only one option that people would like to have, albeit an important one. But it is not the sum total of their lives. Development must, therefore, be more than just the expansion of income and wealth. Its focus must be people.

ser insuficiente, pois a miséria explodia na classe trabalhadora urbana. A pobreza passou a figurar na ordem política do dia, constituindo-se objeto das primeiras tentativas de se compreender as causas e de se mensurar sua dimensão. Foi nessa época que a temática entrou também nos discursos literários e nas primeiras enquetes sociais (MESTRUM, 2002, p. 34 *apud* CODES, 2008, p. 10).

No final do século XX, o tema emergiu com maior força em outras partes da Europa e nos países em desenvolvimento. Nesse período, ficou evidente que questões relacionadas a desigualdades sociais e pobreza não estavam sendo equacionadas como frutos do crescimento econômico, tanto nos países ricos como nos pobres. A preocupação com a pobreza ganhou, desde então, centralidade nas pautas de governos nacionais e nos debates acadêmicos e sociais (CODES, 2008, p. 7).

De acordo com Ugá (2008, p. 158), a luta contra a pobreza se fez objetivo da ação internacional em 1995, com a realização da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, ocorrida na cidade de Copenhague. Durante a Conferência, surgiu um consenso entre os países para colocar as pessoas no centro do debate do desenvolvimento; ou seja, estabeleceu-se uma concordância acerca do entendimento do PNUD do que é o desenvolvimento.

O novo enfoque enfatizou a erradicação da pobreza como meta para 185 países signatários, que assumiram o compromisso de adotar medidas para reduzi-la no plano mundial pela metade até 2015. Esse compromisso faz parte do pacto realizado pelos signatários da Organização das Nações Unidas, que ficou conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que compreendem: 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. Atingir o ensino básico universal; 3. Igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; 4. Reduzir a mortalidade na infância; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; e 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (PNUD, 2014).

O conceito de pobreza evoluiu substancialmente com o passar do tempo. Apesar de ser, porém, preocupação da academia e de governos há muitos anos, não se chegou ainda a um consenso sobre a definição do que seja pobreza, havendo diversos conceitos e metodologias para distinguir os pobres dos não pobres. Cada vez mais, contudo, há o reconhecimento de que a pobreza é um fenômeno multidimensional e complexo, devendo o seu estudo envolver fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, históricos, ambientais etc., visando a sua melhor compreensão. Algumas entidades, entretanto, apesar de reconhecerem esta realidade, persistem em adotar o conceito de pobreza tendo por base a

insuficiência de renda, em virtude de simplificar a coleta de dados, a análise e também a realização de comparações internacionais.

A adoção de um determinado conceito de pobreza influencia diretamente as ações e as políticas públicas para o seu enfrentamento. De fato, se o conceito de pobreza de um determinado governo envolver tão-somente a renda, as suas ações podem se concentrar na elevação da renda das camadas mais pobres em detrimento de outras políticas públicas. Por outro lado, se o conceito de pobreza abrange múltiplos fatores (p. ex., educação, saúde, habitação, direitos econômicos e sociais, acesso a serviços básicos, segurança alimentar, lazer etc.), o seu combate exigirá ações mais abrangentes. Destarte, a definição clara do conceito de pobreza permite uma visão mais nítida e analítica do objeto de estudo, ensejando a compreensão da complexidade desse fenômeno e a adoção de modos de abordagem apropriados, possibilitando a concepção de políticas públicas que solucionem o problema de maneira mais eficaz.

Segundo o Banco Mundial, a percepção sobre a pobreza evoluiu historicamente e varia muito de cultura para cultura. Assim, critérios para distinguir pobres de não pobres tendem a refletir prioridades nacionais e conceitos normativos de bem-estar e direitos. Na edição de 1990 do seu Relatório de Desenvolvimento Humano, “a pobreza é definida como a incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo.” Nesse mesmo documento, logo em seguida, ressalta-se que “para fazer esta definição útil, três questões devem ser respondidas: a) como medir o padrão de vida? b) o que quer dizer um padrão de vida mínimo? E, após identificados os pobres, c) como expressar a intensidade de pobreza em uma única medida ou índice?”¹⁶. (WORLD BANK, 1990, p. 26; traduziu-se).

Já em seu relatório de 2000/2001, o Banco Mundial define pobreza como um fenômeno multidimensional, sendo o “resultado de processos econômicos, políticos e sociais que se relacionam entre si e muitas vezes se reforçam, exacerbando as condições de privação em que os pobres vivem”. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 1). A estratégia expressa no Relatório de 2000/2001 reconhece que “a pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação”. Reconhece, também, que “esta visão multidimensional da pobreza aumenta a complexidade das estratégias de redução da pobreza, porque é preciso levar em conta outros aspectos, como os fatores sociais

¹⁶ This Report defines poverty as the inability to attain a minimal standard of living. To make this definition useful, three questions must be answered. How do we measure the standard of living? What do we mean by a minimal standard of living? And, having thus identified the poor, how do we express the overall severity in a single measure or index?

e as forças culturais”. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 12). Esse Relatório propõe uma estratégia para atacar a pobreza em três frentes: promover oportunidades (empregos, crédito, estradas, eletricidade, mercados para seus produtos e escolas, água, saneamento e outros serviços que sustentam a saúde e os conhecimentos essenciais para o trabalho); facilitar a autonomia (fortalecimento das instituições democráticas, eliminação de normas discriminatórias, aumento da independência dos pobres e fortalecimento de suas organizações); e aumentar a segurança (redução da vulnerabilidade a choques econômicos, catástrofes naturais, doença, incapacidade e violência pessoal) (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 6).

Sachs (2005, p. 46), referindo-se à definição do que é ser pobre, distingue três graus de pobreza: extrema (ou absoluta), moderada e relativa. Pobreza extrema ou miséria significa que as famílias não podem satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência, padecendo de fome crônica e da falta de acesso a saúde, água potável, esgoto, educação e moradia minimamente condigna (SACHS, 2005, p. 46).

Para White e Killick (2001, p. 10; traduziu-se), a privação material está no centro da pobreza: baixa renda e baixos níveis de consumo resultam em malnutrição, vestuário inadequado e moradias de baixa qualidade. Segundo esses autores, pobreza não é apenas renda ou consumo. Ela também inclui o domínio deficiente de ativos produtivos e a falta de acesso a serviços públicos básicos. A vulnerabilidade e a insegurança decorrentes da pobreza são outras características das pessoas pobres, agravadas pela sua dificuldade em fazer provisões para as emergências: secas, inundações e outros desastres naturais; enfrentar desastres humanos, tais como a morte por doença de um arrimo de família, guerra ou distúrbio civil; e fenômenos econômicos, como inflação ou colapsos do mercado.

Para Hoffmann (2000, p. 94), a ideia de pobreza está associada a condições de vida inadequadas decorrentes de baixos rendimentos. Segundo esse autor, como o que é “adequado” depende do grau de riqueza do país analisado, há, certamente, um elemento relativo no conceito de pobreza. Se, porém, a definição de “ser pobre” depende da comparação da situação de “pobres” e “ricos”, o conceito de pobreza se confunde com o de desigualdade econômica. É mais interessante, então, usar um conceito de pobreza absoluta, no qual o grau de pobreza não seja diretamente dependente do nível de renda dos ricos.

Mestrum (2002, p. 37 *apud* CODES, 2008, p. 26) garante que, por mais pertinente que uma abordagem da pobreza como fenômeno multidimensional e complexo possa ser, ela expressa muitas dificuldades. A autora menciona dois complicadores. Primeiro, o problema da avaliação quantitativa é dificultado: as dimensões distintas da pobreza não podem ser

adequadamente agregadas em um só indicador, pois se impõe a interrogação sobre qual peso deve ser dado a cada uma delas. Em segundo lugar, numa abordagem desta natureza, deve-se estar atento para não se correr o risco de confundir suas dimensões com a pobreza propriamente dita, e relegar a último plano a questão da renda.

Para Rocha (2003, p. 9), “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. A autora acrescenta que, para operacionalizar esse conceito, é essencial definir claramente quais são essas necessidades e o nível em que são consideradas adequadas. Efetivamente, pondera que a definição de pobreza depende basicamente do padrão de vida e da maneira como as distintas necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Por fim, defende o argumento de que “em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que vive”. (ROCHA, 2003, p. 10).

Conforme Lacerda (2011), as análises que se propõem a tratar da pobreza precisam definir de maneira clara os conceitos que as fundamentam. Nesse seu trabalho, relacionado à pobreza no meio rural da Bahia, considera duas abordagens: a das capacitações e a das necessidades básicas, definidas com amparo em outros autores. Na primeira, que tem o economista indiano Amartya Sen como o seu principal teórico, a pobreza é definida como a privação de capacitações básicas, sendo a capacitação a liberdade que a pessoa tem para alcançar combinações alternativas de desempenhos (*functionings*). A segunda abordagem define a pobreza como a insatisfação de necessidades humanas básicas, cujo não atendimento pode ocasionar danos físicos e sociais (LACERDA, 2011, p. 175).

Lemos (2008) associa pobreza à exclusão social. Esse autor considera que o conceito de pobreza engloba componentes de subjetividade e de ideologia. Acrescenta que, numa perspectiva neoclássica, o crescimento da renda se tornaria a solução para erradicar a pobreza, enquanto que, numa perspectiva de interpretação de economia política ou histórica da pobreza, a solução do problema requer uma mudança nas relações sociais, ou seja, solicita uma mudança na maneira e nos processos em que os grupos sociais ganham e mantêm o controle sobre os ativos produtivos (LEMOS, 2008, p. 67-68).

Crespo e Gurovitz (2002) consideram a pobreza algo por demais complexo. Para eles, a pobreza pode ser conceituada considerando-se algum “juízo de valor”, como também em termos relativos ou absolutos. Pode ser estudada apenas do ponto de vista econômico ou incorporando à análise aspectos não econômicos, sendo contextualizada dependentemente ou

não da estrutura sociopolítica. A conceituação de pobreza é categorizada como “juízo de valor” quando existe uma visão subjetiva e abstrata da pessoa acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável. O conceito de pobreza relativa é descrito como a situação em que a pessoa, quando comparada a outras, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Já o enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a porcentagem da população abaixo desse nível (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p. 3-4).

Delineando a trajetória do pensamento científico sobre a pobreza, Codes (2008, p. 10) oferece cinco perspectivas conceituais que se sucederam ao longo do tempo e inspiraram ações e programas de alívio à pobreza a cada época: a) a da subsistência; b) a das necessidades básicas; c) a pobreza como privação relativa; d) a pobreza como privação de capacidades; e e) a da multidimensionalidade. São apontadas, a seguir, algumas características de cada uma dessas perspectivas conceituais da pobreza.

a) Pobreza baseada em subsistência

Segundo Townsend (1993, p. 30 *apud* CODES, 2008, p. 11), a concepção unidimensional de pobreza baseada na subsistência define como pobre a família cuja renda não é suficiente para obter o mínimo necessário para sua manutenção meramente física. Nesta abordagem, as necessidades humanas são interpretadas como predominantemente físicas. Como crítica, argumenta-se que as pessoas não são apenas organismos individuais que requerem a reposição de energias corporais, mas seres sociais, que desempenham papéis de trabalhadores, cidadãos, pais, parceiros, vizinhos e amigos.

b) Pobreza baseada em necessidades básicas

Para Rocha (2003, p. 19), “adotar a abordagem de necessidades básicas insatisfeitas significa ir além daquelas de alimentação para incorporar uma gama mais ampla de necessidades humanas, tais como educação, saneamento, habitação etc.” Com efeito, a ideia de necessidades básicas atribui à pobreza um enfoque multifacetado, acrescentando aos requerimentos mínimos da família (alimentação, vestuário, abrigo) outros elementos em geral

providos coletivamente, como saúde, educação, água potável, esgotamento sanitário, energia elétrica, transporte público, dentre outros.

c) Pobreza como privação relativa

Townsend (1993 *apud* CODES, 2008, p. 15-16) esclarece que, sob a perspectiva da privação relativa, a pobreza é definida em função do contexto social em que se vive, com origem na consideração do padrão de vida e da maneira como as necessidades são supridas em uma dada realidade socioeconômica. A pobreza relativa é estabelecida, portanto, por comparação: o fenômeno é entendido como um estado de carência relativamente a outras situações sociais com que é confrontado. Ser pobre significa não ter os meios necessários para agir de modo satisfatório no conjunto social em que se vive. Precisamente, dentro da ideia de privação relativa, as pessoas pobres são aquelas que não podem obter, de todo ou suficientemente, recursos e condições de vida (alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes permitam desempenhar papéis, participar de relacionamentos e seguir o comportamento que lhes é esperado na qualidade de membros da sociedade.

Deve-se salientar o fato de que as privações podem ocorrer em quaisquer ou todas as esferas da vida: no trabalho, domínio que provê os recursos determinantes para que as pessoas se posicionem em outras dimensões da vida; no lar, na vizinhança e na família; enfim, em uma diversidade de atividades sociais e individuais em que diversos papéis sociais são desempenhados. Observe-se que tais considerações, que postulam formalmente o caráter relativo do fenômeno, abrem espaço para que a discussão se dirija à identificação da pobreza com a denegação dos direitos de cidadania. No bojo de tal formulação, impõe-se o desafio de que se criem sociedades mais igualitárias, sendo este o parâmetro a ser utilizado para avaliar a qualidade do desenvolvimento que se deve perseguir. Com isso, a questão da cidadania consolida-se no centro da discussão sobre pobreza. Assim, a busca de uma sociedade mais justa e igualitária e, por consequência, o enfrentamento da pobreza, passam pela defesa dos direitos de cidadania para todos (CODES, 2008, p. 15-16).

d) Pobreza como privação de capacidades

No que concerne ao debate sobre os conceitos de pobreza, são relevantes as contribuições atribuídas ao economista de origem indiana Amartya Sen, que amplia a

abordagem das necessidades básicas, inserindo outros tipos de privações e a falta de capacidade das pessoas como elementos-chave na discussão dessa temática. Esse autor introduz, no âmbito do debate sobre pobreza, questões relacionadas à justiça social e à desigualdade. No que concerne à justiça social, defende o argumento de que as vantagens possuídas por uma pessoa devem ser estimadas com base nas suas capacidades. Em outras palavras, as capacidades individuais são as liberdades substantivas de que ela usufrui para ter uma vida que valoriza. Nesse contexto, a noção de pobreza não deve ser identificada apenas mediante o critério-padrão da insuficiência de renda, mas como a privação de capacidades básicas.

Para Robeyns (2005 *apud* DINIZ e DINIZ, 2009, p. 403), a pobreza extrema se caracteriza como privação da liberdade econômica, com as consequências de outras liberdades, tais como: as de perfil político e as de conteúdo social. Não obstante, a perspectiva da capacitação serve não como uma teoria para explicar a pobreza, mas um meio com base no qual poderia se conceituar e avaliar esse fenômeno. Assim, a questão recai sobre a avaliação de como os funcionamentos podem ser atingidos. Por exemplo, se o funcionamento é ter saúde, a avaliação recai sobre se existem recursos necessários para esta capacitação, como: saneamento básico (água potável, esgotamento sanitário, coleta e destinação do lixo), acesso a médicos, proteção contra infecções e doenças (ex.: vacinação), e conhecimento básico sobre higiene que evite doenças. Assim, vários mecanismos de condições de vida que expressem as possibilidades de alcance de cada funcionamento é que são avaliados (DINIZ e DINIZ, 2009, p. 404).

Sen (1983, p. 755) argumenta que o acesso a alimentos e bens por parte de alguns grupos da população é função de uma série de fatores legais e econômicos. Esse autor entende que a disponibilidade de um bem, em um dado espaço, não garante que certos grupos tenham capacidade de adquiri-los por meio de mecanismos como a produção própria, a criação de empregos, sistemas de preços e a constituição de reservas públicas. Desde então, assinala que não é a escassez de bens que produz a miséria e a fome, mas a incapacidade de obtê-los.

De acordo com Diniz e Diniz (2009, p. 402), a abordagem das capacitações quebra a noção utilitarista de que as pessoas são apenas agentes com necessidades, defendendo a posição segundo a qual são “agentes de mudança”, cuja situação de vida (ou bem-estar) depende das oportunidades que lhes são oferecidas, não só como consumidores, mas em todas as esferas sociais.

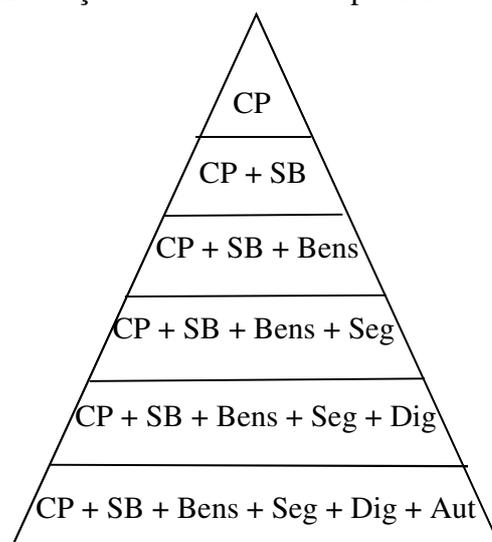
Conforme ressalta Sen (1983, p. 754-755), para a maioria da humanidade, a única mercadoria que uma pessoa tem para vender é a força de trabalho, de modo que os seus direitos dependem crucialmente de sua capacidade de encontrar um emprego, da remuneração desse trabalho, e dos preços das mercadorias que ele ou ela tenciona comprar. Assim, postula a ideia de que os problemas de inanição e fome no mundo poderiam ser mais bem analisados por intermédio do conceito de direito do que por meio da utilização das variáveis tradicionais de suprimento de alimentos e tamanho da população. Ressalta-se que esse autor não refuta o entendimento de que baixa renda é uma das maiores causas da pobreza, uma vez que a sua insuficiência pode ser o principal motivo para a privação de capacidades de uma pessoa.

e) Pobreza multidimensional

Na compreensão de Rocha (2003, p. 20; 27), a multidimensionalidade da pobreza envolve aspectos de naturezas diversas – materiais e subjetivos – assim como dimensões políticas e sociais relacionadas à questão. Por tudo isso, observa-se que é, de fato, um fenômeno de caráter multidimensional, em que as diversas carências e fatores socioeconômicos a ele associados estão inter-relacionados. Assim, as dificuldades de abordá-lo recaem na sua complexidade e nas especificidades de contextos diversos: a pobreza manifesta-se distintamente em áreas urbanas e rurais, em cidades com diversos graus de urbanização, em distintas condições climáticas e socioeconômicas de acesso à terra e a outros recursos naturais, enfim, em sociedades que denotam valores e condições de vida distintos.

Apesar de a percepção sobre o que é pobreza ter evoluído com o passar do tempo, os conceitos mais recentes sobre esse fenômeno não substituíram por completo os mais antigos, observando-se a coexistência de modos diversos de compreendê-lo. Observa-se, no entanto, que as formulações mais recentes normalmente abrangem as anteriores, incorporando as suas dimensões. Esta percepção do assunto foi sistematizada por White e Killick (2001, p. 10) na pirâmide dos conceitos de pobreza (Figura 1). Conforme se depreende da ilustração, a primeira formulação do conceito de pobreza considera tão-somente o consumo ou a renda da pessoa ou família, enquanto as formulações mais recentes incorporam outras dimensões, inclusive de cunho subjetivo.

Figura 1 – Evolução dos conceitos de pobreza



Fonte: Adaptado de White e Killick, 2001, p. 10.

Notas:

CP = Consumo privado (*private consumption*) ou renda;

SB = Serviços básicos (ex.: escola, serviços de saúde e água tratada);

Bens = Posse de ativos (terra, equipamentos ou outros ativos produtivos) (*Assets*);

Seg = Segurança. Representa a insegurança decorrente da vulnerabilidade dos pobres a desastres naturais (secas, inundações e outros desastres naturais), desastres humanos (morte de um arrimo de família, guerras, distúrbios civis etc.) e a fenômenos econômicos (inflação, colapsos do mercado etc.);

Dig = Dignidade. Representa o nível de dependência;

Aut = Autonomia. Representa o nível de exclusão social.

Com amparo no exposto neste tópico, observa-se que, ao longo do tempo, o entendimento sobre pobreza movimentou-se gradual e progressivamente rumo à sua expansão. Conforme ressalta Codes (2008, p. 7, 26), da preocupação inicial da “caça aos vagabundos”¹⁷, passou-se por outros estádios de compreensão, até que se chegasse à noção atual de que a pobreza é um fenômeno complexo que envolve múltiplas dimensões.

O conceito de pobreza adotado neste trabalho fundamentou-se na Abordagem das Capacitações e na Abordagem das Necessidades Básicas. A primeira baseia-se nas ideias de Amartya Sen, segundo as quais “a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas, em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza”. (SEN, 2010, p. 120). A esse respeito, esclarece que

[...] o que a perspectiva da capacidade básica faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos *meios* (e de um meio específico que geralmente recebe atenção

¹⁷ As leis elizabetanas, conhecidas por “Poor Laws”, que se sucederam entre 1531 e 1601 na Inglaterra, visavam a obrigar ao trabalho todos aqueles são de corpo e capazes de realizar atividades laborais. Alguns autores, ao se referirem ao propósito dessas leis, utilizam termos como “caça aos vagabundos” ou “contenção dos marginais”. (CASTEL, 1998, p. 177; MESTRUM, 2002, p. 34 apud CODES, 2008, p. 7, 26).

exclusiva, ou seja, a renda) para os *fins* que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as *liberdades* de poder alcançar esses fins (SEN, 2010, p. 123).

Sen exemplifica algumas ocorrências de privação da liberdade. Na concepção desse autor, “fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver”. (SEN, 2010, p. 29). Igualmente, a falta de acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas conduz milhões de pessoas a padecerem de subnutrição, tolhendo-as da liberdade de nutrir-se apropriadamente. Em numerosos países, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. Mesmo nos países mais ricos, “é demasiado comum haver pessoas imensamente desfavorecidas, carentes das oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social” (SEN, 2010, p. 29).

Assim, na acepção de Sen, não morrer prematuramente por causas evitáveis, não passar fome, estar nutrido, abrigar-se condignamente, vestir-se apropriadamente, ter segurança econômica e social protetora, dentre outros, são *fins* almejados pelas pessoas. Para desfrutar, no entanto, desses (e de outros) *fins* desejáveis, as pessoas precisam ter acesso aos *meios* necessários que lhes propiciem alcançá-los. Por exemplo, para não sucumbir à morte prematura, as pessoas precisam ter acesso aos *meios* necessários que lhes propiciem essa capacitação, dentre os quais: participar de campanhas de vacinação, dispor de água tratada e poder adquirir remédios. A esse respeito, Sen (2010, p. 17) esclarece que,

[...] às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

A segunda abordagem define a pobreza como a insatisfação de necessidades humanas básicas, cujo não atendimento pode ocasionar danos físicos e sociais. Conforme explicitam Streeten et al. (1981 *apud* LACERDA, 2009, p. 46-47),

[...] entre as características principais dessa abordagem estão: o reconhecimento da limitação das medidas de renda e emprego no estudo da pobreza; a ênfase na melhoria da vida humana como objetivo do desenvolvimento; o apelo à mobilização de recursos nacionais e internacionais para satisfação das necessidades básicas; e a formulação de uma base para ação pública.

Os adeptos da abordagem moderna das necessidades humanas básicas¹⁸ enfatizam que ela deve incluir aspectos materiais e não materiais que possibilitam a realização de uma vida plena, considerando o seu atendimento como direitos humanos. É esta a definição que se tornou uma das bases da teoria do desenvolvimento humano (LACERDA, 2009, p. 47-48).

Consoante o conceito de pobreza definido como falta de capacidades (*capabilities*), Sen¹⁹ (1983, p. 754; traduziu-se) assinala que

[...] o processo de desenvolvimento econômico tem que estar preocupado com o que as pessoas podem ou não podem fazer, por exemplo, se elas podem viver por muito tempo, escapar da morbidade evitável, ser bem alimentadas, ser capazes de ler e escrever e se comunicar, fazer parte de atividades literárias e científicas e assim por diante.

Essa abordagem difere sobremaneira da economia do desenvolvimento tradicional, que se concentra no produto nacional, na renda agregada e no suprimento de bens particulares, em vez de no direito das pessoas e nas capacidades que esses direitos ensejam.

Na perspectiva de Sen²⁰ (1983, p. 754; traduziu-se), “o direito se refere ao conjunto de alternativas de produtos (bens e serviços) que uma pessoa pode adquirir em uma sociedade ante à totalidade de oportunidades com que ela se defronta.” Com base nesse direito, uma pessoa pode adquirir algumas capacidades para fazer isto ou aquilo (por exemplo, estar bem nutrida) e deixar de adquirir algumas outras capacidades. Com efeito, Sen²¹ (1983, p. 754; traduziu-se) considera que

[...] o desenvolvimento econômico pode ser visto como um processo de expansão das capacidades das pessoas. Dada a relação funcional entre os direitos das pessoas sobre os bens e as suas capacidades, uma útil – embora derivada – caracterização do desenvolvimento econômico é expressa em termos de expansão de direitos.

¹⁸ Detalhes sobre a evolução e características da Abordagem das Necessidades Básicas, como também da Abordagem das Capacitações, podem ser obtidas em Lacerda (2009, p. 45-54).

¹⁹ *The process of economic development has to be concerned with what people can or cannot do, e.g. whether they can live long, escape avoidable morbidity, be well nourished, be able to read and write and communicate, take part in literary and scientific pursuits, and so forth.*

²⁰ *Entitlement refers to the set of alternative commodity bundles that a person can command in a society using the totality of rights and opportunities that he or she faces.”*

²¹ *The process of economic development can be seen as a process of expanding the capabilities of people. Given the functional relation between entitlements of persons over goods and their capabilities, a useful - though derivative - characterisation of economic development is in terms of expansion of entitlement.*

Com suporte na conjugação dessas duas abordagens, definiu-se o conceito de pobreza adotado neste estudo, que consiste na insatisfação do atendimento das necessidades humanas básicas que priva a pessoa de desenvolver e expandir suas capacitações, ensejando prejuízos ao seu bem-estar e à sua realização como ser humano. Considerando este enfoque, uma pessoa pode ser pobre por não ter tido atendidas as suas necessidades de acesso à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, à infraestrutura básica domiciliar, a plano de previdência etc. privando-a do direito e da capacidade de saber ler e escrever e ter conhecimento, de escapar da morbidade evitável e dispor de assistência médica, de nutrir-se adequadamente, de ter renda pelo trabalho, de abrigar-se condignamente e de estar amparada na velhice ou pela impossibilidade de trabalhar.

Além do conceito de pobreza, outro aspecto importante que deve ser objeto de análise consiste na sua mensuração, tarefa realizada no tópico seguinte.

2.3 O debate sobre as dimensões da pobreza e a sua mensuração

A existência de várias conotações acerca da definição de pobreza tem motivado a criação de indicadores diversos, visando a sua mensuração. Dentre as múltiplas abordagens acerca da mensuração da pobreza, as mais usuais consideram: a) medidas baseadas em linhas de pobreza (medidas unidimensionais); e b) medidas multidimensionais.

As unidimensionais, como indicado pelo próprio nome, se caracterizam pela análise da pobreza, considerando-se apenas uma dimensão, a exemplo das análises baseadas exclusivamente nas necessidades nutricionais ou na abordagem monetária. Por outro lado, as medidas multidimensionais analisam a pobreza, considerando-se múltiplas dimensões (econômicas, sociais, políticas, culturais etc.). Neste caso, recorre-se a indicadores multidimensionais, a exemplo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), instituído pelo PNUD, referido em tópico anterior. A seguir, são expressas as contribuições de alguns autores que desenvolveram metodologias ou trabalharam com indicadores unidimensionais ou multidimensionais.

a) Medidas baseadas em linhas de pobreza (medidas unidimensionais)

As metodologias que buscam distinguir os pobres dos não pobres por meio de uma linha de pobreza são as mais empregadas atualmente. Elas variam, no entanto, entre as

instituições que as calculam, não existindo, assim, uma linha de pobreza oficial para o Brasil (LOUREIRO E SULIANO, 2009, p. 2)²². As principais metodologias com esse enfoque baseiam-se na adoção de: a) medidas de pobreza absoluta e b) medidas de pobreza relativa.

a.1) Medidas de pobreza absoluta

De modo geral, estas se baseiam na insuficiência de renda. Como ensina Lacerda (2009), o conceito de pobreza como insuficiência de renda se fortaleceu sob a influência das ideias da Teoria Econômica Clássica do Bem-Estar, segundo a qual as pessoas são vistas como consumidoras, maximizadoras de utilidade, cujo bem-estar é determinado pela sua função consumo, sendo a renda o indicador de bem-estar; e, por conseguinte, a insuficiência de renda é o que impossibilita a maximização do bem-estar (utilidade). A eliminação da pobreza ocorreria no momento em que a renda dos consumidores aumentasse até o nível de bem-estar mínimo. Esse nível, definido como a linha de pobreza, é o que separa os pobres dos não pobres (LACERDA, 2009, p. 23).

De acordo com o PNUD (2010, p. 100), a utilização de uma linha de pobreza (nacional ou internacional) é a medida mais empregada para distinguir pobres de não pobres, sendo normalmente expressa em função de rendimentos monetários. Essa definição é adotada com frequência pelo Banco Mundial para os países em desenvolvimento. O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990 desse Banco (WORLD BANK, 1990), conforme já referido, considera pobre a pessoa que está abaixo de determinada linha de pobreza, a qual representa um padrão de vida mínimo, expresso, na maioria das vezes, pela renda auferida. Atualmente, o Banco Mundial considera pobre aquele que sobrevive com menos de dois dólares por dia, e indigente ou extremamente pobre o que sobrevive com até 1,25 dólar por dia, valores calculados para cada país com base numa taxa de câmbio particular, chamada de paridade de poder de compra (PPC).

Para o Rio Group^{23,24} (2006, p. 53; traduziu-se),

²² Em países como EUA e Reino Unido, por exemplo, existe uma legislação específica estabelecendo as linhas de pobreza oficiais. Nos EUA, A linha de pobreza para uma família (de pai/mãe não militar) de quatro pessoas corresponde US\$ 29.437,00 no ano, equivalentes a aproximadamente R\$ 1.318,53 mensais *per capita*, ao câmbio de 1US\$ = R\$2,15 (U. S. CITIZENSHIP AND IMMIGRATION SERVICES, 2013).

²³ Em 1996, o Grupo de Trabalho da Comissão de Estatística das Nações Unidas decidiu realizar o Seminário de Estatísticas sobre a Pobreza, em Santiago, Chile, em maio de 1997, e criar o *Expert Group on Poverty Statistics* (Grupo de Peritos em Estatísticas de Pobreza) ou Rio Group (Grupo do Rio, em português), como é mais conhecido, a ser presidido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e secretariado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O Rio Group foi criado com o objetivo de analisar o estado das estatísticas sobre pobreza e estudar possíveis ações que pudessem melhorá-las e permitir a adoção de procedimentos padronizados. Ao todo, 22 países e 18 instituições regionais

[...] as linhas de pobreza absoluta representam o custo de comprar uma cesta básica que permita atingir os limiares absolutos de satisfazer certas necessidades básicas. A definição da cesta básica deve, portanto, implicar em: primeiro, decidir sobre limites absolutos para cada uma das necessidades básicas; segundo, definir o tipo e as quantidades de bens e serviços que são necessários para atender a cada um desses padrões; e terceiro, preços desses bens e serviços.

As definições de pobreza geralmente utilizadas em estudos nacionais e internacionais são baseadas na capacidade de adquirir produtos e serviços, derivando-se desses cálculos a linha de pobreza. Um dos principais critérios utilizados na definição da linha de pobreza no Brasil estabelece que um indivíduo é considerado pobre se este possui renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo. Esta definição de pobreza é amplamente utilizada como critério de elegibilidade para programas governamentais voltados para a população vulnerável. Já a linha de indigência é definida em 1/4 do salário mínimo mensal (LOUREIRO E SULIANO, 2009, p. 2; 5).

O Plano Brasil Sem Miséria, iniciativa do Governo Federal de combate à pobreza extrema, adota atualmente (novembro de 2015) o valor de renda familiar *per capita* de R\$ 77,00 como critério básico de elegibilidade das famílias para inclusão no Programa Bolsa Família²⁵ (BRASIL, 2014).

Além da renda, outra forma de mensurar a pobreza absoluta é por meio do consumo de alimentos e de outros bens e serviços básicos. Segundo o Banco Mundial (WORLD BANK²⁶, 1990, p. 26; traduziu-se), a linha de pobreza baseada no consumo pode ser pensada como composta por dois elementos: as despesas necessárias para comprar um nível mínimo de nutrição e outras necessidades básicas e mais uma quantidade que varia de país para país, refletindo o custo de participação na vida cotidiana da sociedade. O custo de um mínimo de ingestão calórica adequada e outras necessidades pode ser calculado olhando-

ou internacionais foram representadas nos encontros ocorridos de 1997 a 2004 (RIO GROUP, 2006, p. 9; tradução do autor).

²⁴ Absolute poverty lines represent the cost of buying a basket of essential items that allows one to meet the absolute thresholds of satisfying certain basic needs. The definition of the normative basket should therefore entail, first, deciding on absolute thresholds for each of the basic needs; second, defining the type and quantities of the goods and services that are necessary to meet each of those standards; and, third, pricing those goods and services.

²⁵ O Programa Bolsa Família foi criado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004. O valor de R\$70,00 foi definido pela Lei 12.722, de 3 de outubro de 2012.

²⁶ "A consumption-based poverty line can be thought of as comprising two elements: the expenditure necessary to buy a minimum standard of nutrition and other basic necessities and a further amount that varies from country to country, reflecting the cost of participating in the everyday life of society. The first part is relatively straightforward. The cost of minimum adequate caloric intakes and other necessities can be calculated by looking at the prices of the foods that make up the diets of the poor. The second part is far more subjective; in some countries indoor plumbing is a luxury, but in others it is a 'necessity'."

se para os preços dos alimentos que compõem a dieta dos pobres. A segunda parte é muito mais subjetiva. Por exemplo, em alguns países, água encanada é um luxo, enquanto em outros representa uma necessidade básica comum.

De acordo com Loureiro e Suliano (2009, p. 6), a metodologia baseada no consumo mínimo de calorias consiste em pelo menos quatro etapas. A primeira estabelece o número de calorias mínimas de que uma pessoa necessita para ter uma vida produtiva, algo em torno de 2000 a 2500 calorias por dia. Em seguida, é estimado o custo para adquirir essas calorias. A próxima etapa consiste em estabelecer uma cesta mínima de consumo conforme a região. Por fim, compara-se o valor monetário dessa cesta de alimentos com a renda domiciliar *per capita* e, com base nisso, se classificam como indigentes (ou ainda miseráveis ou extremamente pobres) aquelas pessoas cuja renda é insuficiente para comprar a quantidade estipulada de calorias aos preços vigentes. Como as pessoas não gastam todos seus recursos em comida, deriva-se a segunda linha, a linha de pobreza, multiplicando-se a linha de indigência ou de extrema pobreza pelo inverso da fração da renda que os domicílios perto da linha de pobreza gastam com alimentação. Esta fração – chamada de Coeficiente de Engel – costuma situar-se próxima de 0,5, significando que a linha de pobreza resultante costuma ficar o dobro da linha de extrema pobreza. No Brasil, a comissão mista IBGE, IPEA e CEPAL elaborou a metodologia de adotar para o estabelecimento de linhas de pobreza uma cesta mínima de consumo tendo como base a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) do IBGE de 1995/96 (LOUREIRO E SULIANO, 2009, p. 6).

Ainda conforme Loureiro e Suliano (2009, p. 6), em todas as metodologias de determinação das linhas de pobreza e de indigência, é comum a utilização de fatores de correção, buscando levar em consideração as diferenças regionais nos custos de vida entre os estados e entre a zona rural e a urbana. Assim, o valor da linha de pobreza é mais baixo, por exemplo, no Ceará do que em São Paulo. Ao mesmo tempo, o valor monetário que define se a pessoa é pobre na zona urbana do Ceará, por exemplo, é mais elevado do que o valor considerado para a zona rural cearense. Salama (2010, p. 11) complementa, salientando que os indicadores têm vários problemas, os quais caracterizam seus limites: às vezes se levam em conta apenas as rendas monetárias, esquecendo-se dos mecanismos de solidariedade não mercantis, ignorando-se a subjetividade das pessoas que podem se sentir pobres quando não podem fazer face às suas obrigações. É por essa razão que esses indicadores simples são complementados por outros tantos que procuram captar a diversidade da pobreza e as maneiras de senti-la.

a.2) Medidas de pobreza relativas

Conforme esclarece Salama (2010, p. 10), a pobreza é relativa quando a pessoa dispõe de um rendimento monetário abaixo de 50% do rendimento mediano da população. A medida da pobreza relativa refere-se quase exclusivamente aos países desenvolvidos.

Para o Rio Group (2006), a utilização da linha de pobreza relativa é baseada na noção de que a pobreza tem de ser avaliada *vis-à-vis* o padrão de vida de uma determinada sociedade. Considerando essa perspectiva, a pobreza representa a incapacidade de participar da vida comum da sociedade em virtude da falta de recursos. Ressalta, ainda, que as linhas de pobreza absolutas são utilizadas com frequência nos países em desenvolvimento, enquanto as relativas são consideradas mais relevantes nos países desenvolvidos (RIO GROUP²⁷, 2006, p. 73; traduziu-se).

b) Medidas multidimensionais

Atualmente, há o reconhecimento na literatura de que a pobreza é um fenômeno multidimensional. Partindo dessa premissa, cabe questionar em que dimensões ela se enquadra e quais são as variáveis a serem consideradas na sua análise, em razão da grande quantidade de fatores que podem interferir no aumento ou na redução dos seus indicadores.

Ravallion (1996) argumenta que quatro conjuntos de indicadores podem ser defendidos como ingredientes para uma sensível abordagem para a medição da pobreza. São eles: (i) despesas reais *per capita* de adultos em bens de mercado; (ii) os indicadores não-renda como o acesso a bens não mercantis como educação e saúde; (iii) indicadores de distribuição intra-familiar, como estado nutricional da criança; e (iv) Indicadores de certas características pessoais que implicam restrições incomuns sobre a capacidade de escapar da pobreza, tais como deficiências físicas ou deficiências decorrentes da desnutrição crônica no passado. Em outras palavras, uma verdadeira medida de pobreza deve depender de indicadores de renda, como também de outros indicadores que podem ajudar na identificação

²⁷ The practice of using relative poverty lines is based on the notion that poverty has to be assessed *vis-à-vis* the standard of living of a specific society. From this perspective, poverty represents the inability to participate in the ordinary life of that society owing to a lack of resources. While absolute poverty lines have dominated the practice of poverty measurement in developing countries, relative poverty lines are considered more relevant in several developed nations.

de aspectos do bem-estar não capturados pelas rendas (RAVALLION²⁸, 1996, p. 1332-1333; traduziu-se).

Bourguignon e Chakravarty (2003) esclarecem que o bem-estar de uma população e, conseqüentemente, a sua pobreza, que é uma manifestação de insuficiência de bem-estar, depende tanto da variável monetária quanto de outras não monetárias. Acrescentam que é certamente verdade que, com um rendimento maior, uma pessoa pode ser capaz de melhorar a posição de alguns de seus atributos monetários e não monetários. Ao mesmo tempo, pode ocorrer que a comercialização para alguns atributos não monetários não existam, a exemplo de algum bem público. Também pode acontecer que os mercados sejam altamente imperfeitos, como no caso de racionamento. Portanto, a renda como único indicador de bem-estar é inadequada e deverá ser complementada com outros atributos ou variáveis, como, por exemplo, moradia, alfabetização, expectativa de vida, provisão de bens públicos etc. (BOURGUIGNON e CHAKRAVARTY²⁹, 2003, p. 26; traduziu-se).

No capítulo introdutório de seu livro *Poverty and Inequalities*, Grusky e Kanbur (2006) observam que há um crescente consenso entre os acadêmicos, planejadores de políticas, e até mesmo políticos, de que a pobreza multidimensional e a desigualdade não devam ser tratadas como questões sociais simples que podem ser subordinadas ao interesse em maximizar a produção econômica total. Salientam que tanto a pobreza como a desigualdade ensejam dificuldades conceituais urgentes que incluem a definição das dimensões de interesse à sua mensuração (GRUSKY e KANBUR³⁰, 2006, p. 1; traduziu-se).

Diniz e Diniz (2009) consideram que a existência de várias conotações sobre a definição de pobreza se traduz em diferentes tentativas de se criar medidas-síntese que

²⁸ Ingredients for a Credible Approach to Poverty Measurement – Four sets of indicators can be defended: (i) A sensible poverty measure based on the distribution of real expenditure per single adult, covering all market goods and services (including those obtained from non-market sources); (ii) Indicators of access to non-market goods for which meaningful prices cannot be assigned, such as access to non-market education and health services. (iii) Indicators of distribution in households; measures of gender disparities and child nutritional status. (iv) Indicators of certain personal characteristics which entail unusual constraints on the ability to escape poverty, such as physical handicaps or impairments due to past chronic undernutrition.

²⁹ The well-being of a population and, hence its poverty, which is a manifestation of insufficient well-being, depend on both monetary and non-monetary variables. It is certainly true that with a higher income or consumption budget a person may be able to improve the position of some of his/her monetary and non-monetary attributes. But at the same time it may be the case that markets for some non-monetary attributes do not exist, for example, with some public good. It may also happen that markets are highly imperfect, for instance, in the case of rationing. Therefore, income as the sole indicator of well-being is inappropriate and should be supplemented by other attributes or variables, e.g., housing, literacy, life expectancy, provision of public goods and so on.

³⁰ There is a growing consensus among academics, policy makers, and even politicians that poverty and inequality should no longer be treated as soft social issues that can safely be subordinated to more important and fundamental interests in maximizing total economic output.

possam expressá-las, determinando quais aspectos devem ser priorizados quanto ao nível de bem-estar. Referindo-se, particularmente, à abordagem das capacitações, ressaltam que a grande dificuldade em operacionalizar um índice de pobreza multidimensional está na definição menos arbitrária de quais seriam as dimensões relevantes para o cômputo da pobreza, porquanto esta é uma decisão que sempre envolve algum grau de arbitrariedade (DINIZ e DINIZ, 2009, p. 400).

Sen *apud* Diniz e Diniz (2009, p. 406) identifica não propriamente quais seriam as dimensões mais importantes, mas cinco fontes distintas de diversidade humana, que influenciariam diretamente nas escolhas dessas dimensões: i) heterogeneidades pessoais, caracterizadas pelos atributos físicos das pessoas como idade, sexo, raça, entre outros; ii) diversidades ambientais, relacionadas às características do meio ambiente, a exemplo do clima e das diferenças geográficas, entre outras; iii) variações no ambiente social, que influencia na qualidade de vida das pessoas; iv) diferenças de perspectivas relativas, influenciadas, neste caso, pelos elementos de natureza cultural como hábitos, costumes e valores; e v) distribuição das famílias, entendido como unidade básica de consumo e de bem-estar.

Sobre a Abordagem das Capacitações definida por Sen, Alkire (2008) esclarece que ela está relacionada a uma infinidade de metodologias e técnicas analíticas, podendo figurar em dados quantitativos, qualitativos, de participação, ou dados subjetivos, bem como examinar os indicadores de renda. Além disso, a Abordagem das Capacitações avançou por meio de métodos participativos e é representada por vários índices e medidas quantitativas, que defendem o empoderamento, e chama a atenção para o papel fundamental das instituições sociais, políticas, jurídicas e econômicas no avanço das capacidades ao longo do tempo. Dentro de abordagens quantitativas, essa autora informa que as técnicas utilizadas para medir capacidades vão desde a análise fatorial e análise de componentes principais até a teoria dos conjuntos *fuzzy*, índices multidimensionais, modelos de equações estruturais, abordagens de dominância, medidas de rendimento equivalentes e assim por diante. Complementa, salientando que a Abordagem das Capacitações representa a maneira adequada e conceitualmente coerente que permite aos pesquisadores analisar a pobreza multidimensional e o bem-estar (ALKIRE³¹, 2008, p. 2; traduziu-se).

³¹ It is important to emphasize that the capability approach engages with and draws upon a plethora of methodologies and analytical techniques. The capability approach can draw on quantitative, qualitative, participatory, or subjective data. It can examine income data – although income data alone is perhaps the

Em seu artigo, Alkire (2008) situa a seleção de dimensões da pobreza dentro do amplo trabalho de medição da pobreza multidimensional, como outros tipos de análises da pobreza que empregam variáveis plurais. Ela examina a questão de saber se deve haver uma lista fixa de dimensões e argumenta negativamente. Essa autora identifica cinco tipos de processos de seleção, e examina como cada um deles contribui para a tarefa de selecionar dimensões da pobreza multidimensional. Os métodos incluem: (i) utilização de dados existentes; (ii) suposições baseadas às vezes na teoria; (iii) aproveitamento de listas existentes geradas por consenso; (iv) emprego de processos participativos; e (v) proposição das dimensões baseadas em estudos empíricos sobre os valores das pessoas e/ou comportamentos (ALKIRE³², 2008, p. 1; traduziu-se).

O PNUD também caracteriza a pobreza como um fenômeno multidimensional. Para essa entidade, as dimensões da pobreza vão muito além de rendimentos inadequados, abrangendo a saúde e a nutrição deficientes, um baixo nível de educação e competências, meios de subsistência inadequados, más condições de habitação, exclusão social e falta de participação (PNUD, 2010, p. 98).

Em diversas de suas publicações, Amartya Sen associa pobreza à falta de desenvolvimento e este a “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. (SEN, 2010, p.16). Sen (2010, p. 25) destaca cinco tipos de liberdades vistas de uma perspectiva “instrumental” na busca do desenvolvimento e, conseqüentemente, na redução da pobreza sob o enfoque multidimensional: a) liberdades políticas (ex.: liberdade de expressão e eleições livres); b) facilidades econômicas (ex.: oportunidade de participação no comércio e na produção); oportunidades sociais (ex.: acesso a serviços de educação e saúde); d) garantias de transparência; e e) segurança protetora (ex.: segurança contra distúrbios civis, catástrofes econômicas e ambientais, fomes etc.). Segundo esse autor, “cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa”.

crudest form of measurement. Furthermore, the capability approach has been advanced by participatory methods; it has been represented by various indices and quantitative measures; it advocates empowerment, and draws attention to the critical role of social, political, legal and economic institutions in advancing capabilities over time. Within quantitative approaches, techniques that have been used to measure capabilities range from factor analysis and principle component analysis type tests, to fuzzy set theory, to multidimensional indices, to structural equation models, to dominance approaches, to equivalent income measures and beyond. The capability approach is a coherent framework that researchers can draw on in order to utilize diverse approaches to multidimensional poverty and well-being in a concerted and conceptually coherent fashion.”

³² “The five processes are: 1. Use existing data; 2. Make assumptions – perhaps based on a theory; 3. Draw on an existing list that was generated by consensus; 4. Use an ongoing deliberative participatory process; and 5) Propose dimensions based on empirical studies of people’s values and/or behaviors.”

SEN, 2010, p. 25). Na acepção de Sen, vencer a pobreza passa pela conquista dessas liberdades.

Visando a facilitar a análise da pobreza de países, estados, municípios etc. entre si ou ao longo do tempo, muitos pesquisadores utilizam indicadores sintéticos. Barros, Carvalho e Franco (2006, p. 7) ressaltam que a ideia de elaborar um indicador escalar que sintetize todas as dimensões relevantes da pobreza humana tomou maior impulso somente após a criação dos Índices de Pobreza Humana (IPH-1 e IPH-2) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em meados dos anos de 1990, desenvolvidos por Sudhir Anand e Amartya Sen. Desde então, expressivos são os esforços para a formulação de indicadores multidimensionais de pobreza. Dentre os trabalhos disponíveis na literatura internacional que propõem metodologias para a formulação de indicadores sintéticos para a abordagem da pobreza no âmbito multidimensional, podem ser citados: Anand e Sen (1997), Asselin (2002); Tsui (2002); Bourguignon e Chakravarty (2003); Alkire e Foster (2010) e PNUD (2010).

Asselin (2002) propôs um método para a eliminação do arbítrio na definição do indicador composto. Os trabalhos teóricos de Tsui (2002) e de Bourguignon e Chakravarty (2003) optaram por primeiro agregar as dimensões da pobreza, obtendo uma medida sintética escalar da pobreza para cada pessoa ou família, agrupando-a, em seguida, para obter um indicador de pobreza para a sociedade. Alkire e Foster (2010) propuseram nova metodologia para a medição da pobreza multidimensional, composta por dois tipos de corte: um dentro de cada dimensão para determinar se uma pessoa é privada na mesma, e outro entre dimensões, possibilitando a contagem do número das dimensões em que uma pessoa é privada.

O PNUD (2010), em seu Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, apontou o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), elaborado com base na abordagem das capacitações de Amartya Sen. Segundo o PNUD (2010, p. 99), essa medida substituiu o Índice de Pobreza Humana (IPH), cuja metodologia utilizava as médias do país para refletir privações agregadas na saúde, na educação e no padrão de vida, no entanto, não conseguia identificar pessoas específicas, famílias ou grupos maiores daquelas que sofressem privações em conjunto. Visando a suprir essa falha, o IPM foi concebido com vistas a captar quantas pessoas sofrem privações sobrepostas e quantas privações enfrentam em média (PNUD, 2010, p. 99). A metodologia empregada nesta tese teve como base o IPM definido pelo PNUD (2010).

É importante ressaltar o fato de que o estudo da pobreza sob o prisma multidimensional pressupõe o enfrentamento de algumas dificuldades de ordem técnica e metodológica. De acordo com Asselin³³ (2002, p. 2; traduziu-se), o problema técnico se origina na multidimensionalidade do conceito de pobreza, para o qual não há uma só formulação, mas uma grande sobreposição entre as diversas definições. Outro ponto importante diz respeito à escolha das dimensões e quais os indicadores a serem utilizados para representá-las. Sobre isso, Barros, Carvalho e Franco (2006, p. 9) acentuam que “de todas as etapas do processo de construção de um indicador de pobreza multidimensional, essa é uma das em que a literatura menos avançou.” Segundo esses autores, “ainda estamos longe de saber normativamente quais são as dimensões mais relevantes da pobreza e também distantes de ter definido os melhores indicadores para representar cada dimensão”. (BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2006, p. 9). Dentre outros problemas inerentes a indicadores multidimensionais, são relatados na literatura a “dupla contagem”, inevitável em muitas situações, assim como a atribuição de pesos utilizada em algumas metodologias, a exemplo de vários indicadores propostos pelo PNUD, dentre os quais o Índice de Pobreza Multidimensional. A esse respeito, Asselin³⁴ (2002, p. 3; traduziu-se) ressalta que a crítica dirigida aos índices de desenvolvimento humano e de pobreza humana, desenvolvidos e publicados pelo PNUD, se baseia geralmente na escolha arbitrária de pesos e técnicas funcionais utilizados na agregação dos indicadores primários.

Apesar da falta de consenso na literatura sobre as dimensões e indicadores que melhor representem a pobreza sob o prisma multidimensional, nesta tese, foram utilizados dois critérios básicos para defini-los, tendo por base o conceito de pobreza adotado. O primeiro critério refere-se ao atendimento das necessidades básicas, sem as quais as pessoas padecem de privações que comprometem o alcance de um bem-estar mínimo. Assim, foram utilizados indicadores representativos de bem-estar, como: acesso à rede de energia elétrica, disponibilidade de água tratada e de coleta de lixo, esgotamento sanitário adequado, qualidade do domicílio e existência de bens duráveis.

O segundo critério baseia-se na premissa de que as pessoas devem ter acesso a direitos essenciais à dignidade humana. Dada a multiplicidade desses direitos, optou-se por

³³ The technical problem we are faced to originates from the multidimensionality of the poverty concept, now universally accepted. This multidimensionality depends on the definition given to poverty, for which there is not a unique formulation, but usually a large overlapping between those given here and there.

³⁴ [...] there is the set of human development and human poverty indices developed and published by UNDP. The criticisms addressed to these numerous proposals rely generally on the arbitrary choice of weights and functional forms used in aggregating the primary poverty indicators.

adotar alguns preconizados na Constituição Federal de 1988. Com efeito, foram utilizados indicadores para expressar o direito de acesso ao conhecimento, à saúde, à seguridade social e ao trabalho digno. Embora existam outros direitos sociais previstos na Constituição, alguns não foram incorporados por fugir ao escopo deste trabalho e outros por não se dispor de dados adequados nos censos demográficos que pudessem representá-los, a exemplo do direito à alimentação.

2.4 Utilização de indicadores multidimensionais de pobreza no Ceará

Loureiro (2007), recorrendo à base de dados do Cadastro Único (Cadúnico), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), realizou o perfil social dos municípios cearenses, utilizando-se de alguns indicadores que retratam suas fragilidades e vulnerabilidades. De acordo com esse estudo, 59% das pessoas cadastradas não trabalhavam, enquanto apenas cerca de 2% possuíam carteira assinada. A renda domiciliar *per capita* média, de R\$ 43,95, situava-se bem abaixo do valor observado nas informações da PNAD para pessoas abaixo da linha da pobreza que, em 2005, correspondia a pouco mais de R\$ 75,00. Além disso, 65% das pessoas cadastradas declararam possuir renda nula e 15,68% inferior a R\$ 87,50. No quesito educação, 77,2% declararam não ter concluído o ensino fundamental, enquanto apenas 7% das pessoas possuíam o ensino médio completo. A proporção de indigentes³⁵ no Ceará, dentre as pessoas incluídas no Cadúnico, era de 89,3%, representando uma população de aproximadamente 980 mil pessoas. A despesa com alimentação dominava o orçamento familiar, correspondendo a mais de 64% do total. A segunda maior despesa dentre as famílias cadastradas era destinada ao consumo de gás de cozinha (12,5%), seguida por energia elétrica (9%) e água (4%). Nesse mesmo trabalho, o autor aponta algumas limitações do Cadúnico, tais como: inconsistências no preenchimento da localização (rural, urbana e bairro); incoerência entre as datas do cadastramento e de nascimento de muitos dos cadastrados, dificultando o cálculo das idades; impossibilidade de identificar os deficientes físicos, principalmente por tipo de deficiência; discrepâncias entre os valores informados da renda e das despesas, dentre outras (LOUREIRO, 2007).

Utilizando a técnica multivariada da Análise de Correspondência Múltipla

³⁵ No estudo de Loureiro, a linha de indigência, definida pelo critério da renda, correspondeu a ¼ do salário-mínimo de 2005, que era de R\$ 300,00.

(ACM), Araújo, Morais e Cruz (2012) estudaram a pobreza multidimensional³⁶ no Ceará, usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes aos anos de 2004, 2006 e 2009, tendo como eixo norteador a abordagem das capacitações. Concluíram que ocorreu, no período considerado (2004-2009), diminuição na proporção de pobres (FGT³⁷(0)), no hiato médio de pobreza (FGT(1)) e na severidade da pobreza (FGT(2)) em todas as áreas analisadas do Ceará (Estado, Região Metropolitana, Zona Urbana e Zona Rural), tanto no aspecto unidimensional como multidimensional. Observaram também que esses indicadores para a área rural são sempre superiores aos da área urbana, evidenciando haver no campo maior carência quanto ao atendimento de necessidades básicas. Na metodologia utilizada, o índice de pobreza multidimensional foi composto por 15 indicadores primários, separados por seis dimensões, a saber: moradia (5 indicadores primários); saneamento (4 indicadores primários); educação (3 indicadores primários); trabalho, renda e demografia (com 1 indicador primário cada um). Os resultados encontrados para o Estado do Ceará no ano de 2009 revelaram uma proporção de pobres, FGT(0), igual a 0,445, significando que 44,5% da população cearense é multidimensionalmente pobre. O hiato de pobreza (ou intensidade de pobreza), FGT(1), encontrado para o Estado nesse mesmo ano foi de 0,127, significando que a distância relativa média dos pobres à linha de pobreza é de 12,7%. Por fim, o índice de severidade da pobreza, FGT(2), que indica a situação dos mais pobres entre os pobres, foi de 5,2% (ARAÚJO, MORAIS e CRUZ, 2012, p. 22 e 23).

2.5 A pobreza possui muitas causas

A existência de bolsões de pobreza em uma sociedade resulta de vários fatores, que podem ser agrupados nas dimensões econômica, social, histórico-cultural, político-institucional e ambiental, dentre outras. Neste tópico, são mostradas as percepções de autores

³⁶ O estudo inclui também uma análise unidimensional da pobreza no Ceará, tendo por base a renda monetária como critério para distinguir pobres de não pobres.

³⁷ FGT(0), FGT(1) e FGT(2) são os índices de pobreza de Foster, Greer e Thorbecke (FGT), definidos pela expressão abaixo, onde n é o número de indivíduos na população, z é a linha de pobreza, p é o número de indivíduos abaixo da linha de pobreza (z), x_i é a renda do indivíduo i e α é o grau de aversão à pobreza. FGT(0) = p/n representa a proporção de pobres na população; FGT(1), conhecido como índice de insuficiência de renda, corresponde ao valor médio da distância das rendas dos pobres em relação à linha de pobreza. O índice FGT(2), chamado de índice da severidade da pobreza, corresponde à distância média quadrática dos pobres em relação à linha de pobreza. (HOFFMANN, 1998, p. 222; BARRETO, 2012, p. 24).

$$FGT(\alpha) = \frac{1}{nz^\alpha} \sum_{i=1}^p (z - x_i)^\alpha$$

diversos sobre quais são as dimensões e variáveis que atuam como fatores causais da pobreza, tendo por base a literatura.

Sachs (2005) aponta uma lista de itens para se fazer um diagnóstico visando à redução da pobreza. Em um trabalho aprofundado, visando a esta finalidade, esse autor sugere mapear/analisar os seguintes elementos: I. Armadilha da pobreza, que inclui o mapeamento da pobreza e identificação dos principais fatores de risco (tendências demográficas, tendências ambientais, choques climáticos, doenças, flutuação de preços de *commodities* etc.); II. Estrutura da política econômica (ambiente para os negócios, política de comércio exterior, política de investimentos, infraestrutura e capital humano); III. Estrutura física e armadilha fiscal (receitas e despesas do setor público por categoria, administração tributária e gestão dos gastos, necessidades de investimento público para cumprir as metas de redução da pobreza, instabilidade macroeconômica, *overhang* da dívida do setor público, dívida fiscal e dívida oculta, estrutura dos gastos do setor público de médio prazo); IV. Geografia física (condições de transporte, densidade populacional, condições agrônômicas e ecologia patológica); V. Padrões e falhas de governança (direitos políticos e civis, sistemas de gestão pública, descentralização e federalismo fiscal, padrões e intensidade da corrupção, sucessão e longevidade política, violência e segurança interna, violência e segurança nas fronteiras e divisões culturais, étnicas, religiosas e outras); VI. Barreiras culturais (relações de gênero, divisões étnicas e religiosas e diáspora); e VII. Geopolítica (relações com a segurança internacional, ameaças à segurança de além-fronteira, como guerra, terrorismo e refugiados, sanções internacionais, barreiras comerciais e participação em grupos regionais e internacionais) (SACHS, 2005, p. 115).

Para Salama (2010), o nível e a variação das desigualdades e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) constituem os fatores-chave que explicam a evolução da pobreza. Quanto maior o nível das desigualdades, maior a possibilidade de a pobreza ser mais intensa. No sentido inverso, quanto maior o crescimento, mais a renda dos pobres aumenta e menos tempo eles dedicarão para preencher a diferença que os separa da linha de pobreza, se e somente se, a distribuição da renda que acompanha o crescimento não for alterada. A variação das desigualdades influencia, com efeito, o nível da pobreza. Uma distribuição de renda cada vez mais igualitária constitui um fator positivo e permite diminuir a pobreza, tudo o mais constante, e inversamente uma elevação das desigualdades constitui um fator negativo (SALAMA, 2010, p. 12).

Ainda segundo Salama (2010), os regimes de crescimento exercem uma influência

sobre o nível da pobreza. Certos regimes de crescimento têm melhor desempenho em termos de taxa de crescimento, de inserção da economia na “economia-mundo”, do que outros, favorecendo o aparecimento de produtos de média e de alta tecnologia; isso, naturalmente, impõe consequências sobre a pobreza e suas expressões. Com efeito, cada tipo de inserção se traduz por uma relação diferenciada entre trabalho não qualificado e trabalho qualificado e, portanto, por uma distribuição diferenciada de renda. Como pobreza não é sinônimo de não trabalho ou mesmo de trabalho informal (ainda que existam ligações entre pobreza e atividades informais), a evolução dos tipos de emprego e de renda se traduz em efeito, via variação da distribuição da renda e amplitude do crescimento sobre o nível de pobreza. Nesse sentido, pode-se considerar que o regime de crescimento relativamente de baixo desempenho, como o que tem conhecido a América Latina industrializada após os anos 1990, explica as dificuldades para diminuir de maneira significativa o nível de pobreza.

Em sua análise sobre as razões da pobreza, Salama (2010, p. 27), salienta que

[...] uma taxa de crescimento mais elevada e durável, acompanhada de um esforço sustentado nas despesas em educação, é a via obrigatória para reduzir, de maneira significativa, a pobreza. Mas, para percorrer esta via, ainda é preciso que as relações entre as finanças e o Estado e a indústria sejam diferentes e que seja também possível se modificar em profundidade a estrutura das exportações, em direção a produtos mais sofisticados e mais demandados. A luz no fim do túnel da pobreza, mesmo com os pequenos clarões percebidos em alguns países, ainda se encontra muito distante. O aumento das transferências sociais diminui a pobreza e alivia as dificuldades dos que mais sofrem privações. Se essas transferências são necessárias e eticamente indispensáveis, elas não são de forma alguma a solução para suprimir uma pobreza absoluta, que ainda se situa em níveis muito elevados, apesar da sensível diminuição em alguns países.

Se, contudo, o crescimento econômico (mantida a mesma desigualdade) se traduz em melhoria da renda, ela não representa necessariamente melhoria nos níveis de educação e saúde. A esse respeito, o PNUD (2010, p. 47), explorando a ligação entre crescimento e desenvolvimento humano ao longo dos últimos 40 anos, assinala que inexistente correlação significativa entre o crescimento econômico e os melhoramentos na saúde e na educação. Em decorrência desta constatação, o estudo do PNUD (2010, p. 48) concluiu que “as forças motoras dos melhoramentos na saúde e na educação são diferentes das forças motoras dos melhoramentos no rendimento.” Acrescenta que, “se esses processos tivessem os mesmos motores, teriam, em grande parte, coincidido. Mas demonstramos que assim não foi.”

Para o Banco Mundial (2001, p. 2), a vulnerabilidade a acontecimentos externos incontrolláveis (doença, violência, choques econômicos, mau tempo, catástrofes naturais) aumenta o mal-estar dos pobres, exacerba sua pobreza material e enfraquece seu poder de barganha. Por isso, o aumento da segurança (reduzindo o risco de eventos como guerras, doenças, crises econômicas e catástrofes naturais) é essencial para reduzir a pobreza. Também é essencial à redução da vulnerabilidade dos pobres aos riscos e à implantação de mecanismos para ajudá-los a enfrentar os choques adversos.

Como já discutido, a pobreza multidimensional engloba carências nas áreas da educação e da saúde, dentre outros pontos. Para o PNUD (2010, p. 53; 56-57), a melhoria nos indicadores globais de saúde após 1950 decorreu, principalmente, da difusão de inovações tecnológicas, como as vacinações e as práticas de saúde pública. A esse respeito, o PNUD (2010, p. 53) assevera que os países pobres se beneficiaram da rápida disseminação desses melhoramentos, quando os seus custos caíram drasticamente, exemplificando que um estudo concluiu que aproximadamente 85% das reduções de mortalidade numa amostra de 68 países desde 1950 podem ser explicados pelo progresso global. No que concerne aos avanços na educação, o PNUD (2010) aponta a disseminação de ideais acerca do que as sociedades – e os governos – devem fazer e quais as metas a que os pais aspiram para os seus filhos. Além disso, essa entidade defende o argumento de que uma imprensa livre, a contestação das políticas e uma cultura de debate público dos problemas sociais são fatores que ajudam a fazer avançar as grandes reformas em prol do desenvolvimento humano e, por conseguinte, no enfrentamento da pobreza multidimensional (PNUD, 2010).

Leite (1995), ao se referir às zonas rurais do Nordeste, destaca serem os problemas endêmicos, variados e complexos aí encontrados, decorrentes de: baixa produtividade; sistemas administrativos e organizacionais antiquados; mau funcionamento do sistema de mercado; tecnologia tradicional superada; incentivos inadequados para a modernização; e crescimento do desemprego e subemprego (LEITE, 1995, p.3). Neste contexto, Khan (2000 *apud* MENDONÇA, 2009, p. 22) considera que, no meio rural, o acesso inadequado à terra é provavelmente o mais importante colaborador para a pobreza. Muitos outros fatores estão envolvidos, incluindo a qualidade da terra, o acesso ao crédito e aos mercados, o acesso à infraestrutura pública e aos serviços de suporte.

Particularmente no Ceará, uma das principais causas da pobreza, de acordo com Bar-El (2006), decorre da baixa produtividade. Segundo esse autor, nesse Estado,

a baixa produtividade é resultado de baixos níveis de realização dos três principais fatores de produção: mão-de-obra (baixos níveis de capital humano), capital (baixo acesso a financiamento) e infraestruturas (infraestruturas deficientes ou inadequadas para a economia em mudança) (BAR-EL, 2006, p. 247).

Esse autor considera que a educação é provavelmente o instrumento mais importante para a melhoria do capital humano, pois ela leva a uma produtividade mais elevada e a níveis crescentes de renda, contribuindo para a diminuição da pobreza. Por outro lado, considera também que a melhoria do capital humano facilita a flexibilidade do emprego e a acessibilidade às oportunidades de trabalho (BAR-EL, 2006, p. 248). De acordo com Mendonça (2009, p. 47-48), o Ceará estruturou o Fundo de Combate à Pobreza (FECOP)³⁸, visando a atacar essas e outras deficiências mediante programas de transferência de renda e programas estruturantes.

Após evidenciados o conceito, os fatores causais e os expedientes para medir a pobreza, particularmente a de cunho multidimensional, considera-se importante exprimir as diretrizes das principais políticas públicas sociais preconizadas na Constituição Federal de 1988, tarefa empreendida no próximo capítulo.

³⁸ O Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP foi instituído pela Lei complementar N° 37, de 26 de novembro de 2003, e regulamentado pelo Decreto N° 27.379, de 1° de março de 2004.

3 DIRETRIZES LEGAIS RELATIVAS ÀS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE COMBATE À POBREZA MULTIDIMENSIONAL

A compreensão do desempenho dos fatores causais da pobreza multidimensional de uma sociedade requer o entendimento das políticas públicas utilizadas no seu enfrentamento. Em face do objetivo específico previsto neste documento de averiguar a eficácia das políticas públicas de combate à pobreza multidimensional, faz-se necessário evidenciar as que são objeto de análise neste estudo. Para tanto, são expressos, neste tópico, as diretrizes e os preceitos legais das principais políticas públicas sociais nas áreas de educação, saúde, habitação, trabalho e previdência. Ressalta-se que não há a pretensão de detalhar as políticas públicas das áreas mencionadas, mas de apontar os preceitos normativos previstos na Constituição Federal de 1988 e na legislação regulamentar posterior que asseguram direitos aos cidadãos condizentes com ações que podem exercer influência no combate à pobreza multidimensional.

Isto posto, inicialmente, mostra-se o que a própria Constituição Federal de 1988 assegura acerca do que são direitos sociais. Em seu Capítulo II – Direitos Sociais, a Constituição Federal de 1988 estabelece:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição³⁹ (BRASIL, 1988).

Este tópico foi desenvolvido em subitens relacionados a cada uma das políticas públicas que foram objeto de análise, ou seja, educação, saúde, moradia, trabalho e previdência social⁴⁰.

3.1 Políticas públicas de educação

A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 na cidade de Jomtien, Tailândia, representou o marco que levou os nove países com maior taxa de analfabetismo (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e

³⁹ Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010.

⁴⁰ Embora os direitos sociais preconizados na Constituição de 1988 sejam mais abrangentes, esta tese limitou-se a investigar apenas os relativos aos temas de educação, saúde, moradia, trabalho e previdência social, por disporem de dados nos inquéritos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Paquistão) a desencadear ações para a consolidação dos princípios acordados na Declaração de Jomtien. Consoante os termos dessa declaração, os governos dos países signatários se comprometeram a impulsionar políticas educativas, articuladas em conformidade com o Fórum Consultivo Internacional para a Educação para Todos, sob a coordenação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (SHIROMA *et al.*, 2000, p. 56-57).

A ideia da “Educação para Todos”, preconizada pelo Banco Mundial e outros organismos multilaterais, decorreu da constatação da existência de 100 milhões de crianças fora da escola e mais de 900 milhões de adultos analfabetos no mundo. Além disto, o diagnóstico da existência de um bilhão de pobres no mundo levou o Banco Mundial a buscar na educação a sustentação para sua política de contenção da pobreza (SHIROMA *et al.*, 2000, p. 57 e 73). Desde então, a educação é considerada como um dos caminhos para superar o problema da pobreza no Planeta.

No Brasil, apesar dos avanços observados, a distribuição do acesso à educação é uma lacuna que ainda persiste. A esse respeito, Araújo (2000, p. 262), comparando as transformações ocorridas no Japão e no Brasil⁴¹ no transcorrer do século XX, destaca a importância da educação na recuperação e transformação do País nipônico na segunda maior economia da Terra, após ter sido destruído durante a II Guerra Mundial. No caso brasileiro, ressalta a transformação estrutural ocorrida na economia do País, que passou de nação agrária, nos anos de 1920, para uma potência industrial média nos anos de 1980. Araújo (2000) ressalta, no entanto, que no Brasil, a revolução educacional ainda está para ser feita, salientando que as políticas públicas brasileiras na área de educação não implementaram o acesso a este ativo em magnitude similar ao que o Estado japonês promoveu. Nesse artigo, Araújo (2000) cita também o exemplo da Coreia do Sul, que realizou as reformas educacional e agrária e implantou um parque industrial inicialmente voltado para o mercado interno, ações que possibilitaram transformá-lo, em poucas décadas, em um país de grande dinamismo econômico, superando, inclusive, o subdesenvolvimento.

Na área da educação, pode-se afirmar que o Brasil obteve avanços jurídico-institucionais expressivos com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Dentre outros avanços, a Carta Magna considerou a educação um direito social inalienável e estabeleceu a

⁴¹ O trabalho evidencia a similaridade entre o Brasil e o Japão, ambos considerados Estados desenvolvimentistas no século XX, salientando que, nesses países, “o Estado desempenhava a função de promover a acumulação privada, na esfera produtiva” e que “o essencial das políticas públicas estava voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização”. (ARAÚJO, 2000, p. 262).

corresponsabilidade dos entes federados por sua execução e a vinculação constitucional de percentuais mínimos dos orçamentos públicos. As modificações na ordem jurídico-institucional completaram-se com a aprovação, pelo Congresso Nacional, de quatro instrumentos legais de grande reflexo para a educação brasileira: a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); a Emenda Constitucional nº 14, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF); o Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 10.172/2001); e a Lei nº 11.494, de 20/06/2007, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (BRASIL, 2009a, p. 13-14).

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece, em seu Art. 4º (Título III - Do Direito à Educação e do Dever de Educar), dentre outros direitos, que:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013):

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;

...

IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013);

...

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 1996).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou de 1997 a 2006, o FUNDEB está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020.

O Plano Nacional de Educação (Anexo à Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001), previsto para vigorar durante dez anos, teve como objetivos principais: a) elevação global do nível de escolaridade da população; b) melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; c) redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e d) democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e a participação das

comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2001). Cabe registro também do Art. 4º da referida Lei, ao estabelecer que ficaria a cargo da União instituir o Sistema Nacional de Avaliação e adotar os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação.

Condizente com os objetivos deste trabalho e tendo por base o que estabelece a legislação acerca da educação, cabe indagar se houve melhoria de acesso ao conhecimento no Ceará, verificado por meio da evolução de indicadores de analfabetismo, nível de escolaridade e de qualificação profissional e de infantojuvenis frequentando escola.

3.2 Políticas públicas de saúde

A atual política de saúde brasileira tem como marco inicial, do ponto de vista jurídico-institucional, a Constituição Federal de 1988, cujos artigos 196 a 200 são dedicados a essa temática. A universalização do direito de acesso do brasileiro à saúde é determinada pelo artigo 196 dessa Carta Magna, que estabelece:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Neste trabalho, a discussão acerca da política de saúde no Brasil, particularmente no Ceará, foi realizada tendo como escopo o Sistema Único de Saúde (SUS) que, de acordo com o Art. 4º da Lei Orgânica da Saúde (Lei Nº 8.080, de 19/09/1990), é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público. Essa Lei, em seu Art. 7º, estabelece entre os princípios do SUS a “universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência”. Desde essa lei, o Brasil passou a contar com o arcabouço jurídico-institucional necessário para a implantação de um sistema público de saúde único e universal.

O SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, sendo o único a garantir assistência integral e completamente gratuita para a totalidade da população, inclusive aos pacientes portadores do HIV, sintomáticos ou não, aos pacientes renais crônicos e aos pacientes com câncer. Para esta ampla cobertura, o SUS conta com recursos

orçamentários assegurados pela Emenda Constitucional 29 (EC-29), que atribui a responsabilidade de seu financiamento aos três níveis de governo (SOUZA, 2002, p. 16).

3.3 Políticas públicas de habitação e infraestrutura domiciliar

3.3.1 Políticas públicas de acesso à moradia

Os desafios a serem enfrentados pelo Brasil para equacionar o problema da moradia no País são gigantescos. De fato, como reconhece a própria Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, na apresentação do Plano Nacional de Habitação – PNH (BRASIL, 2010a, p. 5),

[...] a falta de alternativas habitacionais, gerada por fatores como o intenso processo de urbanização, baixa renda das famílias, apropriação especulativa de terra urbanizada e inadequação das políticas de habitação, levou um contingente significativo da população a viver em assentamentos precários.

De acordo com esse documento, “o déficit habitacional, acumulado ao longo de décadas e a demanda habitacional futura representam um desafio de cerca de 31 milhões de novos atendimentos habitacionais até 2023”. (BRASIL, 2010a, p. 5).

A atual Política Nacional de Habitação tem como marco a Lei 11.124, de 16 de junho de 2005, que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. Essa Lei (regulamentada pelo Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006) estabelece, em seu art. 2º, os seguintes objetivos para o SNHIS (BRASIL, 2005):

- I – viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;
- II – implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e
- III – articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

Dentre as ações em prol da habitação no Brasil, cabe destaque à Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que instituiu o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. De acordo com essa lei (Brasil, 2009b),

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para

famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende os seguintes subprogramas⁴²:

I – o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU);

II – o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

De acordo com a Fundação João Pinheiro – FJP (2013, p. 28), o Brasil possuía, em 2010, déficit⁴³ de 6,490 milhões de unidades, correspondente a 12,1% dos domicílios do País. Segundo essa Fundação, mais de 70% do déficit habitacional no País é composto pela coabitação familiar (43,1%) e pelo ônus excessivo com aluguel (30,6%). Domicílios precários, com 19,4%, e adensamento excessivo de domicílios alugados (6,9%) são os componentes menos expressivos do déficit. No Ceará, em particular, o déficit habitacional era, em dados de 2010, de 276.284 unidades, correspondente a 11,7% do total de moradias do Estado. Nesse mesmo ano, o déficit urbano cearense correspondia a 221.099 unidades (12,2%), enquanto o déficit rural era de 55.186 unidades (9,9%) (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013, p. 32).

O Programa Minha Casa, Minha Vida foi criado com o objetivo de atacar o crônico déficit habitacional no país, particularmente da população de baixa renda. De acordo com o 1º. Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento de 2015 (Brasil, 2015a, p. 43), por meio do PMCMV, “foram contratadas 3,96 milhões de moradias em 96% dos municípios brasileiros, e entregues 2,3 milhões de unidades habitacionais (UH) beneficiando cerca de oito milhões de pessoas.” No total, segundo o relatório, foram investidos R\$ 265,2 bilhões nesse programa habitacional, desde 1999 até junho de 2015 (BRASIL, 2015a, p. 43).

3.3.2 Políticas públicas de energia elétrica

Um marco importante na legislação brasileira do setor de energia elétrica é a Lei Nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dentre outras providências. Em decorrência dessa lei, o Governo Federal

⁴² A redação do Art. 1º foi dada pela Lei nº 12.424, de 2011, e dos incisos I e II pela Lei nº 13.173, de 2015. Outras revisões foram feitas, principalmente, pela Lei nº 12.249, de 2010 e pela Lei nº 12.693, de 2012.

⁴³ O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções e que, por isso, devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013, p. 13).

criou, em 2003, o Programa Luz para Todos, com o objetivo de universalizar o atendimento por energia elétrica no País, particularmente na área rural. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (2013), a área de atendimento de 85 distribuidoras do País está universalizada, sete distribuidoras tiveram o ano de universalização definido para 2014 e nove delas estão em análise da última proposta de revisão de seus planos de universalização encaminhados para ANEEL.

3.3.3 Políticas públicas de saneamento básico

As diretrizes nacionais e a política federal de saneamento básico no Brasil são estabelecidas pela Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, regulamentada pelo Decreto Nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Para fins deste trabalho, serão discutidos apenas alguns incisos do Art. 2º dessa lei, a saber:

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais: I – universalização do acesso; [...] III – abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2007).

De acordo com o Art. 3º dessa lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: a) abastecimento de água potável; b) esgotamento sanitário; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

No que concerne ao destino adequado de resíduos sólidos, considera-se relevante a Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos⁴⁴. Dá-se destaque ao Art. 54 dessa lei, ao estabelecer que “a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (...) deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei” (BRASIL, 2010b). Considerando que a lei foi publicada no D.O.U. de 03.08.2010, os municípios estariam sujeitos a concluir os seus projetos de aterros sanitários (em substituição aos lixões) até agosto de 2014⁴⁵. Essa lei consiste em um grande avanço da legislação em prol do meio ambiente e da saúde pública.

⁴⁴ Regulamentada pelo Decreto Nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

⁴⁵ Em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Senado 425/2014 e o Projeto de Lei 2289/2015, que propõem a prorrogação do prazo para implantação dos aterros sanitários até 2021, em função do porte do município.

3.4 Políticas públicas de geração de trabalho

Nas décadas de 50 a 70 do século XX, o Brasil passou por uma fase de rápido crescimento. O processo, no entanto, foi acompanhado por alta inflação, aumento da desigualdade e incapacidade de incorporar certos segmentos da população. Grande parte da força de trabalho ficou relegada ao setor informal. E, em contraste com os países desenvolvidos, não houve grandes avanços na rede de proteção social. Nos anos 1980, o modelo foi alvo de forte crise, resultado da falência fiscal do Estado e do endividamento externo (GUIMARÃES, 2011, p. 319).

A redemocratização ocorrida no País foi acompanhada pela promulgação de uma Constituição, que se consolidou como um marco no desenho das políticas sociais no Brasil. A Constituição Federal de 1988 ampliou o orçamento social, destinando somas crescentes de recursos para a educação, saúde e assistência social. No âmbito dessa Constituição, também consta a criação do Fundo de Amparo ao Trabalho (FAT), considerado a base para a expansão das políticas de emprego e renda no País (GUIMARÃES, 2011, p. 319-320). Foi somente com a criação do FAT que o Brasil passou a contar com uma fonte de financiamento estável para as suas políticas de trabalho, emprego e renda.

A Constituição Federal brasileira, em seu Art. 239, estabelece que, da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), cujos recursos, dentre outros, formam o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, pelo menos quarenta por cento são destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Ressalta-se que tanto o PIS quanto o PASEP constituem mecanismos de poupança forçada, tendo as empresas que contribuir compulsoriamente para a constituição desses fundos financeiros, operacionalizados pelo Governo Federal.

O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, instituído pela Lei Nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. É administrado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, formado com representantes de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais. De acordo com essa Lei (Art. 15º), “sobre o saldo de recursos não desembolsados, os agentes pagadores remunerarão o FAT, no mínimo com correção monetária”. (BRASIL, 1990).

Ressalta-se que grande parte da poupança nacional utilizada nos financiamentos produtivos é oriunda do FAT, resultando em expressiva geração de empregos formais no País.

3.5 Políticas públicas de previdência social

Neste subtópico, pretende-se tão-somente mostrar alguns aspectos da legislação previdenciária, notadamente a prevista na Constituição Federal de 1988. O Artigo 194 da Carta Magna traz o conceito de seguridade social, que inclui os direitos relativos à previdência social. De acordo com esse artigo (BRASIL, 1988),

Art. 194 A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:
I – universalidade da cobertura e do atendimento;
II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;
...

Com respeito especificamente à previdência social, a Constituição Federal brasileira estabelece (BRASIL⁴⁶, 1988):

Art. 201 A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:
I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
II – proteção à maternidade, especialmente à gestante;
III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.
...
§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições⁴⁷:
I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.
...

⁴⁶ Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

⁴⁷ A Lei 13.183, de 04/11/2015, estabeleceu nova regra de cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição. De acordo com essa Lei, o cálculo levará em consideração o número de pontos alcançados somando a idade e o tempo de contribuição do segurado (Regra 85/95 Progressiva).

Concernente aos segurados obrigatórios do sistema previdenciário brasileiro, a Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), estabelece (BRASIL, 1991):

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I – como empregado:

a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;

b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;

...

II – como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;

...

V – como contribuinte individual: (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos; ou ainda nas hipóteses dos §§ 10 e 11 deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008).

b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral – garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).

...

h) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 1999).

VI – como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural definidos no regulamento;

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de: (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008).

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; ou (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes. (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008).

...
§ 7^o Para serem considerados segurados especiais, o cônjuge ou companheiro e os filhos maiores de 16 (dezesseis) anos ou os a estes equiparados deverão ter participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).
...

Como visto, a lei previdenciária brasileira é abrangente, prevendo-se enquadramento para as diversas ocupações profissionais. Sobre sua importância no País, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2011, p. 13) comenta que

[...] o sistema de previdência brasileiro tem importante papel na garantia de renda dos trabalhadores ativos e inativos, sobretudo o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que abarca, em sua maioria, os trabalhadores da iniciativa privada. Graças à sua crescente cobertura, aliada à vinculação do piso ao salário mínimo (SM) e aos diversos esquemas de solidariedade entre as categorias de trabalhadores cobertos, o sistema tem tido impactos muito positivos sobre a pobreza, a desigualdade e o crescimento econômico nos últimos anos.

Apesar das conquistas observadas após a promulgação da Carta Magna, cabe manifestar preocupações sobre a sustentabilidade do sistema previdenciário oficial brasileiro, em virtude de seu sistemático déficit orçamentário, sobretudo no regime rural, decorrente de beneficiar trabalhadores não contribuintes, amparados pela legislação sob a denominação de segurados especiais. Além do mais, as taxas de fecundidade no Brasil estão caindo e a média de idade da população aumentando, significando que, nas próximas décadas, haverá menos contribuintes para cada idoso, caso não haja mudanças.

Embora não se vislumbre retrocesso na população coberta pelo regime previdenciário, muito provavelmente, os atuais contribuintes e as novas gerações de trabalhadores que ingressarão no sistema terão que arcar com o ônus para se alcançar o equilíbrio atuarial, seja pela ampliação do tempo de contribuição, seja pela elevação da alíquota incidente sobre os rendimentos. A Lei 13.183, de 04/11/2015, consiste em uma iniciativa neste sentido.

Do exposto neste capítulo, constata-se que o Brasil dispõe de um arcabouço jurídico-institucional capaz de sustentar a implantação de políticas públicas que propiciem a diminuição da pobreza multidimensional no País. Se, de um lado, a legislação pós-Constituição de 1988 ampliou os direitos sociais dos brasileiros, de outra parte, a capacidade e a vontade política de implementá-los segundo o previsto na Carta Magna nem sempre estão presentes.

No capítulo a seguir, são indicados os procedimentos metodológicos adotados nesta tese.

4 METODOLOGIA

4.1 Delimitação espaçotemporal do estudo

4.1.1 Delimitação espacial

O espaço geográfico objeto do estudo compreende o conjunto dos municípios do Ceará. Esse Estado localiza-se na Região Nordeste do Brasil e tem como capital a cidade de Fortaleza. De acordo com o IBGE (2013a), o Ceará possui duas regiões metropolitanas (Fortaleza e Cariri), sete mesorregiões, 33 microrregiões e 184 municípios. Possui também 19 microrregiões administrativas definidas pelo Governo Estadual (IPECE, 2009, p. 24).

Segundo o IPECE (2009, p. 17), o Ceará possui área de 148.825,6 km², correspondente a 9,58% da Região Nordeste e a 1,75% da área do Brasil, e tem como limites: ao norte, o oceano Atlântico; ao sul, o Estado de Pernambuco; ao leste, os Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba; e ao oeste, o Estado do Piauí. O Ceará apresenta 93% de seu território inserido no semiárido, no qual predomina o clima tropical quente semiárido e a vegetação de caatinga. Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, o Estado possui uma população residente de 8.452.381 habitantes (75% urbana e 25% rural), que corresponde a 15,9% da nordestina e a 4,4% da brasileira (IBGE, 2013b). Em dados de 2010, o PIB estadual é de R\$ 77.865 milhões e o PIB *per capita* é de R\$ 9.216,96 (IBGE, 2012, p. 18). A proporção de pobres no Estado, considerada pelo critério da renda de até ½ salário-mínimo, é uma das maiores dentre as unidades federativas brasileiras, abrangendo cerca de 30% de sua população em 2010, segundo o IBGE (2011).

4.1.2 Delimitação temporal

O estudo teve como recorte temporal o período pós-Constituição de 1988, em virtude de ser um de seus objetivos a análise do desempenho das políticas públicas surgidas da determinação dessa Carta Magna. Quando necessário, contudo, serão mostrados dados e informações de períodos prévios, visando ao entendimento da realidade recente.

4.2 Natureza e fonte dos dados

O Índice de Pobreza Multidimensional, referente aos anos de 1991, 2000 e 2010, foi calculado tendo por base os microdados da Amostra dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente. O IPM, juntamente com suas dimensões, componentes e indicadores, constitui a variável dependente do estudo.

Para analisar a evolução da pobreza e averiguar se as políticas públicas estão sendo eficazes para o alcance da universalização das conquistas sociais preconizadas na Carta Magna de 1988, foram pesquisados dados, além dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, em diversas outras bases, tais como: o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA; o Ipeadata, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; o banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); a base de dados Finanças do Brasil – FINBRA, da Secretaria do Tesouro Nacional; e o Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013), dentre outras.

4.3 Elaboração do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) utilizado na pesquisa

Dentre as diversas metodologias disponíveis para a mensuração da pobreza multidimensional, optou-se pela indicada pelo PNUD (2010, p. 230), em razão de sua praticidade e versatilidade. Por essa metodologia de cálculo do IPM, é possível avaliar a evolução temporal, as diferenças geográficas, o perfil e as diversas características da pobreza em uma determinada região estudada, a exemplo do que se pretende fazer para os municípios do Ceará neste trabalho. Com a utilização desta técnica, é possível obter o grau de pobreza dos municípios cearenses, assim como de grupos demográficos, como negros, crianças, idosos ou analfabetos, caso desejável. É possível também investigar o grau de correlação entre as diversas privações e dimensões analisadas, possibilitando averiguar quais delas são mais relevantes na caracterização da pobreza dos municípios cearenses. Para utilização da metodologia do IPM do PNUD neste trabalho, fez-se necessária sua adequação aos dados disponíveis e aos objetivos da tese. Para tanto, foram utilizados os microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 e elaborado programa no *software* Stata, cujas rotinas constam no Apêndice A.

4.3.1 Seleção das variáveis do IPM

A seleção das variáveis utilizadas para a criação do Índice de Pobreza Multidimensional foi realizada em duas etapas. Inicialmente, com base na literatura, particularmente a que definiu o IPM proposto pelo PNUD, foram definidas as dimensões que deveriam compor o Índice de Pobreza Multidimensional estabelecido para representar a realidade dos municípios do Ceará. Após escolhidas as dimensões, empreendeu-se à pesquisa das variáveis disponíveis nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 que melhor pudessem representá-las. Para tanto, foram utilizados os microdados da Amostra dos três Censos. Observe-se a necessidade dos dados de uma determinada variável escolhida dever obrigatoriamente estar contida nos três Censos, pois, como esclarece o PNUD (2010, p. 230), “todos os indicadores necessários para calcular a medida [do IPM] devem provir do mesmo inquérito”. Por conseguinte, os dados das pessoas, famílias e domicílios utilizados no cálculo do IPM foram obtidos diretamente dos microdados dos três censos estudados, adquiridos junto ao IBGE. Ressalta-se que isso somente foi possível com adaptações, em virtude de algumas perguntas dos questionários dos censos pesquisados diferirem entre si.

Com apoio nas variáveis dos censos, foram definidos indicadores representativos de direitos, bens ou serviços que, na sua ausência, causam algum tipo de privação à pessoa. Todos os indicadores foram constituídos por meio de variáveis *dummy*, cujas respostas são “sim” ou “não”, tendo sido atribuído 1 para as respostas “sim” e 0 para as respostas “não”. Cada “sim” representa uma necessidade insatisfeita, uma carência ou algum tipo de privação. Portanto, quanto maior a pontuação da família, maior o seu nível de pobreza multidimensional. O Quadro 1 sintetiza as quatro dimensões, os dez componentes e os 18 indicadores utilizados na formação do Índice de Pobreza Multidimensional empregado neste estudo.

Quadro 1 – Indicadores, componentes e dimensões constituintes do IPM e seus respectivos pesos.

Dimensão	Componente	Indicador	Peso
Ter conhecimento (4,50)	Analfabetismo (2,25)	C1: presença de infantojuvenil na família em idade escolar ($7 \leq \text{anos} \leq 17$) não matriculado na escola, exceto menor de 18 anos que já tenha concluído o ensino médio	1,1250
		C2: todos adultos (≥ 18 anos) da família são analfabetos ou possuem baixo nível de instrução, não tendo concluído sequer o ensino fundamental)	1,1250
	Escolaridade / Qualificação profissional (2,25)	C3: ausência de adulto (≥ 21 anos) na família com nível médio completo	1,1250
		C4: ausência na família de trabalhador adulto (> 21 anos) com qualificação média ou alta	1,1250
Ter saúde (4,50)	Saúde da família (4,50)	S1: ocorrência de pelo menos um óbito de criança nascida viva de mulheres jovens (idade entre 15 e 25 anos na data do Censo) da família	2,2500
		S2: presença na família de pessoa incapacitada física ou mentalmente	2,2500
Ter trabalho digno e segurança previdenciária (4,50)	Desemprego (1,50)	T1: nenhum membro da família em idade ativa ($[15, 60[$) se encontra ocupado	0,7500
		T2: presença na família de jovem $[15, 29]$ sem trabalho e que não esteja estudando (nem-nem)	0,7500
	Trabalho infantil (1,50)	T3: presença na família de trabalho infantil (criança com idade igual ou inferior a 14 anos trabalhando)	1,5000
	Previdência social (1,50)	T4: presença de pessoa na família não coberta por previdência social (inclusive trabalho precário: sem direitos previdenciários)	1,5000
Ter padrão de vida digno (4,50)	Saneamento básico (1,125)	P1: família vivendo em domicílio não ligado à rede de esgoto (ou de água pluviais) e não possui fossa séptica ou que não tenha banheiro privativo	0,3750
		P2: família vivendo em domicílio não ligado à rede geral de água ou a poço ou nascente ou que não tenha água canalizada em pelo menos 1 cômodo	0,3750
		P3: família vivendo em domicílio não provido por coleta de lixo regular	0,3750
	Energia elétrica (1,125)	P4: família vivendo em domicílio não ligado à rede de energia elétrica	1,1250
	Cond. ocupação/ Qualidade domicílio (1,125)	P5: família sem a posse da moradia/terreno, exceto quando houver financiamento habitacional vigente	0,5625
		P6: família vivendo em domicílio com densidade de moradores por dormitório superior a dois	0,5625
	Disponibilidade de bens duráveis (1,125)	P7: família vivendo em domicílio que não possui pelo menos três dos seguintes itens: rádio, televisor, máquina de lavar roupa, geladeira/freezer e telefone (fixo ou celular)	0,5625
		P8: família vivendo em domicílio que não tem automóvel para uso particular	0,5625
Soma dos pesos dos indicadores:			18

Fonte: elaboração própria.

A dimensão “ter conhecimento” exprime as privações decorrentes da falta ou insuficiência de educação de pessoas na família, sendo formada pelos componentes “analfabetismo” e “escolaridade/qualificação profissional”. O componente “analfabetismo” é formado pelos indicadores C1 e C2. O indicador C1 procura identificar as famílias que possuem pessoas em idade escolar que não estejam frequentando escola. O indicador C2 averigua a presença de pessoas analfabetas ou analfabetas funcionais (que tenham menos de cinco anos de educação formal) na família. O componente “escolaridade/qualificação profissional”, formado pelos indicadores C3 e C4, procura evidenciar o nível de instrução ou de qualificação para o trabalho dos adultos das famílias. Para fins deste estudo, o indicador C4 foi definido considerando três níveis de qualificação, assim constituídos: 1 = baixa qualificação – quando mais de 50% das pessoas ocupadas na atividade não tinha nenhum grau de instrução ou no máximo o 1º grau completo; 2 = média qualificação – quando não enquadradas em baixa qualificação nem em alta qualificação; 3 = alta qualificação – quando 80% ou mais das pessoas ocupadas na atividade possuía nível superior completo⁴⁸.

Cabe destacar o fato de que é consenso o uso da dimensão relativa ao conhecimento nos IPM referidos na literatura. Os autores divergem, no entanto, quanto aos indicadores empregados, em parte pelo fato de utilizarem bases de dados distintas que não contêm as mesmas indagações. O PNUD (2010, p. 100), por exemplo, utiliza os indicadores “ninguém concluiu cinco anos de escolaridade” e “pelo menos uma criança em idade escolar não matriculada na escola” para representar a dimensão relativa à educação.

A dimensão “ter saúde” é constituída apenas pelo componente “saúde da família”, que por sua vez é representado por dois indicadores. O indicador S1 procura aferir a ocorrência de óbitos de crianças na família, representando uma *proxy* do índice de mortalidade infantil, indicador frequentemente utilizado por organismos internacionais para exprimir as condições de saúde, refletindo a falta de saneamento básico, carências nutricionais, negligência na realização de campanhas de vacinação etc. Em virtude de não haver nos três censos a informação sobre a idade da pessoa falecida, utilizou-se para constituir este indicador apenas dados referentes às mães jovens, com idade de até 25 anos, presumindo-se que em sua maioria os óbitos ocorridos nessas condições são inerentes a crianças menores de cinco anos. S2 permite averiguar a proporção de pessoas física ou

⁴⁸ Conforme apresentado no tópico seguinte, todos os indicadores são dicotômicos, assumindo valores 0 ou 1. Neste caso, o indicador de qualificação profissional recebeu o valor “0”, quando todos os membros adultos da família pertenciam ao nível 2 ou 3 e o valor “1” quando todos os adultos eram enquadrados no nível 1.

mentalmente incapacitadas nas famílias, que podem indicar, por exemplo, negligência em campanhas de vacinação em períodos anteriores ou carências nutricionais severas.

Na literatura, outros autores se referem a indicadores similares ao S2. Conforme ressaltado no referencial teórico, Ravallion⁴⁹ (1996) propôs indicadores de características pessoais que impõem restrições sobre a capacidade de uma pessoa escapar da pobreza, a exemplo de deficiências físicas ou deficiências decorrentes da desnutrição crônica ocorrida anteriormente.

O PNUD (2010, p. 99) também se refere a situações de deficiências físicas provocadas por nutrição inadequada, exemplificando as privações da família de uma senhora da Indonésia cujo marido era cego e o filho deficiente mental. Conforme ressalta essa entidade (PNUD, 2010, p. 38), uma nutrição inadequada afeta o modo como as pessoas, em particular as crianças, adquirem conhecimentos e participam da sociedade. Também diminui a capacidade de trabalho e a produtividade, limitando as possibilidades das pessoas para ganhar os rendimentos necessários a fim de levar uma vida digna. Ressalta, ainda, como “a irreversibilidade de algumas consequências da subnutrição na saúde, como a cegueira devido a deficiência de vitamina A ou baixo crescimento físico resultante da falta de proteínas, reforça a importância da erradicação da fome.” Acrescenta que, ao nível individual e da família, “as pessoas têm capacidades diferentes de converter rendimento em alimentação ou educação, por exemplo, em famílias que incluem pessoas com deficiências ou necessidades especiais”. (PNUD, 2010, p. 38, 102).

Em síntese, quer direta ou indiretamente, a literatura sobre pobreza multidimensional considera indicadores de deficiências físicas ou mentais como fatores que dificultam o alcance de liberdades substantivas, como adquirir conhecimentos, aferir maiores níveis de renda, participar da vida social etc.

A dimensão “ter trabalho e previdência social”, constituída por três componentes, procura exprimir dificuldades dos membros da família de acesso a trabalho remunerado e também a presença de pessoas não protegidas por planos de seguridade previdenciária oficial. O componente “desemprego” identifica as famílias em que nenhum de seus membros está empregado (T1) ou que possuam jovens que não trabalham e também não estudam (“nem-nem”), constituindo este último o indicador T2. O componente “trabalho infantil” identifica, na família, crianças de até 14 anos trabalhando (T3), o que é proibido por lei. O componente

⁴⁹ Ver nota de rodapé 27.

“previdência social” observa as famílias que possuem pessoas não amparadas por plano de seguridade previdenciária oficial (T4).

O indicador relativo à previdência social é encontrado em outras metodologias de IPM. Por exemplo, o Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social – CONEVAL⁵⁰ (2015), do México, utiliza, em sua metodologia de mensuração da pobreza multidimensional, o indicador “acesso à seguridade social”.

Por fim, a dimensão “ter padrão de vida digno”, formada por quatro componentes (saneamento básico, energia elétrica, condições de ocupação / qualidade da moradia e disponibilidade de bens duráveis), exprime privações por falta de moradia adequada ou indisponibilidade de bens e serviços considerados importantes para a qualidade de vida das pessoas. O componente “saneamento básico”, representado por três indicadores, retrata a adequação do destino do esgoto domiciliar (P1), a adequação do suprimento de água (P2) do domicílio como também o acesso a serviço de coleta de lixo (P3). O componente “condições de ocupação/qualidade do domicílio” reflete a falta de acesso à moradia própria (P5) e a adequabilidade do domicílio ao número de pessoas que nele reside (P6). O componente “disponibilidade de bens duráveis” reflete a ausência de bens considerados úteis nos domicílios (P7) e a indisponibilidade de automóvel de uso particular (P8). Ressalta-se que, embora os questionários registrem a presença ou ausência de outros bens duráveis nos domicílios, foram selecionados apenas aqueles que são comuns aos três censos.

Embora contendo indicadores distintos, a dimensão “padrão de vida digno” é utilizada em outras metodologias de IPM. Por exemplo, em sua metodologia de IPM, o PNUD (2010) aglutina na dimensão “padrão de vida” os indicadores: sem eletricidade; sem acesso a água potável limpa; sem acesso a saneamento adequado; casa com pavimento de terra; a família usa combustível “sujo” para cozinhar (estrume, lenha ou carvão); a família não tem carro e possui, no máximo, um dos seguintes itens: bicicleta, motocicleta, rádio, frigorífico, telefone ou televisão (PNUD, 2010, p. 231).

⁵⁰ O CONEVAL (Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social) é um organismo público do México com autonomia técnica e de gestão, criado com a missão de normatizar e coordenar a avaliação das políticas e programas de desenvolvimento social e de estabelecer as linhas e os critérios para a definição, identificação e medição da pobreza. A lei mexicana que criou o CONEVAL (Ley General de Desarrollo Social – LGDS, promulgada em 20/01/2004) também instituiu que o IPM deveria conter pelo menos os seguintes indicadores: ingreso corriente per cápita (renda per capita), rezago educativo promedio en el hogar (diferença média de educação no domicílio), acceso a los servicios de salud (acesso aos serviços de saúde), acceso a la seguridad social (acesso à seguridade social), calidad y espacios de la vivienda (qualidade e espaços da habitação), acceso a los servicios básicos en la vivienda (acesso da habitação aos serviços básicos), acceso a la alimentación (acesso à alimentação), grado de cohesión social (grau de coesão social) (CONEVAL, 2015, p. 1, 2).

4.3.2 Cálculo do IPM

Seguindo a metodologia do IPM do PNUD (2010), a cada pessoa é atribuída uma pontuação em virtude das privações da sua família relativamente a cada um dos 18 indicadores – representados por d . Assim, se a família possui privação em algum indicador, ela e todos os seus integrantes recebem o valor 1 no mesmo. Caso contrário, o valor 0. Além disso, cada indicador possui um peso, que é obtido se atribuindo igual importância para cada dimensão. Neste trabalho, sendo 18 indicadores, o peso de cada dimensão é, portanto, $18/4 = 4,5$. O peso de cada indicador é obtido dividindo-se esse valor pela quantidade de componentes da dimensão e pelo número de indicadores de cada componente. Por exemplo, o peso do componente analfabetismo corresponde a $4,5/2 = 2,25$ e o peso do indicador C1 é $2,25/2 = 1,125$. Observe-se que, em virtude do número de componentes em cada dimensão e do total de indicadores em cada componente serem diferentes entre si, a importância relativa deles nem sempre é a mesma. Ressalta-se que os componentes, que consistem em agrupamentos intermediários de indicadores, não constam na metodologia original do IPM do PNUD. Foram acrescentados com o objetivo de representar alguns tipos de privações que são mais bem caracterizados quando se aglutina mais de um indicador. Por exemplo, o componente analfabetismo expressa a privação de educação nas famílias que possuem infantojuvenis fora da escola (C1) e/ou adultos analfabetos (C2).

A pontuação de privação ponderada, representada por c , na metodologia do PNUD, corresponde à soma de cada privação multiplicada pelo seu peso. São consideradas pobres as famílias (e os seus respectivos membros) cuja soma das privações ponderadas pelos seus pesos seja superior a $1/3$ dos indicadores. Neste trabalho, o valor corresponde a $c > 6$ (que é igual a $18/3$). Na mesma linha de raciocínio, as famílias com uma pontuação de privação ponderada de $1/5$ a $1/3$ dos indicadores (ou seja, $3,6 < c \leq 6$) estão vulneráveis ou em risco de se tornarem multidimensionalmente pobres. As privações de cada família são agregadas por município ou por outro recorte desejável, visando a obter a proporção de pobres (H), a intensidade da pobreza (A) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

A proporção da população que é multidimensionalmente pobre, H, é definida por:

$$H = \frac{q}{n},$$

onde q é o número de pessoas multidimensionalmente pobres (ou seja, as pessoas pertencentes às famílias cujo $c > 6$) e n é a população total.

A intensidade (amplitude) de pobreza, A , representa a “percentagem média da privação sentida pelas pessoas em pobreza multidimensional”. (PNUD, 2010, p. 233). Apenas para as famílias pobres, as pontuações de privação são somadas e divididas pelo número total de indicadores e pelo total de pessoas pobres, resultando:

$$A = \frac{\sum_1^q c}{qd},$$

em que c representa o número total de privações ponderadas que os pobres sentem e d é o número total de indicadores (18, neste caso).

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), por sua vez, é definido pelo produto da proporção de pobres e da intensidade (amplitude) de pobreza, ou seja,

$$IPM = H \cdot A,$$

indicando a “fração da população que é multidimensionalmente pobre, ajustada pela intensidade das privações” (PNUD, 2010, p. 233). Assim, o IPM varia de 0 (não há privação em nenhum dos indicadores) a 1 (privação em todos os indicadores).

Para ilustrar o cálculo do IPM, foi criada uma sociedade hipotética representada por uma amostra de quatro famílias. Para cada família foi aplicado questionário, visando a obter respostas dicotômicas (0 quando não sofre privação; 1 quando sofre privação) para os 18 indicadores que compõem o IPM (Quadro 2). De posse dessas informações, obteve-se a pontuação de privação ponderada (c) para cada família, somando-se os valores obtidos em cada indicador, ou seja, $c = \Sigma(\text{peso} \cdot \text{resposta})$, onde resposta é igual a 0 ou 1. As famílias com mais de 1/3 dos indicadores ponderados, isto é, com $c > 18/3 = 6$, são consideradas pobres. No caso, as famílias 1 e 4 se enquadram como multidimensionalmente pobres, enquanto a família 2 é considerada vulnerável. De imediato, é possível calcular a proporção de pobres: $H = q/n = (4+5)/(4+7+5+5) = 0,43$. Nessa sociedade, 43% das pessoas vivem em famílias pobres, ou seja, que sofrem privações em, pelo menos, seis dos 18 indicadores ponderados usados para calcular o índice de pobreza multidimensional.

A intensidade da pobreza é obtida da seguinte forma:

$$A = \frac{\sum_1^q c}{qd} = \frac{(10,1,4 + 7,7,5)}{(4 + 5) \cdot 18} = 0,49,$$

indicando que, nessa sociedade, a pessoa pobre média sofre privações em 49% dos indicadores ponderados. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) é calculado multiplicando-se a proporção de pobres pela intensidade da pobreza, ou seja, $IPM = H \cdot A = 0,43 \cdot 0,49 = 0,21$,

informando que, em média, as pessoas dessa sociedade sofrem privações em 21% dos indicadores ponderados.

Quadro 2 – Exemplificação do processo de cálculo do IPM

Dimensão	Componente	Indicador	Famílias				Peso
			1	2	3	4	
		Tamanho da família:		4	7	5	
Ter conhecimento	Analfabetismo	C1: criança fora da escola	1	0	0	1	1,1250
		C2: todos adultos analfabetos	0	1	0	1	1,1250
	Escolaridade / Qualificação Profissional	C3: nenhum adulto com nível médio	1	0	0	1	1,1250
		C4: nenhum adulto qualificado	0	0	0	1	1,1250
Ter saúde	Saúde da família	S1: ocorrência de óbito de criança	1	0	0	0	2,2500
		S2: presença de pessoa incapacitada física ou mentalmente	0	0	0	0	2,2500
Ter trabalho digno/segurança previdenciária	Desemprego	T1: ninguém em idade ativa ocupado	1	1	0	0	0,7500
		T2: presença de jovens sem trabalho não estudando (“nem-nem”)	1	0	1	1	0,7500
	Trabalho infantil	T3: ocorrência de trabalho infantil	0	1	0	0	1,5000
	Previdência social	T4: presença de pessoa sem cobertura previdenciária	1	0	0	1	1,5000
Ter padrão de vida digno	Saneamento básico	P1: domicílio sem esgoto adequado	0	0	1	1	0,3750
		P2: domicílio sem água canalizada de rede/poço/nascente	0	0	0	0	0,3750
		P3: domicílio sem coleta de lixo regular	1	0	1	0	0,3750
	Energia elétrica	P4: domicílio não ligado à rede de energia elétrica	0	1	0	0	1,1250
	Cond. ocupação / Qual. domicílio	P5: família sem posse de moradia/terreno	1	0	1	1	0,5625
		P6: densidade moradores por dormitório superior a 2	1	0	1	0	0,5625
	Disponibilidade de bens duráveis	P7: domicílio com menos de 3 entre: rádio, televisor, máquina de lavar roupa, geladeira/freezer e telefone (fixo ou celular)	1	1	0	0	0,5625
		P8: não há automóvel particular no domicílio	1	0	1	0	0,5625
Pontuação de privação ponderada (c):			10,1	5,1	3,2	7,7	
A família é pobre (c > 6)?			Sim	Não	Não	Sim	

Fonte: elaboração própria.

Os resultados encontrados para os indicadores Proporção de Pobres e Intensidade de Pobreza assim como para o Índice de Pobreza Multidimensional, referentes aos municípios cearenses nos três anos censitários pós-Constituição de 1988, estão disponibilizados no Anexo A.

Após calculado o IPM dos municípios cearenses para os anos censitários de 1991, 2000 e 2010, empreendeu-se a busca dos condicionantes que explicitam a realidade da pobreza nas municipalidades do Estado. Para tanto, foi estudada a correlação entre o IPM e um conjunto de variáveis explicativas, representativas dos resultados das intervenções públicas e das interações socioeconômicas da sociedade.

4.3.3 Limitações do IPM utilizado na pesquisa

O IPM utilizado na pesquisa encerra algumas desvantagens, motivadas principalmente pelas restrições de dados. Conforme já relatado, o IPM adotado na tese consiste em uma adaptação do Índice de Pobreza Multidimensional elaborado pelo PNUD. Contém, portanto, algumas das limitações apontadas por essa entidade, em seu Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2010, p, 104), além de outras decorrentes dos censos demográficos, cujas bases foram utilizadas nos cálculos relativos às municipalidades cearenses.

Concernente às bases de dados dos censos, a principal dificuldade consistiu na falta de padronização dos questionários. Algumas perguntas contidas em um dos censos não existiam nos outros dois, inviabilizando a sua utilização. Outras vezes, a mesma pergunta continha opções de respostas diferentes entre os censos, dificultando a obtenção de uma variável com as mesmas características.

Na dimensão “ter conhecimento”, recorreu-se à elaboração de um indicador para representar a qualificação profissional, em virtude da falta de uma variável original que a pudesse exprimir. Embora tenha sido feito com base em variáveis originais de escolaridade e ocupação, os limites entre baixa, média e alta qualificação dependeu de arbitragem, podendo eventualmente não ser objeto de consenso entre outros pesquisadores. Na dimensão “ter saúde”, as variáveis disponíveis nos censos demográficos não permitiram expressar indicadores considerados relevantes, a exemplo do nível de nutrição das pessoas da família. Além disso, recorreu-se a uma *proxy* da mortalidade infantil para representá-la, em virtude de nem todos os censos informarem, para o ano de referência, a idade da pessoa falecida. Na dimensão “ter padrão de vida digno”, teria sido importante a utilização de um indicador que

pudesse expressar a qualidade do domicílio em função de outras características, tais como tipo de piso, de revestimento predominante de paredes, telhado, número de banheiros etc., no entanto, essas informações não existiam nos três censos.

Algumas desvantagens do IPM do PNUD continuaram no IPM utilizado no trabalho, dentre elas as seguintes: a) duas famílias podem ser multidimensionalmente pobres em função de sofrerem privações em conjuntos distintos de indicadores. Este requisito torna o IPM menos sensível à identificação dos tipos de privações que cada família sofre; b) embora as desigualdades no seio das famílias possam ser graves, elas não são captadas pelo IPM, que considera cada indicador familiar igual para todos os seus membros; e c) o IPM não mede a desigualdade entre os pobres.

4.4 Identificação dos fatores condicionantes da pobreza multidimensional no Ceará

Com base na literatura⁵¹, foram pesquisadas variáveis explicativas que, *a priori*, são responsáveis pela existência de elevados indicadores de pobreza multidimensional nos municípios do Ceará ou pelo desempenho do IPM no período pós-Constituição Federal de 1988. Por meio da técnica de regressão com dados em painel, essas variáveis explicativas foram cotejadas com o IPM, visando a averiguar o grau de correlação entre eles e, desse modo, poder definir um modelo econométrico que possibilite avançar na compreensão do fenômeno da pobreza nos municípios do Ceará. Ressalta-se que foram escolhidas apenas variáveis cujos dados estão disponíveis para os anos censitários ou que possam representá-los mediante *proxies*.

Visando a explicitar o fenômeno da pobreza no Ceará, foram utilizados alguns dos condicionantes elencados no referencial teórico. As variáveis usadas no modelo econométrico, representativas dos condicionantes da pobreza nos municípios do Ceará, são descritas a seguir e sintetizadas no Quadro 3.

⁵¹ Ver Banco Mundial (2003), Bar-El (2006), Khan e Silva (2007), Mendonça (2009), Oliveira e Loureiro (2010), Araujo, Morais e Cruz (2012), Amaral (2014) e Silva, Araujo, Campelo e Vasconcelos (2014).

Quadro 3 – Fatores condicionantes da pobreza multidimensional no Ceará, suas variáveis representativas no modelo econométrico e modos de obtenção

Condicionantes da pobreza multidimensional no Ceará	Variáveis representantes dos condicionantes	Fórmula de cálculo	Variáveis originais	Fonte
Baixo capital humano (as variáveis do trabalho representam o esforço para elevá-lo)	Investimentos em infraestrutura escolar (<i>infra_esc_mun</i>)	$\frac{\sum(alu_esc) \cdot (infraescola)}{total_alunos}$	<i>alu_esc</i> = número de alunos da escola <i>infraescola</i> = indicador de infraestrutura da escola (soma dos itens de que ela dispõe, dentre os treze definidos) <i>total_alunos</i> = total de alunos do município	BRASIL (2006a) BRASIL (2006b) BRASIL (2014b)
	Part. prof. nível superior no ensino fundamental** (<i>qualdocfun_sup</i>)	$\frac{prof_nível_sup_fund}{total_prof_ens_fund}$	<i>prof_nível_sup_fund</i> = número de professores com nível superior da rede municipal de ensino básico fundamental <i>total_prof_ens_fund</i> = total de professores da rede municipal de ensino fundamental	BRASIL (2006c) IPECE (2001) IPECE (2011)
Gasto público insuficiente em saúde e saneamento	Despesas municipais em saúde e saneamento <i>per capita</i> (<i>desp_sau_san_pc</i>)	$\frac{desp_saud_san_R\$2010}{popmun}$	<i>desp_saud_san_R\$2010</i> = despesas em saúde/saneamento do município a preços de 2010, atualizado pelo IPCA médio anual <i>popmun</i> = total da população do município	IPEA (2015b) BRASIL (2015c) BRASIL (2015d) BRASIL (2015e) IBGE (2015c)
Estrutura fundiária inadequada	Participação de minifúndios e pequenos imóveis rurais na área total de imóveis rurais (<i>part_peq_imovrur</i>)	$\frac{area_peq_imovrur}{area_total_imovrur}$	<i>Área_peq_imovrur</i> = área de minifúndios e pequenos imóveis rurais existentes no município <i>area_total_imovrur</i> = área total de imóveis rurais no município	IPLANCA (1993) IPECE(2001) IPECE (2011)
Baixa produtividade da mão de obra ⁽¹⁾	Produtividade geral (<i>produt_geral</i>)	$\frac{valor_adic_total}{pop_total_ocup}$	<i>valor_adic_total</i> = soma do valor adicionado da agropecuária e indústria e dos serviços <i>pop_total_ocup</i> = total da população ocupada do município	IPEA, 2015b IPEA, 2015c IBGE (2015d)
Estrutura produtiva pobre	Participação rural na população ocupada (<i>part_rur_popocup</i>)	$\frac{pop_ocup_ativ_rurais}{pop_total_ocup}$	<i>pop_ocup_ativ_rurais</i> = população ocupada do município em atividades rurais <i>pop_total_ocup</i> = total da população ocupada do município	IPEA (2015c) IPEA (2015d) IBGE (2015d)

Fonte: elaboração própria.

Nota: (1) Considerando que o valor adicionado decorre também do capital empregado, o indicador é uma *proxy* da produtividade da mão de obra.

4.4.1 Esforço insuficiente para maior elevação do capital humano

Embora o fator condicionante expresso na literatura seja normalmente “capital humano”⁵², neste trabalho foram utilizadas variáveis que representaram o esforço municipal para elevá-lo, particularmente relacionadas à saúde e principalmente à educação. Assim, este fator condicionante da pobreza foi representado no modelo proposto, adiante descrito, por meio das variáveis: “infraestrutura escolar”, “participação de professores com nível superior no ensino fundamental” e “despesas em saúde e saneamento *per capita*”. Procurou-se exprimir, por meio dessas variáveis, que maiores investimentos em educação e saúde são importantes para diminuir a pobreza multidimensional.

Ressalta-se que foi utilizada a variável agregada formada pelas rubricas “saúde” e “saneamento” em virtude de os dados referentes aos anos de 1991 e 2000 estarem disponibilizados apenas assim. Para o ano de 2010, os indicadores foram divulgados separadamente nas rubricas “saúde” e “saneamento”. Visando a manter a coerência com os outros dois anos, fez-se a agregação dos valores dessas duas rubricas. Particularmente para o ano de 1991, obteve-se o indicador multiplicando-se a proporção dos gastos municipais em saúde e saneamento na receita corrente, obtida por meio de dados divulgados no Ipeadata (IPEA, 2015b), pelo valor da receita corrente municipal, disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2015c) para esse mesmo ano⁵³. Os dados das despesas em “saúde e saneamento” referentes aos anos de 2000 e 2010 foram obtidos, respectivamente, em Brasil (2015d) e Brasil (2015e). Os dados da população residente em 1991, 2000 e 2010 foram obtidos em IBGE (2015c).

Uma *proxy* dos investimentos em educação foi obtida em função da infraestrutura das escolas de cada município. Para obtenção dos valores municipais relativos à variável “investimentos em infraestrutura escolar” (*infra_esc_mun*), foram elencados os seguintes itens considerados importantes para o funcionamento da escola: disponibilidade de água, esgoto, energia elétrica, sanitário, prédio escolar, biblioteca ou sala de leitura, diretoria, laboratório de ciências, laboratório de informática, cozinha, quadra de esportes, computador e acesso à Internet. Para cada item disponível na escola, foi atribuído 1 ponto. A soma dos itens corresponde ao indicador de infraestrutura da escola, que poderá totalizar, no máximo, 13

⁵² Conforme, por exemplo, expresso por Bar-El (2006, p. 247, 248, 256, 257) e Banco Mundial (2003, p. 9, 10, 21, 33, 34, 40, 54, 58).

⁵³ Utilizou-se este mecanismo para o ano de 1991, em virtude de não constarem nos dados divulgados pela STN para esse ano os gastos na rubrica “saúde e saneamento”.

pontos. Em virtude das escolas terem número distinto de alunos, o valor do indicador de infraestrutura escolar de cada município foi obtido considerando a média da infraestrutura das escolas ponderada pelo número de alunos. Os valores dessa variável foram obtidos por meio de programa elaborado do *software* Stata (Apêndice B).

Ainda referente à variável “investimentos em infraestrutura escolar municipal”, como os dados requeridos para o cálculo desse indicador não estavam disponíveis para 1991, utilizou-se como *proxy*, para esse ano, os microdados do Censo Escolar de 1997 (BRASIL, 2006a). A fim de compensar parte da diferença de seis anos, optou-se por utilizar os microdados do Censo Escolar de 2003 (BRASIL, 2006b) para representar o ano de 2000 e os microdados do Censo Escolar de 2013 (BRASIL, 2014b), os mais recentes à época da coleta, para representar o ano de 2010.

No que se refere especificamente ao indicador “participação de professores de nível superior no ensino fundamental”, foram utilizados dados do Censo Escolar de 1995 (BRASIL, 2006c) como *proxy* para representar o ano de 1991. Para obtenção desses indicadores, foi elaborado programa computacional utilizando o *software* Stata. Os dados de 2000 dessa variável foram obtidos em IPECE (2001) e os inerentes ao ano de 2010 em IPECE (2011).

A variável “participação de professores com nível superior no ensino fundamental” (*qualdocfun_sup*) expressa a importância de se ter docentes mais bem qualificados na rede de ensino municipal. Presume-se que maior qualificação dos docentes influi no nível de aprendizado que, por sua vez, constitui fator essencial na liberdade substantiva de ter conhecimento e, por conseguinte, na superação de privações das quais decorre a pobreza multidimensional. A esse respeito, Guimarães e Carnoy⁵⁴ (2012, p. 22; traduziu-se) mostraram que as qualificações dos professores influenciam positivamente o ritmo de aprendizagem dos alunos, recomendando que as políticas públicas deveriam alocar mais recursos para melhorar a qualidade dos professores nas escolas públicas brasileiras. Essas autoras defendem o argumento de que, a fim de superar a situação de indicadores extremamente pobres na educação primária e garantir a cada criança o direito de aprender, fortes investimentos na qualificação dos professores podem representar o recurso mais eficaz (GUIMARÃES e CARNOY⁵⁵, 2014, p. 22; traduziu-se).

⁵⁴ By showing that teacher qualifications positively influences students' pace of learning, we recommend that greater resources should be allocated to improving and enhancing teacher quality in Brazilian public schools, for instance, by attracting and retaining high-qualified teachers through a restructuring policy of positions and salaries.

⁵⁵ In sum, Brazil has universalized access to primary education, but its achievement indicators are extremely poor. In order to overcome this situation and ensure to every children the right to learn, this study reveals that strong investments in teacher qualifications may represent the most effective resource.

4.4.2 Gasto público insuficiente em infraestrutura

O componente saneamento da variável “despesas em saúde e saneamento *per capita*” representa o esforço municipal para dotar os munícipes de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. É esperado que gastos mais elevados em saneamento contribuam para diminuir as privações decorrentes da falta de provisão de serviços básicos de infraestrutura domiciliar, que constitui um dos fatores condicionantes da pobreza multidimensional. Conforme já explicado, esta rubrica está agregada às despesas em saúde, em virtude dos seus valores municipais para os anos de 1991 e 2000 terem sido disponibilizados apenas assim.

4.4.3 Estrutura fundiária inadequada

Nesta tese, considerou-se que a “participação de minifúndios e pequenos imóveis rurais na área total de imóveis rurais”⁵⁶ (*part_peq_imovrurais*) exprime o nível de distribuição do ativo terra no município. Obviamente, quanto maior esse indicador, melhor a distribuição da terra. Por outro lado, quanto menor for o indicador, maior a concentração da terra, sinalizando a existência mais acentuada de latifúndios. Espera-se que uma equidade maior na distribuição de terras contribua para elevar a renda dos camponeses, possibilitando, por um lado, a diminuição de privações no padrão de vida decorrentes da falta de acesso a bens e, por outro lado, disponibilizando mais alimentos, que são importantes para a nutrição e a saúde da família. Assim, acredita-se que uma melhor distribuição de terras possa contribuir para diminuir algumas privações das quais decorre a pobreza multidimensional.

Os dados da variável “participação de minifúndios e pequenos imóveis rurais na área total de imóveis rurais” referentes ao ano de 1991 foram obtidos em IPLANCE (1993). Particularmente para os municípios criados após 1991 (Ararendá, Fortim, Itaitinga, Jijoca de Jericoacoara, Choró e Catunda), dados de 2000 foram adotados como *proxy*. Os dados dessa

⁵⁶ A Lei 8.629, de 25/02/1993, denomina pequena propriedade o imóvel rural de área compreendida de um a quatro módulos fiscais; média propriedade o imóvel rural de área superior a quatro e até 15 módulos fiscais; e grande propriedade (BRASIL, 1993b). Embora não referido taxativamente nessa Lei, foram considerados minifúndios os imóveis rurais abaixo de um módulo fiscal e grande propriedade os imóveis rurais acima de 15 módulos fiscais.

variável relativos ao ano de 2000 foram retirados de IPECE (2001). Para 2010, foram utilizados, como *proxy*, dados de 2005, obtidos em IPECE (2011).

4.4.4 Baixa produtividade dos recursos humanos

No modelo proposto, utilizou-se a variável “produtividade geral” para representar esse condicionante da pobreza. Para obtê-la, dividiu-se o valor adicionado total (soma dos valores adicionados de agropecuária, indústria e serviços) pela população ocupada do município. A sua importância no modelo é fundamental para retratar o nível e a capacidade de geração de riquezas no Município. Concernente a este fator condicionante, Porter (1993, p. 6) ensina que

[...] a produtividade é o determinante principal, a longo prazo, do padrão de vida de um país, pois é a causa fundamental da renda nacional *per capita*. A produtividade dos recursos humanos determina seus salários, enquanto a produtividade com que o capital é empregado determina o retorno que obtém para os seus donos. A alta produtividade não só sustenta níveis elevados de renda, como permite aos cidadãos a opção de escolher mais lazer em lugar de trabalhar mais horas. Também cria a renda nacional que é tributada para custear os serviços públicos que, por sua vez, melhoram o padrão de vida. A capacidade de serem altamente produtivas também permite às empresas de um país atender aos rigorosos padrões sociais que melhoram o padrão de vida, como na saúde e na segurança, na igualdade de oportunidades e no impacto ambiental.

Para o cálculo do indicador de produtividade, foram utilizadas duas variáveis: “valor adicionado total” e “população ocupada”. Os dados representativos dos anos de 1991, 2000 e 2010 inerentes à variável “valor adicionado total” (soma do valor adicional da indústria, dos serviços e da agropecuária) foram conseguidos no Ipeadata, aba Regional (IPEA, 2015b). Particularmente para o ano de 1991, foram utilizados, como *proxy*, dados de 1996. Os dados concernentes à variável “população ocupada” em 1991 e 2000 foram obtidos no Ipeadata, aba Social (IPEA, 2015c) e os de 2010 em IBGE (2015d).

4.4.5 Estrutura produtiva pobre

Para expressar esse fator condicionante, utilizou-se a variável “participação rural na população ocupada” (*part_rur_popocup*), calculada dividindo-se o número de pessoas ocupadas no meio rural pelo total da população ocupada do município. Este indicador reflete a

estrutura produtiva, já que considera a representatividade de parcela da população ocupada em um determinado segmento produtivo, no caso, as atividades rurais. Considerou-se que estruturas produtivas com maior participação de atividades primárias são, para a realidade do Ceará, em média, mais pobres. Sendo mais pobres, ensejam menos renda e impostos, meios importantes para diminuir ou superar algumas privações das quais decorre a pobreza multidimensional. A Tabela 2 ilustra esta asserção, evidenciando que as atividades agropecuárias possuem correlação negativa com a geração de riqueza nos municípios cearenses (mensurada pelo PIB *per capita*), ao contrário das atividades industriais e de serviços, que expressam correlação positiva.

Tabela 2 – Ceará: correlação entre PIB *per capita* municipal e participação das atividades econômicas no total da população ocupada – 2000 e 2010

Correlação entre PIB <i>per capita</i> municipal e ...	2000	2010
Participação da população ocupada nas atividades agropecuárias no total da população ocupada	-0,596	-0,546
Participação da população ocupada nas atividades industriais (extrativa mineral, transformação, construção, SIUP) no total da população ocupada	0,532	0,456
Participação da população ocupada nas atividades de serviços no total da população ocupada	0,478	0,356

Fonte: elaboração própria, com base nos dados de IBGE (2015a; 2015b).

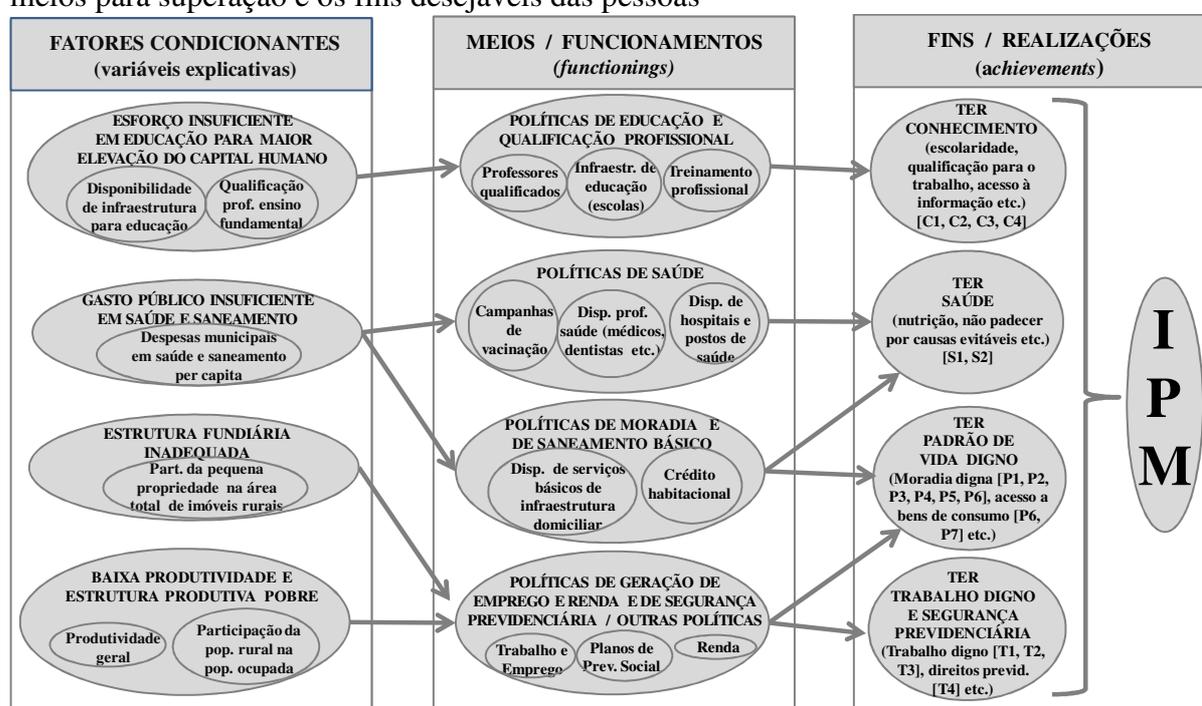
Os dados das variáveis “população total ocupada” e “participação rural na população ocupada”, utilizados no cálculo do indicador “participação rural na população ocupada”, foram obtidos no Ipeadata, respectivamente, em IPEA (2015c) e IPEA (2015d). Para representar 2010, foram utilizados dados retirados de IBGE (2015d).

4.5 Inter-relações entre os fatores condicionantes da pobreza multidimensional, as políticas públicas e o IPM

Nos tópicos precedentes, foram mostrados o IPM e suas dimensões, as diretrizes legais das principais políticas públicas sociais e os condicionantes da pobreza no Ceará, na visão de vários autores. Sendo a pobreza um problema complexo, convém a sua análise ser realizada holisticamente, buscando-se caminhos para entender o “todo”, as suas partes constituintes e as suas inter-relações. Dentre outras abordagens, a pobreza pode ser estudada

olhando-se para os seus condicionantes ou para as políticas públicas para o seu enfrentamento, ou ainda segundo as suas características intrínsecas. Visando a clarear as abordagens da pobreza referidas nesta tese, elaborou-se a Figura 2, que relaciona o IPM e as suas dimensões, representativos dos fins desejáveis das pessoas, as políticas públicas sociais que contribuem para combatê-la e alguns dos fatores causais responsáveis pela elevada proporção de pobres nos municípios cearenses. É, portanto, uma síntese dos tópicos precedentes.

Figura 2 – Pobreza multidimensional: inter-relação dos fatores condicionantes no Ceará, meios para superação e os fins desejáveis das pessoas



Fonte: elaboração própria.

Nota: Os indicadores entre colchetes, no retângulo da direita, são representativos das políticas de educação (C1, C2, C3, C4), de saúde (S1, S2), de trabalho (T1, T2, T3), previdenciária (T4) e de moradia digna (P1, P2, P3, P4, P5, P6), analisadas nesta tese.

Conforme já referido⁵⁷, o PNUD defende a ideia de que as três seguintes escolhas são essenciais para as pessoas: ter uma vida longa e saudável; adquirir conhecimento; e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente. Neste trabalho, esses elementos são representados, respectivamente, pelas dimensões: “ter saúde”; “ter conhecimento”; e “ter padrão de vida digno”. O PNUD postula também a noção de que o desenvolvimento humano não encerra nessas três escolhas, existindo outras altamente

⁵⁷ Ver notas de rodapé 13 e 14.

valorizadas por muitas pessoas, a exemplo da liberdade política, econômica e social. Então, este trabalho acrescenta a quarta dimensão à metodologia original do IPM do PNUD, aglutinando indicadores representativos de trabalho digno e segurança previdenciária.

Em sendo abordada a pobreza sob o enfoque multidimensional, os autores, em sua maioria, exprimem como fins desejáveis ter conhecimento, saúde e um padrão de vida digno, embora difiram quanto aos indicadores representativos dessas dimensões, em parte pelo fato de disporem de bases de dados com variáveis distintas. Por exemplo, neste trabalho, não foi possível utilizar os mesmos indicadores da metodologia original do IPM, expressa pelo PNUD (2010, p. 100), em virtude dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 não disporem de variáveis que pudessem exprimi-los. Por esta razão, recorreu-se a indicadores alternativos para representar as dimensões elencadas.

Embora outras políticas públicas possam contribuir para o combate à pobreza multidimensional, procurou-se destacar nesta tese aquelas mais diretamente relacionadas às dimensões do IPM. Assim, foram mostradas as políticas de educação, saúde, habitação (inclusive serviços básicos de infraestrutura domiciliar), de geração de emprego e renda e de segurança previdenciária, abordadas no trabalho pelas razões a seguir explicitadas.

Por meio de adequadas políticas de educação, é possível atingir o fim desejável das pessoas de ter acesso ao conhecimento e à qualificação para o trabalho. Para que a política funcione adequadamente, são necessárias a oferta de infraestrutura escolar, a disponibilidade de professores qualificados, a existência de cursos de formação e capacitação profissional, dentre outros elementos. Caso a política não seja capaz de suprir as necessidades de educação básica, tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, uma parte da população é privada do direito de acesso ao conhecimento, contribuindo para aumentar a pobreza.

Adequadas políticas de saúde, associadas a outras, tais como as políticas de alimentação e de saneamento básico, podem contribuir eficazmente para que o fim desejável de se ter uma vida longa e saudável seja alcançado por um maior número de pessoas. Para tanto, é essencial a disponibilidade, em quantidade e qualidade, de infraestrutura física (hospitais, postos de saúde, equipamentos etc.), de profissionais (médicos, dentistas, enfermeiros etc.), de investimentos em saneamento básico e de ações preventivas (campanhas de vacinação, incentivo à prática de esportes, adequada alimentação etc.). Quando essas políticas falham, um maior número de pessoas sucumbe em decorrência de doenças evitáveis, ao passo que outras abreviam o tempo de vida ou padecem de problemas de saúde que poderiam ser tratados caso houvesse assistência eficaz.

Adequadas políticas de habitação e de serviços básicos de infraestrutura domiciliar (água, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica), associadas a outras políticas inerentes à geração de renda, podem contribuir para que as pessoas tenham acesso aos bens e serviços necessários para o alcance de um padrão de vida digno. Caso essas políticas falhem, muitas pessoas podem ser privadas do direito de ter um abrigo digno e/ou de vestir-se adequadamente, de nutrir-se, de ter lazer etc. Para que esses serviços estejam disponíveis e acessíveis, são necessários investimentos públicos, acesso a crédito, disponibilidade de trabalho com remuneração adequada ou, na falta deste último, de ações sociais que disponibilizem uma renda mínima às famílias carentes, a exemplo do Programa Bolsa Família.

Adequadas políticas de geração de emprego e renda, associadas a outras, como, por exemplo, de qualificação profissional, podem contribuir para uma oferta maior de postos de trabalho, inclusive de melhor qualidade, contrapondo-se ao desemprego, ao subemprego e ao trabalho precário. Emprego e renda podem ser gerados pela adoção de políticas diversas. Dentre outros, a reforma agrária, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e os programas de microcrédito urbano são exemplos de ações que podem ser analisadas sob o ângulo da política de crédito fundiário e produtivo. Quando essas e/ou outras políticas de geração de emprego e renda falham, as pessoas são privadas do direito de trabalhar e de ter renda compatível com as suas necessidades, ensejando, em decorrência, a pobreza. Por outro lado, quando políticas de seguridade ou previdência social não são abrangentes, muitas pessoas podem ficar desamparadas na velhice ou quando não puderem trabalhar, em razão, por exemplo, de incapacidade física provocada por algum acidente.

Em síntese, as políticas públicas são instrumentos que contribuem para criar ou fortalecer os meios necessários para que as pessoas tenham melhores condições de atingir os fins desejáveis e, assim, realizarem-se como seres humano. Efetivamente, pois, quanto mais eficazes forem as políticas públicas, dentre as quais as de educação, saúde, habitação, trabalho e renda e previdenciária, menores serão as privações das quais decorrem a pobreza multidimensional.

4.6 Métodos e técnicas de análise

Em virtude da abrangência e da multiplicidade de facetas que caracterizam o fenômeno da pobreza, a sua análise requer, visando a uma compreensão melhor, a abordagem

multidimensional de considerável número de variáveis e de suas interações no tempo e no espaço, procedimento empreendido no delineamento deste trabalho. Visando a atender os objetivos preconizados no trabalho e averiguar as hipóteses elencadas, recorreu-se a três procedimentos de análise. Dadas essas características da pesquisa, o método de análise empregado consistiu de técnicas de regressão com dados em painel⁵⁸, também conhecido como dados longitudinais. No estudo, as entidades espaciais foram representadas pelos municípios do Estado do Ceará, enquanto as entidades temporais foram os anos censitários de 1991, 2000 e 2010.

As principais vantagens para o emprego de regressões com dados em painel consistem em (BALTAGI, 2008 *apud* ROCHA, 2014, p. 28; BALTAGI, 1995 *apud* GUJARATI e PORTER, 2011, p. 588):

1. Considerar as entidades (indivíduos, firmas, municípios, estados, países etc.) como sendo heterogêneas. Os estudos de séries temporais ou cortes transversais não controlam esta heterogeneidade, podendo levar a resultados inconsistentes;
2. Oferecer mais informações sobre as variáveis de estudo, destacando maior variabilidade, menor colinearidade, mais graus de liberdade e mais eficiência das estimativas;
3. Oferecer mais informações sobre a dinâmica de ajustamento entre as unidades de corte transversal;
4. Maior capacidade de identificar e medir efeitos que não são simplesmente detectáveis em dados puramente temporais ou de corte transversal;
5. Permitir estudar modelos de comportamento mais complicados. Por exemplo, fenômenos como economias de escala e mudança tecnológica podem ser mais bem conduzidos pelos dados em painel do que apenas pelo corte transversal ou pelas séries temporais.
6. Reduzir ou eliminar as tendências enviesadas resultantes do processo de agregação de microdados.

Reyna⁵⁹ (2007, p. 3; traduziu-se) salienta que o painel de dados permite controlar as variáveis que não podem ser observadas ou medidas, a exemplo de fatores culturais ou

⁵⁸ De acordo com Gujarati e Porter (2011, p. 587), “nos dados em painel, a mesma unidade de corte transversal (uma família, uma empresa, um estado) é acompanhada ao longo do tempo. Em síntese, os dados em painel têm uma dimensão espacial e outra temporal.” Ainda segundo esses autores, embora com variações sutis, há outros nomes para dados em painel, como dados empilhados (*pooled data*), combinação de séries temporais e dados de corte transversal, painel de microdados, dados longitudinais, análise histórica de eventos e análise de corte.

⁵⁹ Panel data allows you to control for variables you cannot observe or measure like cultural factors or difference in business practices across companies; or variables that change over time but not across entities (i.e. national policies, federal regulations, international agreements, etc.). This is, it accounts for individual heterogeneity.

diferenças entre práticas comerciais entre empresas⁶⁰; ou variáveis que mudam ao longo do tempo, mas não entre as entidades como, por exemplo, políticas nacionais, legislação federal, acordos internacionais etc. Deste modo, ele é responsável pela heterogeneidade individual.

De acordo com Baltagi⁶¹ (2005, p. 13; traduziu-se), uma regressão de dados em painel difere de uma regressão de séries temporais ou de corte transversal na medida em que possui dois subscritos em suas variáveis, uma representando a dimensão transversal (famílias, pessoas, firmas, municípios, estados, países etc.) e a outra a dimensão temporal.

Greene (2012, p. 385) ensina que a estrutura básica de um modelo de regressão de um painel de dados pode ser escrita assim:

$$y_{it} = x'_{it}\beta + z'_i\alpha + \varepsilon_{it}. \quad (\text{Eq. 1})$$

Nesta equação,

y_{it} é a variável dependente, onde i ($i = 1, 2, \dots, N$) representa a entidade (empresas, famílias, pessoas, estados, municípios, países etc.) e t ($t = 1, 2, \dots, T$) o tempo;

x_{it} é a it -ésima observação de k variáveis explanatórias. O apóstrofo ' representa a matriz transposta de x_{it} ;

$z'_i\alpha$ representa a heterogeneidade ou o efeito individual, em que z_i contém um termo constante e um conjunto de indivíduos ou grupo de variáveis específicas, que podem ser observados (raça, sexo, localização etc.) ou não observados (características familiares específicas, heterogeneidade individual na habilidade ou preferências etc.), que não variam ao longo do tempo (GREENE⁶², 2012, p. 385-386; traduziu-se);

β é um vetor $k \times 1$ e constitui os coeficientes das variáveis explanatórias;

ε_{it} é o termo de erro.

Como explicita Greene⁶³ (2012, p. 386), se z_i é observado para todas os indivíduos, a equação representa um modelo de regressão linear ajustado por mínimos quadrados ordinários. Dentre outros casos, esse autor cita o modelo de regressão com efeitos

⁶⁰ Além desses exemplos citados por Reyna (2007), a vocação econômica do município, processos naturais desencadeadores de desertificação e o clima constituem outros fatores não mensuráveis ou que não mudam ao longo do tempo.

⁶¹ A panel data regression differs from a regular time-series or cross-section regression in that it has a double subscript on its variables.

⁶² The heterogeneity, or individual effect is $z'_i\alpha$ where z'_i contains a constant term and a set of individual or group specific variables, which may be observed, such as race, sex, location, and so on or unobserved, such as family specific characteristics, individual heterogeneity in skill or preferences, and so on, all of which are taken to be constant over time t .

⁶³ If z_i is observed for all individuals, then the entire model can be treated as an ordinary linear model and fit by least squares.

fixos e o modelo de regressão com efeitos aleatórios, ambos empregados neste trabalho, descritos nos tópicos subsequentes.

Segundo Rocha (2014, p. 22), no modelo de regressão linear, o estimador de mínimos quadrados ordinários (MQO) requer que alguns pressupostos não sejam violados, dentre os quais:

- a) exogeneidade dos regressores – $E(\varepsilon_i|x_i) = 0$;
- b) homocedasticidade condicional – $E(z_i^2|x_i) = \sigma^2$; e
- c) ausência de autocorrelação – $E(\varepsilon_i\varepsilon_j|x_ix_j) = 0, i \neq j$.

Ressalta-se que exibiu-se aqui apenas algumas características do modelo de painel de dados e de suas variantes de efeitos fixos e de efeitos aleatórios, não tendo nenhuma pretensão de se estender no assunto. Detalhamento dessa técnica, no entanto, pode ser encontrado em Gujarati e Porter (2011), Baltagi (2005), Greene (2012), Arellano (2003), Hsiao (2014), Hayashi (2000), Rocha (2011) e Loureiro e Costa (2009).

4.6.1 *Modelo de regressão de efeitos fixos*

De acordo com Reyna⁶⁴ (2007, p. 9; traduziu-se), o modelo de efeitos fixos (EF) é usado quando se está interessado apenas em analisar a influência de variáveis que variam ao longo do tempo. Quando se usa EF, assume-se que algo dentro do indivíduo pode influenciar ou enviesar as variáveis explicativas (independentes) ou a dependente, característica que precisa ser controlada. Esta é a lógica por trás da hipótese da correlação entre o termo de erro da entidade e as variáveis explicativas (preditivas). EF remove o efeito das características invariantes no tempo, a exemplo da área e da localização do município, possibilitando avaliar o efeito líquido das variáveis preditivas sobre a variável dependente.

Outra importante hipótese do modelo de efeitos fixos é o fato de que as características invariáveis no tempo são únicas para o indivíduo e não devem ser correlacionadas com outras características dos indivíduos. Cada entidade é diferente, portanto, o termo de erro da entidade e a constante (que captura as características individuais) não devem ser correlacionados com os demais. Se os termos de erro forem correlacionados, então

⁶⁴ Use fixed-effects (FE) whenever you are only interested in analyzing the impact of variables that vary over time.

EF não se adequa, podendo as inferências não estar corretas. (REYNA⁶⁵, 2007, p. 9; traduziu-se). Quando isso ocorrer, deve-se averiguar se o modelo de efeitos aleatórios, descrito mais adiante, poderia ser mais adequado.

Partindo da Equação 1, Greene (2012, p. 386) ensina que a equação de um modelo de regressão de efeitos fixos pode ser expressa desta maneira:

$$y_{it} = x'_{it}\beta + \alpha_i + \varepsilon_{it}. \quad (\text{Eq. 2})$$

Nesta equação,

$\alpha_i = z'_i\alpha$ ($i = 1, 2, \dots, N$) = fator de heterogeneidade entre indivíduos (unidades da observação). Corresponde ao intercepto desconhecido de cada entidade. De acordo com Greene⁶⁶ (2012, p. 386; traduziu-se), ele incorpora todos os efeitos observáveis e especifica uma média condicional estimável. Esta abordagem de efeitos fixos considera α_i um termo constante de um grupo específico no modelo de regressão. Conforme observam Gujarati e Porter (2011, p. 592), a expressão “efeitos fixos” decorre do fato de que, embora o intercepto possa diferir entre os indivíduos, ele não varia com o tempo, sendo, portanto, invariável no tempo.

4.6.2 Modelo de regressão de efeitos aleatórios

De acordo com Reyna (2007, p. 25; traduziu-se), a racionalidade por trás do modelo de efeitos aleatórios, diferentemente do modelo de efeitos fixos, consiste em que a variação entre entidades é assumida para ser aleatória e não correlacionada com as variáveis preditivas ou independentes incluídas no modelo.

Partindo da Equação 1, Greene (2012, p. 387) informa que a equação de um modelo de regressão de efeitos aleatórios pode ser assim expressa:

⁶⁵ Another important assumption of the FE model is that those time-invariant characteristics are unique to the individual and should not be correlated with other individual characteristics. Each entity is different therefore the entity's error term and the constant (which captures individual characteristics) should not be correlated with the others. If the error terms are correlated, then FE is no suitable since inferences may not be correct and you need to model that relationship (probably using random-effects), this is the main rationale for the Hausman test (presented later on in this document).

⁶⁶ This fixed effects approach takes α_i to be a group-specific constant term in the regression model. It should be noted that the term “fixed” as used here indicates that the term does not vary over time, not that it is nonstochastic, which need not be the case (GREENE, 2012, p. 386).

$$y_{it} = x'_{it}\beta + \alpha + u_i + \varepsilon_{it} . \quad (\text{Eq. 3})$$

Ainda de acordo com Greene⁶⁷ (2012, p. 387; traduziu-se), esta abordagem de efeitos aleatórios especifica que u_i é um elemento aleatório de um grupo específico, semelhante ao ε_{it} , exceto que, para cada grupo, há apenas um sorteio que entra na regressão de modo idêntico em cada período. A distinção crucial entre os dois casos (efeitos fixos e efeitos aleatórios) consiste em saber se o efeito individual não observado incorpora elementos correlacionados com os regressores no modelo, não se estes efeitos são estocásticos ou não.

4.6.3 Estatísticas do modelo econométrico

a) Teste de Hausman

O Teste de Hausman (1978) possibilita escolher qual modelo é o mais adequado: o de efeitos fixos ou o de efeitos aleatórios. De acordo com esse teste, os efeitos de heterogeneidade amostral são ou não correlacionados com os regressores do modelo. A hipótese nula do teste é de que o modelo de efeitos aleatórios é preferível *versus* a hipótese alternativa de que o modelo de efeitos fixos é o mais apropriado. Considerando a Equação 3, as hipóteses do teste são:

H_0 – u_i não é correlacionado com x_i ; e

H_a – u_i é correlacionado com x_i .

A estatística de Hausman (H) é uma distribuição do tipo qui-quadrado (χ^2), computada como (STATACORP LP, 2011, p. 775):

$$H = (\beta_c - \beta_e)'(V_c - V_e)^{-1}(\beta_c - \beta_e) ,$$

onde:

β_c é o vetor de coeficientes do estimador consistente;

β_e é o vetor de coeficientes do estimador eficiente;

V_c é a matriz de covariância do estimador consistente;

V_e é a matriz de covariância do estimador eficiente.

⁶⁷ This **random effects** approach specifies that u_i is a group specific random element, similar to ε_{it} except that for each group, there is but a single draw that enters the regression identically in each period. Again, the crucial distinction between these two cases is whether the unobserved individual effect embodies elements that are correlated with the regressors in the model, not whether these effects are stochastic or not (GREENE, 2012, p. 387).

b) Testes de Autocorrelação

Conforme explicita Reyna⁶⁸ (2007, p. 36; traduziu-se), testes de correlação serial se aplicam a micropainéis (painéis curtos) com séries temporais extensas (mais de 20-30 anos). Não é um problema para micropainéis (com muito poucos anos). Correlação serial faz com que os erros-padrão dos coeficientes sejam menores do que realmente são e o R^2 maior. No caso desta tese, é um micropainel com três anos, sendo, portanto, dispensável a realização de testes de autocorrelação.

c) Teste de Heterocedasticidade

O Teste de Heterocedasticidade do modelo foi realizado pelo comando do *software* Stata *xttest3* (*modified Wald test for groupwise heteroskedasticity* – teste Wald modificado para heterocedasticidade de grupos). Segundo Baum⁶⁹ (2001; traduziu-se), o modelo de regressão de efeitos fixos estimado (no *software* Stata) pelo comando *xtreg, fe* invoca o estimador de mínimos quadrados ordinários (MQO) para estimação do ponto e intervalo sob os pressupostos clássicos de que o processo de erro é distribuído independente e identicamente. No contexto de dados em painel, essas suposições podem ser violadas de maneiras diversas. O processo de erro pode ser homocedástico dentro das unidades de corte transversal, mas a sua variância pode diferir entre as unidades: uma condição conhecida como heterocedasticidade de grupo. O comando *xttest3* calcula uma estatística Wald modificada para a heterocedasticidade de grupo nos resíduos de um modelo de regressão de efeito fixo. A hipótese nula especifica que $\sigma^2_i = \sigma^2$ for $i = 1, \dots, N_g$, onde N_g é o número de unidades transversais.

⁶⁸ Serial correlation tests apply to macro panels with long time series (over 20-30 years). Not a problem in micro panels (with very few years). Serial correlation causes the standard errors of the coefficients to be smaller than they actually are and higher R-squared.

⁶⁹ The fixed-effects regression model estimated by *xtreg, fe* invokes the ordinary least squares (OLS) estimator for point and interval estimates under the classical assumptions that the error process is independently and identically distributed. In the pooled crosssection time series context, these assumptions may be violated in several ways. The error process may be homoskedastic within cross-sectional units, but its variance may differ across units: a condition known as groupwise heteroskedasticity. The *xttest3* command calculates a modified Wald statistic for groupwise heteroskedasticity in the residuals of a fixed-effect regression model. The null hypothesis specifies that $\sigma^2_i = \sigma^2$ for $i = 1, \dots, N_g$, where N_g is the number of cross-sectional units.

4.7 Modelo empírico

O modelo empírico utilizado no estudo compreendeu um painel de dados dos 184 municípios do Ceará, observados para os anos censitários de 1991, 2000 e 2010. A variável dependente no modelo é o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), cujos dados foram obtidos por meio da metodologia descrita no tópico precedente. Os dados do IPM retratam o comportamento da pobreza multidimensional no período pós-Constituição de 1988, mais precisamente no período compreendido de 1991 a 2010. Conforme aludido anteriormente, foram pesquisados na literatura pertinente os condicionantes da pobreza no Ceará apontados por diversos estudiosos do assunto. Após isto, empreendeu-se à busca de variáveis representativas desses condicionantes, cujos dados estivessem disponíveis para os anos censitários citados ou que pudessem representá-los mediante *proxies*. Em virtude da investigação realizada, foram evidenciadas as variáveis explicativas referidas no Quadro 3. A relação entre o IPM e essas variáveis explicativas resultou no seguinte modelo econométrico do tipo *lin-log*, onde o regressando (variável dependente) é linear e os regressores (variáveis independentes) são logarítmicos:

$$IPM_{it} = \beta_0 + \beta_1 \log[desp_sau_san_pc_{it}] + \beta_2 \log[infra_escolar_{it}] + \beta_3 \log[qualdocfun_sup_{it}] + \beta_4 \log[part_rur_popocup_{it}] + \beta_5 \log[part_peq_imovrurais_{it}] + \beta_6 \log[produit_geral_{it}] + \alpha_i + \varepsilon_{it}. \quad (\text{Eq. 4})$$

Na Equação 4,

i representa as observações transversais (municípios), $i = 1, 2, 3, \dots, 184$;

t representa as observações temporais (anos censitários), $t = 1991, 2000, 2010$;

β_k são parâmetros, onde $k = 0, 1, 2, \dots, 6$;

α_i representa os efeitos fixos não observáveis ou invariantes no tempo das unidades municipais. Nesta tese, por exemplo, constituem fatores não observáveis: fatores culturais, práticas de gestão municipal, localização e área do município etc.; e

ε_{it} são os distúrbios aleatórios.

Para definir o melhor modelo (efeitos fixos ou aleatórios), recorreu-se à estatística de Hausman, que testa a hipótese dos efeitos de heterogeneidade individual serem ou não correlacionados com os regressores (ROCHA, 2014, p. 31). Aplicado o teste de Hausman ao

modelo, rejeitou-se a hipótese nula de que o modelo dos efeitos aleatórios seria o preferível. Assim, aceitou-se a hipótese alternativa, adotando o método dos efeitos fixos como o mais adequado. Para corrigir a heterocedasticidade, adotou-se a opção robusta do teste de efeitos fixos.

A elasticidade de cada variável foi obtida por meio de comando específico do *software Stata (Stata Data Analysis and Statistical Software)*. No caso, foram empregados os comandos *margins, eydx*, usando nos cálculos o método delta (STATACORP LP, 2011, p. 1027). De forma prática, a elasticidade média de cada variável explicativa no modelo *lin-log* proposto pode também ser obtida por (Gujarati e Porter, 2011, p. 190):

$$\varepsilon_k = \beta_k \left(\frac{1}{\overline{IPM}} \right) \quad (\text{Eq. 5}),$$

onde:

ε_k = elasticidade média da variável explicativa k, k = 1, 2, ..., 6;

β_k representa o parâmetro da variável explicativa k, k = 1, 2, ..., 6;

\overline{IPM} = Índice de pobreza municipal médio.

Uma vez percorrido sobre os procedimentos metodológicos utilizados na tese, passa-se à discussão dos resultados da pesquisa, tarefa empreendida no capítulo seguinte.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo dedica-se à discussão dos resultados da pesquisa, cotejando-os com os achados de outros autores. Ante a abrangência dos resultados, houve-se por bem separar a discussão em três subtópicos, sendo o primeiro relativo aos indicadores de pobreza multidimensional (proporção de pobres, intensidade de pobreza e IPM), o segundo inerente às privações das famílias cearenses nas dimensões que compõem o IPM (ter conhecimento, ter saúde, ter trabalho digno e segurança previdenciária e ter padrão de vida digno) e o terceiro concernente aos fatores condicionantes da pobreza para a realidade das municipalidades do Ceará, conforme indicado pela literatura, já referido.

5.1 Resultado e discussão relativos aos indicadores de pobreza multidimensional nos municípios do Ceará, no período pós-Constituição Federal de 1988

Apesar dos avanços alcançados entre os decênios que separam os três últimos censos demográficos, pode-se afirmar que o Ceará, em uma perspectiva multidimensional, continua um Estado pobre. Esta asserção se faz evidente ao se examinar as informações contidas na Tabela 3, que encerram algumas estatísticas descritivas relativas aos indicadores médios da Proporção de Pobres, da Intensidade da Pobreza e do Índice de Pobreza Multidimensional dos municípios cearenses e do Estado, para os anos censitários de 1991, 2000 e 2010.

De 1991 a 2010, houve diminuição expressiva na proporção de pobres no Ceará. Apesar disto, cerca de 1/4 da população do Estado continuava multidimensionalmente pobre em 2010. Entre o campo e a cidade, persiste o desnível acentuado nesse indicador, tendo a zona rural situação mais desfavorável. No que concerne aos municípios do Estado, a redução na proporção de pobres ocorreu em todos, embora em magnitudes distintas. De fato, enquanto Palhano alcançou o melhor resultado, diminuindo a proporção de pobres de 1991 a 2010 em 63,1 pontos percentuais (p.p.), o mesmo não ocorreu em Fortaleza, cuja redução foi de 19,4 p.p., a menor do Estado (Apêndice C). Impõe-se considerar, no entanto, o fato de que a Capital cearense recebeu levadas expressivas de migrantes, sobretudo de pessoas pobres fugindo das secas e da falta de oportunidades no restante do Estado. Além disso, Fortaleza já detinha, em 1991, a menor proporção de pessoas multidimensionalmente pobres no Estado.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas dos indicadores de pobreza do Ceará – 1991, 2000 e 2010

Indicador	1991			2000			2010		
	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM
MUNICÍPIOS									
Nr. municípios	178			184			184		
Média municipal	0,798	0,470	0,376	0,600	0,441	0,266	0,317	0,415	0,132
Zona urbana	0,629	0,450	0,283	0,463	0,431	0,200	0,246	0,411	0,101
Zona rural	0,927	0,480	0,446	0,738	0,448	0,332	0,405	0,417	0,169
Desvio-padrão	0,096	0,012	0,051	0,094	0,011	0,046	0,070	0,007	0,030
Amplitude	0,630	0,062	0,328	0,612	0,069	0,297	0,381	0,045	0,168
Mínimo	0,322	0,432	0,139	0,250	0,418	0,105	0,128	0,389	0,052
Máximo	0,952	0,494	0,467	0,862	0,487	0,402	0,509	0,434	0,220
Quartil 1	0,754	0,464	0,349	0,543	0,434	0,235	0,278	0,409	0,115
Quartil 2	0,810	0,471	0,381	0,608	0,441	0,271	0,317	0,415	0,132
Quartil 3	0,867	0,479	0,413	0,665	0,448	0,296	0,368	0,420	0,154
ESTADO									
Média estadual	0,632	0,464	0,293	0,472	0,437	0,207	0,244	0,414	0,101
Zona urbana	0,474	0,445	0,211	0,364	0,428	0,156	0,189	0,410	0,077
Zona rural	0,930	0,482	0,448	0,743	0,449	0,334	0,409	0,418	0,171

Fonte: elaboração própria, com suporte nos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

Observando o conjunto dos municípios cearenses, constatou-se que, em metade deles, os pobres representavam pelo menos 81,0% de suas populações no ano de 1991. Em 2010, apesar do expressivo avanço, em metade dos municípios cearenses, pelo menos cerca de 1/3 de suas populações ainda permanecia multidimensionalmente pobre.

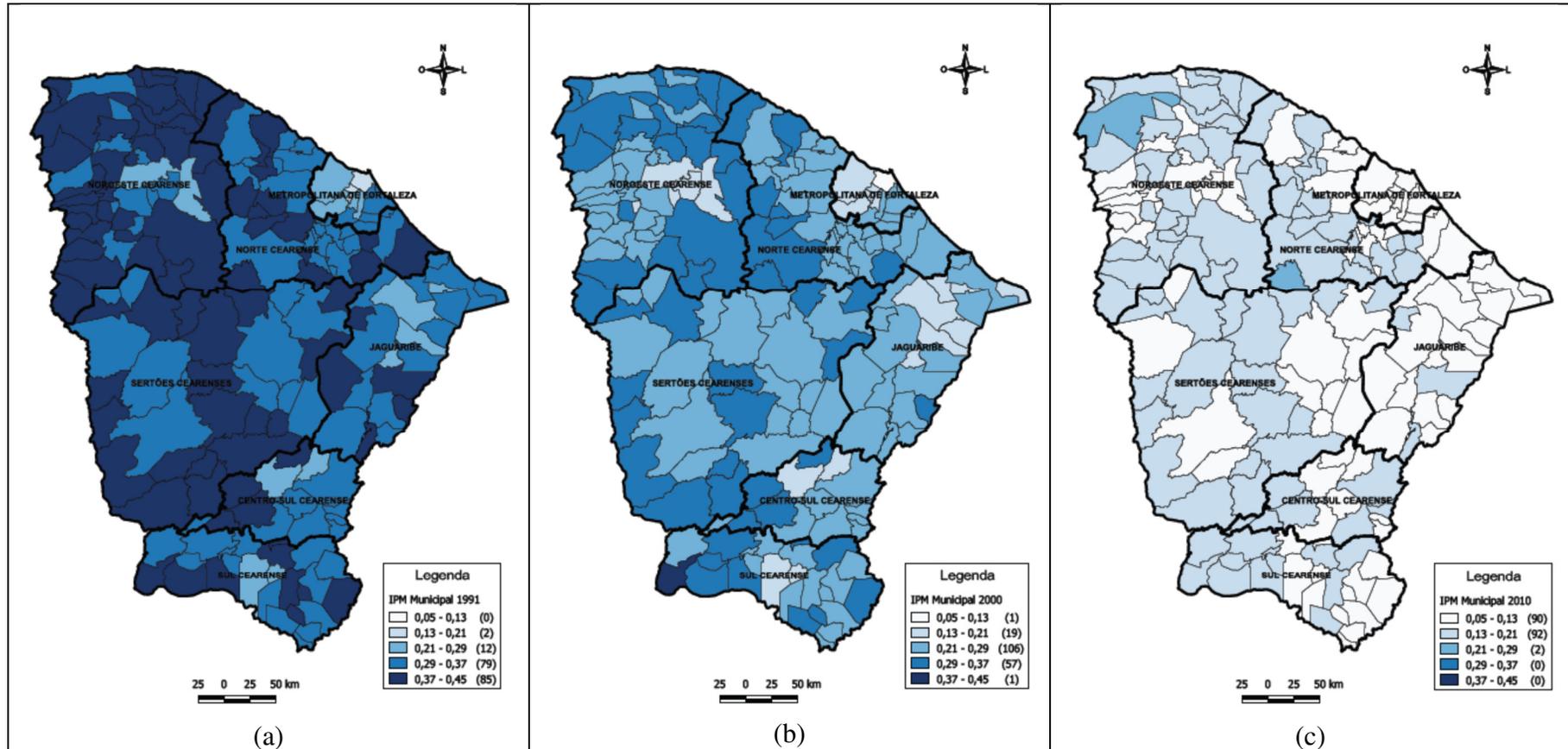
O indicador da intensidade de pobreza do ano de 1991 revelou que, nos municípios do Ceará, a pessoa pobre média sofria privações em 47,0% dos indicadores ponderados por seu peso (ver Tabela 3). De 1991 (0,470) a 2010 (0,415), a redução na intensidade de pobreza foi modesta, correspondendo a 11,7% para os municípios do Estado, em média.

Conforme definido pelo PNUD (2010, p. 100), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) “é o resultado da contagem da pobreza multidimensional (o número de pessoas que são pobres em termos multidimensionais) e do número médio de privações que cada família multidimensionalmente pobre sofre (a intensidade da pobreza).” Os municípios cearenses obtiveram, em média, avanços expressivos no combate à pobreza multidimensional no período pós-Constituição de 1988. Com efeito, a pobreza nos municípios cearenses, mensurada pelo Índice de Pobreza Multidimensional, diminuiu, em média, 64,9%

de 1991 (0,376) a 2010 (0,132). Em outras palavras, a fração da população multidimensionalmente pobre, ajustada pela intensidade das privações, reduziu de 37,6% em 1991 para 13,2% em 2010, considerando a média dos municípios do Estado. Ressalta-se que a melhoria nesse indicador de pobreza, observada de 1991 a 2000 e de 2000 a 2010, ocorreu indistintamente em todos os municípios, porém em magnitudes diferentes (ver Apêndice C). Com efeito, enquanto a queda no Índice de Pobreza Multidimensional correspondeu, de 1991 a 2010, a 31,0 p.p. em Potiretama, município com maior redução no IPM, em Fortaleza esse indicador melhorou 8,7 p.p., representando a menor queda dentre as municipalidades do Estado. A Figura 3 (itens a, b e c) retrata o comportamento do IPM nos municípios cearenses nos três últimos anos censitários.

Comparando-se a média do IPM no Estado (0,293 em 1991, 0,207 em 2000 e 0,101 em 2010) com a média dos municípios (0,376 em 1991, 0,266 em 2000 e 0,132 em 2010), infere-se que as municipalidades mais populosas, a exemplo de Fortaleza, possuem, em geral, melhores indicadores. O fosso entre a média do IPM dos municípios e do Estado de 1991 (8,3 p.p.) a 2010 (3,1 p.p.), no entanto, diminuiu 62,7% no período, revelando que os municípios menores melhoraram os seus indicadores de pobreza mais rapidamente do que os municípios mais populosos.

Figura 3 – Evolução espacotemporal da pobreza nos municípios do Ceará, com base no IPM – 1991, 2000 e 2010



Fonte: elaboração do autor.

Analisando-se os municípios organizados em quatro grupos limitados pelos quartis, observou-se que, no agrupamento formado pelas 25% municipalidades menos pobres, a Mesorregião Metropolitana de Fortaleza obteve o resultado mais favorável, porquanto mais de 70% de seus municípios se enquadraram nesse grupo nos três anos censitários (Tabela 4). Também cabe destaque à Mesorregião do Jaguaribe, onde mais da metade de seus municípios se enquadrou no quartil com os melhores IPM nos três anos censitários.

Tabela 4 – Número e proporção dos municípios nas mesorregiões cearenses enquadrados entre os 25% mais pobres e os 25% menos pobres, em termos multidimensionais – 1991, 2000 e 2010

Mesorregião Geográfica	Total municípios na mesorregião		Municípios da mesorregião no grupo					
			Quantidade			%		
	1991	2000/2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
25% dos municípios menos pobres multidimensionalmente								
Noroeste Cearense	45	47	2	4	8	4,3	8,5	17,0
Norte Cearense	36	36	10	5	5	27,8	13,9	13,9
Sertões Cearenses	28	30	4	5	1	13,3	16,7	3,3
Sul Cearense	25	25	4	6	7	16,0	24,0	28,0
Jaguaribe	20	21	11	13	11	52,4	61,9	52,4
Centro-Sul Cearense	14	14	6	4	4	42,9	28,6	28,6
Metrop. de Fortaleza	10	11	8	9	10	72,7	81,8	90,9
25% dos municípios mais pobres multidimensionalmente								
Noroeste Cearense	45	47	16	17	18	34,0	36,2	38,3
Norte Cearense	36	36	8	8	9	22,2	22,2	25,0
Sertões Cearenses	28	30	13	12	13	43,3	40,0	43,3
Sul Cearense	25	25	3	7	4	12,0	28,0	16,0
Jaguaribe	20	21	1	0	0	4,8	-	-
Centro-Sul Cearense	14	14	4	2	2	28,6	14,3	14,3
Metrop. de Fortaleza	10	11	0	0	0	-	-	-

Fonte: elaboração própria.

Nota: em 1991, foi considerado o número de 178 municípios existentes à época. Foram criados após esse ano dois municípios nas mesorregiões dos Sertões Cearenses (Choró e Ararendá) e do Noroeste Cearense (Jijoca de Jericoacoara e Catunda) e um município nas Mesorregiões Metropolitana de Fortaleza (Itaitinga) e Jaguaribe (Fortim).

No outro extremo, formado pelo quartil de municípios cearenses mais pobres, constatou-se que, em termos proporcionais, as Mesorregiões dos Sertões Cearenses e do Noroeste Cearense foram as que denotaram as maiores concentrações de municípios com os piores IPM. Cabe destacar o fato de que nenhum município da Mesorregião Metropolitana de Fortaleza se enquadrou nesse grupo

nos três anos censitários. Na Mesorregião do Jaguaribe, somente um município (Potiretama) fez parte desse grupo em 1991, saindo dele nos anos subsequentes analisados.

Grosso modo, dividindo-se ao meio a área geográfica do Estado por uma linha imaginária vertical, pode-se observar que a maioria dos municípios com melhores IPM situam-se no lado leste, enquanto a maior parte dos municípios com IPM menos favoráveis estão localizados no lado oeste, nos três anos censitários (Figura 4). As razões explicativas para esta configuração fogem ao escopo desta tese, sugerindo-se que sejam investigadas por meio de outros trabalhos.

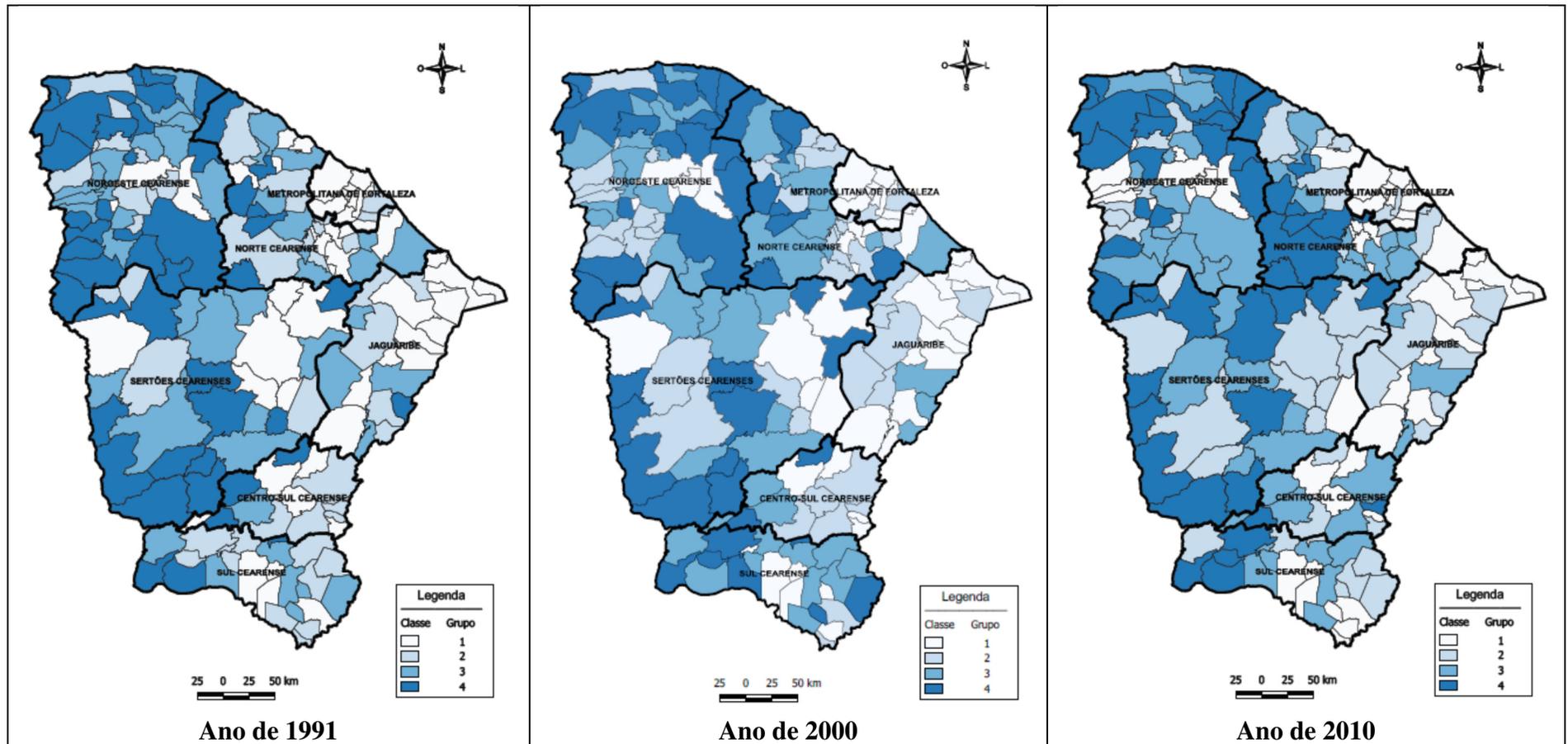
Os resultados inerentes aos indicadores de pobreza obtidos nesta tese guardam consonância, em sua maioria, com os divulgados por outros autores que investigaram a pobreza no Ceará, sob o enfoque multidimensional, em períodos pós-Constituição Federal de 1988. Ressalta-se, no entanto, serem relativamente poucos os trabalhos que abordam a pobreza nos municípios cearenses sob o prisma multidimensional e ao longo de um determinado período.

Adotando o enfoque multidimensional, Araujo, Morais e Cruz (2012) analisaram a pobreza no Ceará nos anos de 2004, 2006 e 2009, utilizando, para tanto, IPM proposto por Asselin (2002) e a técnica de Análise de Correspondência Múltipla (ACM) aplicada a dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Em seus resultados, constataram diminuição na proporção de pobres ($FGT^{70}(0)$), no hiato de pobreza ($FGT(1)$) e na severidade da pobreza ($FGT(2)$), no âmbito multidimensional, tanto para o Estado, como também para a Região Metropolitana de Fortaleza e as zonas urbana e rural. Amaral (2014), utilizando-se de um IPM constituído com suporte na técnica de análise fatorial, constatou a diminuição da pobreza multidimensional no Ceará de 2000 a 2010. Silva, Araujo, Campelo e Vasconcelos (2014), utilizando metodologia proposta por Bourguignon e Chakravarty (2003), analisaram o comportamento da pobreza multidimensional no Ceará de 2006 a 2012. Verificaram ter havido melhoria no Índice de Pobreza Multidimensional no Estado, na Região Metropolitana, nas zonas rural e urbana, como também em grupos de pessoas, formados por homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, brancos e não brancos.

Diferentemente das abordagens dos autores citados, neste trabalho buscou-se averiguar a evolução da pobreza multidimensional no Ceará em uma abrangência espaçotemporal maior, apresentando essa problemática no plano municipal entre os dois decênios que separam os três últimos recenseamentos populacionais (1991, 2000 e 2010). Os resultados desta tese reforçam as conclusões mostradas nos trabalhos científicos previamente publicados.

⁷⁰ A sigla FGT é formada pelas letras iniciais de Foster, Greer e Thorbecke.

Figura 4 – Grupos de municípios cearenses obtidos com origem nos intervalos interquartis⁽¹⁾ – 1991, 2000 e 2010.



Fonte: elaboração própria.

Nota: (1) O Grupo 1 é constituído pelos 25% dos municípios com os melhores IPM (cor mais clara), enquanto o Grupo 4 é formado pelos 25% dos municípios com os piores IPM (cor mais escura). Os Grupos 2 (25% dos municípios) e 3 (25% dos municípios) enquadram os municípios com IPM intermediários entre os 25% melhores e os 25% piores.

5.2 Resultados e discussão inerentes às privações das famílias dos municípios cearenses

Neste tópico, são mostrados, para os anos censitários de 1991, 2000 e 2010, os resultados das privações médias das famílias cearenses nas dimensões “ter conhecimento”, “ter saúde”, “ter trabalho digno e segurança previdenciária” e “ter padrão de vida digno”, constituintes, em igual peso, do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Para ancorar os comentários sobre as privações nas quatro dimensões, foram elaborados a Tabela 5, que apresenta informações das privações médias das famílias nos grupos interquartis de municípios, a Tabela 6, que detalha as privações das famílias pobres ao nível dos indicadores e componentes e das dimensões, e um Gráfico, que possibilita visualizar a evolução, nos três anos censitários, do IPM *vis-à-vis* o nível de privações nas dimensões do Índice de Pobreza Multidimensional.

Tabela 5 – Privações das famílias nas dimensões do IPM dos municípios, por grupos interquartis – 1991, 2000 e 2010

Grupos Interquartis de Municípios / Parâmetros	IPM Médio	Nível médio de privação nas dimensões				Total de Privações
		Conhecimento	Saúde	Trabalho e Prev. Social	Padrão de Vida	
Ano 1991						
Grupo 1	0,31	3,07	0,12	0,95	2,55	6,68
Grupo 2	0,37	3,29	0,13	0,93	2,93	7,27
Grupo 3	0,40	3,41	0,13	0,92	3,12	7,58
Grupo 4	0,43	3,55	0,14	0,90	3,35	7,94
Média das famílias	0,38	3,33	0,13	0,93	2,99	7,37
Participação da dimensão no total das privações das famílias		45,17	1,76	12,57	40,51	100,00
Ano 2000						
Grupo 1	0,21	2,61	0,20	1,06	1,81	5,67
Grupo 2	0,25	2,78	0,19	1,06	2,15	6,19
Grupo 3	0,28	2,88	0,22	1,06	2,30	6,46
Grupo 4	0,32	3,00	0,23	1,09	2,53	6,84
Média das famílias	0,27	2,82	0,21	1,07	2,20	6,29
Participação da dimensão no total das privações das famílias		44,77	3,34	16,97	34,91	100,00
Ano 2010						
Grupo 1	0,09	1,98	0,13	0,94	1,28	4,34
Grupo 2	0,12	2,21	0,15	1,00	1,47	4,82
Grupo 3	0,14	2,29	0,15	1,04	1,56	5,05
Grupo 4	0,17	2,43	0,15	1,11	1,66	5,36
Média das famílias	0,13	2,23	0,15	1,02	1,49	4,89
Participação da dimensão no total de privações das famílias		45,54	2,97	20,94	30,55	100,00

Fonte: elaboração própria.

Notas:

Grupo 1 contém os 25% dos municípios com melhor IPM no ano de referência;

Grupo 2 contém os 25% dos municípios com melhor IPM no ano de referência, exceto os do Grupo 1;

Grupo 3 contém os 25% dos municípios com melhor IPM no ano de referência, exceto os dos Grupos 1 e 2;

Grupo 4 contém os 25% dos municípios com pior IPM no ano de referência;

O nível máximo de privações em cada dimensão corresponde a $18/4 = 4,5$.

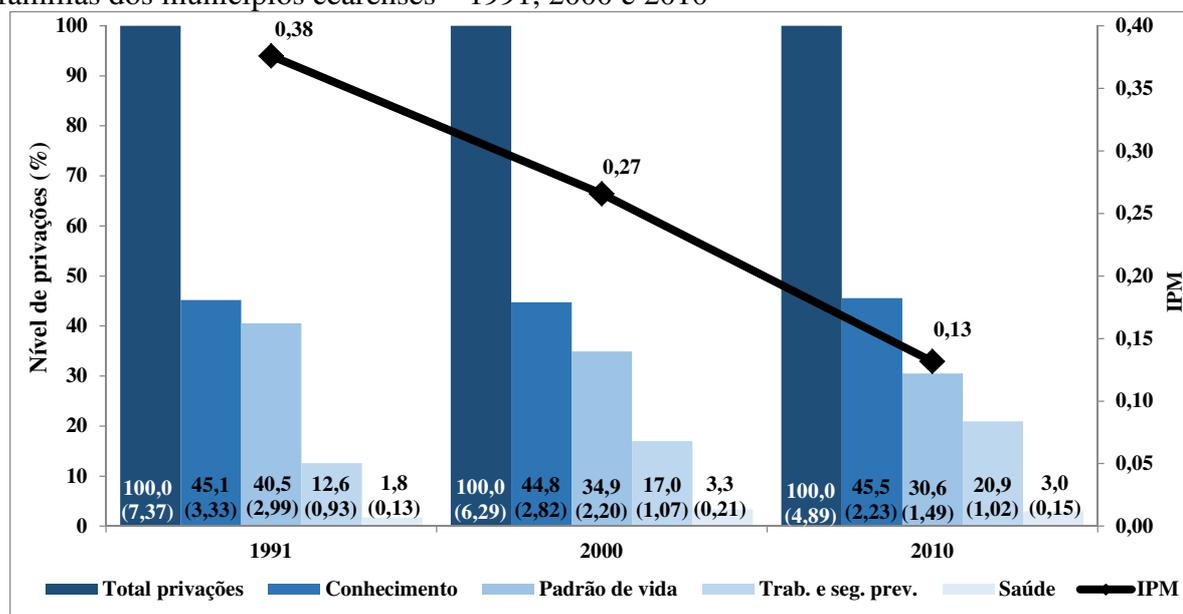
Tabela 6 – Proporção das famílias cearenses com privações nos indicadores, componentes e dimensões do IPM – média dos municípios e do Estado do Ceará

INDICADOR	1991		2000		2010	
	Média municipal	Ceará	Média municipal	Ceará	Média municipal	Ceará
Dim Ter Conhecimento	95,2	87,6	89,9	81,1	77,3	68,4
Comp Analfabetismo	83,3	70,3	66,4	54,7	49,0	38,3
C1	29,0	23,3	9,1	7,6	4,7	4,1
C2	80,0	66,3	64,5	52,6	47,3	36,6
Comp Escol./Qual. Profissional	94,8	86,5	89,7	80,7	77,0	67,9
C3	92,2	81,9	87,2	76,2	69,1	58,2
C4	94,8	86,5	89,7	80,7	77,0	67,9
Dim Ter Saúde	5,7	5,1	9,3	8,2	6,4	5,9
Comp Saude da Família	5,7	5,1	9,3	8,2	6,4	5,9
S1	1,4	1,3	0,8	0,7	0,2	0,2
S2	4,3	3,9	8,6	7,5	6,2	5,7
Dim Ter Trabalho Digno e Seg. Prev.	67,9	65,1	68,4	67,4	66,4	62,5
Comp Desemprego	49,4	45,8	45,2	42,1	48,1	41,4
T1	19,6	17,3	26,6	23,5	32,8	26,8
T2	34,9	33,5	25,5	25,1	25,0	22,3
Comp Trabalho Infantil	14,8	11,9	11,4	8,6	6,1	5,0
T3	14,8	11,9	11,4	8,6	6,1	5,0
Comp Previdência Social	19,7	24,5	33,7	39,8	33,2	35,8
T4	19,7	24,5	33,7	39,8	33,2	35,8
Dim Ter Padrão de Vida	99,9	99,4	98,8	94,0	97,8	91,8
Comp Saneamento Básico	96,3	84,5	91,6	72,2	82,4	60,4
P1	91,6	79,1	89,1	69,2	79,5	57,1
P2	79,0	59,0	59,7	39,9	33,9	21,3
P3	81,7	56,0	61,6	37,7	41,5	24,3
Comp Energia Elétrica	50,6	31,9	18,3	10,5	1,5	1,0
P4	50,6	31,9	18,3	10,5	1,5	1,0
Comp Ocup./Qual. domicílio	62,2	59,8	52,1	51,5	42,8	44,6
P5	31,6	29,9	25,1	24,3	24,0	26,2
P6	46,9	44,2	37,9	37,1	26,4	26,1
Comp Priv. de bens duráveis	99,0	98,0	92,7	85,5	89,6	81,3
P7	84,3	66,7	59,3	43,1	19,7	13,5
P8	98,4	97,5	91,2	84,4	89,3	81,0

Fonte: elaboração própria.

Nota: os percentuais relativos aos componentes e às dimensões expressam a existência de pelo menos um tipo de privação nos indicadores que os constituem.

Gráfico – Evolução do IPM e participação das dimensões no nível médio de privações das famílias dos municípios cearenses – 1991, 2000 e 2010



Fonte: elaboração própria.

Nota: os dados na base das barras indicam, para cada dimensão, o nível de privação em porcentagem do total e, entre parênteses, o seu valor absoluto. Observe-se a paulatina diminuição do valor absoluto total das privações de 1991(7,37), 2000 (6,29) e 2010 (4,89). Pequenas divergências nos valores totais (em branco) decorrem de arredondamentos.

5.2.1 Dimensão “ter conhecimento”

Considerando a média municipal de privações das famílias cearenses nos três anos censitários, constatou-se que a dimensão “ter conhecimento” foi, em termos relativos, a mais representativa dentre as quatro que constituem o IPM, respondendo por aproximadamente 45% do total de privações nos três anos censitários. Isto revela que, em cada ano analisado, privações na área de educação foram responsáveis, em média, por exercer a maior influência na formação do Índice de Pobreza Multidimensional, confirmando a hipótese 2, expressa na introdução desta tese.

Em valor absoluto, a privação média das famílias cearenses na dimensão “ter conhecimento” regrediu 1/3 de 1991 (3,33) a 2010 (2,23). Isto significa que o conjunto das políticas de educação foi eficaz, porquanto reduziu privações de acesso ao conhecimento, contribuindo para a melhoria do Índice de Pobreza Multidimensional. Estes dados corroboram a afirmação preconizada na hipótese 1.

A análise dos quatro grupos de municípios formados entre os quartis revelou que, em média, nos três anos censitários, quanto mais pobres multidimensionalmente eram os municípios, maiores eram também suas privações de capacitações na área educacional.

Detalhando a análise, verificou-se que a proporção de famílias municipais com privações nos indicadores do componente “analfabetismo” reduziu-se em pouco mais da metade de 1991 (83,3%) a 2010 (38,3%) – ver Tabela 6. Isto decorreu tanto da diminuição de famílias com crianças fora da escola (indicador C1) como também pela menor incidência de famílias com adultos analfabetos (indicador C2). Também ocorreu melhoria no componente “escolaridade/qualificação profissional”, no entanto, em menor magnitude. Apesar dos avanços observados, ainda é elevada a proporção de famílias sem pelo menos um integrante adulto com nível médio completo (indicador C3) e de famílias cujos membros são todos de baixa qualificação (indicador C4).

5.2.2 Dimensão “ter saúde”

Privações na dimensão “ter saúde” denotaram a menor influência sobre o IPM nos três anos censitários, não superando 3,34% do total de privações. No período, apesar da forte oscilação, o nível de privação médio se manteve estável, passando de 0,13 em 1991 para 0,15 em 2010. Cabe lembrar que o peso dessa dimensão é igual ao das outras três. Ressalta-se, entretanto, que outras possíveis privações na área da saúde não constituíram indicadores em virtude da dificuldade de obtenção de dados representativos nos três anos censitários. A esse respeito, o PNUD (2010, p. 104), abordando as limitações do IPM para os países, ressalta que “os dados referentes à saúde são relativamente pobres e com pouca cobertura, especialmente em relação à nutrição, embora os padrões que surjam sejam plausíveis e familiares.”

Observando os dados da dimensão “ter saúde” de modo desagregado, constatou-se intensa diminuição na mortalidade infantil (S1), correspondente a 85,7% de 1991 (1,4%) a 2010 (0,2%). Por outro lado, nesse mesmo intervalo, aumentaram substancialmente alguns fatores incapacitantes (S2), tais como cegueira, deficiências mentais e dificuldades motoras graves, neutralizando os ganhos advindos da redução da mortalidade infantil no Estado. No último caso, uma possível explicação pode ter sido o expressivo aumento de acidentes em veículos, particularmente motocicletas. Em virtude de não fazer parte do escopo desta tese, sugere-se que outros trabalhos investiguem as possíveis causas do aumento de incapacitações por cegueira, deficiências mentais ou dificuldades motoras graves nos municípios cearenses.

Apesar dos baixos indicadores observados nos três anos censitários, os dados referentes à dimensão “ter saúde” contrariam a hipótese 1 de que houve avanços nas políticas de saúde em nível suficiente para possibilitar a redução da pobreza multidimensional no período pós-Constituição de 1988.

5.2.3 Dimensão “ter trabalho digno e segurança previdenciária”

Privações na dimensão “ter trabalho digno e segurança previdenciária” foram responsáveis por 12,57% do total de privações em 1991. Nos anos censitários subsequentes, a participação dessa dimensão no total das privações aumentou, atingindo 20,94% em 2010.

Em valor absoluto, observou-se que a média de privações na dimensão “ter trabalho digno e segurança previdenciária” aumentou 9,7% de 1991 (0,93) até 2010 (1,02). Esta realidade decorreu, em grande parte, da intensiva migração do campo para o meio urbano no período, sem o devido ajustamento estrutural na economia que possibilitasse a absorção do elevado contingente de mão de obra desqualificada proveniente do meio rural. No campo, grande parte desse contingente populacional era ocupada em atividades agropecuárias, garantindo, de acordo com a Lei N^o 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), direitos previdenciários na qualidade de segurado especial. Por outro lado, como as cidades não criaram oportunidades de trabalho condizentes com o nível de migração, houve elevação na proporção de pessoas desocupadas e sem direitos previdenciários, já que não estavam mais exercendo atividades na agropecuária. Isto evidencia o fato de que as ações das políticas de geração de emprego e renda ou de segurança previdenciária não foram suficientes para equacionar o desemprego estrutural e propiciar segurança previdenciária para maior proporção de cearenses. Esses dados contrariam a asserção preconizada na hipótese 1, de que houve avanços em todas as políticas sociais em nível suficiente para diminuir a pobreza multidimensional nos municípios cearenses.

A análise dos componentes e indicadores que constituem a dimensão “ter trabalho digno e segurança previdenciária” reforça a asserção contida no parágrafo anterior. O indicador relativo ao desemprego de todos os membros adultos da família (T1) revelou crescimento acentuado de 67,3% de 1991 (19,6%) a 2010 (32,8%). Houve, no entanto, melhoria no componente “desemprego” nos municípios, graças à diminuição relativa de jovens que nem trabalhavam e nem estudavam (“nem-nem”) (T2), cuja queda média, de 1991

(34,9%) a 2010 (25,0%), correspondeu a 25,5%. Ressalta-se que isto decorreu, sobretudo, do maior número de jovens estudando do que ocupados.

Os ganhos advindos das políticas que combatem o trabalho infantil (T3) foram notórios, porquanto crianças de menos de 15 anos trabalhando, nas famílias municipais, foram reduzidas em cerca de 60%, em média, de 1991 (14,8%) a 2010 (6,1%).

No que concerne ao amparo da seguridade social (T4), as famílias dos municípios cearenses ficaram mais desprotegidas ao longo dos dois decênios que separam os três últimos censos, porquanto a existência de membros na família não protegidos por direitos previdenciários elevou-se 68,5% de 1991 (19,7%) a 2010 (33,2%), corroborando o resultado relativo ao desemprego de todos os membros adultos da família (T1), conforme discutido anteriormente.

Observe-se que os dados relativos aos indicadores e componentes médios dos municípios da dimensão “ter trabalho digno e segurança previdenciária” são todos inferiores aos do Ceará como um todo, inferindo-se, então, que as pequenas municipalidades exprimem, na média, parâmetros menos satisfatórios.

5.2.4 Dimensão “ter padrão de vida digno”

Privações de capacitações relativas à dimensão “ter padrão de vida digno” representaram cerca de 40% do total de privações em 1991, tendo regredido para o patamar de 30% em 2010, considerando a média das famílias municipais. Esta dimensão compreendeu, portanto, o segundo maior nível de privações em cada um dos três anos censitários.

Em valor absoluto, observou-se que a média das privações das famílias municipais na dimensão “ter padrão de vida digno” diminuiu cerca de 50% de 1991 (2,99) a 2010 (1,49), configurando a maior redução dentre as quatro que constituem o IPM. Estes dados revelam que o conjunto das políticas que exercem influência direta no padrão de vida, tais como as políticas de geração de renda, habitação e acesso aos serviços básicos de infraestrutura domiciliar foram eficazes em reduzir as privações relativas ao padrão de vida das quais decorre a pobreza multidimensional.

A análise desagregada por componentes e indicadores desta dimensão revela que houve melhoria dos parâmetros médios municipais de privações entre os três anos censitários, porém em magnitudes muito díspares. No componente “saneamento básico”, a melhoria mais expressiva ocorreu no acesso à água da rede geral ou de poço ou nascente canalizada para o

domicílio (P2), porquanto as privações relativas a esse indicador foram reduzidas em 57,0% de 1991 (79,0%) a 2010 (33,9%). A disponibilidade de instalações adequadas para o esgotamento sanitário (rede de esgoto ou fossa séptica) e de banheiro privativo (P1) obteve melhoria menos expressiva, reduzindo as privações das famílias municipais neste indicador em 13,2%, em média, no período. O acesso a serviços públicos de coleta regular de lixo, por sua vez, melhorou cerca de 50% nos municípios, em média, de 1991 (81,7%) a 2010 (41,5%), no entanto, as privações das famílias dos municípios nesse indicador ainda se mantêm em patamar elevado.

Chama atenção a expressiva melhoria no acesso à rede geral de energia elétrica, praticamente alcançando a universalização em 2010. Isto demonstra que as políticas públicas destinadas ao acesso à rede pública de energia elétrica foram muito eficazes, cabendo destaque ao Programa Luz para Todos, do Governo Federal, criado pela Lei Nº 10.438, de 26 de abril de 2002, conforme aludido anteriormente.

No que concerne à posse e à qualidade do domicílio, a melhoria neste indicador decorreu, sobretudo, da diminuição de privações consequentes do número de ocupantes por dormitório (P6), cuja redução foi de 43,7% de 1991 (46,9%) a 2010 (26,4%). A posse da moradia ou terreno ou o acesso a financiamento para a sua aquisição ainda não havia se tornado realidade para cerca de 1/4 das famílias dos municípios cearenses, em média, no ano de 2010.

O acesso a três ou mais itens constituídos por eletrodomésticos (rádio, televisor, geladeira/*freezer*, máquina de lavar roupa) ou telefone (fixo ou móvel) (P7) melhorou 76,6% de 1991 (84,3%) a 2010 (19,7%), reflexo, em grande parte, da elevação da renda das famílias no período. Por outro lado, cerca de 90% das famílias dos municípios cearenses, em média, não possuíam automóvel para uso particular (P8) em 2010, embora tenha ocorrido melhoria neste indicador desde 1991 (98,4%), quando apenas uma minoria não era privada do acesso a transporte próprio. Ressalta-se que a média do Estado em 2010 de 81,0% para esse indicador deixa implícito o fato de que as famílias dos municípios mais populosos possuem, proporcionalmente, maior acesso ao uso privado de automóveis do que as que residem nas municipalidades cujas populações são menores.

Os resultados deste subtópico corroboram a hipótese 1 de que houve avanços nas políticas relacionadas a alcançar um padrão de vida mais elevado nas famílias dos municípios cearenses, em termos médios.

Os avanços observados neste trabalho nas áreas de educação e habitacional são corroborados por outros autores. Mendonça (2009, p. 47, 57) relatou, em seu estudo inerente ao meio rural do Ceará, avanços nas áreas de educação, água canalizada, coleta de lixo e energia elétrica, de 1992 a 2007. Bar-El (2006, p. 168-169) referiu, para o período de 1992 a 2004, melhoria nos indicadores de analfabetismo, escolaridade média, renda familiar *per capita*, acesso a água, rede de esgoto e taxa de mortalidade infantil no Ceará. Amaral (2014, p. 39-55) constatou melhoria no Estado, de 2000 a 2010, em indicadores de educação, renda *per capita*, mortalidade infantil e condições habitacionais.

5.3 Resultados e discussão dos fatores condicionantes da pobreza multidimensional nos municípios do Ceará

Inicialmente, cabe enfatizar o fato de que são relativamente poucos os estudos realizados sobre pobreza multidimensional no Ceará, sobretudo no âmbito municipal. A esse respeito, Araujo, Morais e Cruz (2012, p. 6) assinalam que “os estudos sobre pobreza cearense costumam privilegiar o enfoque unidimensional monetário.” Além disso, em importantes trabalhos que retratam os condicionantes da pobreza no Ceará, como em Banco Mundial (2003) e em Bar-El (2006), as análises, em geral, são realizadas individualmente com as variáveis explanatórias, diferentemente da abordagem conjunta empreendida neste estudo, que resultou no modelo econométrico definido pela Equação 1.

Partindo do modelo econométrico apresentado, foram gerados os parâmetros com os dados da amostra relativa aos 184 municípios cearenses e os anos censitários de 1991, 2000 e 2010 (Tabela 7). Ressalta-se que, no modelo definido, todas as variáveis explanatórias elencadas são significativas ao nível de 1%, podendo se tirar conclusões acerca de suas inter-relações com o indicador de pobreza multidimensional. Além disso, tendo por base o indicador R^2 -Ajustado, observa-se que as variáveis explanatórias estão bem ajustadas ao modelo, detendo considerável poder de explicação do comportamento do IPM de 1991 a 2010.

Antes de se empreender a análise dos resultados do modelo econométrico, cabe exprimir, conforme salientado na metodologia deste trabalho, que o painel de dados exerce o controle das variáveis que variam ao longo do tempo mas não entre as entidades (no caso, os municípios), tais como fatores culturais, diferenças em práticas da gestão municipal, políticas nacionais (monetária, fiscal, cambial etc.), leis federais e acordos internacionais. Em outras

palavras, esta técnica considera tão-somente a heterogeneidade entre os indivíduos. Sabe-se de antemão que esses fatores exercem influência sobre o nível de pobreza, no entanto, eles não são considerados no modelo em razão de não diferirem entre os municípios do Estado.

Tabela 7 – Resultados dos modelos econométricos avaliados

Variável	Efeitos Fixos		Efeitos Fixos-Robusto*		Efeitos Aleatórios	
	Coefficiente	Valor p	Coefficiente	Valor p	Coefficiente	Valor p
log_desp_sau_san_pc	-0,0434 (0,0031)	0,000	-0,0434 (0,0053)	0,000	-0,0433 (0,0025)	0,000
log_infra_escolar	-0,1030 (0,0184)	0,000	-0,1030 (0,0194)	0,000	-0,1173 (0,0150)	0,000
log_qualdocfund_sup	-0,0174 (0,0027)	0,000	-0,0174 (0,0035)	0,000	-0,0169 (0,0022)	0,000
log_part_rur_popocup	0,0336 (0,0070)	0,000	0,0336 (0,0061)	0,000	0,0183 (0,0033)	0,000
log_part_peq_imovrurais	-0,0152 (0,0052)	0,004	-0,0152 (0,0054)	0,005	-0,0171 (0,0033)	0,000
log_produt_geral	-0,0408 (0,0069)	0,000	-0,0408 (0,0100)	0,000	-0,0425 (0,0054)	0,000
_const	1,0014 (0,0632)	0,000	1,0014 (0,0768)	0,000	1,0283 (0,0482)	0,000
Nr. de observações:	448		448		448	
	F(6,261) = 696,00		F(6,180) = 788,32		Wald $\chi^2 = 4162,89$	
	Prob > F = 0,0000		Prob > F = 0,0000		Prob > $\chi^2 = 0,0000$	
R ²	0,941		0,941			
R ² – Ajustado	0,899		0,940			
Teste Hausman:						
H ₀ : efeitos aleatórios – χ^2	35,30					
Prob > χ^2	0,0000					
Teste Wald modificado:						
H ₀ : homocedasticidade – χ^2	1.5E+36					
Prob > χ^2	0,0000					

Fonte: Resultados obtidos própria.

Notas: (i) Os valores entre parênteses correspondem às estimativas de erro-padrão dos parâmetros.

(ii) O número de observações indica tratar-se de um painel não balanceado, já que 448 é menor do que 3 anos x 184 municípios = 552 observações.

(iii) * Na presença de heterocedasticidade, usa-se a opção robusta para a obtenção de erros padronizados de heterocedasticidade robusta (também conhecidos como estimadores de Huber/White ou estimadores sanduiche) (REYNA⁷¹, 2007, p. 35; traduziu-se).

⁷¹ Use the option ‘robust’ to obtain heteroskedasticity-robust standard errors (also known as Huber/White or sandwich estimators).

Com base no modelo adotado (efeitos fixos – robusto), ficou evidente a coerência dos sinais dos parâmetros β_k com o esperado e/ou verificado pela literatura pertinente. Neste contexto, as variáveis despesas com saúde e saneamento, infraestrutura escolar, qualificação de docentes do ensino fundamental, distribuição mais equitativa da terra (participação de mini e pequenos proprietários na área total de imóveis rurais) e produtividade geral denotaram parâmetros com sinal negativo, indicando que contribuíram para reduzir o IPM. Por outro lado, participação rural na população ocupada expressiu sinal positivo, sinalizando que esta variável contribuiu para elevar a pobreza multidimensional no Ceará, de 1991 a 2010. Observa-se, também, com base no valor dos parâmetros, a influência mais expressiva exercida pela variável infraestrutura escolar na redução da pobreza multidimensional, comparativamente às demais.

Visando a uma melhor compreensão dos resultados, optou-se por ampliar a análise, considerando as elasticidades das variáveis explanatórias em relação ao IPM. Para tanto, foram calculadas as elasticidades de cada variável, conforme definido na metodologia (Tabela 8). Como se observa, todas as variáveis se mostraram inelásticas em relação ao IPM, indicando que a variação de 1% nelas exerce influência menor do que 1% no Índice de Pobreza Multidimensional.

Tabela 8 – Elasticidade das variáveis

Variável	Elasticidade	Valor p
log_desp_sau_san_pc	-0,1765 (0,0215)	0,000
log_infra_escolar	-0,4190 (0,0789)	0,000
log_qualdocfun_sup	-0,0706 (0,0142)	0,000
log_part_rur_popocup	0,1366 (0,0249)	0,000
log_part_peq_imovrurais	-0,0617 (0,0218)	0,005
log_produt_geral	-0,1659 (0,0408)	0,000

Fonte: elaboração própria.

Notas: (i) Valores calculados pelo método Delta.

(ii) Os valores entre parênteses correspondem às estimativas de erro-padrão dos parâmetros.

De acordo com os resultados gerados no modelo econométrico deste trabalho, os investimentos públicos em saúde e saneamento básico foram importantes no combate à pobreza multidimensional. Em média, os municípios com maiores gastos em saúde e no provimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, ou seja, em saneamento básico, obtiveram indicadores mais favoráveis de pobreza multidimensional. De acordo com os dados da amostra, para cada 1% a mais de investimento em saúde e saneamento básico, os municípios reduziram o IPM em 0,18%, em média. Nesse sentido, Araujo, Morais e Cruz (2012, p. 26), após constatarem que, “no Estado do Ceará, a pobreza multidimensional envolve diversos fatores, além da renda, tais como: condição de habitação, anos de estudo, esgoto, saneamento, água, iluminação, entre outros”, acentuam que “os governos terão de aumentar os esforços para elevar a disponibilidade desses recursos com a finalidade de propiciar melhorias na qualidade de vida das pessoas e conseqüentemente diminuir a pobreza multidimensional”. Esses autores corroboram, assim, os resultados desta pesquisa de que investimentos em saúde e saneamento básico foram importantes para reduzir a pobreza multidimensional no Ceará no período de análise.

Conforme já discutido, houve melhoria nos indicadores de mortalidade infantil, suprimento de água tratada, acesso a esgotamento sanitário adequado e provimento de coleta de lixo nos municípios cearenses de 1991 a 2010, evidenciando que as políticas públicas de saúde e de saneamento básico (e, por conseguinte, de habitação), consubstanciadas, em parte, pelo aumento dos investimentos nessas áreas, foram eficazes, contribuindo para reduzir a pobreza multidimensional nesse período (ver Tabela 6). Isto corrobora a asserção preconizada na hipótese 1. Ressalta-se, contudo, que o indicador relativo a fatores incapacitantes, como cegueira, deficiências mentais e dificuldades motoras graves, aumentou substancialmente de 1991 a 2010, exigindo políticas públicas mais condizentes para a superação, em particular, desses problemas. Assim, tendo por base os indicadores de saúde utilizados nesta tese, os ganhos advindos na mortalidade infantil foram neutralizados pelo aumento expressivo de fatores incapacitantes, conforme já explicitado, negando parcialmente a hipótese 1.

A existência de escolas fisicamente mais bem estruturadas e equipadas favoreceu a diminuição da pobreza. A melhoria em 1% no indicador de infraestrutura escolar contribuiu, em média, para diminuir o Índice de Pobreza Multidimensional em 0,42%, valor que consistiu na melhor elasticidade encontrada para as variáveis que compuseram o modelo econométrico.

A disponibilidade de professores na rede básica de ensino fundamental com melhor qualificação contribuiu para diminuir a pobreza multidimensional. Os resultados da

pesquisa indicaram que, em média, os municípios com 1% a mais de professores com nível superior no ensino fundamental reduziram o IPM em 0,08%.

Os resultados deste trabalho segundo os quais investimentos em educação contribuem para diminuir a pobreza multidimensional são corroborados por outros autores. Com efeito, referindo às causas estruturais da pobreza no meio rural cearense, Mendonça (2009, p. 50) constatou que a educação exerce importante papel no combate à pobreza de renda. Em seu estudo, verificou que a possibilidade de a pessoa ser pobre tende a diminuir à medida que aumentam os anos de escolaridade. Segundo Oliveira e Loureiro (2010, p. 13), “o baixo nível educacional da população [cearense] tem sido identificado como um dos principais fatores determinantes dos elevados níveis de pobreza [no Estado].” Conforme relatado no referencial teórico, negligências históricas relacionadas à formação profissional, à saúde e à educação são apontadas pelo Banco Mundial (2003, p. 9) como alguns dos fatores responsáveis pela prevalência de elevado nível de pobreza no Ceará, sobretudo no meio rural. Na mesma linha de pensamento, Bar-El (2006, p. 63) considera que deficiências na educação representam um obstáculo à superação da pobreza no Ceará.

Conforme relatado anteriormente, houve avanços, de 1991 a 2010, nos indicadores representativos de acesso ao conhecimento. A melhoria observada nos níveis educacional e de qualificação profissional comunga com os resultados aqui encontrados de que as políticas públicas de educação foram eficazes por terem, dentre outras ações não exploradas nesta tese, proporcionado escolas com melhor infraestrutura física e professores do ensino básico mais qualificados. Isto corrobora a hipótese 1, no fato de que, no período pós-Constituição Federal de 1988, as políticas de educação contribuíram para elevar as capacitações dos municípios cearenses, reduzindo as privações na área educacional das quais decorre a pobreza multidimensional.

A participação de um maior número de pessoas ocupadas em atividades rurais contribuiu para o agravamento da pobreza. Em geral, as ocupações no campo são mais mal remuneradas do que as ocupações urbanas. Além disso, em virtude das populações rurais serem mais dispersas, torna-se mais dispendioso atendê-las com serviços públicos de infraestrutura domiciliar, fator que contribui negativamente no indicador de pobreza. Os resultados para os municípios cearenses indicaram que, em média, para cada 1% a mais de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, o IPM elevou-se em 0,14%.

Outros trabalhos confirmam o resultado deste trabalho. O Banco Mundial (2003, p. 9), conforme aludido no referencial teórico, aponta como um dos fatores causais da

prevalência da pobreza no Ceará “a existência de grande parcela da população vivendo em áreas rurais semiáridas com dotação de terra e de recursos materiais inadequados.” Mendonça (2009, p. 50) constatou, em seu estudo, que no Ceará, “os indivíduos envolvidos em atividades não-agrícolas, mantidas as demais variáveis constantes, possuem menor probabilidade de serem pobres.” Tais asserções, embora se refiram à pobreza monetária, guardam consonância com os resultados, encontrados nesta tese, consoante os quais os municípios com maior participação da mão de obra ocupada em atividades agropecuárias possuem indicadores de pobreza multidimensional menos favoráveis.

Pelo fato de os indicadores do IPM das zonas rurais serem todos inferiores aos das zonas urbanas nos três anos censitários, infere-se que uma maior participação de trabalhadores no campo contribuiu, em média, para aumentar a pobreza multidimensional. Cabe esclarecer, contudo, que os trabalhadores rurais são enquadrados como segurado especial na legislação previdenciária brasileira, enquanto os da cidade, quando ocupados no mercado informal, não gozam desse benefício. Assim, em razão da intensiva migração ocorrida de 1991 a 2010 na maioria dos municípios cearenses, constatou-se que houve elevação nos indicadores de desemprego (T1) e de segurança previdenciária (T4) – ver Tabela 6. Isto evidencia que as políticas públicas de trabalho e de previdência social não foram eficazes ao ponto de melhorar esses indicadores, negando a asserção preconizada na hipótese 1.

Maior equidade na distribuição da terra contribuiu para reduzir a pobreza no Ceará. Em média, os municípios com maior participação de minifúndios e de pequenas propriedades na área total dos imóveis rurais demonstraram melhores indicadores de pobreza, *coeteris paribus*. Os dados revelaram que para cada 1% a mais de participação dos mini e pequenos na área total dos imóveis rurais, o indicador de pobreza se reduziu, em média, em 0,07%. Este resultado é respaldado pelo Banco Mundial (2003, p. 54), quando assinala que o grupo mais pobre no Ceará é constituído pelas famílias de agricultores rurais que possuem pouca (insuficiente) ou nenhuma terra, muitas das quais praticantes da agricultura pelo sistema de parceria ou de arrendamento.

Produtividade mais elevada da mão de obra ocupada nas atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços) contribuiu para diminuir a pobreza multidimensional. Para cada 1% de aumento na produtividade do trabalhador, o indicador de pobreza multidimensional melhorou em 0,17%, em média. Em consonância com esse resultado, Bar-El (2006, p. 69) assinala que “a solução para a pobreza [no Ceará] deve ser encontrada na criação de condições econômicas e espaciais para o aumento da produtividade no setor agrícola, bem com no não-agrícola.”

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito das intervenções públicas e das melhorias observadas nos indicadores socioeconômicos no período pós-Constituição Federal de 1988, o Ceará continua pobre, em uma perspectiva multidimensional. Com efeito, nas municipalidades do Estado habita proporção expressiva de pessoas multidimensionalmente pobres, privadas de direitos essenciais assegurados pela Carta Magna brasileira e/ou carentes de atendimento em necessidades básicas. Esta realidade de pobreza se faz bem mais aguda, particularmente para a parcela da população que habita as zonas rurais, cujos indicadores médios são substancialmente inferiores aos do meio urbano.

A prevalência da pobreza no Ceará possui muitas causas, algumas delas decorrentes de negligências do Poder Público, observadas em épocas passadas. Outras, contudo, poderiam ter sido equacionadas por uma ação pública mais efetiva, a exemplo do Programa Luz para Todos, que praticamente alcançou a universalização no atendimento de energia elétrica. Outros serviços básicos essenciais, como a disponibilidade de redes de água potável e de esgotamento sanitário, ainda estão longe de alcançar a universalização no Estado.

Os avanços no acesso à educação básica dos mais jovens são inequívocos, tendo sido praticamente alcançada a universalização entre crianças e adolescentes. As taxas de analfabetismo entre adultos, contudo, ainda persistem em patamar elevado, apesar de ter caído mais da metade de 1991 a 2010. O desafio de melhorias persiste, no entanto, quanto aos aspectos qualitativos da educação. De fato, enquanto o Ceará ocupa posição intermediária em meio aos Estados brasileiros no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador nacional de qualidade da educação básica, o Brasil aparece nas últimas posições em avaliações qualitativas internacionais, como a realizada pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, na sigla em inglês). Isto evidencia que há muito espaço a avançar para o Ceará alcançar índices desejáveis de qualidade na educação.

Embora tenha havido avanços no nível de escolaridade médio e na qualificação para o trabalho nas duas décadas compreendidas entre os três últimos censos demográficos, verifica-se ainda que, em mais da metade das famílias cearenses, todos os adultos não possuem sequer o nível médio completo. Além disso, cerca de dois terços das famílias cearenses padecem da ausência de ter adultos enquadrados como de média ou alta qualificação para o trabalho, conforme definido neste trabalho.

Na saúde, a melhoria na mortalidade infantil da população cearense atesta os avanços alcançados nesse indicador. Ainda precisam, contudo, melhorar substancialmente para alcançar o nível dos indicadores dos Estados brasileiros do Sul e Sudeste. Por outro lado, alguns fatores incapacitantes, como cegueira, doenças mentais e deficiências motoras graves, aumentaram substancialmente de 1991 a 2010 na maioria dos municípios, neutralizando os ganhos advindos da diminuição da mortalidade infantil na dimensão saúde.

Apesar de ter sido observada melhoria expressiva na diminuição do trabalho infantil e no percentual de jovens sem estudo e sem trabalho (“nem-nem”), os indicadores de desemprego e de segurança previdenciária cresceram acentuadamente de 1991 a 2010. Isto decorreu, em grande medida, da intensiva migração do campo para a cidade ocorrida nos últimos decênios. Ressalta-se o fato de que, embora a participação rural no total de ocupações nas atividades econômicas tenha diminuído ao longo dos decênios pós-Constituição Federal de 1988, não houve a geração de ocupações em nível equivalente nas cidades, ocasionando desemprego estrutural e exarcebando os problemas urbanos. Persistiu, portanto, na maioria das municipalidades cearenses, a falta de empregos, sobretudo qualificados e formais. A carência de oportunidades de emprego nas pequenas municipalidades constitui empecilho à retenção da força de trabalho jovem, que tende a migrar para centros urbanos maiores.

O padrão de vida nos municípios cearenses melhorou de 1991 a 2010. Nesse período, os cearenses tiveram, em média, maior acesso a eletrodomésticos, linhas telefônicas (móvel ou fixa) e veículos automotivos para o uso particular, habitações mais condizentes com o número de moradores e maior disponibilidade de infraestrutura básica (energia elétrica, água, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo). Embora não tenha sido objeto de investigação direta neste trabalho, presume-se que a melhoria na renda, aliada à diminuição das desigualdades interpessoais, tenha contribuído para que o cearense tenha alcançado um padrão de vida mais digno de 1991 a 2010. De fato, conforme atesta o PNUD (2013), a renda *per capita* média no Ceará, a preços constantes de agosto/2010, “cresceu 109,54% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 219,83 em 1991, para R\$ 310,21 em 2000, e para R\$ 460,63 em 2010.” A desigualdade, mensurada pelo Índice de Gini, melhorou 7,6%, caindo de 0,66 em 1991 para 0,61 em 2010.

Para os três anos censitários analisados, a maioria dos municípios enquadrados no quartil de IPM mais desfavorável estava situada nas Mesorregiões do Noroeste Cearense e dos Sertões Cearenses. Particularmente em 2010, dos 46 municípios desse quartil mais pobre multidimensionalmente, 31 pertenciam a essas duas mesorregiões geográficas. Em termos

relativos ao total de municípios da própria mesorregião, o Noroeste Cearense e os Sertões Cearenses também obtiveram as maiores proporções nos três anos censitários. Por outro lado, o quartil dos municípios menos pobre multidimensionalmente ficou constituído, em número relativo ao total de municípios da própria unidade mesorregional, pelas Mesorregiões do Jaguaribe e Metropolitana de Fortaleza, com 100% de suas municipalidades nele enquadrados em 2000 e 2010. Dividindo-se o mapa cearense ao meio por uma linha imaginária na direção norte-sul, observou-se que os municípios mais pobres multidimensionalmente estavam localizados, em sua maioria, no lado oeste, enquanto os menos pobres, no lado leste.

A pesquisa evidenciou ter havido redução no nível total de privações das famílias cearenses nos três anos censitários. Em 1991, as famílias cearenses detinham, em média, privações em aproximadamente sete dos 18 indicadores, número que caiu para cerca de cinco em 2010. Em termos absolutos, recuaram as privações nas dimensões relacionadas à educação e ao padrão de vida digno. Por outro lado, elevou-se o nível de privações médias nos indicadores de trabalho e previdência social, enquanto o da saúde se manteve estável no período. As privações na área de educação, contudo, persistiram ao longo dos dois decênios como as que exerceram maior influência na composição do IPM, apesar da melhoria observada no período.

Concernente aos condicionantes da pobreza, o trabalho demonstrou, para a realidade do Ceará de 1991 a 2010, que investimentos em educação, consubstanciados na dotação de escolas com melhor infraestrutura física e professores mais qualificados, e maiores gastos em saúde e saneamento básico, foram importantes para reduzir a pobreza multidimensional no Estado nesse período. Também demonstrou-se que maior equidade na distribuição da terra e produtividade mais elevada contribuíram para a melhoria do indicador de pobreza multidimensional nos municípios do Ceará, em média. Por outro lado, municípios, cujo perfil da estrutura produtiva detinha maior participação rural nas ocupações totais, apresentaram, em média, pobreza multidimensional mais elevada. Isto decorre, em parte, das ocupações rurais no Ceará serem, em geral, mais mal remuneradas quando comparadas às ocupações da indústria e do setor de serviços.

Dos fatores condicionantes analisados, os investimentos em educação que tiveram por base uma melhor infraestrutura escolar municipal foram os mais eficazes em reduzir a pobreza nos municípios do Ceará, de 1991 a 2010, seguidos das despesas em saúde e saneamento.

A respeito da hipótese 1, descrita no capítulo introdutório desta tese, pode-se afirmar que ela não foi confirmada para todas as políticas analisadas. Embora as políticas de educação e de habitação tenham se mostrado eficazes, porquanto reduziram as privações representadas pelos indicadores das dimensões “ter conhecimento” e “ter padrão de vida digno”, contribuindo, assim, para diminuir o Índice de Pobreza Multidimensional, em termos absolutos, não se pode afirmar o mesmo para as políticas mais diretamente relacionadas à geração de trabalho e à de segurança previdenciária.

No que se refere à hipótese 2, considera-se que ela foi confirmada, porquanto as privações na área educacional se constituíram nas mais relevantes para os municípios cearenses nos três anos censitários, dentre as quatro dimensões que formam o Índice de Pobreza Multidimensional.

Em suma, as privações das quais deriva a pobreza multidimensional nos municípios cearenses foram, em sua maioria, atenuadas no período dos censos demográficos de 1991 a 2010. Conforme constatado neste trabalho, no entanto, a presença de famílias multidimensionalmente pobres no Ceará ainda constitui realidade que exigirá políticas públicas cada vez mais eficazes para a sua erradicação.

Considerando que esta tese esteve longe de esclarecer todas as nuances que caracterizam a prevalência de elevados indicadores de pobreza multidimensional nos municípios cearenses, sugere-se que outros trabalhos contribuam no aprofundamento dessa temática. Nesse sentido, importantes esclarecimentos poderiam advir de futuras investigações sobre as razões que explicitam a polaridade da pobreza no Ceará, com presença muito mais acentuada na porção leste do Estado. Também seria alvissareiro saber as razões da elevação dos fatores incapacitantes (cegueira, deficiências mentais e dificuldades motoras graves) no Estado. Ademais, adentrar o estudo de outros fatores condicionantes da pobreza nas municipalidades cearenses, assim como de outras variáveis que possam melhorar o IPM proposto, seriam deveras importantes para explicitar a realidade do Estado nessa temática.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Planos de universalização**. Disponível em: < <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=750&idPerfil=2>>. Acesso em: 04 jan. 2013.

ALKIRE, Sabina. Munich Personal RePEc Archive. **Choosing dimensions: the capability approach and multidimensional poverty**. n. 8862. 2008. Disponível em: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/8862/1/MPRA_paper_8862.pdf> Acesso em: 15 abr. 2013.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of Public Economics**, Cambridge, v. 95, n. 7-8, p. 476–487, Aug. 2010. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0047272710001660> >. Acesso em: 12 abr. 2013.

AMARAL, Renata Firmino do. **Distribuição da pobreza no Estado do Ceará: uma abordagem multidimensional**. 2014. 71 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

ANAND, Sudhir; SEN, Amartya. Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective. Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective. New York, **Human Development Papers**, United Nations Development Programme, 1997. Disponível em: <<http://clasarchive.berkeley.edu/Academics/courses/center/fall2007/sehnbruch/UNDP%20Anand%20and%20Sen%20Concepts%20of%20HD%201997.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

ARAUJO, Jair Andrade de; MORAIS, Gabriel Sampaio; CRUZ, Mércia Santos da. **Estudo da pobreza multidimensional no Estado do Ceará**. Sobral: Laboratório de Estudos Regionais, 2012. Disponível em: <http://www.ler.ufc.br/arquivos/Texto%20para%20Discussao_03.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2013.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. As políticas públicas no Brasil. *In*: _____. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.

_____. Celso Furtado, o Nordeste e a construção do Brasil. *In*: **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**, ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião (org) ... [et. al.]. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil 2005.

ARELLANO, Manuel. **Panel data econometrics: advanced texts in econometrics**. New York: Oxford University Press, 2003.

ASSELIN, Louis-Marie. **Composite indicator of multidimensional poverty**. Québec: IMG, 2002. Disponível em: <<http://www.pep-net.org/fileadmin/medias/pdf/Multi-Dim-Pov-Doc.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BALTAGI, Badi Hani. **Econometric analysis of panel data**. 3. ed. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 2005.

BAUM, Christopher F. Residual diagnostics for cross-section time series regression models. Boston College: **The Stata Journal** (2001) 1, Number 1, pp. 101–104.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra a pobreza, panorama geral**. Washington, D.C., 2001. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2007/09/12/000020953_20070912110712/Rendered/PDF/226840PORTUGUE1za20001200101PUBLIC1.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2013.

_____. **Brasil – estratégias de redução da pobreza no Ceará: o desafio da modernização incluyente**. Washington, DC, 2003.

BAR-EL, Raphael (Org.). **Desenvolvimento com equidade e redução da pobreza: o caso do Ceará**. Fortaleza: Premium, 2006.

BARRETO, Flávio Ataliba Flexa Daltro. **As medidas de pobreza: conceitos e aplicações**. Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Economia: Universidade Federal do Ceará, 2012. Notas de aula da disciplina Economia do Bem-Estar Social.

_____. Crescimento econômico, pobreza e desigualdade de renda: o que sabemos sobre eles? **Ensaio sobre Pobreza**, nº 1, 2005. Disponível em: <<http://www.caen.ufc.br/index.php/pesquisa/laboratorio-de-estudos-da-pobreza/ensaios-sobre-pobreza>>. Acesso em: 15 set. 2014.

BARROS, Alexandre Rands. **Desigualdades regionais no Brasil: natureza, causas, origens e soluções**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4372>. Acesso em: 14 ago. 2014. (Texto para discussão, 1227).

BOURGUIGNON, François; CHAKRAVARTY, Satya R. The measurement of multidimensional poverty. **Journal of Economic Inequality**. v. 1, p. 25-49, 2003. Disponível em: <http://download.springer.com/static/pdf/85/art%253A10.1023%252FA%253A1023913831342.pdf?auth66=1408277857_ecc7b1b6967bc655eab1241519e0aeff&ext=.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 04 jan. 2013.

BRASIL. Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jan.

1990. Seção 1, p. 874. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-7998-11-janeiro-1990-366029-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 04 set. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 8.212**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm>. Acesso em: 04 set. 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. 1993b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em 18 nov. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833-27841. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 04 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de educação – PNE**. 2001. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 02 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2005. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11124-16-junho-2005-537348-publicacaooriginal-29640-pl.html>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica – Microdados do censo escolar de 1997: estabelecimentos de ensino da educação básica**. Brasília, DF, outubro de 2006a. [Título referente ao Manual do Usuário contendo dicionário da base de dados]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso: 15 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica – Microdados do censo escolar de 2003: estabelecimentos de ensino da educação básica**. Brasília, DF, novembro de 2006b. [Título referente ao Manual do Usuário contendo dicionário da base de dados]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso: 15 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica – microdados do censo escolar de 1995: estabelecimentos de ensino da educação básica**. Brasília, DF, novembro de 2006c. [Título

referente ao Manual do Usuário contendo dicionário da base de dados]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso: 15 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jan. 2007. Seção 1, p. 3. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-publicacaooriginal-64311-pl.html>>. Acesso em: 04 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação do plano nacional de educação 2001 – 2008: políticas, programas e ações do Governo Federal**. Brasília: Inep, 2009a. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/pdf/volume1.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.977**, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV ... e dá outras providências. 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 02 set. 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano nacional de habitação**. Brasília: Ministério das Cidades: Secretaria Nacional de Habitação, 2010a. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao_PlanHab_Capa.pdf>. Acesso em: 31 out. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 ago. 2010b. Seção 1, p. 3. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12305-2-agosto-2010-607598-publicacaooriginal-128609-pl.html>>. Acesso em: 04 jan. 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 jun, 2011. Seção 1, p. 6. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7492-2-junho-2011-611122-publicacaooriginal-144020-pe.html>>. Acesso em: 02 set. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 8.232**, de 30 de abril de 2014. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria. Brasília, DF, 30 abr. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8232.htm>. Acesso: 16 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do censo escolar 2013: manual do usuário**. Brasília, DF, fevereiro de 2014b. [Título referente ao Manual do Usuário contendo dicionário da base de dados]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso: 15 mar. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **1º. Balanço PAC 2015**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/ccedac8ebd8bfe1fefc25c0e4e4e8c0c.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2015a.

BRASIL. **Definições básicas**. Disponível em: <<http://www.dataprev.gov.br/servicos/cadint/DefinicoesBSegurado.htm>>. Acesso: 07 mai. 2015b.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil – receita e despesa dos municípios (1989-1993)**. Brasília, DF, 199?. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/>. Acesso: 19 set. 2015c.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil – receita e despesa dos municípios (2000)**. Brasília, DF, 200?. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/>. Acesso: 19 set. 2015d.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil – receita e despesa dos municípios (2010)**. Brasília, DF, 201?. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/>. Acesso: 19 set. 2015e.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA, 2008. (Texto para discussão, 1332).

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL (CONEVAL). **Metodología de medición multidimensional de la pobreza en México**. Disponível em: <http://www.coneval.org.mx/rw/resource/Metodologia_Medicion_Multidimensional.pdf>. Acesso e: 15 out. 2015.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

CUMBY, R.; HUIZINGA, J. Testing the autocorrelation structure of disturbances in ordinary least squares and instrumental variables regressions. **Econometrica**, v. 60, n. 1, p. 185-195, 1992.

DINIZ, Marcelo Bentes; DINIZ, Marcos Monteiro. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. **Revista de Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 3, p. 399-423, jul./set. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v13n3/v13n3a03.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte: [s. ed.], 2013.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Edição comemorativa: 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. [Organização: Rosa Freire d'Aguiar Furtado].

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão. **O que é o FECOP**. Disponível em: <<http://fecop.seplag.ce.gov.br/o-que-e-o-fecop>>. Acesso em: 26 out. 2015.

GREENE, William H. **Econometric analysis**. 7. ed. Essex: Pearson Education Limited, 2012.

GRUSKY, David B.; KANBUR, Ravi. **Poverty and inequalities**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Iniciativas para a promoção de emprego e renda: políticas públicas, economia solidária e desenvolvimento local. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 313-338, nov. 2011. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2381/2979>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

GUIMARÃES, Raquel Rangel de Meireles; CARNOY, Martin. **Does teacher qualification influence student achievement gains?** The case of plano de desenvolvimento da escola Schools in Brazil. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/233729868>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

GUJARATI, Damodar N; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HAUSMAN, J. A. Specification tests in econometrics. **Econometrica**, v. 46, n. 6, p. 1251-1271, 1978.

HAYASHI, Fumio. **Econometrics**. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: EDUSP, 1998.

HOFFMANN, Rodolfo. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. *In*: Ricardo Henriques. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, v. 1, p. 81-107. Disponível em: <<http://www.empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Mensura%C3%A7%C3%A3o%20da%20desigualdade%20e%20da%20pobreza%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2012.

HSIAO, Cheng. **Analysis of panel data**. 3. ed. New York: Cambridge University Press, 2014. (Econometric Society Monographs).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1991**: documentação dos microdados da amostra. Versão 2. Junho de 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Banco de dados agregados. Censo demográfico e montagem da população. **Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita**:

resultados preliminares do universo. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=4&i=P&c=3261>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas regionais do Brasil 2010**. Rio de Janeiro, 2012. (Contas Nacionais, 38). Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv62688.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

_____. Banco de dados agregados. Sidra. **Território – UF**. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/ufmenu.asp?z=t&o=4>>. Acesso em: 30 jun. 2013a.

_____. Banco de dados agregados. Censo demográfico e montagem da população.

Sidra. **Tabela 1378 – População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio**. Disponível em: <

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1378&z=cd&o=7>>. Acesso em: 01 jul. 2013b.

_____. Banco de dados agregados. Censo demográfico e montagem da população. Sidra.

Tabela 2962 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, sexo e seção de atividade do trabalho principal. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=2962&z=cd&o=31&i=P>>. Acesso em: 05 dez. 2015a.

_____. Banco de dados agregados. Censo demográfico e montagem da população. Sidra.

Tabela 3584 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e nível de instrução, segundo, a condição de contribuição para instituto de previdência oficial no trabalho principal, os grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, os grupos de idade e a seção de atividade do trabalho principal. Disponível em: <

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3584&z=cd&o=17>>. Acesso em: 05 jan. 2015b.

_____. Séries temporais. **Tabela 200 - População residente por sexo, situação e grupos de idade - 1970 até 2010**. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P>>. Acesso em: 10 mai. 2015c.

_____. Banco de dados agregados. Sidra. **Tabela 3594 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por situação do domicílio e sexo, segundo a seção, divisão e classe de atividade do trabalho principal**. Disponível em: <

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3584&z=cd&o=17>>. Acesso em: 05 jan. 2015d.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pobreza – pessoas pobres (P0)**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2015a.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Ipeadata Regional. Finanças Públicas. **Despesas por função – saúde e saneamento – municipal**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2015b.

_____. Ipeadata Social. Trabalho e Rendimento. **População ocupada**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2015c.

_____. Ipeadata Social. Trabalho e Rendimento. **População ocupada – rural**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2015d.

_____. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8586&Itemid=9. Acesso em: 12 nov. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Anuário Estatístico do Ceará 2001. **Tabela 4.24 – Função docente, no ensino fundamental, por grau de formação, segundo os municípios do Ceará – 2000**. Fortaleza: IPECE, 2001.

_____. **Anuário Estatístico do Ceará 2011**. Tabela 13.13 Docentes do ensino fundamental, por grau de formação, segundo os municípios – Ceará – 2009-2010. Fortaleza: Ipece, 2011. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/anuario2011/index.htm>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. **Ceará em números 2009**. Fortaleza, 2009.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ (IPLANCE). **Anuário estatístico do Ceará 1993**. Fortaleza: IPLANCE, 1993.

KHAN, Ahmad Saeed; SILVA, Lucia Maria Ramos. Eficácia e evolução dos indicadores socioeconômicos de famílias beneficiadas pelo programa de combate à pobreza rural: projeto São José no Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1037-1053, out./dez. 2007.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. Aspectos multidimensionais da pobreza rural na Bahia: análise comparativa – 2001/2006/2009. **Revista Desenhavia**, Salvador, n. 15, p. 163-191, set. 2011.

_____. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações**. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LEITE, Pedro Sisnando. **Desenvolvimento econômico e combate à pobreza no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Ed. UFC, 1995.

LEMONS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira. **Uma análise da pobreza no Ceará a partir dos dados do Cadúnico**. Fortaleza: IPECE, 2007. (Nota Técnica, 27). Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_27.pdf>. Acesso: 15 jan. 2012.

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira; SULIANO, Daniel Cirilo. **As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil**. Fortaleza: IPECE, 2009. (Nota Técnica, 38). Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_38.pdf>. Acesso: 15 jan. 2012.

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira; COSTA, Leandro Oliveira. **Uma breve discussão sobre os modelos com dados em painel**. Fortaleza: IPECE, 2009. (Nota Técnica, 37) Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_37.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

MADDISON, Angus. **The world economy: a millennial perspective**. Paris: OECD: Development Centre Studies, 2006.

MENDONÇA, Kamila Vieira. **Análise das causas socioeconômicas da pobreza rural no Ceará**. 2009. 69 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, Jimmy Lima de; LOUREIRO, André Oliveira Ferreira. **Mensurando o nível de pobreza dos municípios cearenses a partir do índice de desenvolvimento familiar – IDF**. Fortaleza: Ipece, 2010. (Texto para Discussão, 69). Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_69.pdf/view>. Acesso em: 01 set. 2014.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1993, 885p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Entenda os indicadores**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/indicadores/index.php?lay=ind1&id_ind=ren&nome_ind=Renda.> Acesso em: 18 ago. 2011.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. New York, 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD_HDR_2010.pdf />. Acesso em: 01 abr. 2012.

_____. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

_____. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

RAVALLION, Martin. Issues in measuring and modelling poverty. **The Economic Journal**, Oxford, v. 106, n. 438, p. 1328-1343. Sep. 1996.

REYNA, Oscar Torres. **Panel data analysis fixed and random effects using stata**. [United States]: Princeton University, 2007. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/~otorres/Panel101.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

RIO GROUP. **Compendium of best practices in poverty measurement**. Rio de Janeiro: Expert Group on Poverty Statistics, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/poverty/pdf/rio_group_compendium.pdf>. Acesso em: 10 set. 2012.

ROCHA, Leonardo Andrade. **Crescimento, fronteira tecnológica e a hipótese da relatividade do capital humano**. 2011. 133 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ROCHA, Leonardo Andrade. **Curso de métodos quantitativos aplicados: estatística aplicada com o uso do Software Stata**. Mossoró: UFERSA, 2014.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SACHS, Jeffrey D. **O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALAMA, Pierre. Pobreza: luz no fim do túnel? **Nexus Econômicos**. Bahia, v. 4, n. 6, jun. 2010. Disponível em: <http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/art/pobreza_luz_no_fim_do_tunel@br.pdf> Acesso: 24 ago. 2012.

SAMPAIO, José Levi Furtado. **A fome e as duas faces do Estado do Ceará**. 1999. 178 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SEN, Amartya. Development: which way Now? **The Economic Journal**, v. 93, n. 372, p. 745-762, Dec. 1983.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SICSÚ, Abraham B.; LIMA, João Policarpo R. Regionalização das políticas de C&T: concepção, ações e propostas tendo em conta o caso do Nordeste. **Parcerias Estratégicas**, Número 13 – Dezembro 2001, Brasília, n. 13, p.23–41, 13 dez. 2001. Disponível em: <<http://ftp.mct.gov.br/CEE/revista/rev13.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

SILVA, Andréa Ferreira da; ARAUJO, Jair Andrade; CAMPELO, Guaracyane Lima; VASCONCELOS, Joyciane Coelho. Uma análise da pobreza multidimensional no Ceará no período 2006 a 2012. *In*: ENCONTRO ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE, 2014, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Ipece, 2014. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2014/trabalhos/UMA_ANALISE_DA_POBREZA_MULTIDIMENSIONAL_NO_CEARA_NO_PERIODO_2006_A_2012.pdf>. Acesso em: 11 out. 2015.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, Renilson Rehem de. **O sistema público de saúde brasileiro**. São Paulo, [s.n.]. 2002. Disponível em: <<ftp://ftp-acd.puc-campinas.edu.br/pub/professores/ceatec/nogueira/historia%20sus.pdf>> Acesso em: 04 jan. 2013.

STATACORP LP. **Stata base referencial manual – release 12**. Texas: College Station, 2011. [Disponível no próprio software].

TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Correia de; PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1988. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/12/seca_e_poder.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

TSUI, Kai-yuen. Multidimensional poverty índices. **Social Choice and Welfare**. Shatin: Chinese University of Hong Kong, 2002, p. 69-93.

UGÁ, Vivian Domínguez. **A questão social como “pobreza”**: crítica à conceituação neoliberal. 2008. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

UNITED NATIONS. **Goal 1: eradicate extreme poverty & hungry**. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/poverty.shtml>>. Acesso em: 29 ago. 2014a.

_____. **The millennium development goals report 2014**. New York: United Nations, 2014. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/2014%20MDG%20report/MDG%202014%20English%20web.pdf>>. Acesso em: 29. ago. 2014b.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human development report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990.

U. S. CITIZENSHIP AND IMMIGRATION SERVICES. **2013 HHS poverty guidelines for affidavit of support**. Disponível em: <<http://www.uscis.gov/files/form/i-864p.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

WHITE, Howard; KILLICK, Tony. **African poverty at the millennium: causes, complexities, and challenges**. Washington, D.C.: The World Bank, 2001. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=o2Zn7upYNgcC&printsec=frontcover&dq=White+Killick&hl=pt-BR&sa=X&ei=kqy5Ua39Bom68ATTrICAAQ&ved=0CEAQ6AEwAg>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

WORLD BANK. **World development report 1990: poverty**. New York: Oxford University Press, 1990. Disponível em: http://econ.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64165259&theSitePK=475520&piPK=64165421&menuPK=64166093&entityID=000178830_98101903345649. Acesso em: 21 mar. 2012.

APÊNDICE A – PROGRAMA PARA OBTENÇÃO DE INDICADORES DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ

*////////////////////////////////////

* Este programa tem por objetivo a obtenção de indicadores de pobreza multidimensional dos municípios do Ceará a partir dos microdados da Amostra dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

* Elaborado por: Francisco Diniz Bezerra – Doutorando PRODEMA/UFC

* Data: abril/2015

* Base de dados: microdados da Amostra dos Censos Demográficos

* de 1991, 2000 e 2010

* Software Stata Versão 12

*////////////////////////////////////

*////////////////////////////////////

* **CONCEITO DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL UTILIZADO NESTE TRABALHO:**

* O conceito de pobreza adotado neste programa consiste na insatisfação do atendimento das necessidades humanas básicas que priva o indivíduo de desenvolver e expandir as suas capacitações, gerando prejuízos ao seu bem-estar e à sua realização como ser humano.

* Considerando este enfoque, uma pessoa pode ser pobre por não ter tido atendidas as suas necessidades de acesso à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, à infraestrutura básica domiciliar, a plano de previdência etc. privando-a do direito e da capacidade de saber ler e escrever e ter conhecimento, de escapar da morbidade evitável e dispor de assistência médica, de nutrir-se adequadamente, de ter renda pelo trabalho, de abrigar-se condignamente e de estar amparada na velhice ou pela impossibilidade de trabalhar.

* Conforme metodologia definida pelo PNUD (2010), a pontuação de privação ponderada, representada por c , corresponde à soma de cada privação multiplicada pelo seu peso.

* São consideradas pobres as famílias (e os seus respectivos membros) cuja soma das privações ponderadas pelos seus pesos seja superior a $1/3$ dos indicadores.

* Desta forma, no presente trabalho, este valor corresponde a $c > 6$ (isto é, $18/3$).

* Na mesma linha de raciocínio, as famílias com uma pontuação de privação ponderada entre $1/5$ e $1/3$ dos indicadores (ou seja, $3,6 < c \leq 6$) estão vulneráveis

* ou em risco de se tornarem multidimensionalmente pobres.

* **DEFINIÇÃO DE FAMÍLIA:**

* Nesta pesquisa foi adotada a definição de FAMÍLIA do Censo de 1991 (IBGE, 1996, p. 22):

* a) o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que morassem no mesmo domicílio.

* Entende-se como dependência doméstica a situação de subordinação dos empregados domésticos e agregados em relação ao chefe da família.

* Entende-se por norma de convivência o cumprimento de regras estabelecidas para convivência de pessoas que residem no mesmo domicílio e não estão ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

* b) a pessoa sozinha que morasse em domicílio particular.

* c) o conjunto de, no máximo, 5 (cinco) pessoas que morassem em um

* domicílio particular, embora não estivessem ligadas por laços de
 * parentesco e ou dependência doméstica.

*////////////////////////////////////

*////////////////////////////////////

* DIRETÓRIOS DE TRABALHO

* Foram criados os seguintes subdiretórios para armazenamento de dados:

* C:\...\banco_de_dados\bd_orig1991

* C:\...\banco_de_dados\bd_orig2000

* C:\...\banco_de_dados\bd_orig2010

* C:\...\banco_de_dados\censo1991

* C:\...\banco_de_dados\censo2000

* C:\...\banco_de_dados\censo2010

* C:\...\Programa_IPM

*////////////////////////////////////

*////////////////////////////////////

* ROTINA 1

* LEITURA DOS MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991

* Acessando o diretório da base de dados original

* cd "C:\...\banco_de_dados\bd_orig1991"

* Leitura dos microdados do Censo 1991 - Variáveis do Arquivo de Domicílios

clear

infix C0099 1-1 C1101 2-3 C0102 4-12 C0098 13-14 C7001 15-16 C7002 17-19 ///

C1102 20-23 C0109 24-27 C1061 28-28 C7003 29-29 C0111 30-31 C0112 32-33 ///

C0201 34-34 C2012 35-44 C2013 45-46 C2014 47-48 C0202 49-49 C0203 50-50 ///

C0204 51-51 C0205 52-52 C0206 53-53 C0207 54-54 C0208 55-55 C0209 56-61 ///

C2094 62-62 C0210 63-63 C0211 64-65 C2111 66-69 C2112 70-70 C0212 71-71 ///

C2121 72-75 C2122 76-76 C0213 77-77 C0214 78-78 C0216 79-79 C0217 80-80 ///

C0218 81-81 C0219 82-82 C0220 83-83 C0221 84-84 C0222 85-85 C0223 86-86 ///

C0224 87-87 C0225 88-88 C0226 89-89 C0227 90-90 C7300 91-100 using ///

CD102U23.txt if C0099 == 1

* obs.: C0099 - Tipo de registro: 1 = domicílio; 2 = pessoas.

* Filtrando apenas os registros de código 1 da variável C0201 - "Espécie do domicílio,

* opção 1 - particular permanente". Obs.: a pesquisa concernente aos domicílios foi

* restrita aos domicílios ocupados (IBGE, 1996, p.6).

keep if C0201 == 1

* C0201 - Espécie do domicílio:

* 1 Particular Permanente

* 2 Particular Improvisado

* 3 Coletivo

* Salvando dados

```

save bd_domicilios_original_1991, replace
* Obs.: para uso nesta tese, o arquivo bd_domicilios_original_1991 foi
* obtido a partir da leitura no SPSS do arquivo original (.txt), gerando
* um arquivo .sav, transformado em seguida para .dta por meio do
* Software Stat/Transfer. Procedeu-se desta forma para o Censo de 1991,
* em virtude de ocorrência de erros na leitura dos microdados, quando
* realizada diretamente no Stata.
*****
* Leitura dos microdados do Censo 1991 - Variáveis do Arquivo de Pessoas
clear
infix C0099 1-1 C1101 2-3 C0102 4-12 C0098 13-14 C0301 15-15 C0302 16-17 ///
C0303 18-19 C0304 20-20 C2011 21-21 C3041 22-23 C3042 24-25 C3043 26-33 ///
C3044 34-35 C3045 36-45 C3046 46-47 C3047 48-49 C3049 50-51 C3005 52-53 ///
C3071 54-54 C3072 55-57 C3073 58-59 C0309 60-60 C0311 61-61 C0312 62-62 ///
C0313 63-64 C0314 65-65 C3151 66-66 C3152 67-68 C0316 69-70 C0317 71-72 ///
C0318 73-74 C0319 75-76 C3191 77-80 C0320 81-81 C0321 82-83 C3211 84-87 ///
C0322 88-88 C0323 89-89 C0324 90-90 C0325 91-91 C0326 92-92 C0327 93-93 ///
C0328 94-94 C3241 95-96 C0329 97-98 C0330 99-99 C3311 100-101 C3312 102-103 ///
C0332 104-104 C0333 105-105 C3341 106-107 C3342 108-109 C0345 110-110 ///
C0346 111-113 C3461 114-115 C0347 116-118 C3471 119-120 C0349 121-122 ///
C0350 123-123 C0351 124-124 C0352 125-125 C0353 126-126 C0354 127-128 ///
C0355 129-130 C0356 131-137 C3561 138-145 C3562 146-147 C3563 148-149 ///
C3564 150-151 C0357 152-158 C3574 159-160 C0358 161-161 C0359 162-162 ///
C0360 163-169 C3604 170-171 C0361 172-178 C3614 179-180 C3351 181-182 ///
C3352 183-184 C3353 185-186 C3354 187-188 C3355 189-190 C3356 191-192 ///
C3360 193-194 C3361 195-196 C3362 197-198 C0335 199-200 C0336 201-202 ///
C0337 203-204 C0338 205-206 C0339 207-208 C0340 209-210 C3357 211-212 ///
C0341 213-214 C0342 215-216 C0343 217-217 C3443 218-219 C3444 220-220 ///
C0310 221-222 C7301 223-232 using CD102U23.txt if C0099 == 2

```

* Salvando dados

```

save bd_pessoas_original_1991, replace
* Obs.: para uso nesta tese, o arquivo bd_pessoas_original_1991 foi
* obtido a partir da leitura no SPSS do arquivo original (.txt), gerando
* um arquivo .sav, transformado em seguida para .dta por meio do
* Software Stat/Transfer. Procedeu-se desta forma para o Censo de 1991,
* em virtude de ocorrência de erros na leitura dos microdados, quando
* realizada diretamente no Stata.
*****

```

```

*////////////////////////////////////

```

```

*////////////////////////////////////

```

```

*****

```

* ROTINA 2

```

* CRIAÇÃO DO ARQUIVO DE TRABALHO UNIFICADO DE PESSOAS E
* DOMICÍLIOS E PADRONIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS DO CENSO DE 1991
*****

```

```

*****

```

```

* Acessando o diretório da base de dados original
* cd "C:\..\banco_de_dados\Censo1991"
*****
* Combinando os arquivos "pessoas" e "domicilios"
clear
use bd_pessoas_original_1991
merge m:1 C0102 using bd_domicilios_original_1991
drop _merge
* C0102 - Identificação do Questionário

* Filtrando apenas os registros de código 1 da variável C0201 - "Espécie do domicílio,
* opção 1 - particular permanente". Obs.: a pesquisa concernente aos domicílios foi
* restrita aos domicílios ocupados (IBGE, 1996, p.6).
keep if C0201 == 1
* C0201 - Espécie do domicílio:
* 1 Particular Permanente
* 2 Particular Improvisado
* 3 Coletivo

* Salvando arquivo unificado de pessoas e domicílios
save bd_dom_pes_original_1991, replace
*****

* Padronização de variáveis do Censo de 1991
*****
* Variáveis geográficas
rename C1101 uf
rename C7001 mesorregiao
rename C7002 microrregiao
rename C7003 regiaometropolitana
rename C1102 municipio
rename C1061 sitdom
* Adequando variável sitdom:
replace sitdom = 1 if sitdom ≤ 3
replace sitdom = 2 if sitdom > 3
* 1 - Domicílio urbano; 2 - Domicílio rural

* Variáveis de identificação dos inqueritos (questionários)
rename C0102 domicilio
* Obs.: a variável C0102 refere-se ao número de questionário. Ela
* identifica o domicílio.
* As pessoas são identificadas pelo número da família (C0304)
* e pela ordem da pessoa na família (C0098)
rename C0304 familia
rename C0098 ordem_pessoa
rename C0201 especie_domicilio
rename C2011 especie_familia

* Variáveis das características das pessoas

```

```

rename C3072 idade
rename C0301 sexo
* 1 Masculino 2 Feminino
rename C0309 cor_raca
* 1 Branca; 2 Preta; 3 Amarela; 4 Parda; 5 Indígena; 9 Ignorado
rename C3354 filhos_nascvivos
rename C3360 filhos_vivos
* Obs.: C3354 e C3360 referem-se às mães que tiveram filhos
gen respdom = .
replace respdom = 1 if C0303 == 1
replace respdom = 0 if C0303 ~= 1
gen conjuge = .
replace conjuge = 1 if C0303 == 2
replace conjuge = 0 if C0303 ~= 2
gen filho_men21_naoemanc = .
replace filho_men21_naoemanc = 1 if idade < 21 & (C0303 == 3 | C0303 == 4) & C3342 == 5
replace filho_men21_naoemanc = 0 if idade < 21 & (C0303 ~= 3 & C0303 ~= 4) | C3342 ~= 5

* Variável peso
rename C7300 pesocenso
gen fator_exp_am = .
replace fator_exp_am = pesocenso/(10^8)

* Variáveis relativas à educação e à qualificação
gen sabelerescrever = .
replace sabelerescrever = 1 if C0323 == 1
replace sabelerescrever = 0 if C0323 == 2
rename C0324 serieqfreq
rename C0325 grauqfreq_ser
rename C0326 grauqfreq_naoser
rename C3241 anos_estudo
gen estudante = .
replace estudante = 1 if serieqfreq > 0 | grauqfreq_ser > 0 | grauqfreq_naoser > 0
replace estudante = 0 if serieqfreq == 0 & grauqfreq_ser == 0 & grauqfreq_naoser == 0
gen nivelinstrucao = .
* 0 - sem instrução (não sabe ler nem escrever (analfabeto)
* 1 - Fundamental incompleto
* 2 - Fundamental completo e nível médio incompleto
* 3 - Nível médio completo e superior incompleto
* 4 - Superior completo
* 5 - Não determinado
replace nivelinstrucao = 0 if anos_estudo == 0
replace nivelinstrucao = 1 if anos_estudo >= 1 & anos_estudo <= 7 | anos_estudo == 30
replace nivelinstrucao = 2 if anos_estudo >= 8 & anos_estudo <= 10
replace nivelinstrucao = 3 if anos_estudo >= 11 & anos_estudo <= 14
replace nivelinstrucao = 4 if anos_estudo >= 15 & anos_estudo ~= 20 & anos_estudo ~= 30
replace nivelinstrucao = 5 if anos_estudo == 20
* Anos de Estudo (VAR3241) - A classificação de anos de estudo foi obtida em função
* da série e do grau mais elevados concluídos com aprovação, dos

```

- * moradores de 5 anos ou mais de idade que estavam freqüentando ou que haviam
- * freqüentado escola. A correspondência foi feita do seguinte
- * modo: 1 A 3 anos - Primário ou Elementar e 1º grau (incompletos);
- * 4 A 7 anos - Primário ou Elementar (completos), 1º grau, Ginásial ou Médio
- * 1º ciclo (incompletos); 8 a 10 anos - 1º grau, Ginásial ou Médio 1º ciclo (completos),
- * 2º grau, Colegial ou Médio 2º ciclo (incompletos);
- * 11 A 14 anos - 2º grau, Colegial ou Médio 2º ciclo (completos) e Superior (incompleto);
- * 15 anos ou mais - Superior (completo), Mestrado ou Doutorado.

* Variáveis relativas à deficiência física

gen deficiente_visual = 1 if C0311 == 1

gen deficiente_auditivo = 1 if C0311 == 2

gen deficiente_motor = 1 if C0311 == 4 | C0311 == 5

gen deficiente_mental = 1 if C0311 == 7

gen maisde1_defic = 1 if C0311 == 8

* Variáveis relativas ao trabalho e à seguridade social

gen trab_semanaref = .

replace trab_semanaref = 1 if C0345 == 1 | C0345 == 2

replace trab_semanaref = 0 if C0345 ~= 1 & C0345 ~= 2

* Obs.: No Censo de 1991, é indagado se a pessoa trabalhou em parte ou no total dos

* 12 meses precedentes à data do recenseamento

gen trabalho_seg = .

replace trabalho_seg = 1 if C0350 == 1 | C0349 == 7 | C0349 == 8

replace trabalho_seg = 0 if C0350 > 1 & C0349 ~= 7 & C0349 ~= 8

* A variável trabalho_seg compreende os trabalhadores com carteira de trabalho assinada,

* os funcionários públicos e os militares.

rename C0346 ocupacao

gen segespecial = .

replace segespecial = 1 if idade > 14 & (ocupacao >= 301 & ocupacao <= 336)

replace segespecial = 0 if idade > 14 & (ocupacao < 301 | ocupacao > 336)

gen apos_pens = .

replace apos_pens = 1 if C0359 > 0

replace apos_pens = 0 if C0359 == 0

gen contribprevoficial = .

replace contribprevoficial = 1 if C0353 == 1

replace contribprevoficial = 0 if C0353 > 1

gen trab_qual = .

replace trab_qual = 1 if ocupacao == 452 | ocupacao == 161 | ///

ocupacao == 30 | ocupacao == 32 | ocupacao == 1 | ocupacao == 612 | ///

ocupacao == 423 | ocupacao == 470 | ocupacao == 54 | ocupacao == 450 | ///

ocupacao == 336 | ocupacao == 911 | ocupacao == 511 | ocupacao == 801 | ///

ocupacao == 272 | ocupacao == 276 | ocupacao == 277 | ocupacao == 842 | ///

ocupacao == 815 | ocupacao == 471 | ocupacao == 3 | ocupacao == 802 | ///

ocupacao == 926 | ocupacao == 822 | ocupacao == 727 | ocupacao == 616 | ///

ocupacao == 912 | ocupacao == 479 | ocupacao == 913 | ///

ocupacao == 474 | ocupacao == 574 | ///

ocupacao == 821 | ocupacao == 321 | ocupacao == 520 | ocupacao == 472 | ///

ocupacao == 519 | ocupacao == 428 | ocupacao == 812 | ocupacao == 345 | ///
ocupacao == 914 | ocupacao == 867 | ocupacao == 441 | ocupacao == 482 | ///
ocupacao == 753 | ocupacao == 333 | ocupacao == 562 | ocupacao == 490 | ///
ocupacao == 475 | ocupacao == 476 | ocupacao == 532 | ocupacao == 580 | ///
ocupacao == 280 | ocupacao == 488 | ocupacao == 10 | ocupacao == 601 | ///
ocupacao == 742 | ocupacao == 845 | ocupacao == 446 | ocupacao == 461 | ///
ocupacao == 803 | ocupacao == 813 | ocupacao == 2 | ocupacao == 4 | ///
ocupacao == 462 | ocupacao == 273 | ocupacao == 915 | ocupacao == 535 | ///
ocupacao == 613 | ocupacao == 506 | ocupacao == 584 | ocupacao == 807 | ///
ocupacao == 7 | ocupacao == 6 | ocupacao == 8 | ocupacao == 12 | ///
ocupacao == 556 | ocupacao == 517 | ocupacao == 162 | ocupacao == 826 | ///
ocupacao == 335 | ocupacao == 271 | ocupacao == 419 | ///
ocupacao == 451 | ocupacao == 732 | ocupacao == 487 | ocupacao == 515 | ///
ocupacao == 55 | ocupacao == 538 | ocupacao == 804 | ocupacao == 14 | ///
ocupacao == 418 | ocupacao == 429 | ocupacao == 443 | ocupacao == 576 | ///
ocupacao == 583 | ocupacao == 724 | ocupacao == 744 | ocupacao == 411 | ///
ocupacao == 274 | ocupacao == 421 | ocupacao == 430 | ocupacao == 415 | ///
ocupacao == 814 | ocupacao == 371 | ocupacao == 806 | ocupacao == 816 | ///
ocupacao == 916 | ocupacao == 917 | ocupacao == 866 | ocupacao == 869 | ///
ocupacao == 731 | ocupacao == 11 | ocupacao == 811 | ocupacao == 554 | ///
ocupacao == 222 | ocupacao == 571 | ocupacao == 918 | ocupacao == 508 | ///
ocupacao == 507 | ocupacao == 919 | ocupacao == 831 | ocupacao == 833 | ///
ocupacao == 516 | ocupacao == 412 | ocupacao == 431 | ocupacao == 573 | ///
ocupacao == 805 | ocupacao == 825 | ocupacao == 332 | ocupacao == 531 | ///
ocupacao == 551 | ocupacao == 920 | ocupacao == 921 | ocupacao == 489 | ///
ocupacao == 832 | ocupacao == 442 | ocupacao == 536 | ocupacao == 331 | ///
ocupacao == 533 | ocupacao == 817 | ocupacao == 818 | ocupacao == 824 | ///
ocupacao == 746 | ocupacao == 823 | ocupacao == 723 | ocupacao == 743 | ///
ocupacao == 481 | ocupacao == 725 | ocupacao == 578 | ocupacao == 424 | ///
ocupacao == 425 | ocupacao == 404 | ocupacao == 722 | ocupacao == 341 | ///
ocupacao == 20 | ocupacao == 414 | ocupacao == 473 | ocupacao == 504 | ///
ocupacao == 501 | ocupacao == 502 | ocupacao == 751 | ocupacao == 275 | ///
ocupacao == 587 | ocupacao == 539 | ocupacao == 586 | ocupacao == 540 | ///
ocupacao == 543 | ocupacao == 534 | ocupacao == 544 | ocupacao == 541 | ///
ocupacao == 585 | ocupacao == 542 | ocupacao == 545 | ocupacao == 564 | ///
ocupacao == 582 | ocupacao == 281 | ocupacao == 923 | ocupacao == 61 | ///
ocupacao == 521 | ocupacao == 351 | ocupacao == 484 | ocupacao == 420 | ///
ocupacao == 922 | ocupacao == 283 | ocupacao == 164 | ocupacao == 572 | ///
ocupacao == 113 | ocupacao == 557 | ocupacao == 589 | ocupacao == 808 | ///
ocupacao == 617 | ocupacao == 927 | ocupacao == 645 | ocupacao == 282 | ///
ocupacao == 15 | ocupacao == 304 | ocupacao == 537 | ocupacao == 166 | ///
ocupacao == 512 | ocupacao == 322 | ocupacao == 581 | ocupacao == 563 | ///
ocupacao == 514 | ocupacao == 417 | ocupacao == 841 | ocupacao == 772 | ///
ocupacao == 631 | ocupacao == 486 | ocupacao == 579 | ocupacao == 301 | ///
ocupacao == 215 | ocupacao == 217 | ocupacao == 218 | ocupacao == 633 | ///
ocupacao == 5 | ocupacao == 852 | ocupacao == 167 | ocupacao == 614 | ///
ocupacao == 427 | ocupacao == 63 | ocupacao == 449 | ocupacao == 252 | ///
ocupacao == 444 | ocupacao == 505 | ocupacao == 503 | ocupacao == 604 | ///
ocupacao == 381 | ocupacao == 477 | ocupacao == 928 | ocupacao == 334 | ///

ocupacao == 485 | ocupacao == 844 | ocupacao == 513 | ocupacao == 426 | ///
 ocupacao == 391 | ocupacao == 726 | ocupacao == 448 | ocupacao == 447 | ///
 ocupacao == 774 | ocupacao == 552 | ocupacao == 422 | ocupacao == 924 | ///
 ocupacao == 762 | ocupacao == 925 | ocupacao == 305 | ocupacao == 478 | ///
 ocupacao == 303 | ocupacao == 615 | ocupacao == 752 | ocupacao == 445 | ///
 ocupacao == 577 | ocupacao == 602 | ocupacao == 13 | ocupacao == 621 | ///
 ocupacao == 518 | ocupacao == 561 | ocupacao == 843 | ocupacao == 575
 replace trab_qual = 2 if ocupacao == 38 | ocupacao == 36 | ocupacao == 31 | ///
 ocupacao == 34 | ocupacao == 33 | ocupacao == 35 | ocupacao == 37 | ///
 ocupacao == 193 | ocupacao == 741 | ocupacao == 771 | ocupacao == 103 | ///
 ocupacao == 173 | ocupacao == 62 | ocupacao == 52 | ocupacao == 204 | ///
 ocupacao == 64 | ocupacao == 60 | ocupacao == 644 | ocupacao == 711 | ///
 ocupacao == 291 | ocupacao == 775 | ocupacao == 104 | ocupacao == 40 | ///
 ocupacao == 553 | ocupacao == 712 | ocupacao == 646 | ocupacao == 182 | ///
 ocupacao == 642 | ocupacao == 641 | ocupacao == 643 | ocupacao == 56 | ///
 ocupacao == 868 | ocupacao == 864 | ocupacao == 605 | ocupacao == 111 | ///
 ocupacao == 21 | ocupacao == 9 | ocupacao == 261 | ocupacao == 242 | ///
 ocupacao == 51 | ocupacao == 761 | ocupacao == 865 | ocupacao == 278 | ///
 ocupacao == 405 | ocupacao == 401 | ocupacao == 402 | ocupacao == 403 | ///
 ocupacao == 861 | ocupacao == 243 | ocupacao == 863 | ocupacao == 721 | ///
 ocupacao == 603 | ocupacao == 165 | ocupacao == 509 | ocupacao == 58 | ///
 ocupacao == 57 | ocupacao == 221 | ocupacao == 244 | ocupacao == 293 | ///
 ocupacao == 39 | ocupacao == 125 | ocupacao == 406 | ocupacao == 53 | ///
 ocupacao == 862 | ocupacao == 132 | ocupacao == 279 | ocupacao == 214 | ///
 ocupacao == 216 | ocupacao == 213 | ocupacao == 219 | ocupacao == 194 | ///
 ocupacao == 632 | ocupacao == 555 | ocupacao == 251 | ocupacao == 59 | ///
 ocupacao == 588 | ocupacao == 241 | ocupacao == 183 | ocupacao == 302 | ///
 ocupacao == 191 | ocupacao == 112 | ocupacao == 834 | ocupacao == 192 | ///
 ocupacao == 133 | ocupacao == 163 | ocupacao == 50 | ocupacao == 168 | ///
 ocupacao == 131 | ocupacao == 773 | ocupacao == 361
 replace trab_qual = 3 if ocupacao == 233 | ocupacao == 141 | ///
 ocupacao == 102 | ocupacao == 142 | ocupacao == 152 | ocupacao == 181 | ///
 ocupacao == 153 | ocupacao == 101 | ocupacao == 172 | ocupacao == 122 | ///
 ocupacao == 143 | ocupacao == 203 | ocupacao == 124 | ocupacao == 231 | ///
 ocupacao == 171 | ocupacao == 151 | ocupacao == 205 | ocupacao == 154 | ///
 ocupacao == 232 | ocupacao == 212 | ocupacao == 211 | ocupacao == 202 | ///
 ocupacao == 121 | ocupacao == 201 | ocupacao == 144

* Observações:

- * Baixa qualificação: qualprof = 1 = atividades em que mais de 50% das pessoas ocupadas não tinham nenhum grau de instrução ou no máximo o 1o. grau completo, de acordo com o Censo de 1991;
- * Média qualificação: qualprof = 2 = quando não enquadrado em baixa qualificação ou em alta qualificação;
- * Alta qualificação: qualprof = 3 = atividades em que 80% ou mais das pessoas ocupadas possuíam nível superior completo, de acordo com o Censo de 1991.

* Variáveis relativas ao padrão de vida
gen posse_moradia = .

```

replace posse_moradia = 1 if C0208 < 3
replace posse_moradia = 0 if C0208 >= 3
gen wc_priv = .
replace wc_priv = 1 if C0213 > 0
replace wc_priv = 0 if C0213 == 0
gen esg_sanit_adeq = .
replace esg_sanit_adeq = 1 if C0206 == 1 | C0206 == 2 | C0206 == 3
replace esg_sanit_adeq = 0 if C0206 == 0 | (C0206 >= 4 & C0206 <= 6)
gen supr_agua_adeq = .
replace supr_agua_adeq = 1 if C0205 == 1 | C0205 == 2 | C0205 == 4 | C0205 == 5
replace supr_agua_adeq = 0 if C0205 == 3 | C0205 == 6
gen agua_canal = .
replace agua_canal = 1 if C0205 < 4
replace agua_canal = 0 if C0205 >= 4
gen coleta_lixo = .
replace coleta_lixo = 1 if C0214 < 3
replace coleta_lixo = 0 if C0214 >= 3
gen energia_elet = .
replace energia_elet = 1 if C0221 == 1 | C0221 == 2
replace energia_elet = 0 if C0221 == 3 | C0221 == 4
gen radio = .
replace radio = 1 if C0220 == 1
replace radio = 0 if C0220 == 0 | C0220 == .
gen tv = .
replace tv = 1 if C0223 == 1 | C0224 >= 1
replace tv = 0 if (C0223 == 0 & C0224 == 0) | (C0223 == . & C0224 == .)
gen maq_lavar = .
replace maq_lavar = 1 if C0226 == 1
replace maq_lavar = 0 if C0226 == 0 | C0226 == .
gen gelfrez = .
replace gelfrez = 1 if C0222 >= 1 | C0225 == 1
replace gelfrez = 0 if (C0222 == 0 & C0225 == 0) | (C0222 == . & C0225 == .)
gen telefone = .
replace telefone = 1 if C0217 > 0
replace telefone = 0 if C0217 == 0 | C0217 == .
gen autom_part = .
replace autom_part = 1 if C0218 > 0 | C0219 == 1
replace autom_part = 0 if C0219 == 0 & C0219 ~= 1
gen nreletrod = radio + tv + maq_lavar + gelfrez + telefone
* OBS.: no cálculo da variável "nreletrod" foram considerados apenas
* itens comuns aos três censos.
destring C2121, replace
gen dens_mor_dorm_adeq = .
replace dens_mor_dorm_adeq = 1 if C2121/100 <= 2
replace dens_mor_dorm_adeq = 0 if C2121/100 > 2

```

* Variáveis auxiliares

```
gen nrpesfam = 1
```

```
gen populacao = 1
```

* Substituindo código do município por código padronizado para os três censos

replace municipio = 2300101 if municipio == 10
replace municipio = 2300150 if municipio == 15
replace municipio = 2300200 if municipio == 20
replace municipio = 2300309 if municipio == 30
replace municipio = 2300408 if municipio == 40
replace municipio = 2300507 if municipio == 50
replace municipio = 2300606 if municipio == 60
replace municipio = 2300705 if municipio == 70
replace municipio = 2300754 if municipio == 75
replace municipio = 2300804 if municipio == 80
replace municipio = 2300903 if municipio == 90
replace municipio = 2301000 if municipio == 100
replace municipio = 2301109 if municipio == 110
replace municipio = 2301208 if municipio == 120
replace municipio = 2301307 if municipio == 130
replace municipio = 2301406 if municipio == 140
replace municipio = 2301505 if municipio == 150
replace municipio = 2301604 if municipio == 160
replace municipio = 2301703 if municipio == 170
replace municipio = 2301802 if municipio == 180
replace municipio = 2301851 if municipio == 185
replace municipio = 2301901 if municipio == 190
replace municipio = 2301950 if municipio == 195
replace municipio = 2302008 if municipio == 200
replace municipio = 2302057 if municipio == 205
replace municipio = 2302107 if municipio == 210
replace municipio = 2302206 if municipio == 220
replace municipio = 2302305 if municipio == 230
replace municipio = 2302404 if municipio == 240
replace municipio = 2302503 if municipio == 250
replace municipio = 2302602 if municipio == 260
replace municipio = 2302701 if municipio == 270
replace municipio = 2302800 if municipio == 280
replace municipio = 2302909 if municipio == 290
replace municipio = 2303006 if municipio == 300
replace municipio = 2303105 if municipio == 310
replace municipio = 2303204 if municipio == 320
replace municipio = 2303303 if municipio == 330
replace municipio = 2303402 if municipio == 340
replace municipio = 2303501 if municipio == 350
replace municipio = 2303600 if municipio == 360
replace municipio = 2303709 if municipio == 370
replace municipio = 2303808 if municipio == 380
replace municipio = 2303907 if municipio == 390
replace municipio = 2303956 if municipio == 395
replace municipio = 2304004 if municipio == 400
replace municipio = 2304103 if municipio == 410

replace municipio = 2304202 if municipio == 420
replace municipio = 2304236 if municipio == 423
replace municipio = 2304251 if municipio == 425
replace municipio = 2304269 if municipio == 426
replace municipio = 2304277 if municipio == 427
replace municipio = 2304285 if municipio == 428
replace municipio = 2304301 if municipio == 430
replace municipio = 2304350 if municipio == 435
replace municipio = 2304400 if municipio == 440
replace municipio = 2304509 if municipio == 450
replace municipio = 2304608 if municipio == 460
replace municipio = 2304657 if municipio == 465
replace municipio = 2304707 if municipio == 470
replace municipio = 2304806 if municipio == 480
replace municipio = 2304905 if municipio == 490
replace municipio = 2304954 if municipio == 495
replace municipio = 2305001 if municipio == 500
replace municipio = 2305100 if municipio == 510
replace municipio = 2305209 if municipio == 520
replace municipio = 2305233 if municipio == 523
replace municipio = 2305266 if municipio == 526
replace municipio = 2305308 if municipio == 530
replace municipio = 2305332 if municipio == 533
replace municipio = 2305357 if municipio == 535
replace municipio = 2305407 if municipio == 540
replace municipio = 2305506 if municipio == 550
replace municipio = 2305605 if municipio == 560
replace municipio = 2305654 if municipio == 565
replace municipio = 2305704 if municipio == 570
replace municipio = 2305803 if municipio == 580
replace municipio = 2305902 if municipio == 590
replace municipio = 2306009 if municipio == 600
replace municipio = 2306108 if municipio == 610
replace municipio = 2306207 if municipio == 620
replace municipio = 2306306 if municipio == 630
replace municipio = 2306405 if municipio == 640
replace municipio = 2306504 if municipio == 650
replace municipio = 2306553 if municipio == 655
replace municipio = 2306603 if municipio == 660
replace municipio = 2306702 if municipio == 670
replace municipio = 2306801 if municipio == 680
replace municipio = 2306900 if municipio == 690
replace municipio = 2307007 if municipio == 700
replace municipio = 2307106 if municipio == 710
replace municipio = 2307205 if municipio == 720
replace municipio = 2307304 if municipio == 730
replace municipio = 2307403 if municipio == 740
replace municipio = 2307502 if municipio == 750
replace municipio = 2307601 if municipio == 760

replace municipio = 2307635 if municipio == 763
replace municipio = 2307650 if municipio == 765
replace municipio = 2307700 if municipio == 770
replace municipio = 2307809 if municipio == 780
replace municipio = 2307908 if municipio == 790
replace municipio = 2308005 if municipio == 800
replace municipio = 2308104 if municipio == 810
replace municipio = 2308203 if municipio == 820
replace municipio = 2308302 if municipio == 830
replace municipio = 2308351 if municipio == 835
replace municipio = 2308377 if municipio == 837
replace municipio = 2308401 if municipio == 840
replace municipio = 2308500 if municipio == 850
replace municipio = 2308609 if municipio == 860
replace municipio = 2308708 if municipio == 870
replace municipio = 2308807 if municipio == 880
replace municipio = 2308906 if municipio == 890
replace municipio = 2309003 if municipio == 900
replace municipio = 2309102 if municipio == 910
replace municipio = 2309201 if municipio == 920
replace municipio = 2309300 if municipio == 930
replace municipio = 2309409 if municipio == 940
replace municipio = 2309458 if municipio == 945
replace municipio = 2309508 if municipio == 950
replace municipio = 2309607 if municipio == 960
replace municipio = 2309706 if municipio == 970
replace municipio = 2309805 if municipio == 980
replace municipio = 2309904 if municipio == 990
replace municipio = 2310001 if municipio == 1000
replace municipio = 2310100 if municipio == 1010
replace municipio = 2310209 if municipio == 1020
replace municipio = 2310258 if municipio == 1025
replace municipio = 2310308 if municipio == 1030
replace municipio = 2310407 if municipio == 1040
replace municipio = 2310506 if municipio == 1050
replace municipio = 2310605 if municipio == 1060
replace municipio = 2310704 if municipio == 1070
replace municipio = 2310803 if municipio == 1080
replace municipio = 2310852 if municipio == 1085
replace municipio = 2310902 if municipio == 1090
replace municipio = 2310951 if municipio == 1095
replace municipio = 2311009 if municipio == 1100
replace municipio = 2311108 if municipio == 1110
replace municipio = 2311207 if municipio == 1120
replace municipio = 2311231 if municipio == 1123
replace municipio = 2311264 if municipio == 1126
replace municipio = 2311306 if municipio == 1130
replace municipio = 2311355 if municipio == 1135
replace municipio = 2311405 if municipio == 1140

```

replace municipio = 2311504 if municipio == 1150
replace municipio = 2311603 if municipio == 1160
replace municipio = 2311702 if municipio == 1170
replace municipio = 2311801 if municipio == 1180
replace municipio = 2311900 if municipio == 1190
replace municipio = 2311959 if municipio == 1195
replace municipio = 2312007 if municipio == 1200
replace municipio = 2312106 if municipio == 1210
replace municipio = 2312205 if municipio == 1220
replace municipio = 2312304 if municipio == 1230
replace municipio = 2312403 if municipio == 1240
replace municipio = 2312502 if municipio == 1250
replace municipio = 2312601 if municipio == 1260
replace municipio = 2312700 if municipio == 1270
replace municipio = 2312809 if municipio == 1280
replace municipio = 2312908 if municipio == 1290
replace municipio = 2313005 if municipio == 1300
replace municipio = 2313104 if municipio == 1310
replace municipio = 2313203 if municipio == 1320
replace municipio = 2313252 if municipio == 1325
replace municipio = 2313302 if municipio == 1330
replace municipio = 2313351 if municipio == 1335
replace municipio = 2313401 if municipio == 1340
replace municipio = 2313500 if municipio == 1350
replace municipio = 2313559 if municipio == 1355
replace municipio = 2313609 if municipio == 1360
replace municipio = 2313708 if municipio == 1370
replace municipio = 2313757 if municipio == 1375
replace municipio = 2313807 if municipio == 1380
replace municipio = 2313906 if municipio == 1390
replace municipio = 2313955 if municipio == 1395
replace municipio = 2314003 if municipio == 1400
replace municipio = 2314102 if municipio == 1410

```

* Eliminando variáveis que não serão utilizadas nas rotinas seguintes

```

drop C0302 C0303 C3041 C3042 C3043 C3044 C3045 C3046 C3047 C3049 C3005 C3071 ///
C3073 C0311 C0312 C0313 C0314 C3151 C3152 C0316 C0317 C0318 C0319 C3191 ///
C0320 C0321 C3211 C0322 C0323 C0327 C0328 C0329 C0330 C3311 C3312 C0332 ///
C0333 C3341 C3342 C0345 C3461 C0347 C3471 C0349 C0350 C0351 C0352 C0353 ///
C0354 C0355 C0356 C3561 C3562 C3563 C3564 C0357 C3574 C0358 C0359 C0360 ///
C3604 C0361 C3614 C3351 C3352 C3353 C3355 C3356 C3361 C3362 C0335 C0336 ///
C0337 C0338 C0339 C0340 C3357 C0341 C0342 C0343 C3443 C3444 C0310 C7301 ///
C0109 C0111 C0112 C2012 C2013 C2014 C0202 C0203 C0204 C0205 C0206 C0207 ///
C0208 C0209 C2094 C0210 C0211 C2111 C2112 C0212 C2121 C2122 C0213 C0214 ///
C0216 C0217 C0218 C0219 C0220 C0221 C0222 C0223 C0224 C0225 C0226 C0227

```

* Acessando o diretório das bases de dados de trabalho

```

* cd "C:\...\banco_de_dados\censo1991"

```

```

* Gravando arquivo mesclado de pessoas-domicílios no diretório de trabalho
save bd_dom_pes_censo1991, replace
*****
*////////////////////////////////////
*////////////////////////////////////
*****
* ROTINA 3
* LEITURA DOS MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000
*****
* Acessando o diretório da base de dados original
* cd "C:\...\banco_de_dados\bd_orig2000"
cd "C:\Users\FDiniz\Documents\Programa_IPM\banco_de_dados\bd_orig2000"
*****
* Leitura dos microdados do Censo 2000 - Variáveis do Arquivo de Domicílios
clear
infix V0102 1-2 V1002 3-6 V1003 7-11 V0103 12-18 V0104 19-27 V0105 28-38 ///
V0300 39-46 V0400 47-48 V1001 49-49 V1004 50-51 AREAP 52-64 V1005 65-65 ///
V1006 66-66 V1007 67-67 V0110 68-69 V0111 70-71 V0201 72-72 M0201 73-73 ///
V0202 74-74 M0202 75-75 V0203 76-77 M0203 78-78 V0204 79-79 M0204 80-80 ///
V0205 81-81 M0205 82-82 V0206 83-83 M0206 84-84 V0207 85-85 M0207 86-86 ///
V0208 87-87 M0208 88-88 V0209 89-89 M0209 90-90 V0210 91-91 M0210 92-92 ///
V0211 93-93 M0211 94-94 V0212 95-95 M0212 96-96 V0213 97-97 M0213 98-98 ///
V0214 99-99 M0214 100-100 V0215 101-101 M0215 102-102 V0216 103-103 ///
M0216 104-104 V0217 105-105 M0217 106-106 V0218 107-107 M0218 108-108 ///
V0219 109-109 M0219 110-110 V0220 111-111 M0220 112-112 V0221 113-113 ///
M0221 114-114 V0222 115-115 M0222 116-116 V0223 117-117 M0223 118-118 ///
V7100 119-120 V7203 121-123 V7204 124-126 V7401 127-128 V7402 129-130 ///
V7403 131-132 V7404 133-134 V7405 135-136 V7406 137-138 V7407 139-140 ///
V7408 141-142 V7409 143-144 V7616 145-150 V7617 151-156 P001 157-167 ///
V1111 168-168 V1112 169-169 V1113 170-170 ///
using bd_domicilios_2000.txt if V0400 == 00
* Obs.: identificação do registro de domicílio (V0400 = 00)

* Filtrando apenas os registros de código 1 da variável V0201 - "Domicílio, espécie".
* Opção 1 - particular permanente".
keep if V0201 == 1
* V0201 - Espécie do domicílio:
* 1 Particular Permanente
* 2 Particular Improvisado
* 3 Coletivo

* Salvando dados
save bd_domicilios_original_2000, replace
*****
* Leitura dos dados do Censo 2000 - Variáveis do Arquivo de Pessoas
clear
infix V0102 1-2 V1002 3-6 V1003 7-11 V0103 12-18 V0104 19-27 V0105 28-38 ///

```

V0300 39-46 V0400 47-48 V1004 49-50 AREAP 51-63 V1001 64-64 V1005 65-65 ///
V1006 66-66 V1007 67-67 MARCA 68-68 V0401 69-69 M0401 70-70 V0402 71-72 ///
M0402 73-73 V0403 74-75 M0403 76-76 V0404 77-77 M0404 78-78 V4752 79-81 ///
M4752 82-82 V4754 83-84 M4754 85-85 V4070 86-86 V0408 87-87 M0408 88-88 ///
V4090 89-91 M4090 92-92 V0410 93-93 M0410 94-94 V0411 95-95 M0411 96-96 ///
V0412 97-97 M0412 98-98 V0413 99-99 M0413 100-100 V0414 101-101 ///
M0414 102-102 V0415 103-103 M0415 104-104 V0416 105-106 M0416 107-107 ///
V0417 108-108 M0417 109-109 V0418 110-110 M0418 111-111 V0419 112-112 ///
M0419 113-113 V0420 114-117 M0420 118-118 V4210 119-120 M4210 121-121 ///
V0422 122-123 M0422 124-124 V4230 125-126 M4230 127-127 V0424 128-128 ///
M0424 129-129 V4250 130-136 M4250 137-137 V4260 138-139 M4260 140-140 ///
V4276 141-147 M4276 148-148 V0428 149-149 M0428 150-150 V0429 151-151 ///
M0429 152-152 V0430 153-154 M0430 155-155 V0431 156-156 M0431 157-157 ///
V0432 158-158 M0432 159-159 V0433 160-161 M0433 162-162 V0434 163-163 ///
M0434 164-164 V4355 165-166 M4355 167-167 V4300 168-169 V0436 170-170 ///
M0436 171-171 V0437 172-172 M0437 173-173 V0438 174-174 M0438 175-175 ///
V0439 176-176 M0439 177-177 V0440 178-178 M0440 179-179 V0441 180-180 ///
M0441 181-181 V0442 182-182 M0442 183-183 V0443 184-184 M0443 185-185 ///
V0444 186-186 M0444 187-187 V4452 188-191 M4452 192-192 V4462 193-197 ///
M4462 198-198 V0447 199-199 M0447 200-200 V0448 201-201 M0448 202-202 ///
V0449 203-203 M0449 204-204 V0450 205-205 M0450 206-206 V4511 207-207 ///
M4511 208-208 V4512 209-214 M4512 215-215 V4513 216-221 V4514 222-227 ///
V4521 228-228 M4521 229-229 V4522 230-235 M4522 236-236 V4523 237-242 ///
V4524 243-248 V4525 249-254 V4526 255-260 V0453 261-262 M0453 263-263 ///
V0454 264-265 M0454 266-266 V4534 267-269 V0455 270-270 M0455 271-271 ///
V0456 272-272 M0456 273-273 V4573 274-279 M4573 280-280 V4583 281-286 ///
M4583 287-287 V4593 288-293 M4593 294-294 V4603 295-300 M4603 301-301 ///
V4613 302-307 M4613 308-308 V4614 309-314 V4615 315-320 V4620 321-322 ///
M4620 323-323 V0463 324-325 V4654 326-327 M4654 328-328 V4670 329-330 ///
M4670 331-331 V4690 332-333 M0463 334-334 P001 335-345 ESTR 346-347 ///
ESTRP 348-349 V4621 350-351 M4621 352-352 V4622 353-354 M4622 355-355 ///
V4631 356-357 M4631 358-358 V4632 359-360 M4632 361-361 V0464 362-362 ///
M0464 363-363 V4671 364-365 V4672 367-368 V4354 370-372 V4219 373-375 ///
V4239 376-378 V4269 379-381 V4279 382-384 V4451 385-387 V4461 388-390 ///
using bd_pessoas_2000.txt if V0400 ~= 00

* Salvando dados

save bd_pessoas_original_2000, replace

*////////////////////////////////////

*////////////////////////////////////

* ROTINA 4

* CRIAÇÃO DO ARQUIVO DE TRABALHO UNIFICADO DE PESSOAS

* E DOMICÍLIOS E PADRONIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS DO

* CENSO DE 2000

```

*****
* Acessando o diretório da base de dados original
* cd "C:\...\banco_de_dados\bd_orig2000"
*****
* Combinando os arquivos "pessoas" e "domicilios"
clear
use bd_pessoas_original_2000, clear
merge m:1 V0300 using bd_domicilios_original_2000
drop _merge
*****
* Filtrando apenas os registros de código 1 da variável V0201 -
* "Espécie do domicílio, opção 1 - particular permanente"
* obs.: a pesquisa concernente aos domicílios foi restrita
* aos domicílios ocupados.
keep if V0201 == 1
* V0201 "Espécie do Domicílio"
* 1 Particular Permanente
* 2 Particular Improvisado
* 3 Coletivo

* Salvando arquivo unificado de pessoas e domicílios
save bd_dom_pes_original_2000, replace

* Padronização de variáveis do Censo de 2000
*****
* Variáveis geográficas
rename V0102 uf
rename V1002 mesorregiao
rename V1003 microrregiao
rename V1004 regiaometropolitana
rename V0103 municipio
rename V1006 sitdom
* 1 domicílio urbano; 2 domicílio rural
* gen aglom_subnormal = .
* replace aglom_subnormal = 1 if V1007 == 1
* replace aglom_subnormal = 0 if C0202 ~= 1

* Variáveis de identificação dos inqueritos (questionários)
rename V0300 domicilio
rename V0404 familia
rename V0400 ordem_pessoa
* Não existe no Censo 2000 a variável "Espécie de Família" que consta no Censo de 1991

* Variáveis das características das pessoas
rename V4752 idade
rename V0401 sexo
* 1 Masculino 2 Feminino
rename V0408 cor_raca
* 1 Branca; 2 Preta; 3 Amarela; 4 Parda; 5 Indígena; 9 Ignorado

```

```

rename V4620 filhos_nascvivos
rename V0463 filhos_vivos
* Obs.: V4620 e V0463 referem-se às mães que tiveram filhos
gen respdom = .
replace respdom = 1 if V0402 == 1
replace respdom = 0 if V0402 ~= 1
gen conjuge = .
replace conjuge = 1 if V0402 == 2
replace conjuge = 0 if V0402 ~= 2
gen filho_men21_naoemanc = .
replace filho_men21_naoemanc = 1 if idade < 21 & V0402 == 3 & V0438 == 5
replace filho_men21_naoemanc = 0 if idade < 21 | V0402 ~= 3 | V0438 ~= 5

* Variável peso
rename P001 pesocenso
gen fator_exp_am = .
replace fator_exp_am = pesocenso/(10^8)

* Variáveis relativas à educação e à qualificação
gen sabelerescrever = .
replace sabelerescrever = 1 if V0428 == 1
replace sabelerescrever = 0 if V0428 == 2
rename V0431 serieqfreq
rename V0430 cursoqfreq
rename V4300 anos_estudo
gen estudante = .
replace estudante = 1 if V0429 == 1 | V0429 == 2
replace estudante = 0 if V0429 == 3 | V0429 == 4
gen nivelinstrucao = .
* 0 - Sem instrução (não sabe ler nem escrever - analfabeto)
* 1 - Fundamental incompleto
* 2 - Fundamental completo e nível médio incompleto
* 3 - Nível médio completo e superior incompleto
* 4 - Superior completo
* 5 - Não determinado
replace nivelinstrucao = 0 if anos_estudo == 0
replace nivelinstrucao = 1 if anos_estudo >= 1 & anos_estudo <= 7 | anos_estudo == 30
replace nivelinstrucao = 2 if anos_estudo >= 8 & anos_estudo <= 10
replace nivelinstrucao = 3 if anos_estudo >= 11 & anos_estudo <= 14
replace nivelinstrucao = 4 if anos_estudo >= 15 & anos_estudo ~= 20 & anos_estudo ~= 30
replace nivelinstrucao = 5 if anos_estudo == 20
* Classificação de acordo com orientação existente nas notas metodológicas do
* Censo de 1991 (IBGE, 1996, pág. 28-29)
* V4300 - Anos de estudo (Número de anos de estudo calculado para a pessoa
* recenseada em função do último curso e série concluídos)
* 00 - Sem instrução ou menos de 1 ano
* 01 - 1 ano
* ...
* 16 - 16 anos

```

- * 17 - 17 anos ou mais
- * 20 - Não determinado
- * 30 - Alfabetização de adultos

* Variáveis originais utilizadas:

* Variável V0428 - Sabe ler e escrever

- * 1 Sabe ler e escrever

- * 2 Não sabe

* Variável V0430 - Curso que frequenta

- * 01 - Creche

- * 02 - Pré-escolar

- * 03 - Classe de alfabetização

- * 04 - Alfabetização de adultos

- * 05 - Ensino fundamental ou 1º grau - regular seriado

- * 06 - Ensino fundamental ou 1º grau - regular não seriado

- * 07 - Supletivo(ensino fundamental ou 1º grau)

- * 08 - Ensino médio ou 2º grau - regular seriado

- * 09 - Ensino médio ou 2º grau - regular não-seriado

- * 10 - Supletivo (ensino médio ou 2º grau)

- * 11 - Pré-vestibular

- * 12 - Superior – graduação

- * 13 - Superior – mestrado ou doutorado

- * Branco - para os não estudantes

* Variável V0431 - Série que frequenta

- * 1 - Primeira Série

- * 2 - Segunda Série

- * 3 - Terceira Série

- * 4 - Quarta Série

- * 5 - Quinta Série

- * 6 - Sexta Série

- * 7 - Sétima Série

- * 8 - Oitava Série

- * 9 - Curso não-seriado

- * Branco - para os não estudantes

* V0432 - Curso mais elevado que frequentou, concluindo pelo menos uma série

- * 1 - Alfabetização de adultos

- * 2 - Antigo primário

- * 3 - Antigo ginásio

- * 4 - Antigo clássico, científico, etc

- * 5 - Ensino fundamental ou 1º grau

- * 6 - Ensino médio ou 2º grau

- * 7 - Superior - graduação

- * 8 - Mestrado ou doutorado

- * 9 - Nenhum

- * Branco - para os estudantes

* Variável V0433 - Última série concluída com aprovação

- * 01 - Primeira Série

- * 02 - Segunda Série

- * 03 - Terceira Série

- * 04 - Quarta Série
- * 05 - Quinta Série
- * 06 - Sexta Série
- * 07 - Sétima Série
- * 08 - Oitava Série
- * 09 - Curso não-seriado
- * 10 - Nenhuma
- * Branco - para os estudantes
- * Variável V0434 - Concluiu o curso no qual estudou
- * 1 - Sim
- * 2 - Não
- * Branco - para os estudantes
- * V0439 - Na semana de 23 a 29 de Julho de 2000, Trabalhou remunerado
- * 1 - Sim
- * 2 - Não
- * Branco - para as pessoas com menos de 10 anos de idade
- * Variável V4300 - Anos de estudo
- * 00 - Sem instrução ou menos de 1 ano
- * 01 - 1 ano
- * 02 - 2 anos
- * ...
- * 15 - 15 anos
- * 16 - 16 anos
- * 17 - 17 anos ou mais
- * 20 - Não determinado
- * 30 - Alfabetização de adultos

- * Variáveis relativas à deficiência física
- gen deficiente_visual = .
- replace deficiente_visual = 1 if V0411 == 1 & (V0410 > 1 & V0412 > 1 & V0413 > 1)
- replace deficiente_visual = 0 if V0411 > 1
- gen deficiente_auditivo = .
- replace deficiente_auditivo = 1 if V0412 == 1 & (V0410 > 1 & V0411 > 1 & V0413 > 1)
- replace deficiente_auditivo = 0 if V0412 > 1
- gen deficiente_motor = .
- replace deficiente_motor = 1 if V0413 == 1 & (V0410 > 1 & V0411 > 1 & V0412 > 1)
- replace deficiente_motor = 0 if V0413 > 1
- gen deficiente_mental = .
- replace deficiente_mental = 1 if V0410 == 1 & (V0411 > 1 & V0412 > 1 & V0413 > 1)
- replace deficiente_mental = 0 if V0410 > 1
- gen maisde1_defic = .
- replace maisde1_defic = 1 if deficiente_visual + deficiente_auditivo + ///
- deficiente_motor + deficiente_mental > 1
- replace maisde1_defic = 0 if deficiente_visual + deficiente_auditivo + ///
- deficiente_motor + deficiente_mental <= 1
- *****
- * Variáveis originais utilizadas:
- * Variável V4752 - Idade calculada em anos completos - a partir de 1 ano
- * Variável V0463 - Total de filhos nascidos vivos que estavam vivos

* Variável V4620 - Total de filhos nascidos vivos

* Variável V4615 - Total de rendimentos, em salários mínimos

* V0410 - Problema mental permanente

- * 1 - Sim
- * 2 - Não
- * 9 - Ignorado

* V0411 - Capacidade de enxergar

- * 1 - Incapaz
- * 2 - Grande dificuldade permanente
- * 3 - Alguma dificuldade permanente
- * 4 - Nenhuma dificuldade
- * 9 - Ignorado

* V0412 - Capacidade de ouvir

- * 1 - Incapaz
- * 2 - Grande dificuldade permanente
- * 3 - Alguma dificuldade permanente
- * 4 - Nenhuma dificuldade
- * 9 - Ignorado

* Variável V0413 - Capacidade de caminhar / Subir escadas

- * 1 - Incapaz
- * 2 - Grande dificuldade permanente
- * 3 - Alguma dificuldade permanente
- * 4 - Nenhuma dificuldade
- * 9 - Ignorado

* Variável V0414 - Deficiências

- * 1 - Paralisia permanente total
- * 2 - Paralisia permanente das pernas
- * 3 - Paralisia permanente de um dos lados do corpo
- * 4 - Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar
- * 5 - Nenhuma das enumeradas
- * 9 - Ignorado

* Variável V0404 - Número da família

* OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: O censo de 2000 não permite saber se o

* filho com menos de 1 ano morreu ou está vivo.

* Variáveis relativas ao trabalho e à seguridade social

```

rename V0439 trabalhoremunerado
rename V0440 trabrem_afastado
rename V0441 trabnaoremunerado
gen trabnaoremunerado_agric = .
replace trabnaoremunerado_agric = 1 if V0442 == 1 | V0443 == 1
replace trabnaoremunerado_agric = 2 if V0442 == 2 & V0443 == 2
gen trab_semanaref = .
replace trab_semanaref = 1 if trabalhoremunerado == 1 | trabrem_afastado == 1 | ///
trabnaoremunerado == 1 | trabnaoremunerado_agric == 1
replace trab_semanaref = 0 if trabalhoremunerado == 2 & trabrem_afastado == 2 & ///
trabnaoremunerado == 2 & trabnaoremunerado_agric == 2
gen trabalho_seg = .
replace trabalho_seg = 1 if (V0447 == 1 | V0447 == 3) | V0448 == 1

```

```

replace trabalho_seg = 0 if (V0447 ~= 1 & V0447 ~= 3) & V0448 == 2
* A variável trabalho_seg compreende os trabalhadores com carteira de trabalho
* assinada, os funcionários públicos e os militares.
rename V4452 ocupacao
gen segespecial = .
replace segespecial = 1 if idade > 14 & (ocupacao >= 6110 & ocupacao <= 6430)
replace segespecial = 0 if idade > 14 & (ocupacao < 6110 | ocupacao > 6430)
gen apos_pens = .
replace apos_pens = 1 if V0456 == 1 | V4573 > 0
replace apos_pens = 0 if V0456 == 2 | V4573 == 0 | V4573 == .
gen contribprevoficial = .
replace contribprevoficial = 1 if V0450 == 1 | (V0447 == 1 | V0447 == 3) | V0448 == 1
replace contribprevoficial = 0 if V0450 == 2 & (V0447 ~= 1 & V0447 ~= 3) & V0448 == 2
gen trab_qual = .
replace trab_qual = 1 if ocupacao == 1111 | ocupacao == 1140 | ocupacao == 2011 | ///
ocupacao == 2021 | ocupacao == 2140 | ocupacao == 2148 | ocupacao == 2514 | ///
ocupacao == 2614 | ocupacao == 2622 | ocupacao == 2624 | ocupacao == 2625 | ///
ocupacao == 3113 | ocupacao == 3117 | ocupacao == 3123 | ocupacao == 3131 | ///
ocupacao == 3132 | ocupacao == 3134 | ocupacao == 3141 | ocupacao == 3143 | ///
ocupacao == 3144 | ocupacao == 3146 | ocupacao == 3191 | ocupacao == 3201 | ///
ocupacao == 3212 | ocupacao == 3214 | ocupacao == 3221 | ocupacao == 3224 | ///
ocupacao == 3225 | ocupacao == 3231 | ocupacao == 3250 | ocupacao == 3252 | ///
ocupacao == 3281 | ocupacao == 3313 | ocupacao == 3412 | ocupacao == 3421 | ///
ocupacao == 3522 | ocupacao == 3524 | ocupacao == 3531 | ocupacao == 3542 | ///
ocupacao == 3712 | ocupacao == 3721 | ocupacao == 3722 | ocupacao == 3723 | ///
ocupacao == 3741 | ocupacao == 3742 | ocupacao == 3751 | ocupacao == 3761 | ///
ocupacao == 3762 | ocupacao == 3763 | ocupacao == 3764 | ocupacao == 3765 | ///
ocupacao == 3772 | ocupacao == 3912 | ocupacao == 4123 | ocupacao == 4141 | ///
ocupacao == 4213 | ocupacao == 4214 | ocupacao == 4231 | ocupacao == 5101 | ///
ocupacao == 5102 | ocupacao == 5121 | ocupacao == 5131 | ocupacao == 5132 | ///
ocupacao == 5133 | ocupacao == 5134 | ocupacao == 5141 | ocupacao == 5142 | ///
ocupacao == 5161 | ocupacao == 5162 | ocupacao == 5165 | ocupacao == 5166 | ///
ocupacao == 5169 | ocupacao == 5171 | ocupacao == 5173 | ocupacao == 5174 | ///
ocupacao == 5191 | ocupacao == 5192 | ocupacao == 5198 | ocupacao == 5199 | ///
ocupacao == 5211 | ocupacao == 5221 | ocupacao == 5231 | ocupacao == 5241 | ///
ocupacao == 5242 | ocupacao == 5243 | ocupacao == 6110 | ocupacao == 6129 | ///
ocupacao == 6139 | ocupacao == 6201 | ocupacao == 6210 | ocupacao == 6229 | ///
ocupacao == 6239 | ocupacao == 6301 | ocupacao == 6319 | ocupacao == 6329 | ///
ocupacao == 6410 | ocupacao == 6420 | ocupacao == 6430 | ocupacao == 7101 | ///
ocupacao == 7102 | ocupacao == 7111 | ocupacao == 7112 | ocupacao == 7114 | ///
ocupacao == 7121 | ocupacao == 7122 | ocupacao == 7151 | ocupacao == 7152 | ///
ocupacao == 7153 | ocupacao == 7154 | ocupacao == 7155 | ocupacao == 7156 | ///
ocupacao == 7157 | ocupacao == 7161 | ocupacao == 7162 | ocupacao == 7163 | ///
ocupacao == 7164 | ocupacao == 7165 | ocupacao == 7166 | ocupacao == 7170 | ///
ocupacao == 7201 | ocupacao == 7202 | ocupacao == 7211 | ocupacao == 7212 | ///
ocupacao == 7213 | ocupacao == 7214 | ocupacao == 7221 | ocupacao == 7222 | ///
ocupacao == 7223 | ocupacao == 7224 | ocupacao == 7231 | ocupacao == 7232 | ///
ocupacao == 7233 | ocupacao == 7241 | ocupacao == 7242 | ocupacao == 7243 | ///
ocupacao == 7244 | ocupacao == 7245 | ocupacao == 7246 | ocupacao == 7250 | ///

```

ocupacao == 7251 | ocupacao == 7252 | ocupacao == 7254 | ocupacao == 7255 | ///
ocupacao == 7256 | ocupacao == 7257 | ocupacao == 7311 | ocupacao == 7321 | ///
ocupacao == 7411 | ocupacao == 7421 | ocupacao == 7502 | ocupacao == 7519 | ///
ocupacao == 7521 | ocupacao == 7522 | ocupacao == 7523 | ocupacao == 7524 | ///
ocupacao == 7601 | ocupacao == 7604 | ocupacao == 7605 | ocupacao == 7606 | ///
ocupacao == 7610 | ocupacao == 7611 | ocupacao == 7612 | ocupacao == 7613 | ///
ocupacao == 7614 | ocupacao == 7618 | ocupacao == 7620 | ocupacao == 7621 | ///
ocupacao == 7622 | ocupacao == 7623 | ocupacao == 7630 | ocupacao == 7631 | ///
ocupacao == 7632 | ocupacao == 7633 | ocupacao == 7640 | ocupacao == 7641 | ///
ocupacao == 7642 | ocupacao == 7643 | ocupacao == 7650 | ocupacao == 7651 | ///
ocupacao == 7652 | ocupacao == 7653 | ocupacao == 7654 | ocupacao == 7660 | ///
ocupacao == 7661 | ocupacao == 7662 | ocupacao == 7663 | ocupacao == 7664 | ///
ocupacao == 7681 | ocupacao == 7682 | ocupacao == 7683 | ocupacao == 7686 | ///
ocupacao == 7687 | ocupacao == 7701 | ocupacao == 7711 | ocupacao == 7721 | ///
ocupacao == 7731 | ocupacao == 7732 | ocupacao == 7733 | ocupacao == 7734 | ///
ocupacao == 7741 | ocupacao == 7751 | ocupacao == 7764 | ocupacao == 7771 | ///
ocupacao == 7772 | ocupacao == 7817 | ocupacao == 7820 | ocupacao == 7821 | ///
ocupacao == 7822 | ocupacao == 7823 | ocupacao == 7824 | ocupacao == 7825 | ///
ocupacao == 7826 | ocupacao == 7827 | ocupacao == 7828 | ocupacao == 7832 | ///
ocupacao == 7841 | ocupacao == 7842 | ocupacao == 8102 | ocupacao == 8111 | ///
ocupacao == 8112 | ocupacao == 8114 | ocupacao == 8116 | ocupacao == 8117 | ///
ocupacao == 8118 | ocupacao == 8121 | ocupacao == 8211 | ocupacao == 8212 | ///
ocupacao == 8213 | ocupacao == 8214 | ocupacao == 8231 | ocupacao == 8232 | ///
ocupacao == 8233 | ocupacao == 8281 | ocupacao == 8311 | ocupacao == 8321 | ///
ocupacao == 8339 | ocupacao == 8401 | ocupacao == 8411 | ocupacao == 8412 | ///
ocupacao == 8413 | ocupacao == 8417 | ocupacao == 8421 | ocupacao == 8423 | ///
ocupacao == 8429 | ocupacao == 8484 | ocupacao == 8485 | ocupacao == 8491 | ///
ocupacao == 8492 | ocupacao == 8493 | ocupacao == 8601 | ocupacao == 8621 | ///
ocupacao == 8622 | ocupacao == 8623 | ocupacao == 8624 | ocupacao == 8625 | ///
ocupacao == 8711 | ocupacao == 9101 | ocupacao == 9109 | ocupacao == 9111 | ///
ocupacao == 9112 | ocupacao == 9113 | ocupacao == 9131 | ocupacao == 9142 | ///
ocupacao == 9143 | ocupacao == 9144 | ocupacao == 9152 | ocupacao == 9191 | ///
ocupacao == 9192 | ocupacao == 9193 | ocupacao == 9501 | ocupacao == 9511 | ///
ocupacao == 9513 | ocupacao == 9531 | ocupacao == 9541 | ocupacao == 9542 | ///
ocupacao == 9543 | ocupacao == 9911 | ocupacao == 9912 | ocupacao == 9913 | ///
ocupacao == 9914 | ocupacao == 9921 | ocupacao == 9922
replace trab_qual = 2 if ocupacao == 100 | ocupacao == 200 | ocupacao == 300 | ///
ocupacao == 401 | ocupacao == 402 | ocupacao == 403 | ocupacao == 411 | ///
ocupacao == 412 | ocupacao == 413 | ocupacao == 502 | ocupacao == 503 | ///
ocupacao == 512 | ocupacao == 513 | ocupacao == 1112 | ocupacao == 1122 | ///
ocupacao == 1123 | ocupacao == 1210 | ocupacao == 1219 | ocupacao == 1220 | ///
ocupacao == 1230 | ocupacao == 1310 | ocupacao == 1320 | ocupacao == 2111 | ///
ocupacao == 2112 | ocupacao == 2121 | ocupacao == 2122 | ocupacao == 2123 | ///
ocupacao == 2124 | ocupacao == 2125 | ocupacao == 2131 | ocupacao == 2132 | ///
ocupacao == 2133 | ocupacao == 2141 | ocupacao == 2144 | ocupacao == 2147 | ///
ocupacao == 2149 | ocupacao == 2151 | ocupacao == 2152 | ocupacao == 2153 | ///
ocupacao == 2211 | ocupacao == 2237 | ocupacao == 2311 | ocupacao == 2312 | ///
ocupacao == 2313 | ocupacao == 2321 | ocupacao == 2330 | ocupacao == 2391 | ///
ocupacao == 2392 | ocupacao == 2394 | ocupacao == 2512 | ocupacao == 2516 | ///

```

ocupacao == 2521 | ocupacao == 2522 | ocupacao == 2523 | ocupacao == 2524 | ///
ocupacao == 2525 | ocupacao == 2531 | ocupacao == 2611 | ocupacao == 2612 | ///
ocupacao == 2615 | ocupacao == 2616 | ocupacao == 2617 | ocupacao == 2621 | ///
ocupacao == 2623 | ocupacao == 2627 | ocupacao == 2631 | ocupacao == 3003 | ///
ocupacao == 3011 | ocupacao == 3111 | ocupacao == 3115 | ocupacao == 3116 | ///
ocupacao == 3121 | ocupacao == 3122 | ocupacao == 3135 | ocupacao == 3136 | ///
ocupacao == 3142 | ocupacao == 3161 | ocupacao == 3162 | ocupacao == 3163 | ///
ocupacao == 3171 | ocupacao == 3172 | ocupacao == 3189 | ocupacao == 3210 | ///
ocupacao == 3211 | ocupacao == 3222 | ocupacao == 3223 | ocupacao == 3241 | ///
ocupacao == 3242 | ocupacao == 3251 | ocupacao == 3253 | ocupacao == 3311 | ///
ocupacao == 3312 | ocupacao == 3321 | ocupacao == 3322 | ocupacao == 3331 | ///
ocupacao == 3341 | ocupacao == 3411 | ocupacao == 3413 | ocupacao == 3422 | ///
ocupacao == 3423 | ocupacao == 3424 | ocupacao == 3425 | ocupacao == 3426 | ///
ocupacao == 3511 | ocupacao == 3512 | ocupacao == 3513 | ocupacao == 3514 | ///
ocupacao == 3515 | ocupacao == 3516 | ocupacao == 3517 | ocupacao == 3518 | ///
ocupacao == 3523 | ocupacao == 3525 | ocupacao == 3532 | ocupacao == 3541 | ///
ocupacao == 3543 | ocupacao == 3544 | ocupacao == 3545 | ocupacao == 3546 | ///
ocupacao == 3547 | ocupacao == 3548 | ocupacao == 3711 | ocupacao == 3713 | ///
ocupacao == 3731 | ocupacao == 3732 | ocupacao == 3771 | ocupacao == 3773 | ///
ocupacao == 3911 | ocupacao == 4101 | ocupacao == 4102 | ocupacao == 4110 | ///
ocupacao == 4121 | ocupacao == 4122 | ocupacao == 4131 | ocupacao == 4132 | ///
ocupacao == 4142 | ocupacao == 4151 | ocupacao == 4152 | ocupacao == 4201 | ///
ocupacao == 4211 | ocupacao == 4212 | ocupacao == 4221 | ocupacao == 4222 | ///
ocupacao == 4223 | ocupacao == 4241 | ocupacao == 5103 | ocupacao == 5111 | ///
ocupacao == 5112 | ocupacao == 5114 | ocupacao == 5151 | ocupacao == 5152 | ///
ocupacao == 5167 | ocupacao == 5172 | ocupacao == 5201 | ocupacao == 7113 | ///
ocupacao == 7253 | ocupacao == 7301 | ocupacao == 7313 | ocupacao == 7801 | ///
ocupacao == 7831 | ocupacao == 8101 | ocupacao == 8110 | ocupacao == 8115 | ///
ocupacao == 8181 | ocupacao == 8201 | ocupacao == 8202 | ocupacao == 8221 | ///
ocupacao == 8301 | ocupacao == 8416 | ocupacao == 8611 | ocupacao == 8612 | ///
ocupacao == 9102 | ocupacao == 9141 | ocupacao == 9151 | ocupacao == 9153 | ///
ocupacao == 9154 | ocupacao == 9503
replace trab_qual = 3 if ocupacao == 501 | ocupacao == 2134 | ocupacao == 2142 | ///
ocupacao == 2143 | ocupacao == 2145 | ocupacao == 2146 | ocupacao == 2221 | ///
ocupacao == 2231 | ocupacao == 2232 | ocupacao == 2233 | ocupacao == 2234 | ///
ocupacao == 2235 | ocupacao == 2236 | ocupacao == 2340 | ocupacao == 2410 | ///
ocupacao == 2412 | ocupacao == 2421 | ocupacao == 2422 | ocupacao == 2423 | ///
ocupacao == 2511 | ocupacao == 2513 | ocupacao == 2515

```

* Variáveis relativas ao padrão de vida

```
gen posse_moradia = .
```

```
replace posse_moradia = 1 if V0205 < 3 | V0206 == 1
```

```
replace posse_moradia = 0 if V0205 >= 3 & V0206 ~= 1
```

```
gen wc_priv = .
```

```
replace wc_priv = 1 if V0209 > 0
```

```
replace wc_priv = 0 if V0209 == 0
```

```
gen esg_sanit_adeq = .
```

```
replace esg_sanit_adeq = 1 if V0211 == 1 | V0211 == 2
```

```
replace esg_sanit_adeq = 0 if V0211 > 2
```

```

gen supr_agua_adeq = .
replace supr_agua_adeq = 1 if V0207 == 1 | V0207 == 2
replace supr_agua_adeq = 0 if V0207 > 2
gen agua_canal = .
replace agua_canal = 1 if V0208 == 1
replace agua_canal = 0 if V0208 == 2 | V0208 == 3
gen coleta_lixo = .
replace coleta_lixo = 1 if V0212 == 1 | V0210 == 2
replace coleta_lixo = 0 if V0212 > 2
gen energia_elet = .
replace energia_elet = 1 if V0213 == 1
replace energia_elet = 0 if V0213 == 2
gen radio = .
replace radio = 1 if V0214 == 1
replace radio = 0 if V0214 == 2
gen tv = .
replace tv = 1 if V0221 >= 1
replace tv = 0 if V0221 == 0
gen maq_lavar = .
replace maq_lavar = 1 if V0217 == 1
replace maq_lavar = 0 if V0217 == 2
gen gelfrez = .
replace gelfrez = 1 if V0215 == 1
replace gelfrez = 0 if V0215 == 2
gen telefone = .
replace telefone = 1 if V0219 == 1
replace telefone = 0 if V0219 == 2
gen autom_part = .
replace autom_part = 1 if V0222 >= 1
replace autom_part = 0 if V0222 == 0
gen nreletrod = radio + tv + maq_lavar + gelfrez + telefone
* OBS.: no cálculo da variável "nreletrod" foram considerados apenas itens
* comuns aos três censos.
gen dens_mor_dorm_adeq = .
replace dens_mor_dorm_adeq = 1 if V7204/10 <= 2
replace dens_mor_dorm_adeq = 0 if V7204/10 > 2
*****
*****
* Variáveis originais utilizadas no cálculo de P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8:
* V0207 - Forma de abastecimento de água
* 1 - Rede geral
* 2 - Poço ou nascente(na propriedade)
* 3 - Outra
* V0211 - Tipo de escoadouro
* 1- Rede geral de esgoto ou pluvial
* 2- Fossa séptica
* 3- Fossa rudimentar
* 4- Vala
* 5- Rio, lago ou mar

```

- * 6- Outro escoadouro
- * V0212 - Coleta de lixo
 - * 1- Coletado por serviço de limpeza
 - * 2- Colocado em caçamba de serviço de limpeza
 - * 3- Queimado(na propriedade)
 - * 4- Enterrado(na propriedade)
 - * 5- Jogado em terreno baldio ou logradouro
 - * 6- Jogado em rio, lago ou mar
 - * 7- Tem outro destino
- * V0213 - Iluminação elétrica
 - * 1 - Sim
 - * 2 - Não
- * V0203 - Total de cômodos
- * V7204 - Densidade de moradores por dormitório
- * V0205 - Condição de ocupação do domicílio
 - * 1 - Próprio, já pago
 - * 2 - Próprio, ainda pagando
 - * 3 - Alugado
 - * 4 - Cedido por empregador
 - * 5 - Cedido de outra forma
 - * 6 - Outra Condição
- * V0208 - Tipo de canalização
 - * 1 - Canalizada em pelo menos um cômodo
 - * 2 - Canalizada só na propriedade ou terreno
 - * 3 - Não canalizada
- * V0209 - Total de banheiros
 - * 0 - Não tem
 - * 1 - 1 banheiro
 - * 2 - 2 banheiros
 - * 3 - 3 banheiros
 - * 4 - 4 banheiros
 - * 5 - 5 banheiros
 - * 6 - 6 banheiros
 - * 7 - 7 banheiros
 - * 8 - 8 banheiros
 - * 9 - 9 ou mais banheiros
- * OBS.: Foram considerados apenas itens comuns aos três censos.
- * V0214 - Existência de rádio
 - * 1 - Sim
 - * 2 - Não
- * V0215 - Geladeira ou freezer, existência
 - * 1 - Sim
 - * 2 - Não
- * V0217 - Existência de máquina de lavar roupa
 - * 1 - Sim
 - * 2 - Não
- * V0219 - Existência de linha telefônica instalada
 - * 1 - Sim
 - * 2 - Não

```

* V0221 - Quantidade existente de televisores
* 0 - Não tem
* 1 - 1 televisor
* 2 - 2 televisores
* 3 - 3 televisores
* 4 - 4 televisores
* 5 - 5 televisores
* 6 - 6 televisores
* 7 - 7 televisores
* 8 - 8 televisores
* 9 - 9 ou mais televisores
* V0222 - Quantidade existente de automóveis para uso particular
* 0 - Não tem
* 1 - 1 automóvel
* 2 - 2 automóveis
* 3 - 3 automóveis
* 4 - 4 automóveis
* 5 - 5 automóveis
* 6 - 6 automóveis
* 7 - 7 automóveis
* 8 - 8 automóveis
* 9 - 9 ou mais automóveis

* Variáveis auxiliares
gen nrpesfam = 1
gen populacao = 1

*****
* Acessando o diretório das bases de dados de trabalho
* cd "C:\...\banco_de_dados\censo2000"

* Gravando arquivo mesclado de pessoas-domicílios no diretório de trabalho
save bd_dom_pes_censo2000, replace
*****
*////////////////////////////////////
*////////////////////////////////////
*****
* ROTINA 5
* LEITURA DOS MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010
*****
* Acessando o diretório da base de dados original
* cd "C:\...\banco_de_dados\bd_orig2010"
*****

* Leitura dos microdados do Censo 2010 - Variáveis do Arquivo de Domicílios
clear
infix V0001 1-2 V0002 3-7 V0011 8-20 V0300 21-28 V0010 29-44 V1001 45-45 ///
V1002 46-47 V1003 48-50 V1004 51-52 V1006 53-53 V4001 54-55 V4002 56-57 ///

```

V0201 58-58 V2011 59-64 V2012 65-73 V0202 74-74 V0203 75-76 V6203 77-79 ///
V0204 80-81 V6204 82-84 V0205 85-85 V0206 86-86 V0207 87-87 V0208 88-89 ///
V0209 90-90 V0210 91-91 V0211 92-92 V0212 93-93 V0213 94-94 V0214 95-95 ///
V0215 96-96 V0216 97-97 V0217 98-98 V0218 99-99 V0219 100-100 V0220 101-101 ///
V0221 102-102 V0222 103-103 V0301 104-104 V0401 105-106 V0402 107-107 ///
V0701 108-108 V6529 109-115 V6530 116-125 V6531 126-133 V6532 134-142 ///
V6600 143-143 V6210 144-144 M0201 145-145 M2011 146-146 M0202 147-147 ///
M0203 148-148 M0204 149-149 M0205 150-150 M0206 151-151 M0207 152-152 ///
M0208 153-153 M0209 154-154 M0210 155-155 M0211 156-156 M0212 157-157 ///
M0213 158-158 M0214 159-159 M0215 160-160 M0216 161-161 M0217 162-162 ///
M0218 163-163 M0219 164-164 M0220 165-165 M0221 166-166 M0222 167-167 ///
M0301 168-168 M0401 169-169 M0402 170-170 M0701 171-171 ///
using Amostra_Domicilios_23.txt

* Salvando arquivo de domicilios_2010
save bd_domicilios_original_2010, replace

* Leitura dos microdados do Censo 2010 - Variáveis do Arquivo de Pessoas
clear

infix V0001 1-2 V0002 3-7 V0011 8-20 V0300 21-28 V0010 29-44 V1001 45-45 ///
V1002 46-47 V1003 48-50 V1004 51-52 V1006 53-53 V0502 54-55 V0504 56-57 ///
V0601 58-58 V6033 59-61 V6036 62-64 V6037 65-66 V6040 67-67 V0606 68-68 ///
V0613 69-69 V0614 70-70 V0615 71-71 V0616 72-72 V0617 73-73 V0618 74-74 ///
V0619 75-75 V0620 76-76 V0621 77-80 V0622 81-81 V6222 82-88 V6224 89-95 ///
V0623 96-98 V0624 99-101 V0625 102-102 V6252 103-109 V6254 110-116 ///
V6256 117-123 V0626 124-124 V6262 125-131 V6264 132-138 V6266 139-145 ///
V0627 146-146 V0628 147-147 V0629 148-149 V0630 150-151 V0631 152-152 ///
V0632 153-153 V0633 154-155 V0634 156-156 V0635 157-157 V6400 158-158 ///
V6352 159-161 V6354 162-164 V6356 165-167 V0636 168-168 V6362 169-175 ///
V6364 176-182 V6366 183-189 V0637 190-190 V0638 191-192 V0639 193-193 ///
V0640 194-194 V0641 195-195 V0642 196-196 V0643 197-197 V0644 198-198 ///
V0645 199-199 V6461 200-203 V6471 204-208 V0648 209-209 V0649 210-210 ///
V0650 211-211 V0651 212-212 V6511 213-218 V6513 219-224 V6514 225-230 ///
V0652 231-231 V6521 232-237 V6524 238-246 V6525 247-253 V6526 254-262 ///
V6527 263-269 V6528 270-278 V6529 279-285 V6530 286-295 V6531 296-303 ///
V6532 304-312 V0653 313-315 V0654 316-316 V0655 317-317 V0656 318-318 ///
V0657 319-319 V0658 320-320 V0659 321-321 V6591 322-327 V0660 328-328 ///
V6602 329-335 V6604 336-342 V6606 343-349 V0661 350-350 V0662 351-351 ///
V0663 352-352 V6631 353-354 V6632 355-356 V6633 357-358 V0664 359-359 ///
V6641 360-361 V6642 362-363 V6643 364-365 V0665 366-366 V6660 367-369 ///
V6664 370-370 V0667 371-371 V0668 372-372 V6681 373-374 V6682 375-378 ///
V0669 379-379 V6691 380-381 V6692 382-383 V6693 384-385 V6800 386-387 ///
V0670 388-388 V0671 389-390 V6900 391-391 V6910 392-392 V6920 393-393 ///
V6930 394-394 V6940 395-395 V6121 396-398 V0604 399-399 V0605 400-401 ///
V5020 402-403 V5060 404-405 V5070 406-413 V5080 414-422 V6462 423-426 ///
V6472 427-431 V5110 432-432 V5120 433-433 V5030 434-434 V5040 435-435 ///
V5090 436-436 V5100 437-437 V5130 438-439 M0502 440-440 M0601 441-441 ///
M6033 442-442 M0606 443-443 M0613 444-444 M0614 445-445 M0615 446-446 ///
M0616 447-447 M0617 448-448 M0618 449-449 M0619 450-450 M0620 451-451 ///

M0621 452-452 M0622 453-453 M6222 454-454 M6224 455-455 M0623 456-456 ///
M0624 457-457 M0625 458-458 M6252 459-459 M6254 460-460 M6256 461-461 ///
M0626 462-462 M6262 463-463 M6264 464-464 M6266 465-465 M0627 466-466 ///
M0628 467-467 M0629 468-468 M0630 469-469 M0631 470-470 M0632 471-471 ///
M0633 472-472 M0634 473-473 M0635 474-474 M6352 475-475 M6354 476-476 ///
M6356 477-477 M0636 478-478 M6362 479-479 M6364 480-480 M6366 481-481 ///
M0637 482-482 M0638 483-483 M0639 484-484 M0640 485-485 M0641 486-486 ///
M0642 487-487 M0643 488-488 M0644 489-489 M0645 490-490 M6461 491-491 ///
M6471 492-492 M0648 493-493 M0649 494-494 M0650 495-495 M0651 496-496 ///
M6511 497-497 M0652 498-498 M6521 499-499 M0653 500-500 M0654 501-501 ///
M0655 502-502 M0656 503-503 M0657 504-504 M0658 505-505 M0659 506-506 ///
M6591 507-507 M0660 508-508 M6602 509-509 M6604 510-510 M6606 511-511 ///
M0661 512-512 M0662 513-513 M0663 514-514 M6631 515-515 M6632 516-516 ///
M6633 517-517 M0664 518-518 M6641 519-519 M6642 520-520 M6643 521-521 ///
M0665 522-522 M6660 523-523 M0667 524-524 M0668 525-525 M6681 526-526 ///
M6682 527-527 M0669 528-528 M6691 529-529 M6692 530-530 M6693 531-531 ///
M0670 532-532 M0671 533-533 M6800 534-534 M6121 535-535 M0604 536-536 ///
M0605 537-537 M6462 538-538 M6472 539-539 using Amostra_Pessoas_23.txt

* Salvando arquivo de pessoas_2010

save bd_pessoas_original_2010, replace

*////////////////////////////////////

*////////////////////////////////////

* ROTINA 6

* CRIAÇÃO DO ARQUIVO DE TRABALHO UNIFICADO DE PESSOAS E DOMICÍLIOS

* E PADRONIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS DO CENSO DE 2010

* Acessando o diretório da base de dados original

* cd "C:\..\banco_de_dados\bd_orig2010"

* Combinando os arquivos "pessoas" e "domicilios"

clear

use bd_pessoas_original_2010, clear

merge m:1 V0300 using bd_domicilios_original_2010

drop _merge

* Filtrando apenas os registros de código 1 da variável V4001 - "Espécie do domicílio,

* opção 01 - Domicílio particular permanente ocupado" ***

* obs.: a pesquisa concernente aos domicílios foi restrita aos domicílios ocupados

keep if V4001 == 1

* V4001 "Espécie do Domicílio"

* 1 Particular Permanente

* 2 Particular Improvisado

* 3 Coletivo

* Salvando arquivo unificado de pessoas e domicílios
save bd_dom_pes_original_2010, replace

* Padronização de variáveis do Censo de 2010

rename V0001 uf

rename V1002 mesorregiao

rename V1003 microrregiao

rename V1004 regiaometropolitana

rename V0002 municipio

rename V1006 sitdom

* 1 domicílio urbano; 2 domicílio rural

rename V0300 domicilio

rename V5020 familia

rename V5130 ordem_pessoa

rename V5040 especie_familia

* 1 Arranjo familiar 2 Arranjo não familiar

rename V6036 idade

rename V0601 sexo

* 1 Masculino 2 Feminino

rename V0606 cor_raca

* 1 Branca; 2 Preta; 3 Amarela; 4 Parda; 5 Indígena; 9 Ignorado

rename V6633 filhos_nascvivos

rename V6643 filhos_vivos

* Obs.: V6633 e V6641 referem-se às mães que tiveram filhos

gen respdom = .

replace respdom = 1 if V0502 == 1

replace respdom = 0 if V0502 ~= 1

gen conjuge = .

replace conjuge = 1 if V0502 == 2

replace conjuge = 0 if V0502 ~= 2

gen filho_men21_naoemanc = .

replace filho_men21_naoemanc = 1 if idade < 21 & V0640 == 5 & ///

(V0502 == 4 | V0502 == 5 | V0502 == 6)

replace filho_men21_naoemanc = 0 if idade < 21 & V0640 ~= 5 & ///

(V0502 ~= 4 & V0502 ~= 5 & V0502 ~= 6)

* Variável peso

rename V0010 pesocenso

gen fator_exp_am = .

replace fator_exp_am = pesocenso/(10^13)

* Variáveis relativas à educação e à qualificação

gen sabelerescrever = .

replace sabelerescrever = 1 if V0627 == 1

replace sabelerescrever = 0 if V0627 == 2

gen estudante = .

replace estudante = 1 if V0628 == 1 | V0628 == 2

replace estudante = 0 if V0628 == 3 | V0628 == 4

rename V6400 nivelinstrucao

replace nivelinstrucao = 0 if sabelerescrever == 0

* Variável V6400 - Nível de instrução

* 0 - Sem instrução (não sabe ler nem escrever - analfabeto)

* 1 - Fundamental incompleto

* 2 - Fundamental completo e nível médio incompleto

* 3 - Nível médio completo e superior incompleto

* 4 - Superior completo

* 5 - Não determinado

* Variáveis originais utilizadas:

* Variável V0627 - Sabe ler e escrever

* 1 Sim

* 2 Não

* Variável V0628 - Frequenta escola ou creche

* 1- Sim, pública

* 2- Sim, particular

* 3- Não, já frequentou

* 4- Não, nunca frequentou

* Variável V0629 - Curso que frequenta

* 01- Creche

* 02- Pré-escolar (maternal e jardim da infância)

* 03- Classe de alfabetização - CA

* 04- Alfabetização de jovens e adultos

* 05- Regular do ensino fundamental

* 06- Educação de jovens e adultos - EJA - ou supletivo do ensino fundamental

* 07- Regular do ensino médio

* 08- Educação de jovens e adultos - EJA - ou supletivo do ensino médio

* 09- Superior de graduação

* 10- Especialização de nível superior (mínimo de 360 horas)

* 11- Mestrado

* 12- Doutorado

* Branco

* V0633 - Curso mais elevado que frequentou

* 01- Creche, pré-escolar (maternal e jardim de infância), classe de alfabetização - CA

* 02- Alfabetização de jovens e adultos

* 03- Antigo primário (elementar)

* 04- Antigo ginásio (médio 1º ciclo)

* 05- Ensino fundamental ou 1º grau (da 1ª a 3ª série/ do 1º ao 4º ano)

* 06- Ensino fundamental ou 1º grau (4ª série/ 5º ano)

* 07- Ensino fundamental ou 1º grau (da 5ª a 8ª série/ 6º ao 9º ano)

* 08- Supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau

* 09- Antigo científico, clássico, etc.....(médio 2º ciclo)

* 10- Regular ou supletivo do ensino médio ou do 2º grau

* 11- Superior de graduação

* 12- Especialização de nível superior (mínimo de 360 horas)

* 13- Mestrado

* 14- Doutorado

* Branco

* Variável V6400 - Nível de instrução

- * 1- Sem instrução e fundamental incompleto
- * 2- Fundamental completo e médio incompleto
- * 3- Médio completo e superior incompleto
- * 4- Superior completo
- * 5- Não determinado

* Variáveis relativas à saúde

gen deficiente_visual = 0

replace deficiente_visual = 1 if V0614 == 1 & (V0615 > 1 & V0616 > 1 & V0617 > 1)

* Obs.: Para evitar duplicidade na contagem, manteve-se nessa variável apenas

* as pessoas com deficiência visual total.

* Idem para os demais tipos de deficiência.

gen deficiente_auditivo = 0

replace deficiente_auditivo = 1 if V0615 == 1 & (V0614 > 1 & V0616 > 1 & V0617 > 1)

gen deficiente_motor = 0

replace deficiente_motor = 1 if V0616 == 1 & (V0614 > 1 & V0615 > 1 & V0617 > 1)

gen deficiente_mental = 0

replace deficiente_mental = 1 if V0617 == 1 & (V0614 > 1 & V0615 > 1 & V0616 > 1)

gen maisde1_defic = 0

replace maisde1_defic = 1 if deficiente_visual + deficiente_auditivo + ///

deficiente_motor + deficiente_mental > 1

* Variáveis originais utilizadas:

* V0614 - Dificuldade permanente de enxergar

- * 1- Sim, não consegue de modo algum
- * 2- Sim, grande dificuldade
- * 3- Sim, alguma dificuldade
- * 4- Não, nenhuma dificuldade
- * 9- Ignorado

* V0615 - Dificuldade permanente de ouvir

- * 1- Sim, não consegue de modo algum
- * 2- Sim, grande dificuldade
- * 3- Sim, alguma dificuldade
- * 4- Não, nenhuma dificuldade
- * 9- Ignorado

* V0616 - Dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus

- * 1- Sim, não consegue de modo algum
- * 2- Sim, grande dificuldade
- * 3- Sim, alguma dificuldade
- * 4- Não, nenhuma dificuldade
- * 9- Ignorado

* V0617 - Deficiência mental/intelectual permanente

- * 1- Sim
- * 2- Não
- * 9- Ignorado

* V6633 – Total de filhos nascidos vivos que teve até 31 de julho de 2010

* V6643 – Total de filhos que teve e que estavam vivos em 31 de Julho de 2010

* Variáveis relativas ao trabalho e à seguridade social

rename V0641 trabalhoremunerado

rename V0642 trabrem_afastado

rename V0643 trabnaoremunerado

rename V0644 trabnaoremunerado_agric

gen trab_semanaref = .

replace trab_semanaref = 1 if (trabhoremunerado == 1 | trabrem_afastado == 1 | ///
trabnaoremunerado == 1 | trabnaoremunerado_agric == 1)

replace trab_semanaref = 0 if (trabhoremunerado == 2 & trabrem_afastado == 2 & ///
trabnaoremunerado == 2 & trabnaoremunerado_agric == 2)

rename V6461 ocupacao

gen trabalho_seg = .

replace trabalho_seg = 1 if V0648 <= 3

replace trabalho_seg = 0 if V0648 > 3

* A variável trabalho_seg compreende os trabalhadores com carteira de trabalho

* assinada, os funcionários públicos e os militares.

gen segespecial = .

replace segespecial = 1 if idade > 14 & ((ocupacao >= 6111 & ocupacao <= 6225) | ///
(ocupacao >= 9211 & ocupacao <= 9216))

replace segespecial = 0 if idade > 14 & (ocupacao < 6111 | (ocupacao > 6225 & ///
ocupacao < 9211) | ocupacao > 9216)

gen apos_pens = .

replace apos_pens = 1 if V0656 == 1

replace apos_pens = 0 if V0656 == 0 | V0656 == 9

gen contribprevoficial = .

replace contribprevoficial = 1 if V0650 == 1 | V0650 == 2 | V0648 <= 3

replace contribprevoficial = 0 if V0650 == 3 & V0648 > 3

gen trab_qual = .

replace trab_qual = 1 if ocupacao == 5132 | ocupacao == 9321 | ocupacao == 5162 | ///

ocupacao == 3312 | ocupacao == 6114 | ocupacao == 6111 | ocupacao == 6112 | ///

ocupacao == 9412 | ocupacao == 7531 | ocupacao == 7215 | ocupacao == 6123 | ///

ocupacao == 7122 | ocupacao == 7317 | ocupacao == 7318 | ocupacao == 7319 | ///

ocupacao == 2659 | ocupacao == 2651 | ocupacao == 3421 | ocupacao == 6122 | ///

ocupacao == 5246 | ocupacao == 5411 | ocupacao == 7126 | ocupacao == 5141 | ///

ocupacao == 6224 | ocupacao == 7113 | ocupacao == 3152 | ocupacao == 7115 | ///

ocupacao == 9333 | ocupacao == 9624 | ocupacao == 7314 | ocupacao == 7213 | ///

ocupacao == 3434 | ocupacao == 9612 | ocupacao == 4214 | ocupacao == 4212 | ///

ocupacao == 9611 | ocupacao == 5221 | ocupacao == 8322 | ocupacao == 8332 | ///

ocupacao == 8321 | ocupacao == 8331 | ocupacao == 9331 | ocupacao == 9332 | ///

ocupacao == 7312 | ocupacao == 7111 | ocupacao == 3133 | ocupacao == 3135 | ///

ocupacao == 7533 | ocupacao == 512 | ocupacao == 6121 | ocupacao == 5164 | ///

ocupacao == 5311 | ocupacao == 7542 | ocupacao == 1311 | ocupacao == 1312 | ///

ocupacao == 7411 | ocupacao == 5142 | ocupacao == 7221 | ocupacao == 2633 | ///

ocupacao == 3431 | ocupacao == 7544 | ocupacao == 5131 | ocupacao == 1412 | ///

ocupacao == 7123 | ocupacao == 5414 | ocupacao == 7322 | ocupacao == 7124 | ///

ocupacao == 7313 | ocupacao == 9121 | ocupacao == 9122 | ocupacao == 7132 | ///

ocupacao == 7511 | ocupacao == 7522 | ocupacao == 835 | ocupacao == 7412 | ///

ocupacao == 7311 | ocupacao == 7233 | ocupacao == 7231 | ocupacao == 7421 | ///

ocupacao == 8211 | ocupacao == 7127 | ocupacao == 0 | ocupacao == 9621 | ///

ocupacao == 8111 | ocupacao == 7211 | ocupacao == 8212 | ocupacao == 7214 | ///
ocupacao == 8219 | ocupacao == 2652 | ocupacao == 8343 | ocupacao == 8121 | ///
ocupacao == 8112 | ocupacao == 8181 | ocupacao == 8131 | ocupacao == 8171 | ///
ocupacao == 8172 | ocupacao == 8341 | ocupacao == 8154 | ocupacao == 8153 | ///
ocupacao == 8183 | ocupacao == 8157 | ocupacao == 7523 | ocupacao == 8342 | ///
ocupacao == 8182 | ocupacao == 8189 | ocupacao == 816 | ocupacao == 8156 | ///
ocupacao == 8114 | ocupacao == 8141 | ocupacao == 8142 | ocupacao == 8143 | ///
ocupacao == 8159 | ocupacao == 8152 | ocupacao == 9629 | ocupacao == 6129 | ///
ocupacao == 3435 | ocupacao == 9129 | ocupacao == 7119 | ocupacao == 7512 | ///
ocupacao == 7112 | ocupacao == 6225 | ocupacao == 9622 | ocupacao == 7131 | ///
ocupacao == 7224 | ocupacao == 5153 | ocupacao == 9411 | ocupacao == 613 | ///
ocupacao == 3222 | ocupacao == 2433 | ocupacao == 7316 | ocupacao == 7223 | ///
ocupacao == 7234 | ocupacao == 9334 | ocupacao == 7536 | ocupacao == 7212 | ///
ocupacao == 3123 | ocupacao == 3121 | ocupacao == 7534 | ocupacao == 3214 | ///
ocupacao == 324 | ocupacao == 3114 | ocupacao == 3117 | ocupacao == 3433 | ///
ocupacao == 7121 | ocupacao == 95 | ocupacao == 6221 | ocupacao == 7514 | ///
ocupacao == 7515 | ocupacao == 7513 | ocupacao == 5322 | ocupacao == 9112 | ///
ocupacao == 5168 | ocupacao == 9111 | ocupacao == 9211 | ocupacao == 9213 | ///
ocupacao == 9216 | ocupacao == 9313 | ocupacao == 9329 | ocupacao == 9214 | ///
ocupacao == 9212 | ocupacao == 9311 | ocupacao == 9312 | ocupacao == 7114 | ///
ocupacao == 9215 | ocupacao == 621 | ocupacao == 7532 | ocupacao == 7516 | ///
ocupacao == 7535 | ocupacao == 7541 | ocupacao == 9613 | ocupacao == 5243 | ///
ocupacao == 952 | ocupacao == 5212 | ocupacao == 5211 | ocupacao == 5244 | ///
ocupacao == 7125
replace trab_qual = 2 if ocupacao == 3256 | ocupacao == 299 | ocupacao == 2522 | ///
ocupacao == 3359 | ocupacao == 3352 | ocupacao == 3323 | ocupacao == 3333 | ///
ocupacao == 3321 | ocupacao == 3339 | ocupacao == 3353 | ocupacao == 3311 | ///
ocupacao == 3334 | ocupacao == 3258 | ocupacao == 5312 | ocupacao == 2421 | ///
ocupacao == 2511 | ocupacao == 2413 | ocupacao == 2161 | ocupacao == 2162 | ///
ocupacao == 2621 | ocupacao == 2412 | ocupacao == 2635 | ocupacao == 5161 | ///
ocupacao == 2655 | ocupacao == 5111 | ocupacao == 3413 | ocupacao == 3315 | ///
ocupacao == 2653 | ocupacao == 5223 | ocupacao == 2622 | ocupacao == 599 | ///
ocupacao == 4211 | ocupacao == 523 | ocupacao == 2165 | ocupacao == 7543 | ///
ocupacao == 9623 | ocupacao == 3313 | ocupacao == 2411 | ocupacao == 3154 | ///
ocupacao == 3324 | ocupacao == 7315 | ocupacao == 5242 | ocupacao == 3251 | ///
ocupacao == 2163 | ocupacao == 3432 | ocupacao == 3118 | ocupacao == 2166 | ///
ocupacao == 2513 | ocupacao == 2512 | ocupacao == 2519 | ocupacao == 3331 | ///
ocupacao == 2265 | ocupacao == 2654 | ocupacao == 112 | ocupacao == 1219 | ///
ocupacao == 1324 | ocupacao == 1323 | ocupacao == 1322 | ocupacao == 1321 | ///
ocupacao == 1114 | ocupacao == 1213 | ocupacao == 1222 | ocupacao == 1212 | ///
ocupacao == 1344 | ocupacao == 1343 | ocupacao == 1341 | ocupacao == 1345 | ///
ocupacao == 1342 | ocupacao == 133 | ocupacao == 1221 | ocupacao == 1349 | ///
ocupacao == 1211 | ocupacao == 1112 | ocupacao == 2631 | ocupacao == 2352 | ///
ocupacao == 3113 | ocupacao == 7323 | ocupacao == 2146 | ocupacao == 2151 | ///
ocupacao == 2141 | ocupacao == 2144 | ocupacao == 2149 | ocupacao == 4227 | ///
ocupacao == 2641 | ocupacao == 411 | ocupacao == 2529 | ocupacao == 2351 | ///
ocupacao == 2423 | ocupacao == 2262 | ocupacao == 7222 | ocupacao == 5112 | ///
ocupacao == 2111 | ocupacao == 5245 | ocupacao == 1431 | ocupacao == 142 | ///
ocupacao == 1411 | ocupacao == 1439 | ocupacao == 1346 | ocupacao == 5152 | ///

ocupacao == 8312 | ocupacao == 5413 | ocupacao == 5113 | ocupacao == 3355 | ///
 ocupacao == 3257 | ocupacao == 7413 | ocupacao == 7422 | ocupacao == 5165 | ///
 ocupacao == 3423 | ocupacao == 2356 | ocupacao == 2642 | ocupacao == 2612 | ///
 ocupacao == 1111 | ocupacao == 9123 | ocupacao == 2656 | ocupacao == 8311 | ///
 ocupacao == 7232 | ocupacao == 999 | ocupacao == 2112 | ocupacao == 2636 | ///
 ocupacao == 5241 | ocupacao == 3151 | ocupacao == 8344 | ocupacao == 4132 | ///
 ocupacao == 3132 | ocupacao == 3131 | ocupacao == 8151 | ocupacao == 8155 | ///
 ocupacao == 4131 | ocupacao == 8132 | ocupacao == 8122 | ocupacao == 2267 | ///
 ocupacao == 3332 | ocupacao == 4414 | ocupacao == 2355 | ocupacao == 2353 | ///
 ocupacao == 2354 | ocupacao == 7549 | ocupacao == 8113 | ocupacao == 3153 | ///
 ocupacao == 5412 | ocupacao == 232 | ocupacao == 2341 | ocupacao == 2342 | ///
 ocupacao == 2133 | ocupacao == 2431 | ocupacao == 2263 | ocupacao == 2269 | ///
 ocupacao == 2221 | ocupacao == 2359 | ocupacao == 3259 | ocupacao == 3221 | ///
 ocupacao == 323 | ocupacao == 3314 | ocupacao == 3411 | ocupacao == 2222 | ///
 ocupacao == 2432 | ocupacao == 2434 | ocupacao == 2619 | ocupacao == 2523 | ///
 ocupacao == 2514 | ocupacao == 2113 | ocupacao == 4224 | ocupacao == 4226 | ///
 ocupacao == 3322 | ocupacao == 412 | ocupacao == 3344 | ocupacao == 3343 | ///
 ocupacao == 3342 | ocupacao == 3122 | ocupacao == 5222 | ocupacao == 5151 | ///
 ocupacao == 3341 | ocupacao == 3142 | ocupacao == 3514 | ocupacao == 3522 | ///
 ocupacao == 3212 | ocupacao == 3521 | ocupacao == 3513 | ocupacao == 3213 | ///
 ocupacao == 3255 | ocupacao == 3141 | ocupacao == 3211 | ocupacao == 3512 | ///
 ocupacao == 3119 | ocupacao == 3111 | ocupacao == 3139 | ocupacao == 3112 | ///
 ocupacao == 3115 | ocupacao == 3511 | ocupacao == 3254 | ocupacao == 3116 | ///
 ocupacao == 3155 | ocupacao == 4223 | ocupacao == 3253 | ocupacao == 7321 | ///
 ocupacao == 4221 | ocupacao == 4415 | ocupacao == 4411 | ocupacao == 4222 | ///
 ocupacao == 4311 | ocupacao == 4321 | ocupacao == 5321 | ocupacao == 5329 | ///
 ocupacao == 5163 | ocupacao == 4322 | ocupacao == 4412 | ocupacao == 4229 | ///
 ocupacao == 4323 | ocupacao == 4312 | ocupacao == 4416 | ocupacao == 511 | ///
 ocupacao == 4225 | ocupacao == 5419 | ocupacao == 3412 | ocupacao == 4213 | ///
 ocupacao == 4313 | ocupacao == 2643 | ocupacao == 3422 | ocupacao == 2164 | ///
 ocupacao == 5249 | ocupacao == 225
 replace trab_qual = 3 if ocupacao == 2611 | ocupacao == 2132 | ///
 ocupacao == 2131 | ocupacao == 2261 | ocupacao == 2521 | ///
 ocupacao == 1223 | ocupacao == 2142 | ocupacao == 2143 | ///
 ocupacao == 2152 | ocupacao == 2153 | ocupacao == 2145 | ///
 ocupacao == 2424 | ocupacao == 2264 | ocupacao == 2266 | ///
 ocupacao == 2114 | ocupacao == 212 | ocupacao == 2212 | ///
 ocupacao == 2211 | ocupacao == 224 | ocupacao == 231 | ///
 ocupacao == 233 | ocupacao == 2634 | ocupacao == 2632

* Variáveis originais utilizadas:

* V0639 – Natureza da união

* 1 – Casamento civil e religioso

* 2 – Só casamento civil

* 3 – Só casamento religioso

* 4 – União consensual

* V0641 - Na semana de 25 a 31/07/10, durante pelo menos 1 hora, trabalhou

* ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios:

* 1- Sim

- * 2- Não
- * V0642 - Na semana de 25 a 31/07/10, tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado(a):
 - * 1- Sim
 - * 2- Não
- * V0644 - Na semana de 25 a 31/07/10, durante pelo menos 1 hora, trabalhou na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação dos moradores do domicílio (inclusive caça e extração vegetal):
 - * 1- Sim
 - * 2- Não
- * V0648 - Nesse trabalho era:
 - * 1- Empregado com carteira de trabalho assinada
 - * 2- Militar do exército, marinha, aeronáutica, polícia militar ou corpo de bombeiros
 - * 3- Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos
 - * 4- Empregado sem carteira de trabalho assinada
 - * 5- Conta própria
 - * 6- Empregador
 - * 7- Não remunerado
 - * branco:
- * V0650 - Era contribuinte de instituto de previdência oficial em algum trabalho que tinha na semana de 25 a 31 de Julho de 2010:
 - * 1- Sim, no trabalho principal
 - * 2- Sim, em outro trabalho
 - * 3- Não
 - * Branco: para quem, na semana de 25 a 31 de julho de 2010:
 - * - era menor de 10 anos de idade; ou
 - * - não trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios; e
 - * - não tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado(a); e
 - * - não ajudou sem qualquer pagamento no trabalho remunerado de morador do domicílio; e
 - * - trabalhou ou não na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação
 - * dos moradores do domicílio; ou
 - * - era Empregado com carteira de trabalho assinada; ou Militar do Exército, Marinha,
 - * Aeronáutica, Polícia Militar ou Corpo de
 - * Bombeiros; ou empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos; ou
 - * - trabalhou como “não remunerado” e tinha apenas um trabalho.
- * V6461 - Ocupação – código

* Variáveis relativas ao padrão de vida

gen posse_moradia = .

replace posse_moradia = 1 if V0201 < 3

replace posse_moradia = 0 if V0201 >= 3

gen wc_priv = .

replace wc_priv = 1 if V0205 > 0

replace wc_priv = 0 if V0205 == 0

gen esg_sanit_adeq = .

replace esg_sanit_adeq = 1 if V0207 == 1 | V0207 == 2

replace esg_sanit_adeq = 0 if V0207 > 2

```

gen supr_agua_adeq = .
replace supr_agua_adeq = 1 if V0208 == 1 | V0208 == 2
replace supr_agua_adeq = 0 if V0208 > 2
gen agua_canal = .
replace agua_canal = 1 if V0209 == 1
replace agua_canal = 0 if V0209 == 2 | V0209 == 3
gen coleta_lixo = .
replace coleta_lixo = 1 if V0210 == 1 | V0210 == 2
replace coleta_lixo = 0 if V0210 > 2
gen energia_elet = .
replace energia_elet = 1 if V0211 == 1 | V0211 == 2
replace energia_elet = 0 if V0211 == 3
gen radio = .
replace radio = 1 if V0213 == 1
replace radio = 0 if V0213 == 2
gen tv = .
replace tv = 1 if V0214 == 1
replace tv = 0 if V0214 == 2
gen maq_lavar = .
replace maq_lavar = 1 if V0215 == 1
replace maq_lavar = 0 if V0215 == 2
gen gelfrez = .
replace gelfrez = 1 if V0216 == 1
replace gelfrez = 0 if V0216 == 2
gen telefone = .
replace telefone = 1 if V0218 == 1 | V0217 == 1
replace telefone = 0 if V0218 == 2 & V0217 == 2
gen autom_part = .
replace autom_part = 1 if V0222 == 1
replace autom_part = 0 if V0222 == 2
gen nreletrod = radio + tv + maq_lavar + gelfrez + telefone
* OBS.: no cálculo da variável "nreletrod" foram considerados
* apenas itens comuns aos três censos.
gen dens_mor_dorm_adeq = .
replace dens_mor_dorm_adeq = 1 if V6204/10 <= 2
replace dens_mor_dorm_adeq = 0 if V6204/10 > 2
*****
* Variáveis originais utilizadas:
* V0201 - Domicílio, condição de ocupação:
* 1- Próprio de algum morador - já pago
* 2- Próprio de algum morador - ainda pagando
* 3- Alugado
* 4- Cedido por empregador
* 5- Cedido de outra forma
* 6- Outra condição
* V0205 - Banheiros de uso exclusivo, número:
* 0- Zero banheiros
* 1- Um banheiro
* 2- Dois banheiros

```

- * 3- Três banheiros
- * 4- Quatro banheiros
- * 5- Cinco banheiros
- * 6- Seis banheiros
- * 7- Sete banheiros
- * 8- Oito banheiros
- * 9- Nove ou mais banheiros
- * V0207 - Esgotamento sanitário, tipo:
 - * 1- Rede geral de esgoto ou pluvial
 - * 2- Fossa séptica
 - * 3- Fossa rudimentar
 - * 4- Vala
 - * 5- Rio, lago ou mar
 - * 6- Outro
- * V0208 - Abastecimento de água, forma:
 - * 01- Rede geral de distribuição
 - * 02- Poço ou nascente na propriedade
 - * 03- Poço ou nascente fora da propriedade
 - * 04- Carro-pipa
 - * 05- Água da chuva armazenada em cisterna
 - * 06- Água da chuva armazenada de outra forma
 - * 07- Rios, açudes, lagos e igarapés
 - * 08- Outra
 - * 09- Poço ou nascente na aldeia
 - * 10- Poço ou nascente fora da aldeia
- * V0209 - Abastecimento de água, canalização:
 - * 1- Sim, em pelo menos um cômodo
 - * 2- Sim, só na propriedade ou terreno
 - * 3- Não
- * V0210 - Lixo, destino:
 - * 1- Coletado diretamente por serviço de limpeza
 - * 2- Colocado em caçamba de serviço de limpeza
 - * 3- Queimado (na propriedade)
 - * 4- Enterrado (na propriedade)
 - * 5- Jogado em terreno baldio ou logradouro
 - * 6- Jogado em rio, lago ou mar
 - * 7- Tem outro destino
- * V0211 - Energia elétrica, existência:
 - * 1- Sim, de companhia distribuidora
 - * 2- Sim, de outras fontes
 - * 3- Não existe energia elétrica
- * V0213 - Existência de rádio
 - * 1 - Sim
 - * 2 - Não
- * V0216 - Existência de geladeira/freezer
 - * 1 - Sim
 - * 2 - Não
- * V0214 - Existência de televisão
 - * 1 - Sim

- * 2 - Não
- * V0215 - Existência de máquina de lavar roupa
 - * 1 - Sim
 - * 2 - Não
- * V0217 Existência de telefone celular
 - * 1- Sim
 - * 2- Não
- * V0218 - Existência de telefone fixo
 - * 1 - Sim
 - * 2 - Não
- * V0222 - Existência de automóvel para uso particular
 - * 1 - Sim
 - * 2 - Não
- * V6204 - Densidade de morador / dormitório

* Variáveis auxiliares

gen nrpesfam = 1

gen populacao = 1

* Substituindo código do município por código padronizado para os três censos

```

replace municipio = 2300200 if municipio == 200
replace municipio = 2302057 if municipio == 2057
replace municipio = 2302305 if municipio == 2305
replace municipio = 2302602 if municipio == 2602
replace municipio = 2303907 if municipio == 3907
replace municipio = 2304251 if municipio == 4251
replace municipio = 2304707 if municipio == 4707
replace municipio = 2306553 if municipio == 6553
replace municipio = 2307254 if municipio == 7254
replace municipio = 2307809 if municipio == 7809
replace municipio = 2307908 if municipio == 7908
replace municipio = 2308906 if municipio == 8906
replace municipio = 2303402 if municipio == 3402
replace municipio = 2304236 if municipio == 4236
replace municipio = 2305001 if municipio == 5001
replace municipio = 2305308 if municipio == 5308
replace municipio = 2312304 if municipio == 12304
replace municipio = 2313401 if municipio == 13401
replace municipio = 2313609 if municipio == 13609
replace municipio = 2314102 if municipio == 14102
replace municipio = 2304004 if municipio == 4004
replace municipio = 2304509 if municipio == 4509
replace municipio = 2308807 if municipio == 8807
replace municipio = 2313906 if municipio == 13906
replace municipio = 2300507 if municipio == 507
replace municipio = 2308203 if municipio == 8203
replace municipio = 2303105 if municipio == 3105
replace municipio = 2304350 if municipio == 4350
replace municipio = 2304657 if municipio == 4657

```

replace municipio = 2304905 if municipio == 4905
replace municipio = 2306108 if municipio == 6108
replace municipio = 2308005 if municipio == 8005
replace municipio = 2308377 if municipio == 8377
replace municipio = 2309003 if municipio == 9003
replace municipio = 2309904 if municipio == 9904
replace municipio = 2312007 if municipio == 12007
replace municipio = 2312809 if municipio == 12809
replace municipio = 2312908 if municipio == 12908
replace municipio = 2305803 if municipio == 5803
replace municipio = 2305902 if municipio == 5902
replace municipio = 2310951 if municipio == 10951
replace municipio = 2311009 if municipio == 11009
replace municipio = 2311702 if municipio == 11702
replace municipio = 2313955 if municipio == 13955
replace municipio = 2303659 if municipio == 3659
replace municipio = 2305209 if municipio == 5209
replace municipio = 2312205 if municipio == 12205
replace municipio = 2300754 if municipio == 754
replace municipio = 2306405 if municipio == 6405
replace municipio = 2313500 if municipio == 13500
replace municipio = 2310209 if municipio == 10209
replace municipio = 2310258 if municipio == 10258
replace municipio = 2312403 if municipio == 12403
replace municipio = 2306306 if municipio == 6306
replace municipio = 2313559 if municipio == 13559
replace municipio = 2313757 if municipio == 13757
replace municipio = 2313807 if municipio == 13807
replace municipio = 2300903 if municipio == 903
replace municipio = 2304608 if municipio == 4608
replace municipio = 2310704 if municipio == 10704
replace municipio = 2312601 if municipio == 12601
replace municipio = 2313351 if municipio == 13351
replace municipio = 2302800 if municipio == 2800
replace municipio = 2303006 if municipio == 3006
replace municipio = 2306603 if municipio == 6603
replace municipio = 2310407 if municipio == 10407
replace municipio = 2300150 if municipio == 150
replace municipio = 2301208 if municipio == 1208
replace municipio = 2301406 if municipio == 1406
replace municipio = 2302107 if municipio == 2107
replace municipio = 2302909 if municipio == 2909
replace municipio = 2305100 if municipio == 5100
replace municipio = 2306504 if municipio == 6504
replace municipio = 2309102 if municipio == 9102
replace municipio = 2309805 if municipio == 9805
replace municipio = 2310100 if municipio == 10100
replace municipio = 2311603 if municipio == 11603
replace municipio = 2301950 if municipio == 1950

replace municipio = 2303956 if municipio == 3956
replace municipio = 2309458 if municipio == 9458
replace municipio = 2302206 if municipio == 2206
replace municipio = 2303501 if municipio == 3501
replace municipio = 2310852 if municipio == 10852
replace municipio = 2301000 if municipio == 1000
replace municipio = 2303709 if municipio == 3709
replace municipio = 2304285 if municipio == 4285
replace municipio = 2304400 if municipio == 4400
replace municipio = 2304954 if municipio == 4954
replace municipio = 2306256 if municipio == 6256
replace municipio = 2307650 if municipio == 7650
replace municipio = 2307700 if municipio == 7700
replace municipio = 2309706 if municipio == 9706
replace municipio = 2305233 if municipio == 5233
replace municipio = 2309607 if municipio == 9607
replace municipio = 2301257 if municipio == 1257
replace municipio = 2304103 if municipio == 4103
replace municipio = 2305605 if municipio == 5605
replace municipio = 2305654 if municipio == 5654
replace municipio = 2308609 if municipio == 8609
replace municipio = 2309300 if municipio == 9300
replace municipio = 2309409 if municipio == 9409
replace municipio = 2311264 if municipio == 11264
replace municipio = 2313203 if municipio == 13203
replace municipio = 2301851 if municipio == 1851
replace municipio = 2302404 if municipio == 2404
replace municipio = 2303931 if municipio == 3931
replace municipio = 2305266 if municipio == 5266
replace municipio = 2307635 if municipio == 7635
replace municipio = 2311306 if municipio == 11306
replace municipio = 2311405 if municipio == 11405
replace municipio = 2300408 if municipio == 408
replace municipio = 2301505 if municipio == 1505
replace municipio = 2303600 if municipio == 3600
replace municipio = 2310308 if municipio == 10308
replace municipio = 2311900 if municipio == 11900
replace municipio = 2313302 if municipio == 13302
replace municipio = 2300309 if municipio == 309
replace municipio = 2304269 if municipio == 4269
replace municipio = 2308351 if municipio == 8351
replace municipio = 2308500 if municipio == 8500
replace municipio = 2310506 if municipio == 10506
replace municipio = 2310902 if municipio == 10902
replace municipio = 2312700 if municipio == 12700
replace municipio = 2313005 if municipio == 13005
replace municipio = 2301109 if municipio == 1109
replace municipio = 2304459 if municipio == 4459
replace municipio = 2305357 if municipio == 5357

replace municipio = 2306207 if municipio == 6207
replace municipio = 2300705 if municipio == 705
replace municipio = 2305332 if municipio == 5332
replace municipio = 2307007 if municipio == 7007
replace municipio = 2307601 if municipio == 7601
replace municipio = 2308708 if municipio == 8708
replace municipio = 2310001 if municipio == 10001
replace municipio = 2311504 if municipio == 11504
replace municipio = 2311801 if municipio == 11801
replace municipio = 2312502 if municipio == 12502
replace municipio = 2313104 if municipio == 13104
replace municipio = 2306702 if municipio == 6702
replace municipio = 2306801 if municipio == 6801
replace municipio = 2306900 if municipio == 6900
replace municipio = 2304277 if municipio == 4277
replace municipio = 2306009 if municipio == 6009
replace municipio = 2310803 if municipio == 10803
replace municipio = 2311231 if municipio == 11231
replace municipio = 2303808 if municipio == 3808
replace municipio = 2305407 if municipio == 5407
replace municipio = 2305506 if municipio == 5506
replace municipio = 2309508 if municipio == 9508
replace municipio = 2311355 if municipio == 11355
replace municipio = 2300804 if municipio == 804
replace municipio = 2303303 if municipio == 3303
replace municipio = 2307403 if municipio == 7403
replace municipio = 2313252 if municipio == 13252
replace municipio = 2314003 if municipio == 14003
replace municipio = 2301802 if municipio == 1802
replace municipio = 2305704 if municipio == 5704
replace municipio = 2307502 if municipio == 7502
replace municipio = 2313708 if municipio == 13708
replace municipio = 2301307 if municipio == 1307
replace municipio = 2301604 if municipio == 1604
replace municipio = 2302701 if municipio == 2701
replace municipio = 2311207 if municipio == 11207
replace municipio = 2311959 if municipio == 11959
replace municipio = 2300606 if municipio == 606
replace municipio = 2303204 if municipio == 3204
replace municipio = 2304301 if municipio == 4301
replace municipio = 2304806 if municipio == 4806
replace municipio = 2301703 if municipio == 1703
replace municipio = 2302008 if municipio == 2008
replace municipio = 2308104 if municipio == 8104
replace municipio = 2301901 if municipio == 1901
replace municipio = 2304202 if municipio == 4202
replace municipio = 2307106 if municipio == 7106
replace municipio = 2307304 if municipio == 7304
replace municipio = 2308401 if municipio == 8401

```

replace municipio = 2309201 if municipio == 9201
replace municipio = 2311108 if municipio == 11108
replace municipio = 2312106 if municipio == 12106
replace municipio = 2300101 if municipio == 101
replace municipio = 2302503 if municipio == 2503
replace municipio = 2307205 if municipio == 7205
replace municipio = 2308302 if municipio == 8302
replace municipio = 2310605 if municipio == 10605

```

* Eliminando variáveis originais não utilizadas no programa

```

drop V0011 V1001 V6033 V6037 V6040 V0613 V0615 V0618 V0619 V0620 V0621 ///
V0622 V6222 V6224 V0623 V0624 V0625 V6252 V6254 V6256 V0626 V6262 V6264 ///
V6266 V0631 V0632 V0634 V6352 V6354 V6356 V0636 V6362 V6364 V6366 V0637 ///
V0639 V0640 V0645 V0649 V0651 V6511 V6513 V6514 V0652 V6521 V6524 V6526 ///
V6527 V6528 V6529 V6530 V6531 V6532 V0653 V0654 V0655 V0659 V6591 V0660 ///
V6602 V6604 V6606 V0661 V0662 V0663 V6631 V6632 V0664 V6642 V0665 V6660 ///
V0668 V6681 V6682 V0669 V6691 V6692 V6693 V6800 V0670 V0671 V6900 V6910 ///
V6920 V6930 V6940 V6121 V0605 V5080 V5110 V5120 V5090 V5100 M0502 M0601 ///
M6033 M0606 M0613 M0614 M0615 M0616 M0617 M0618 M0619 M0620 M0621 M0622 ///
M6222 M6224 M0623 M0624 M0625 M6252 M6254 M6256 M0626 M6262 M6264 M6266 ///
M0627 M0628 M0629 M0630 M0631 M0632 M0633 M0634 M0635 M6352 M6354 M6356 ///
M0636 M6362 M6364 M6366 M0637 M0638 M0639 M0640 M0641 M0642 M0643 M0644 ///
M0645 M6461 M6471 M0648 M0649 M0650 M0651 M6511 M0652 M6521 M0653 M0654 ///
M0655 M0656 M0657 M0658 M0659 M6591 M0660 M6602 M6604 M6606 M0661 M0662 ///
M0663 M6631 M6632 M6633 M0664 M6641 M6642 M6643 M0665 M6660 M0667 M0668 ///
M6681 M6682 M0669 M6691 M6692 M6693 M0670 M0671 M6800 M6121 M0604 M0605 ///
M6462 M6472 V2012 V6203 V0206 V0212 V0219 V0220 V0221 V0301 V0401 V0402 ///
V0701 V6600 V6210 M0201 M2011 M0202 M0203 M0204 M0205 M0206 M0207 M0208 ///
M0209 M0210 M0211 M0212 M0213 M0214 M0215 M0216 M0217 M0218 M0219 M0220 ///
M0221 M0222 M0301 M0401 M0402 M0701 V6664 V0667 V0502 V0504 V0614 V0616 ///
V0617 V0627 V0628 V0629 V0630 V0633 V0635 V0638 V6471 V0648 V6525 V0656 ///
V0657 V6641 V0604 V5060 V5070 V6462 V6472 V4001 V4002 V0201 V2011 V0202 ///
V0203 V0204 V6204 V0205 V0207 V0208 V0209 V0210 V0211 V0213 V0214 V0215 ///
V0216 V0217 V0218 V0222 V0650 V0658 V5030

```

* Acessando o diretório das bases de dados de trabalho

```
* cd "C:\...\banco_de_dados\censo2010"
```

* Gravando arquivo mesclado de pessoas-domicílios no diretório de trabalho

```
save bd_dom_pes_censo2010, replace
```

```
*////////////////////////////////////
```

* OBS.: ALTERAR O ANO DO CENSO (censoXXXX, ONDE XXXX = 1991,

* 2000 OU 2010) NO NOME DO DIRETÓRIO E NOS ARQUIVOS DE

* ARMAZENAMENTO DE DADOS EM CADA UMA DAS ROTINAS SEGUINTE

* PARA OBTER OS INDICADORES DO ANO DESEJADO

```

*////////////////////////////////////
* ROTINA 7
* CRIANDO VARIÁVEIS E ARQUIVO RELATIVOS ÀS PESSOAS
*////////////////////////////////////

*****

* Acessando o diretório das bases de dados de trabalho
* cd "C:\...\banco_de_dados\censo_XXXX"
use bd_dom_pes_censo_XXXX, clear
*****

* Variáveis relacionadas à idade
gen nrpes_10m = 1 if idade >= 10
gen crianca7_17 = .
replace crianca7_17 = 1 if idade >= 7 & idade <= 17
replace crianca7_17 = 0 if idade < 7 | idade > 17
* criança7_17 é a variável utilizada nos Censos de 1991 e 2000,
* que corresponde à idade apropriada do ensino fundamental e médio.
* Para 2010, manteve-se o mesmo nome, embora tenha sido considerado
* o início do fundamental a idade de 6 anos, de acordo com a
* legislação atual.
gen adulto15 = .
replace adulto15 = 1 if idade >= 15
replace adulto15 = 0 if idade < 15
gen adulto18 = .
replace adulto18 = 1 if idade >= 18
replace adulto18 = 0 if idade < 18
gen adulto21 = .
replace adulto21 = 1 if idade >= 21
replace adulto21 = 0 if idade < 21
gen adulto25 = .
replace adulto25 = 1 if idade >= 25
replace adulto25 = 0 if idade < 25
gen idade_ativa = .
replace idade_ativa = 1 if idade >= 15 & idade < 60
replace idade_ativa = 0 if idade < 15 | idade >= 60
gen jovem = .
replace jovem = 1 if idade >= 15 & idade <= 29
replace jovem = 0 if idade < 15 & idade > 29
*****

* Variáveis de escolaridade
gen analfabeto = .
replace analfabeto = 1 if sabelerescrever == 0
replace analfabeto = 0 if sabelerescrever == 1
gen analfabeto_10m = .
replace analfabeto_10m = 1 if idade >= 10 & sabelerescrever == 0
replace analfabeto_10m = 0 if idade >= 10 & sabelerescrever == 1
gen analfabeto_15m = .
replace analfabeto_15m = 1 if idade >= 15 & sabelerescrever == 0
replace analfabeto_15m = 0 if idade >= 15 & sabelerescrever == 1

```

```

gen analfabeto_18m = .
replace analfabeto_18m = 1 if idade >= 18 & sabelerescrever == 0
replace analfabeto_18m = 0 if idade >= 18 & sabelerescrever == 1
gen analfabeto_25m = .
replace analfabeto_25m = 1 if idade >= 25 & sabelerescrever == 0
replace analfabeto_25m = 0 if idade >= 25 & sabelerescrever == 1
gen baixa_instr_18m = .
replace baixa_instr_18m = 1 if idade >= 18 & nivelinstrucao == 1
replace baixa_instr_18m = 0 if idade >= 18 & nivelinstrucao ~= 1
* Obs.: a variável baixa_instr_18m compreende as pessoas com
* 18 anos ou mais que sabem ler e escrever, mas que não tenham
* concluído o ensino fundamental ou equivalente, refletindo
* um baixo nível de instrução.
gen nivel_medio = .
replace nivel_medio = 1 if nivelinstrucao == 3
replace nivel_medio = 0 if nivelinstrucao ~= 3
gen nivel_superior = .
replace nivel_superior = 1 if nivelinstrucao == 4
replace nivel_superior = 0 if nivelinstrucao ~= 4

*****
* Variáveis de saúde
gen pessoa_com_limitacao = .
replace pessoa_com_limitacao = 1 if deficiente_visual == 1 | ///
deficiente_auditivo == 1 | deficiente_motor == 1 | ///
deficiente_mental == 1 | maisde1_defic == 1
replace pessoa_com_limitacao = 0 if deficiente_visual ~= 1 & ///
deficiente_auditivo ~= 1 & deficiente_motor ~= 1 & ///
deficiente_mental ~= 1 & maisde1_defic ~= 1
* Obs.: o Censo de 1991 não informa no item 6 da variável
* C0311 quais os membros (superiores ou inferiores) que faltam.
* Desta forma, não foi computada. No entanto, foi computada o
* item 8 que se refere a mais de uma deficiência.
gen mae_com_obito = .
replace mae_com_obito = 1 if idade < 25 & filhos_nascvivos ~= . & ///
filhos_nascvivos ~= 0 & filhos_nascvivos ~= 99 & ///
(filhos_nascvivos - filhos_vivos) > 0
replace mae_com_obito = 0 if idade < 25 & filhos_nascvivos ~= . & ///
filhos_nascvivos ~= 0 & filhos_nascvivos ~= 99 & ///
(filhos_nascvivos - filhos_vivos) == 0

* OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: o censo de 1991 não permite saber qual a
* idade do filho que faleceu. Assim, optou-se por limitar a idade
* da mãe até 24 anos para assegurar que o filho faleceu ainda criança,
* embora não se possa saber qual a idade da criança. Neste caso, se
* uma mãe < 25 anos teve um filho que já falecera, essa criança muito
* provavelmente não alcançou 10 anos de idade.

*****

```

* Variáveis de trabalho e seguridade social

```

gen ocupado = .
replace ocupado = 1 if idade >= 10 & trab_semanaref == 1
replace ocupado = 0 if idade >= 10 & trab_semanaref == 0
* Rotina para definir as pessoas com direito à previdência social
gen segurado = .
gen paioumae_segnaoesp = .
replace paioumae_segnaoesp = 1 if (respdom == 1 | conjuge == 1) & ///
(trabalho_seg == 1 | contribprevoficial == 1)
replace paioumae_segnaoesp = 0 if (respdom == 1 | conjuge == 1) & ///
(trabalho_seg == 0 & contribprevoficial == 0)
gen outras_pes_segnaoesp = .
replace outras_pes_segnaoesp = 1 if (respdom == 0 & conjuge == 0) & ///
(trabalho_seg == 1 | contribprevoficial == 1)
replace outras_pes_segnaoesp = 0 if (respdom == 0 & conjuge == 0) & ///
(trabalho_seg == 0 & contribprevoficial == 0)
gen paioumae_segesp = .
replace paioumae_segesp = 1 if (respdom == 1 | conjuge == 1) & ///
segesimal == 1
replace paioumae_segesp = 0 if (respdom == 1 | conjuge == 1) & ///
segesimal == 0
gen outras_pes_segesp = .
replace outras_pes_segesp = 1 if (respdom == 0 & conjuge == 0) & ///
(trabalho_seg == 1 | contribprevoficial == 1)
replace outras_pes_segesp = 0 if (respdom == 0 & conjuge == 0) & ///
(trabalho_seg == 0 & contribprevoficial == 0)
gen paioumae_seg = .
replace paioumae_seg = 1 if (respdom == 1 | conjuge == 1) & ///
(paioumae_segnaoesp == 1 | paioumae_segesp == 1 | apos_pens == 1)
replace paioumae_seg = 0 if (respdom == 1 | conjuge == 1) & ///
(paioumae_segnaoesp == 0 & paioumae_segesp == 0 & apos_pens == 0)
gen outras_pes_seg = .
replace outras_pes_seg = 1 if (respdom == 0 & conjuge == 0) & ///
(outras_pes_segnaoesp == 1 | outras_pes_segesp == 1 | apos_pens == 1)
replace outras_pes_seg = 0 if (respdom == 0 & conjuge == 0) & ///
(outras_pes_segnaoesp == 0 & outras_pes_segesp == 0 & apos_pens == 0)
save bd_pessoas_censoXXXX, replace
*****

```

* Rotina para atribuir ao cônjuge e aos filhos a proteção assegurada pela lei:

```

gen conjuge_filhos_seg = .
keep if conjuge == 1 | filho_men21_ naoemanc == 1 | paioumae_seg == 1
collapse (max) conjuge_filhos_seg = paioumae_seg, by(domicilio familia)
save bd_auxiliar, replace
use bd_pessoas_censoXXXX, clear
merge m:1 domicilio familia using bd_auxiliar
drop _merge
erase bd_auxiliar.dta
save bd_pessoas_censoXXXX, replace

```

* Observações:

- * Se pai ou mãe é segurado especial, o cônjuge e os filhos menores
- * de 21 anos também são.
- * Considerou-se neste trabalho de tese apenas a situação de
- * dependência presumida.
- * A dependência econômica de cônjuges, companheiros e filhos é presumida.
- * Nos demais casos deve ser comprovada por documentos, como declaração
- * do Imposto de Renda e outros.
- * Para ser considerado(a) companheiro(a) é preciso comprovar união
- * estável com o(a) segurado(a).
- * Fontes: BRASIL (1991), BRASIL (2015b).

```

replace segurado = 1 if paioumae_seg == 1 | outras_pes_seg == 1 | ///
conjuge_filhos_seg == 1
replace segurado = 0 if (paioumae_seg == 0 | paioumae_seg == .) & ///
(outras_pes_seg == 0 | outras_pes_seg == .) & (conjuge_filhos_seg == 0 | ///
conjuge_filhos_seg == .)
gen nenem = .
replace nenem = 1 if estudante == 0 & ocupado == 0
replace nenem = 0 if estudante == 1 | ocupado == 1
gen trab_inf = .
replace trab_inf = 1 if (idade >= 10 & idade <= 17) & ocupado == 1
replace trab_inf = 0 if (idade >= 10 & idade <= 17) & ocupado == 0

```

* CRIAÇÃO E CÁLCULO DE INDICADORES DE PESSOAS DA DIMENSÃO * TER CONHECIMENTO

* Definições:

* Componente: analfabetismo

- * C1_pes: infante-juvenil em idade escolar (6/7 <= anos <= 17) não
- * matriculado na escola, exceto menor de 18 anos que já tenha
- * concluído o ensino médio.
- * C2_pes: adulto (>= 18 anos) analfabeto ou com baixa instrução (que
- * não tenha concluído sequer o ensino fundamental ou equivalente).

* Componente: escolaridade / Qualificação Profissional

- * C3_pes: adulto (>= 21 anos) sem nível médio completo
- * C4_pes: trabalhador adulto (> 21 anos) com qualificação baixa

* OBSERVAÇÃO:

- * IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS QUE APRESENTAM AS CARACTERÍSTICAS
- * DOS INDICADORES DA DIMENSÃO ACESSO AO CONHECIMENTO (IDEM
- * PARA AS OUTRAS DIMENSÕES):

- * Ci_pes = 1 quando a pessoa se enquadra no indicador i;
- * Ci_pes = 0 quando a pessoa NÃO se enquadra no indicar i;
- * Ci_pes = . quando o indicador não se aplica à pessoa.

* Gerando indicadores da dimensão acesso ao conhecimento:

```
gen C1_pes = .
```

```
gen C2_pes = .
```

gen C3_pes = .

gen C4_pes = .

* Calculando indicadores do componente analfabetismo

replace C1_pes = 1 if crianca7_17 == 1 & (estudante == 0 & nivel_medio == 0)

replace C1_pes = 0 if crianca7_17 == 1 & (estudante == 1 | nivel_medio == 1)

replace C2_pes = 1 if adulto18 == 1 & (analfabeto == 1 | baixa_instr_18m == 1)

replace C2_pes = 0 if adulto18 == 1 & (analfabeto == 0 & baixa_instr_18m == 0)

* Observações:

* Para os dados dos anos 1991 e 2000, foram definidas como crianças

* as pessoas cuja idade era igual ou superior a 7 anos

* e inferior a 14 anos. Esse corte foi fundamentado na Lei de Diretrizes

* e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), que estabeleceu o acesso ao ensino

* fundamental obrigatório e gratuito a partir dos 7 anos de idade.

* No entanto, em 2005 essa lei foi modificada pela Lei 11.114, alterando a

* obrigatoriedade e gratuidade do acesso ao ensino fundamental para os

* maiores de 6 anos de idade. Isso exigiu uma alteração na definição das

* crianças para o ano de 2010. (LACERDA, 2009, p. 117).

* Embora a Lei Nº 9.394/96 assegure a educação a partir dos 4 anos de idade

* (pré-escola), adotou-se como idade mínima de 7 anos para 1991 e 2000 e de

* 6 anos para 2010, idade que coincide com o início do ensino fundamental.

* A Lei anterior não tornava obrigatória a pré-escola.

* Calculando indicadores do componente escolaridade / qualificação

* profissional

replace C3_pes = 1 if adulto21 == 1 & nivel_medio == 0 & nivel_superior == 0

replace C3_pes = 0 if adulto21 == 1 & nivel_medio == 1 | nivel_superior == 1

replace C4_pes = 1 if adulto21 == 1 & (trab_qual == 1 | (trab_qual >= 2 & ///
nivel_medio == 0 & nivel_superior == 0))

replace C4_pes = 0 if adulto21 == 1 & ((trab_qual >= 2 & nivel_medio == 1) ///
| nivel_superior == 1)

* Observações:

* Considerou-se trabalhador qualificado aquele que tinha pelo menos

* o nível médio completo e estava ocupado em atividades características de

* pessoas de nível médio em 1991 (ocupações com pelo menos 80% de

* trabalhadores com nível médio ou superior) ou que estava desocupada mas

* que possuía nível superior completo.

* Os dados do Censo de 2000 não possibilitam saber qual o curso

* técnico de nível médio que a pessoa concluiu.

* Os indicadores, computados neste momento para cada membro da

* família, serão posteriormente agregados por família.

* CRIAÇÃO E CÁLCULO DE INDICADORES DE PESSOAS DA

* DIMENSÃO TER SAÚDE

* Definições:

* Componente: saúde da família

* S1_pes: mãe jovem (< 25 anos na data do Censo) com ocorrência de

* óbito de criança nascida viva.
 * S2_pes: pessoa incapacitada física ou mentalmente (reflete negligências em campanhas de vacinação, falta de atendimento médico-hospitalar adequado, nutrição inadequada, práticas produtivas inadequadas (ex.: máquina desfibriladora de sisal) etc. Esses fatores podem contribuir para aumentar a proporção de pessoas incapacitadas na sociedade).

* Gerando indicadores da dimensão saúde:
 gen S1_pes = .
 gen S2_pes = .

* Calculando indicadores do componente saúde da família:
 replace S1_pes = 1 if mae_com_obito == 1
 replace S1_pes = 0 if mae_com_obito == 0
 replace S2_pes = 1 if pessoa_com_limitacao == 1
 replace S2_pes = 0 if pessoa_com_limitacao == 0

*** CRIAÇÃO E CÁLCULO DE INDICADORES DE PESSOAS DA DIMENSÃO TER TRABALHO DIGNO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

* Definições:
 * Componente: desemprego
 * T1_pes: pessoa em idade ativa ([15, 60[) não ocupada
 * T2_pes: pessoa jovem [15, 29] sem trabalho e que não esteja estudando (nem-nem).
 * Componente: trabalho infantil (trab_inf)
 * T3_pes: criança com idade igual ou inferior a 14 anos trabalhando
 * Componente: direito à previdência social (prevsocial).
 * T4_pes: pessoa não coberta por previdência social (inclusive trabalho precário: sem direitos previdenciários).
 * Obs.: considera-se coberta por previdência social a pessoa ocupante de trabalho formal, os aposentados e pensionistas, os enquadrados como segurados especiais, amparados na Lei N° 8.212, de 24/07/1991 e suas alterações feitas pela Lei N° 11.718, de 20/06/2008) e seus filhos menores, cônjuges e outros, conforme previsto na lei.

* Gerando indicadores da dimensão trabalho e previdência social:
 gen T1_pes = .
 gen T2_pes = .
 gen T3_pes = .
 gen T4_pes = .

* Calculando indicadores do componente desemprego:
 replace T1_pes = 1 if idade_ativa == 1 & ocupado == 0
 replace T1_pes = 0 if idade_ativa == 1 & ocupado == 1
 replace T2_pes = 1 if jovem == 1 & nenem == 1

```

replace T2_pes = 0 if jovem == 1 & nenem == 0
*****
* Calculando indicadores do componente trabalho infantil:
replace T3_pes = 1 if trab_inf == 1
replace T3_pes = 0 if trab_inf == 0
*****
* Calculando indicadores do componente previdência social:
replace T4_pes = 1 if segurado == 0
replace T4_pes = 0 if segurado == 1
*****
*****
* CRIAÇÃO E CÁLCULO DE INDICADORES DE PESSOAS DA DIMENSÃO
* TER PADRÃO DE VIDA DIGNO
*****
* Definições:
* Componente: saneamento básico
* P1_pes: pessoa morando em domicílio não ligado à rede de esgoto
* (ou de água pluviais) e que não possua fossa séptica e que não
* tenha banheiro privativo.
* P2_pes: pessoa morando em domicílio não ligado à rede geral de água
* ou a poço ou nascente na propriedade e que não tenha água
* canalizada em pelo menos 1 cômodo.
* P3_pes: pessoa morando em domicílio não provido por coleta de lixo regular
* Componente: energia elétrica
* P4_pes: pessoa morando em domicílio sem energia elétrica (da rede ou
* de outras fontes).
* Componente: condições de ocupação e qualidade do domicílio
* P5_pes: pessoa residindo em moradia/terreno cuja posse não é de
* nenhum membro da família, exceto quando houver financiamento
* habitacional vigente.
* P6_pes: pessoa morando em domicílio cuja densidade de moradores
* por dormitório seja superior a 2.
* Componente: disponibilidade de bens duráveis
* P7_pes: Pessoa morando em domicílio que não possua pelo menos três
* dos seguintes itens: rádio, televisor, máquina de lavar roupa,
* geladeira/freezer e telefone (fixo ou celular)
* Obs.: embora existam outros eletrodomésticos nos censos, eles não são
* comuns aos três censos analisados, razão pela qual foram escolhidos
* apenas esses.
* P8_pes: Pessoa morando em domicílio que não possui automóvel para
* uso particular
*****
* Gerando indicadores da dimensão padrão de vida digno:
gen P1_pes = .
gen P2_pes = .
gen P3_pes = .
gen P4_pes = .
gen P5_pes = .
gen P6_pes = .

```

```

gen P7_pes = .
gen P8_pes = .
*****

* Calculando indicadores do componente saneamento básico:
replace P1_pes = 1 if esg_sanit_adeq == 0 | wc_priv == 0
replace P1_pes = 0 if esg_sanit_adeq == 1 & wc_priv == 1
replace P2_pes = 1 if supr_agua_adeq == 0 | agua_canal == 0
replace P2_pes = 0 if supr_agua_adeq == 1 & agua_canal == 1
replace P3_pes = 1 if coleta_lixo == 0
replace P3_pes = 0 if coleta_lixo == 1
*****

* Calculando indicadores do componente energia elétrica
replace P4_pes = 1 if energia_elet == 0
replace P4_pes = 0 if energia_elet == 1
*****

* Calculando indicadores do componente condições de ocupação e
* qualidade do domicílio
replace P5_pes = 1 if posse_moradia == 0
replace P5_pes = 0 if posse_moradia == 1
replace P6_pes = 1 if dens_mor_dorm_adeq == 0
replace P6_pes = 0 if dens_mor_dorm_adeq == 1
*****

* Calculando indicadores do componente disponibilidade de bens duráveis
replace P7_pes = 1 if nreletrod < 3
replace P7_pes = 0 if nreletrod >= 3
replace P8_pes = 1 if autom_part == 0
replace P8_pes = 0 if autom_part == 1
*****

* Salvando arquivo de dados de pessoas da Amostra
save bd_pessoas_censoXXXX, replace
*****
*////////////////////////////////////
*////////////////////////////////////
*****

* ROTINA 8
* CRIANDO VARIÁVEIS E ARQUIVO RELATIVOS ÀS FAMÍLIAS
*****

* Acessando base de dados pessoas para gerar os dados das famílias
* cd "C:\...\banco_de_dados\Censo_XXXX"
use bd_pessoas_censoXXXX, clear
*****

* Agregando dados das pessoas por cada família
collapse (sum) C1_pes C2_pes C3_pes C4_pes S1_pes S2_pes T1_pes T2_pes ///
T3_pes T4_pes P1_pes P2_pes P3_pes P4_pes P5_pes P6_pes P7_pes P8_pes ///
populacao nrpesfam idade_ativa jovem adulto18 adulto21 adulto25 ///
fator_exp_am, by(uf mesorregiao microrregiao municipio sitdom ///
domicilio familia)

```

```

* Corrigindo fator de expansão da amostra (foi somado em função do número
* de pessoas da família)
replace fator_exp_am = fator_exp_am / nrpesfam
replace populacao = (populacao * fator_exp_am) / nrpesfam
gen nrfamilias = fator_exp_am
*****
* Atribuindo peso a todos os indicadores e criando variáveis auxiliares
gen qde_dimensoes = 4
gen qde_indic = 18
gen peso_dimensao = qde_indic/qde_dimensoes
gen pesoC1 = 1.1250
gen pesoC2 = 1.1250
gen pesoC3 = 1.1250
gen pesoC4 = 1.1250
gen pesoS1 = 2.2500
gen pesoS2 = 2.2500
gen pesoT1 = 0.7500
gen pesoT2 = 0.7500
gen pesoT3 = 1.5000
gen pesoT4 = 1.5000
gen pesoP1 = 0.3750
gen pesoP2 = 0.3750
gen pesoP3 = 0.3750
gen pesoP4 = 1.1250
gen pesoP5 = 0.5625
gen pesoP6 = 0.5625
gen pesoP7 = 0.5625
gen pesoP8 = 0.5625
*****
*****
* CRIAÇÃO E CÁLCULO DE INDICADORES DE FAMÍLIAS DA DIMENSÃO TER
* CONHECIMENTO
*****
* Definições:
* Componente: Analfabetismo
* C1: presença de infanto-juvenil na família em idade escolar
*(6/7 <= anos <= 17) não matriculado na escola, exceto menor de 18
* anos que já tenha concluído o ensino médio.
* C2: todos adultos (>= 18 anos) da família são analfabetos ou
* possuem baixo nível de instrução, não tendo concluído sequer o
* ensino fundamental).
* Componente: Escolaridade / Qualificação Profissional
* C3: ausência de adulto (>= 21 anos) na família com nível
* médio completo
* C4: ausência na família de trabalhador adulto (> 21 anos)
* com qualificação média ou alta.
*****
* Gerando e atribuindo pesos aos indicadores das famílias
* da Amostra na dimensão TER CONHECIMENTO

```

```

gen C1 = 0
gen C2 = 0
gen C3 = 0
gen C4 = 0
replace C1 = pesoC1 if C1_pes > 0
replace C2 = pesoC2 if C2_pes == adulto18
replace C3 = pesoC3 if C3_pes == adulto21
replace C4 = pesoC4 if C4_pes == adulto21
*****
*****
* CRIAÇÃO E CÁLCULO DE INDICADORES DE FAMÍLIAS DA
* DIMENSÃO TER SAÚDE
*****
* Definições:
* Componente: Saúde da família
* S1: ocorrência de pelo menos um óbito de criança nascida
* viva de mulheres jovens (idade entre 15 e 25 anos na data do Censo)
* da família.
* S2: presença na família de pessoa incapacitada física
* ou mentalmente.
*****
* Gerando e atribuindo pesos aos indicadores das famílias da Amostra
* na dimensão TER SAÚDE
gen S1 = 0
gen S2 = 0
replace S1 = pesoS1 if S1_pes > 0
replace S2 = pesoS2 if S2_pes > 0
*****
*****
* CRIAÇÃO E CÁLCULO DE INDICADORES DE FAMÍLIAS DA DIMENSÃO TER
* TRABALHO DIGNO E SEGURANÇA PREVIDENCIÁRIA
*****
* Definições:
* Componente: desemprego (desemprego)
* T1: nenhum membro da família em idade ativa ([15, 60[) se
* encontra ocupado
* T2: presença na família de jovem [15, 29] sem trabalho e que
* não esteja estudando (Nem-Nem)
* Componente: trabalho infantil (trab_inf)
* T3: presença na família de trabalho infantil (presença de
* criança com idade igual ou inferior a 14 anos trabalhando)
* Componente: direito à previdência social (prevsocial)
* T4: presença de pessoa na família não coberta por previdência social
* (inclusive trabalho precário: sem direitos previdenciários)
* Obs.: considera-se coberta por previdência social a pessoa ocupante
* de trabalho formal, os aposentados e pensionistas,
* os enquadrados como segurados especiais, amparados na Lei Nº 8.212,
* de 24/07/1991 e suas alterações
* feitas pela Lei Nº 11.718, de 20/06/2008) e seus filhos menores,

```

* cônjuges e outros, conforme previsto na lei.

* Gerando e atribuindo pesos aos indicadores das famílias da

* Amostra na dimensão TER TRABALHO DIGNO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

gen T1 = 0

gen T2 = 0

gen T3 = 0

gen T4 = 0

replace T1 = pesoT1 if T1_pes == idade_ativa

replace T2 = pesoT2 if T2_pes > 0

replace T3 = pesoT3 if T3_pes > 0

replace T4 = pesoT4 if T4_pes > 0

* CRIAÇÃO E CÁLCULO DE INDICADORES DE FAMÍLIAS DA DIMENSÃO TER

* PADRÃO DE VIDA DIGNO

* Definições:

* Componente: saneamento básico

* P1: família vivendo em domicílio não ligado à rede de esgoto

*(ou de água pluviais) e não possui fossa séptica ou que não tenha

* banheiro privativo.

* P2: família vivendo em domicílio não ligado à rede geral de

* água ou a poço ou nascente ou que não tenha água canalizada em

* pelo menos 1 cômodo.

* P3: família vivendo em domicílio não provido por coleta de

* lixo regular.

* Componente: energia elétrica (energelet)

* P4: família vivendo em domicílio não ligado à rede de

* energia elétrica.

* Componente: condições de ocupação e qualidade do domicílio

*(condocup_qualdom)

* P5: família sem a posse da moradia/terreno, exceto quando

* houver financiamento habitacional vigente.

* P6: família vivendo em domicílio com densidade de moradores

* por dormitório superior a 2.

* Componente: disponibilidade de bens duráveis (bensdur)

* P7: família vivendo em domicílio que não possui pelo menos três

* dos seguintes itens: rádio, televisor, máquina de lavar roupa,

* geladeira/freezer e telefone (fixo ou celular).

* Obs.: embora existam outros eletrodomésticos nos censos, eles não

* são comuns aos três anos censitários analisados, razão pela qual

* foram escolhidos apenas esses.

* P8: família vivendo em domicílio que não tem automóvel para

* uso particular

* Gerando e atribuindo pesos aos indicadores das famílias da

* Amostra na dimensão TER PADRÃO DE VIDA DIGNO

```

gen P1 = 0
gen P2 = 0
gen P3 = 0
gen P4 = 0
gen P5 = 0
gen P6 = 0
gen P7 = 0
gen P8 = 0
replace P1 = pesoP1 if P1_pes > 0
replace P2 = pesoP2 if P2_pes > 0
replace P3 = pesoP3 if P3_pes > 0
replace P4 = pesoP4 if P4_pes > 0
replace P5 = pesoP5 if P5_pes > 0
replace P6 = pesoP6 if P6_pes > 0
replace P7 = pesoP7 if P7_pes > 0
replace P8 = pesoP8 if P8_pes > 0
*****
*****
* CÁLCULO DAS PRIVAÇÕES DAS FAMÍLIAS NOS COMPONENTES
* E NAS DIMENSÕES (AMOSTRA)
*****
* Dimensão TER CONHECIMENTO
gen privfam_analf = .
gen privfam_esc_qualprof = .
gen privfam_acesconh = .
replace privfam_analf = C1 + C2
replace privfam_esc_qualprof = C3 + C4
replace privfam_acesconh = privfam_analf + privfam_esc_qualprof
*****
* Dimensão TER SAÚDE
gen privfam_saundefam = .
gen privfam_saude = .
replace privfam_saundefam = S1 + S2
replace privfam_saude = privfam_saundefam
*****
* Dimensão TER TRABALHO DIGNO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
gen privfam_emprego = T1 + T2
gen privfam_trabinf = T3
gen privfam_segsocial = T4
gen privfam_trabsegsocial = .
replace privfam_trabsegsocial = privfam_emprego + privfam_trabinf + ///
privfam_segsocial
*****
* Dimensão TER PADRÃO DE VIDA DIGNO
gen privfam_sanbas = .
gen privfam_energelet = .
gen privfam_condocup_qualdom = .
gen privfam_bens_dur = .
gen privfam_padraovida = .

```

```

replace privfam_sanbas = P1 + P2 + P3
replace privfam_energelet = P4
replace privfam_condocup_qualdom = P5 + P6
replace privfam_bens_dur = P7 + P8
replace privfam_padraovida = privfam_sanbas + privfam_energelet + ///
privfam_condocup_qualdom + privfam_bens_dur
*****
* Calculando a privação ponderada de cada família da AMOSTRA
* (totprivfam corresponde à variável c = soma de cada privação
* multiplicada pelo seu peso, na metodologia do IPM do PNUD
gen totprivfam = privfam_acesconh + privfam_saude + privfam_trabsegsocial ///
+ privfam_padraovida
*****
* Classificando as famílias da AMOSTRA em pobres, não pobres e vulneráveis
* OBS.: família multidimensionalmente pobre é aquela cuja soma dos
* indicadores é superior ao valor de 1/3 da quantidade de indicadores.
* Família multidimensionalmente vulnerável é aquela cuja soma dos indicadores é
* superior a 1/5 e inferior ou igual a 1/3 da quantidade de indicadores
gen fampobre = .
gen nfampobre = .
replace fampobre = fator_exp_am if totprivfam > (qde_indic)/3
replace fampobre = 0 if totprivfam <= (qde_indic)/3
replace nfampobre = fator_exp_am if totprivfam <= (qde_indic)/3
replace nfampobre = 0 if totprivfam > (qde_indic)/3
gen famvuln = fator_exp_am if totprivfam > (qde_indic)/5 & totprivfam <= (qde_indic)/3
gen totalfam = fampobre + nfampobre
*****
* Calculando o número de pessoas de cada família do UNIVERSO enquadrada
* como pobre, não pobre e vulnerável (corresponde à variável q na
* metodologia do PNUD).
* OBS.: se a família é pobre, todos os seus membros também são pobres.
gen pespobre = fampobre * nrpesfam
* pespobre corresponde à variável q = número de pessoas pobres,
* na metodologia do PNUD).
gen nrespobre = nfampobre * nrpesfam
gen pesvuln = famvuln * nrpesfam
gen totalpes = pespobre + nrespobre
* totalpes corresponde à variável n = população total,
* na metodologia do PNUD).
*****
* Gerando variáveis por família para calcular a intensidade
* (amplitude) da pobreza (corresponde a A, na metodologia do IPM do PNUD).
* Obs.: este indicador por família será agregado por município para
* calcular a intensidade da pobreza:
* A = soma(privpondpesfam) / [soma(nrpesfam) * nr. indicadores]
gen privpondpesfam = 0
replace privpondpesfam = totprivfam * nrpesfam * fator_exp_am if fampobre > 0
*****
* Salvando as novas variáveis no banco de dados das famílias

```

```

save bd_familias_ censoXXXX, replace
*****

*////////////////////////////////////
* ROTINA 9
* AGREGAÇÃO DE DADOS DAS FAMÍLIAS POR REGIÕES DE
* INTERESSE - UNIVERSO
*////////////////////////////////////
*****

*****
* Cálculo dos indicadores de pobreza dos municípios
*****
* Acessando base de dados das famílias
* cd "C:\...\banco_de_dados\censoXXXX"
use bd_familias_ censoXXXX, clear

* Agregando dados de privações e pobreza das pessoas e famílias
collapse (sum) privpondpesfam pespobre nrespobre pesvuln ///
totalpes famvuln fampobre nfampobre totalfam, by(municipio)
*****
gen qde_indic = 18
* Cálculo da proporção de pessoas multidimensionalmente pobres da população
*(corresponde ao valor de H na metodologia do IPM do PNUD):
* Obs:  $H = q/n$ ; onde q = número de pessoas pobres multidimensionalmente
* e n = população total
gen prop_pobres = pespobre/totalpes
* Cálculo da intensidade (amplitude) da pobreza (representado por
* A na metodologia do IPM do PNUD)
gen intens_pobreza = privpondpesfam/(pespobre * qde_indic)
* Cálculo da Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) (é igual
* ao produto de H.A, na metodologia do IPM do PNUD).
gen ipm = prop_pobres * intens_pobreza
drop qde_indic privpondpesfam
*****
* Salvando informações no banco de dados
save bd_indic_munic_censoXXXX, replace

*****
* Cálculo dos indicadores de pobreza dos municípios por situação de domicílio
*****
* Acessando base de dados das famílias
* cd "C:\...\banco_de_dados\censoXXXX"
use bd_familias_ censoXXXX, clear

* Agregando dados de privações e pobreza das pessoas e famílias
collapse (sum) privpondpesfam pespobre nrespobre pesvuln ///
totalpes famvuln fampobre nfampobre totalfam, by(municipio sitdom)
*****

```

```

gen qde_indic = 18
* Cálculo da proporção de pessoas multidimensionalmente pobres da população
*(corresponde ao valor de H na metodologia do IPM do PNUD):
* Obs:  $H = q/n$ ; onde q = número de pessoas pobres multidimensionalmente
* e n = população total
gen prop_pobres = pespobre/totalpes
* Cálculo da intensidade (amplitude) da pobreza (representado por
* A na metodologia do IPM do PNUD)
gen intens_pobreza = privpondpesfam/(pespobre * qde_indic)
* Cálculo da Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) (é igual
* ao produto de H.A, na metodologia do IPM do PNUD).
gen ipm = prop_pobres * intens_pobreza
drop qde_indic privpondpesfam
*****
* Salvando informações no banco de dados
save bd_indic_munic_sitdom_censoXXXX, replace

*****
* * Cálculo dos indicadores de pobreza do Estado do Ceará
*****
* Acessando base de dados das famílias
* cd "C:\...\banco_de_dados\censoXXXX"
use bd_familias_censoXXXX, clear

* Agregando dados de privações e pobreza das pessoas e famílias
collapse (sum) privpondpesfam pespobre nrespobre pesvuln ///
totalpes famvuln fampobre nfampobre totalfam, by(uf)
*****
gen qde_indic = 18
* Cálculo da proporção de pessoas multidimensionalmente pobres da população
*(corresponde ao valor de H na metodologia do IPM do PNUD):
* Obs:  $H = q/n$ ; onde q = número de pessoas pobres multidimensionalmente
* e n = população total
gen prop_pobres = pespobre/totalpes
* Cálculo da intensidade (amplitude) da pobreza (representado por
* A na metodologia do IPM do PNUD)
gen intens_pobreza = privpondpesfam/(pespobre * qde_indic)
* Cálculo da Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) (é igual
* ao produto de H.A, na metodologia do IPM do PNUD).
gen ipm = prop_pobres * intens_pobreza
drop qde_indic privpondpesfam
*****
* Salvando informações no banco de dados
save bd_indic_uf_censoXXXX, replace

*****
* * Cálculo dos indicadores de pobreza do Estado por situação de domicílio
*****
* Acessando base de dados das famílias

```

```
* cd "C:\...\banco_de_dados\censoXXXX"
use bd_familias_censoXXXX, clear

* Agregando dados de privações e pobreza das pessoas e famílias
collapse (sum) privpondpesfam pespobre nrespobre pesvuln ///
totalpes famvuln fampobre nfampobre totalfam, by(uf sitdom)
*****

gen qde_indic = 18
* Cálculo da proporção de pessoas multidimensionalmente pobres da população
*(corresponde ao valor de H na metodologia do IPM do PNUD):
* Obs:  $H = q/n$ ; onde  $q$  = número de pessoas pobres multidimensionalmente
* e  $n$  = população total
gen prop_pobres = pespobre/totalpes
* Cálculo da intensidade (amplitude) da pobreza (representado por
* A na metodologia do IPM do PNUD)
gen intens_pobreza = privpondpesfam/(pespobre * qde_indic)
* Cálculo da Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) (é igual
* ao produto de H.A, na metodologia do IPM do PNUD).
gen ipm = prop_pobres * intens_pobreza
drop qde_indic privpondpesfam
*****

* Salvando informações no banco de dados
save bd_indic_uf_sitdom_censoXXXX, replace
```

APÊNDICE B – PROGRAMA PARA CÁLCULO DO INDICADOR DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ

```

*////////////////////////////////////
* Este programa tem por objetivo a obtenção do indicador de infraestrutura escolar dos
* municípios do Ceará a partir dos microdados dos Censos Escolares de 1997, 2003 e 2013,
* que foram utilizados na tese como proxy dos anos de 1991, 2000 e 2010.
* Elaborado por: Francisco Diniz Bezerra - Doutorando PRODEMA/UFC
* Data: junho/2015
* Base de dados: microdados dos Censos Escolares de 1997, 2003 e 2013
* Software Stata Versão 12
*////////////////////////////////////

*////////////////////////////////////
*****
* ROTINA 1
* INFRAESTRUTURA ESCOLAR DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ - 1997
* (PROXY PARA 1991)
*****
* Leitura dos microdados a partir do arquivo .txt original
cd "C:\Users\FDiniz\Documents\Programa_IPM\Inep\Censo_Escolar_1997"
clear
infix MASCARA 1-8 ANO 9-16 str SIGLA 79-80 str MUNIC 81-130 ///
str CODFUNC 151-161 str AGUA_INE 359-359 ///
str ESG_INEX 362-362 str ENER_INE 344-344 str SANI_DEN 236-236 ///
str SANI_FOR 237-237 str SANI_PRE 238-238 str SANI_ESP 239-239 ///
str PRED_ESC 184-184 str BIBLIO 225-225 str DIRETORI 223-223 ///
str LAB_CIEN 226-226 str LAB_INFO 227-227 str COZINHA 228-228 ///
str QUADRA 232-232 COMPPEN 246-253 PC486386 254-261 COMPOUTR 262-269 ///
VPE221 619-626 VPE225 627-634 VPE226 635-642 VEF221 1059-1066 ///
VEF222 1067-1074 VEF223 1075-1082 VEF224 1083-1090 VEF225 1091-1098 ///
VEF226 1099-1106 VEF227 1107-1114 VEF228 1115-1122 VEM221 1843-1850 ///
VEM222 1851-1858 VEM223 1859-1866 VEM224 1867-1874 VEM225 1875-1882 ///
VES711 2443-2450 VES712 2451-2458 VES713 2459-2466 VES714 2467-2474 ///
VES715 2475-2482 VES911 2507-2514 VES912 2515-2522 VES913 2523-2530 ///
using DADOS_CENSOESC_1997.txt
*****
* Seleção de dados do Estado do Ceará e escolas em funcionamento
keep if SIGLA == "CE"
keep if CODFUNC == "Ativo"
*****
* Transformando missing em zero (programa não aceita somar missing)
replace VPE221 = 0 if VPE221 == .
replace VPE225 = 0 if VPE225 == .
replace VPE226 = 0 if VPE226 == .
replace VEF221 = 0 if VEF221 == .
replace VEF222 = 0 if VEF222 == .
replace VEF223 = 0 if VEF223 == .

```

```

replace VEF224 = 0 if VEF224 == .
replace VEF225 = 0 if VEF225 == .
replace VEF226 = 0 if VEF226 == .
replace VEF227 = 0 if VEF227 == .
replace VEF228 = 0 if VEF228 == .
replace VEM221 = 0 if VEM221 == .
replace VEM222 = 0 if VEM222 == .
replace VEM223 = 0 if VEM223 == .
replace VEM224 = 0 if VEM224 == .
replace VEM225 = 0 if VEM225 == .
replace VES711 = 0 if VES711 == .
replace VES712 = 0 if VES712 == .
replace VES713 = 0 if VES713 == .
replace VES714 = 0 if VES714 == .
replace VES715 = 0 if VES715 == .
replace VES911 = 0 if VES911 == .
replace VES912 = 0 if VES912 == .
replace VES913 = 0 if VES913 == .

```

* Adequando variáveis para o cálculo do indicador de infraestrutura

```

gen TEM_AGUA = .
replace TEM_AGUA = 1 if AGUA_INE == "n"
replace TEM_AGUA = 0 if AGUA_INE == "s"
gen TEM_ESGOTO = .
replace TEM_ESGOTO = 1 if ESG_INEX == "n"
replace TEM_ESGOTO = 0 if ESG_INEX == "s"
gen TEM_ENERGIA_ELET = .
replace TEM_ENERGIA_ELET = 1 if ENER_INE == "n"
replace TEM_ENERGIA_ELET = 0 if ENER_INE == "s"
gen TEM_SANITARIO = .
replace TEM_SANITARIO = 1 if SANI_DEN == "s" | SANI_FOR == "s" | ///
SANI_PRE == "s" | SANI_ESP == "s"
replace TEM_SANITARIO = 0 if SANI_DEN == "n" & SANI_FOR == "n" & ///
SANI_PRE == "n" & SANI_ESP == "n"
gen TEM_PRED_ESC = .
replace TEM_PRED_ESC = 1 if PRED_ESC == "s"
replace TEM_PRED_ESC = 0 if PRED_ESC == "n"
gen TEM_BIBL_SALA_LEIT = .
replace TEM_BIBL_SALA_LEIT = 1 if BIBLIO == "s"
replace TEM_BIBL_SALA_LEIT = 0 if BIBLIO == "n"
gen TEM_DIRETORIA = .
replace TEM_DIRETORIA = 1 if DIRETORI == "s"
replace TEM_DIRETORIA = 0 if DIRETORI == "n"
gen TEM_LAB_CIEN = .
replace TEM_LAB_CIEN = 1 if LAB_CIEN == "s"
replace TEM_LAB_CIEN = 0 if LAB_CIEN == "n"
gen TEM_LAB_INFO = .
replace TEM_LAB_INFO = 1 if LAB_INFO == "s"
replace TEM_LAB_INFO = 0 if LAB_INFO == "n"

```

```

gen TEM_COZINHA = .
replace TEM_COZINHA = 1 if COZINHA == "s"
replace TEM_COZINHA = 0 if COZINHA == "n"
gen TEM_QUADRA = .
replace TEM_QUADRA = 1 if QUADRA == "s"
replace TEM_QUADRA = 0 if QUADRA == "n"
gen TEM_COMPUTADOR = .
replace TEM_COMPUTADOR = 1 if COMPPEN + PC486386 + COMPOUTR > 0
replace TEM_COMPUTADOR = 0 if COMPPEN + PC486386 + COMPOUTR == 0
gen ACESSO_INTERNET = 0
*****
* Cálculo do indicador de infraestrutura das escolas (cada item = 1 ponto)
gen infra_servbas_esc = .
replace infra_servbas_esc = TEM_AGUA + TEM_ESGOTO + ///
TEM_ENERGIA_ELET + TEM_SANITARIO
gen infra_escola = .
replace infra_escola = TEM_PRED_ESC + TEM_BIBL_SALA_LEIT + ///
TEM_DIRETORIA + TEM_LAB_CIEN + TEM_LAB_INFO + TEM_COZINHA + ///
TEM_QUADRA + TEM_COMPUTADOR + ACESSO_INTERNET
gen total_infra_escola = .
replace total_infra_escola = infra_servbas_esc + infra_escola
*****
* Obtendo totais de alunos em cada série da escola
gen total_alu_escola = .
replace total_alu_escola = VPE221 + VPE225 + VPE226 + VEF221 + ///
VEF222 + VEF223 + VEF224 + VEF225 + VEF226 + VEF227 + VEF228 + ///
VEM221 + VEM222 + VEM223 + VEM224 + VEM225 + VES711 + VES712 + ///
VES713 + VES714 + VES715 + VES911 + VES912 + VES913
*****
* Obtendo de número auxiliar para ponderação
gen auxiliar_infra = total_alu_escola * total_infra_escola
*****
* Salvando arquivo de trabalho
save censo_escolar_1997_ceara, replace
*****
* Agregando dados das escolas por município
collapse (sum) total_alu_escola auxiliar_infra, by(MUNIC)
*****
* Cálculo do indicador de infra-estrutura escolar municipal
gen infra_esc_mun = auxiliar_infra / total_alu_escola
drop total_alu_escola auxiliar_infra
*****
* Salvando arquivo de dados dos município
save infra_escolas_1997_mun, replace
*****
*////////////////////
*////////////////////
*****

```

```

* ROTINA 2
* INFRAESTRUTURA ESCOLAR DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ - 2003
* (PROXY PARA 2000)
*****
* Leitura dos microdados a partir do arquivo .txt original
cd "C:\Users\FDiniz\Documents\Programa_IPM\Inep\Censo_Escolar_2003"
clear
infix MASCARA 1-8 ANO 9-13 str CODMUNIC 14-25 str UF 26-75 ///
str SIGLA 76-77 str MUNIC 78-127 str CODFUNC 148-158 ///
str PRED_ESC 188-188 str DIRETORI 203-203 str BIBLIOTE 206-206 ///
str SALA_LEI 209-209 str COZINHA 210-210 str LAB_INFO 215-215 ///
str LAB_CIEN 216-216 str QUAD_DES 221-221 str QUAD_COB 222-222 ///
str SANI_FOR 224-224 str SANI_DEN 225-225 str SANI_PRE 226-226 ///
str SANI_ESP 227-227 COMPPENT 328-334 PC486386 335-341 ///
COMPOUTR 342-348 str INTERNET 357-357 str ENER_INE 367-367 ///
str AGUA_INE 382-382 str ESG_INEX 385-385 ///
DPE119 1313-1319 DPE11D 1327-1333 NPE119 1341-1347 ///
NPE11D 1355-1361 DCA114 1579-1585 NCA114 1593-1599 ///
DEM118 5772-5778 DEM119 5779-5785 DEM11A 5786-5792 ///
DEM11B 5793-5799 DEM11C 5800-5806 NEM118 5842-5848 ///
NEM119 5849-5855 NEM11A 5856-5862 NEM11B 5863-5869 ///
NEM11C 5870-5876 DCN118 7508-7514 DCN119 7515-7521 ///
DCN11A 7522-7528 DCN11B 7529-7535 DCN11C 7536-7542 ///
NCN118 7578-7584 NCN119 7585-7591 NCN11A 7592-7598 ///
NCN11B 7599-7605 NCN11C 7606-7612 DES1017 11302-11308 ///
DES1018 11309-11315 DES1019 11316-11322 DES101A 11323-11329 ///
NES1017 11330-11336 NES1018 11337-11343 NES1019 11344-11350 ///
NES101A 11351-11357 DEF11C 1808-1814 DEF11D 1815-1821 ///
DEF11E 1822-1828 DEF11F 1829-1835 DEF11G 1836-1842 ///
DEF11H 1843-1849 DEF11I 1850-1856 DEF11J 1857-1863 ///
NEF11C 1934-1940 NEF11D 1941-1947 NEF11E 1948-1954 ///
NEF11F 1955-1961 NEF11G 1962-1968 NEF11H 1969-1975 ///
NEF11I 1976-1982 NEF11J 1983-1989 using DADOS_CENSOESC_2003.txt
*****
* Seleção de dados do Estado do Ceará e escolas em funcionamento
keep if SIGLA == "CE"
keep if CODFUNC == "Ativo"
*****
* Transformando missing em zero (programa não aceita somar missing)
replace DPE119 = 0 if DPE119 == .
replace DPE11D = 0 if DPE11D == .
replace NPE119 = 0 if NPE119 == .
replace NPE11D = 0 if NPE11D == .
replace DCA114 = 0 if DCA114 == .
replace NCA114 = 0 if NCA114 == .
replace DEF11C = 0 if DEF11C == .
replace DEF11D = 0 if DEF11D == .
replace DEF11E = 0 if DEF11E == .
replace DEF11F = 0 if DEF11F == .

```

```

replace DEF11G = 0 if DEF11G == .
replace DEF11H = 0 if DEF11H == .
replace DEF11I = 0 if DEF11I == .
replace DEF11J = 0 if DEF11J == .
replace NEF11C = 0 if NEF11C == .
replace NEF11D = 0 if NEF11D == .
replace NEF11E = 0 if NEF11E == .
replace NEF11F = 0 if NEF11F == .
replace NEF11G = 0 if NEF11G == .
replace NEF11H = 0 if NEF11H == .
replace NEF11I = 0 if NEF11I == .
replace NEF11J = 0 if NEF11J == .
replace DEM118 = 0 if DEM118 == .
replace DEM119 = 0 if DEM119 == .
replace DEM11A = 0 if DEM11A == .
replace DEM11B = 0 if DEM11B == .
replace DEM11C = 0 if DEM11C == .
replace NEM118 = 0 if NEM118 == .
replace NEM119 = 0 if NEM119 == .
replace NEM11A = 0 if NEM11A == .
replace NEM11B = 0 if NEM11B == .
replace NEM11C = 0 if NEM11C == .
replace DCN118 = 0 if DCN118 == .
replace DCN119 = 0 if DCN119 == .
replace DCN11A = 0 if DCN11A == .
replace DCN11B = 0 if DCN11B == .
replace DCN11C = 0 if DCN11C == .
replace NCN118 = 0 if NCN118 == .
replace NCN119 = 0 if NCN119 == .
replace NCN11A = 0 if NCN11A == .
replace NCN11B = 0 if NCN11B == .
replace NCN11C = 0 if NCN11C == .
replace DES1017 = 0 if DES1017 == .
replace DES1018 = 0 if DES1018 == .
replace DES1019 = 0 if DES1019 == .
replace DES101A = 0 if DES101A == .
replace NES1017 = 0 if NES1017 == .
replace NES1018 = 0 if NES1018 == .
replace NES1019 = 0 if NES1019 == .
replace NES101A = 0 if NES101A == .
*****

```

* Adequando variáveis para o cálculo do indicador de infraestrutura

```

gen TEM_AGUA = .
replace TEM_AGUA = 1 if AGUA_INE == "n"
replace TEM_AGUA = 0 if AGUA_INE == "s"
gen TEM_ESGOTO = .
replace TEM_ESGOTO = 1 if ESG_INEX == "n"
replace TEM_ESGOTO = 0 if ESG_INEX == "s"
gen TEM_ENERGIA_ELET = .

```

```

replace TEM_ENERGIA_ELET = 1 if ENER_INE == "n"
replace TEM_ENERGIA_ELET = 0 if ENER_INE == "s"
gen TEM_SANITARIO = .
replace TEM_SANITARIO = 1 if SANI_DEN == "s" | SANI_FOR == "s" | ///
SANI_PRE == "s" | SANI_ESP == "s"
replace TEM_SANITARIO = 0 if SANI_DEN == "n" & SANI_FOR == "n" & ///
SANI_PRE == "n" & SANI_ESP == "n"
gen TEM_PRED_ESC = .
replace TEM_PRED_ESC = 1 if PRED_ESC == "s"
replace TEM_PRED_ESC = 0 if PRED_ESC == "n"
gen TEM_BIBL_SALA_LEIT = .
replace TEM_BIBL_SALA_LEIT = 1 if BIBLIOTE == "s" | SALA_LEI == "s"
replace TEM_BIBL_SALA_LEIT = 0 if BIBLIOTE == "n" & SALA_LEI == "n"
gen TEM_DIRETORIA = .
replace TEM_DIRETORIA = 1 if DIRETORI == "s"
replace TEM_DIRETORIA = 0 if DIRETORI == "n"
gen TEM_LAB_CIEN = .
replace TEM_LAB_CIEN = 1 if LAB_CIEN == "s"
replace TEM_LAB_CIEN = 0 if LAB_CIEN == "n"
gen TEM_LAB_INFO = .
replace TEM_LAB_INFO = 1 if LAB_INFO == "s"
replace TEM_LAB_INFO = 0 if LAB_INFO == "n"
gen TEM_COZINHA = .
replace TEM_COZINHA = 1 if COZINHA == "s"
replace TEM_COZINHA = 0 if COZINHA == "n"
gen TEM_QUADRA = .
replace TEM_QUADRA = 1 if QUAD_DES == "s" | QUAD_COB == "s"
replace TEM_QUADRA = 0 if QUAD_DES == "n" & QUAD_COB == "n"
gen TEM_COMPUTADOR = .
replace COMPPEN = 0 if COMPPEN == .
replace PC486386 = 0 if PC486386 == .
replace COMPOUTR = 0 if COMPOUTR == .
replace TEM_COMPUTADOR = 1 if COMPPEN + PC486386 + COMPOUTR > 0
replace TEM_COMPUTADOR = 0 if COMPPEN + PC486386 + COMPOUTR == 0
gen ACESSO_INTERNET = 0
replace ACESSO_INTERNET = 1 if INTERNET == "s"
*****
* Cálculo do indicador de infraestrutura das escolas
* (cada item = 1 ponto)
gen infra_servbas_esc = .
replace infra_servbas_esc = TEM_AGUA + TEM_ESGOTO + ///
TEM_ENERGIA_ELET + TEM_SANITARIO
gen infra_escola = .
replace infra_escola = TEM_PRED_ESC + TEM_BIBL_SALA_LEIT + ///
TEM_DIRETORIA + TEM_LAB_CIEN + TEM_LAB_INFO + TEM_COZINHA + ///
TEM_QUADRA + TEM_COMPUTADOR + ACESSO_INTERNET
gen total_infra_escola = .
replace total_infra_escola = infra_servbas_esc + infra_escola
*****

```

```

* Obtendo totais de alunos em cada série da escola
gen total_alu_escola = DPE119 + DPE11D + NPE119 + NPE11D + ///
DCA114 + NCA114 + DEF11C + DEF11D + DEF11E + DEF11F + DEF11G + ///
DEF11H + DEF11I + DEF11J + NEF11C + NEF11D + NEF11E + NEF11F + ///
NEF11G + NEF11H + NEF11I + NEF11J + DEM118 + DEM119 + DEM11A + ///
DEM11B + DEM11C + NEM118 + NEM119 + NEM11A + NEM11B + NEM11C + ///
DCN118 + DCN119 + DCN11A + DCN11B + DCN11C + NCN118 + NCN119 + ///
NCN11A + NCN11B + NCN11C + DES1017 + DES1018 + DES1019 + ///
DES101A + NES1017 + NES1018 + NES1019 + NES101A
*****

* Obtendo de número auxiliar para ponderação
gen auxiliar_infra = total_alu_escola * total_infra_escola
*****

* Salvando arquivo de trabalho
save censo_escolar_2003_ceara, replace
*****

* Agregando dados das escolas por município
collapse (sum) total_alu_escola auxiliar_infra, by(MUNIC)
*****

* Cálculo do indicador de infra-estrutura escolar municipal
gen infra_esc_mun = auxiliar_infra / total_alu_escola
drop total_alu_escola auxiliar_infra
*****

* Salvando arquivo de dados dos município
save infra_escolas_2003_mun, replace
*****
*////////////////////
*////////////////////
*****

* ROTINA 3
* INFRAESTRUTURA ESCOLAR DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ - 2013
* (PROXY PARA 2010)
*****

* Leitura dos microdados a partir do arquivo txt original
* Nota: o Censo Escolar de 2013 disponibiliza "inputs" para
* leitura no SPSS dos microdados em formato .txt dos arquivos:
* ESCOLAS, TURMAS, MATRÍCULAS E DOCENTES.
* Os arquivos no formato .sav (SPSS) foram transformados para
* o formato .dta (Stata) por meio do software Stat/Transfer.
*****

* Acessando arquivo com dados das escolas
cd "C:\Users\FDiniz\Documents\Programa_IPM\Inep\Censo_Escolar_2013"
clear
use TS_ESCOLA_CENSO_ESCOLAR_2013
*****

* Seleção de dados do Estado do Ceará e escolas em funcionamento
keep if sigla == "CE"
destring DESC_SITUACAO_FUNCIONAMENTO, replace

```

```

keep if DESC_SITUACAO_FUNCIONAMENTO == 1
*****
* Adequando variáveis para o cálculo do indicador de infraestrutura
gen TEM_AGUA = .
destring ID_AGUA_INEXISTENTE, replace
replace TEM_AGUA = 1 if ID_AGUA_INEXISTENTE == 0
replace TEM_AGUA = 0 if ID_AGUA_INEXISTENTE == 1
gen TEM_ESGOTO = .
destring ID_ESGOTO_INEXISTENTE, replace
replace TEM_ESGOTO = 1 if ID_ESGOTO_INEXISTENTE == 0
replace TEM_ESGOTO = 0 if ID_ESGOTO_INEXISTENTE == 1
gen TEM_ENERGIA_ELET = .
destring ID_ENERGIA_INEXISTENTE, replace
replace TEM_ENERGIA_ELET = 1 if ID_ENERGIA_INEXISTENTE == 0
replace TEM_ENERGIA_ELET = 0 if ID_ENERGIA_INEXISTENTE == 1
gen TEM_SANITARIO = .
destring ID_SANITARIO_DENTRO_PREDIO ID_SANITARIO_FORA_PREDIO ///
ID_SANITARIO_EI ID_SANITARIO_PNE, replace
replace TEM_SANITARIO = 1 if ID_SANITARIO_DENTRO_PREDIO == 1 || ///
ID_SANITARIO_FORA_PREDIO == 1 | ID_SANITARIO_EI == 1 || ///
ID_SANITARIO_PNE == 1
replace TEM_SANITARIO = 0 if ID_SANITARIO_DENTRO_PREDIO == 0 & ///
ID_SANITARIO_FORA_PREDIO == 0 & ID_SANITARIO_EI == 0 & ///
ID_SANITARIO_PNE == 0
gen TEM_PRED_ESC = .
destring ID_LOCAL_FUNC_PREDIO_ESCOLAR, replace
replace TEM_PRED_ESC = 1 if ID_LOCAL_FUNC_PREDIO_ESCOLAR == 1
replace TEM_PRED_ESC = 0 if ID_LOCAL_FUNC_PREDIO_ESCOLAR == 0
gen TEM_BIBL_SALA_LEIT = .
destring ID_BIBLIOTECA ID_SALA_LEITURA, replace
replace TEM_BIBL_SALA_LEIT = 1 if ID_BIBLIOTECA == 1 || ///
ID_SALA_LEITURA == 1
replace TEM_BIBL_SALA_LEIT = 0 if ID_BIBLIOTECA == 0 & ///
ID_SALA_LEITURA == 0
gen TEM_DIRETORIA = .
destring ID_SALA_DIRETORIA, replace
replace TEM_DIRETORIA = 1 if ID_SALA_DIRETORIA == 1
replace TEM_DIRETORIA = 0 if ID_SALA_DIRETORIA == 0
gen TEM_LAB_CIEN = .
destring ID_LABORATORIO_CIENCIAS, replace
replace TEM_LAB_CIEN = 1 if ID_LABORATORIO_CIENCIAS == 1
replace TEM_LAB_CIEN = 0 if ID_LABORATORIO_CIENCIAS == 0
gen TEM_LAB_INFO = .
destring ID_LABORATORIO_INFORMATICA, replace
replace TEM_LAB_INFO = 1 if ID_LABORATORIO_INFORMATICA == 1
replace TEM_LAB_INFO = 0 if ID_LABORATORIO_INFORMATICA == 0
gen TEM_COZINHA = .
destring ID_COZINHA, replace
replace TEM_COZINHA = 1 if ID_COZINHA == 1

```

```

replace TEM_COZINHA = 0 if ID_COZINHA == 0
gen TEM_QUADRA = .
destring ID_QUADRA_ESPORTES_DESCOBERTA ///
ID_QUADRA_ESPORTES_COBERTA, replace
replace TEM_QUADRA = 1 if ID_QUADRA_ESPORTES_DESCOBERTA == 1 | ///
ID_QUADRA_ESPORTES_COBERTA == 1
replace TEM_QUADRA = 0 if ID_QUADRA_ESPORTES_DESCOBERTA == 0 & ///
ID_QUADRA_ESPORTES_COBERTA == 0
gen TEM_COMPUTADOR = .
replace TEM_COMPUTADOR = 1 if NUM_COMPUTADORES > 0
replace TEM_COMPUTADOR = 0 if NUM_COMPUTADORES == 0
gen ACESSO_INTERNET = 0
destring ID_INTERNET, replace
replace ACESSO_INTERNET = 1 if ID_INTERNET == 1
replace ACESSO_INTERNET = 0 if ID_INTERNET == 0
*****
* Cálculo do indicador de infraestrutura das escolas
* (cada item = 1 ponto)
gen infra_servbas_esc = .
replace infra_servbas_esc = TEM_AGUA + TEM_ESGOTO + ///
TEM_ENERGIA_ELET + TEM_SANITARIO
gen infra_escola = .
replace infra_escola = TEM_PRED_ESC + TEM_BIBL_SALA_LEIT + ///
TEM_DIRETORIA + TEM_LAB_CIEN + TEM_LAB_INFO + TEM_COZINHA + ///
TEM_QUADRA + TEM_COMPUTADOR + ACESSO_INTERNET
gen total_infra_escola = .
replace total_infra_escola = infra_servbas_esc + infra_escola
*****
* Salvando arquivo de trabalho
save censo_escolar_2013_ceara, replace
*****
* Acessando arquivo de matrículas
clear
use TS_MATRICULA_CE_CENSO_ESCOLAR_2013
*****
* Contando número de alunos por escola
destring ID_DEPENDENCIA_ADM_ESC, replace
collapse (count) total_alu_escola = FK_COD_ALUNO, by(PK_COD_ENTIDADE)
*****
* Juntando a variável "total_alunos_escola" ao arquivo de trabalho
* "censo_escolar_2013_ceara"
merge 1:1 PK_COD_ENTIDADE using censo_escolar_2013_ceara
drop _merge
*****
* Cálculo do indicador de infraestrutura escolar ponderado do município
gen auxiliar_infra = total_alu_escola * total_infra_escola
*****
* Salvando arquivo de trabalho
save censo_escolar_2013_ceara, replace

```

```
*****  
* Agregando dados das escolas por município  
collapse (sum) total_alu_escola auxiliar_infra, by(FK_COD_MUNICIPIO)  
*****  
* Cálculo do indicador de infra-estrutura escolar municipal  
gen infra_esc_mun = auxiliar_infra / total_alu_escola  
drop total_alu_escola auxiliar_infra  
*****  
* Salvando arquivo de dados dos município  
save infra_escolas_2013_mun, replace  
*****  
*////////////////////////////////////
```

APÊNDICE C – INDICADORES DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ – 1991, 2000 E 2010

Código IBGE	Município	1991			2000			2010		
		Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM
2300101	Abaiara	0,825	0,471	0,388	0,524	0,444	0,233	0,302	0,422	0,127
2300150	Acarape	0,690	0,455	0,314	0,512	0,434	0,222	0,283	0,407	0,115
2300200	Acaraú	0,862	0,473	0,407	0,698	0,448	0,313	0,417	0,420	0,175
2300309	Acopiara	0,831	0,477	0,396	0,641	0,447	0,286	0,357	0,413	0,147
2300408	Aiuaba	0,885	0,473	0,419	0,761	0,449	0,341	0,444	0,425	0,189
2300507	Alcântaras	0,892	0,477	0,425	0,597	0,447	0,267	0,323	0,423	0,137
2300606	Altaneira	0,771	0,460	0,355	0,539	0,422	0,227	0,327	0,411	0,134
2300705	Alto Santo	0,812	0,487	0,395	0,631	0,442	0,278	0,349	0,424	0,148
2300754	Amontada	0,908	0,465	0,422	0,730	0,462	0,337	0,375	0,421	0,158
2300804	Antonina do Norte	0,712	0,462	0,329	0,608	0,456	0,277	0,344	0,411	0,141
2300903	Apuiarés	0,875	0,468	0,410	0,596	0,438	0,261	0,319	0,414	0,132
2301000	Aquiraz	0,767	0,473	0,362	0,543	0,434	0,235	0,275	0,412	0,113
2301109	Aracati	0,662	0,452	0,299	0,491	0,435	0,213	0,243	0,409	0,100
2301208	Aracoiaba	0,754	0,454	0,342	0,566	0,428	0,242	0,329	0,412	0,135
2301257	Ararendá				0,590	0,431	0,255	0,370	0,419	0,155
2301307	Araripe	0,859	0,492	0,422	0,653	0,446	0,292	0,447	0,418	0,187
2301406	Aratuba	0,872	0,469	0,409	0,646	0,435	0,281	0,306	0,409	0,125
2301505	Arneiroz	0,858	0,485	0,417	0,648	0,443	0,287	0,289	0,420	0,121
2301604	Assaré	0,812	0,477	0,387	0,687	0,463	0,318	0,387	0,416	0,161
2301703	Aurora	0,789	0,476	0,375	0,648	0,453	0,293	0,329	0,417	0,137

Continua

Continuação

Código IBGE	Município	1991			2000			2010		
		Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM
2301802	Baixio	0,734	0,476	0,349	0,492	0,438	0,215	0,196	0,403	0,079
2301851	Banabuiú	0,891	0,470	0,419	0,662	0,468	0,310	0,296	0,415	0,123
2301901	Barbalha	0,636	0,469	0,298	0,507	0,437	0,222	0,196	0,414	0,081
2301950	Barreira	0,800	0,463	0,370	0,635	0,439	0,279	0,338	0,416	0,141
2302008	Barro	0,792	0,470	0,372	0,625	0,442	0,276	0,285	0,415	0,118
2302057	Barroquinha	0,934	0,476	0,445	0,698	0,441	0,308	0,391	0,406	0,159
2302107	Baturité	0,674	0,463	0,312	0,517	0,441	0,228	0,258	0,413	0,106
2302206	Beberibe	0,855	0,460	0,393	0,613	0,443	0,271	0,278	0,416	0,115
2302305	Bela Cruz	0,894	0,492	0,440	0,679	0,462	0,314	0,354	0,420	0,149
2302404	Boa Viagem	0,834	0,474	0,396	0,632	0,445	0,281	0,388	0,421	0,163
2302503	Brejo Santo	0,699	0,468	0,327	0,543	0,447	0,243	0,240	0,415	0,100
2302602	Camocim	0,770	0,474	0,365	0,565	0,441	0,249	0,318	0,416	0,133
2302701	Campos Sales	0,779	0,482	0,375	0,600	0,453	0,272	0,320	0,408	0,131
2302800	Canindé	0,792	0,471	0,373	0,652	0,451	0,294	0,389	0,424	0,165
2302909	Capistrano	0,801	0,464	0,372	0,618	0,433	0,267	0,342	0,423	0,145
2303006	Caridade	0,842	0,476	0,401	0,608	0,454	0,276	0,394	0,427	0,168
2303105	Cariré	0,832	0,463	0,386	0,655	0,437	0,286	0,324	0,414	0,134
2303204	Caririaçu	0,810	0,486	0,393	0,627	0,444	0,278	0,334	0,422	0,141
2303303	Cariús	0,875	0,482	0,422	0,657	0,448	0,294	0,335	0,417	0,140
2303402	Carnaubal	0,883	0,485	0,428	0,629	0,447	0,281	0,302	0,411	0,124
2303501	Cascavel	0,730	0,464	0,339	0,523	0,438	0,229	0,286	0,414	0,119

Continua

Continuação

Código IBGE	Município	1991			2000			2010		
		Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM
2303600	Catarina	0,880	0,488	0,430	0,672	0,446	0,300	0,345	0,419	0,144
2303659	Catunda				0,658	0,448	0,295	0,356	0,422	0,150
2303709	Caucaia	0,556	0,452	0,252	0,412	0,427	0,176	0,218	0,409	0,089
2303808	Cedro	0,731	0,460	0,336	0,557	0,428	0,239	0,245	0,408	0,100
2303907	Chaval	0,863	0,475	0,410	0,699	0,438	0,306	0,370	0,418	0,155
2303931	Choró				0,724	0,455	0,329	0,436	0,427	0,186
2303956	Chorozinho	0,836	0,471	0,394	0,579	0,422	0,244	0,328	0,413	0,135
2304004	Coreaú	0,837	0,468	0,392	0,635	0,437	0,278	0,374	0,425	0,159
2304103	Crateús	0,720	0,468	0,337	0,535	0,434	0,232	0,292	0,418	0,122
2304202	Crato	0,549	0,461	0,253	0,394	0,437	0,172	0,184	0,407	0,075
2304236	Croatá	0,904	0,474	0,428	0,610	0,432	0,264	0,368	0,418	0,154
2304251	Cruz	0,859	0,479	0,412	0,651	0,436	0,284	0,343	0,414	0,142
2304269	Deputado Irapuan	0,915	0,468	0,429	0,591	0,429	0,253	0,294	0,416	0,122
2304277	Ererê	0,833	0,474	0,395	0,624	0,461	0,288	0,277	0,421	0,117
2304285	Eusébio	0,710	0,454	0,323	0,545	0,430	0,234	0,219	0,411	0,090
2304301	Farias Brito	0,775	0,468	0,363	0,616	0,440	0,271	0,310	0,418	0,129
2304350	Forquilha	0,784	0,475	0,372	0,473	0,436	0,206	0,252	0,410	0,103
2304400	Fortaleza	0,322	0,432	0,139	0,250	0,420	0,105	0,128	0,406	0,052
2304459	Fortim				0,553	0,424	0,234	0,231	0,417	0,096
2304509	Frecheirinha	0,815	0,481	0,392	0,629	0,453	0,285	0,342	0,422	0,144

Continua

Continuação

Código IBGE	Município	1991			2000			2010		
		Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM
2304608	General Sampaio	0,912	0,475	0,433	0,734	0,457	0,336	0,387	0,406	0,157
2304657	Graça	0,952	0,488	0,464	0,724	0,447	0,323	0,413	0,421	0,174
2304707	Granja	0,899	0,494	0,444	0,778	0,468	0,364	0,509	0,429	0,219
2304806	Granjeiro	0,891	0,472	0,420	0,750	0,487	0,365	0,308	0,407	0,125
2304905	Groaíras	0,755	0,463	0,350	0,472	0,420	0,198	0,241	0,400	0,096
2304954	Guaiúba	0,715	0,466	0,333	0,581	0,442	0,257	0,292	0,413	0,121
2305001	Guaraciaba do Norte	0,848	0,488	0,414	0,625	0,429	0,268	0,312	0,416	0,130
2305100	Guaramiranga	0,711	0,473	0,336	0,592	0,441	0,261	0,218	0,426	0,093
2305209	Hidrolândia	0,900	0,480	0,432	0,647	0,452	0,293	0,322	0,414	0,133
2305233	Horizonte	0,784	0,451	0,353	0,541	0,427	0,231	0,224	0,418	0,094
2305266	Ibaretama	0,907	0,482	0,437	0,720	0,448	0,323	0,441	0,418	0,184
2305308	Ibiapina	0,819	0,471	0,386	0,603	0,439	0,265	0,259	0,410	0,106
2305332	Ibicuitinga	0,863	0,465	0,401	0,542	0,451	0,244	0,333	0,420	0,140
2305357	Icapuí	0,734	0,439	0,322	0,418	0,439	0,184	0,205	0,401	0,082
2305407	Icó	0,788	0,468	0,369	0,607	0,443	0,269	0,338	0,415	0,140
2305506	Iguatu	0,612	0,453	0,278	0,428	0,434	0,186	0,234	0,410	0,096
2305605	Independência	0,811	0,471	0,382	0,572	0,441	0,252	0,322	0,412	0,133
2305654	Ipaporanga	0,945	0,474	0,449	0,676	0,443	0,300	0,405	0,418	0,170
2305704	Ipaumirim	0,723	0,471	0,340	0,521	0,425	0,221	0,311	0,409	0,127
2305803	Ipu	0,801	0,475	0,380	0,615	0,435	0,268	0,335	0,407	0,136
2305902	Ipueiras	0,867	0,488	0,423	0,690	0,450	0,310	0,369	0,416	0,153

Continua

Continuação

Código IBGE	Município	1991			2000			2010		
		Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM
2306009	Iracema	0,770	0,469	0,362	0,509	0,445	0,226	0,234	0,407	0,095
2306108	Irauçuba	0,811	0,484	0,393	0,664	0,452	0,300	0,395	0,430	0,170
2306207	Itaiçaba	0,601	0,440	0,265	0,455	0,429	0,195	0,227	0,401	0,091
2306256	Itaitinga				0,516	0,428	0,221	0,274	0,405	0,111
2306306	Itapajé	0,746	0,464	0,346	0,608	0,438	0,266	0,323	0,418	0,135
2306405	Itapipoca	0,801	0,471	0,377	0,635	0,445	0,283	0,299	0,412	0,123
2306504	Itapiúna	0,853	0,452	0,386	0,584	0,445	0,260	0,343	0,419	0,144
2306553	Itarema	0,901	0,479	0,431	0,754	0,455	0,344	0,386	0,417	0,161
2306603	Itatira	0,892	0,481	0,430	0,749	0,449	0,336	0,506	0,434	0,220
2306702	Jaguaretama	0,823	0,481	0,395	0,602	0,450	0,271	0,298	0,412	0,123
2306801	Jaguaribara	0,728	0,461	0,335	0,577	0,454	0,262	0,201	0,402	0,081
2306900	Jaguaribe	0,672	0,449	0,302	0,495	0,436	0,216	0,263	0,409	0,108
2307007	Jaguaruana	0,746	0,467	0,348	0,577	0,439	0,254	0,306	0,417	0,127
2307106	Jardim	0,817	0,471	0,385	0,649	0,453	0,294	0,333	0,410	0,136
2307205	Jati	0,791	0,467	0,370	0,522	0,433	0,226	0,250	0,420	0,105
2307254	Jijoca de Jericoacoara				0,670	0,449	0,301	0,292	0,409	0,120
2307304	Juazeiro do Norte	0,573	0,452	0,259	0,437	0,433	0,189	0,205	0,409	0,084
2307403	Jucás	0,888	0,487	0,433	0,671	0,439	0,294	0,367	0,415	0,152
2307502	Lavras da Mangabeira	0,755	0,469	0,354	0,578	0,442	0,255	0,345	0,416	0,143
2307601	Limoeiro do Norte	0,602	0,448	0,270	0,374	0,423	0,158	0,188	0,399	0,075
2307635	Madalena	0,864	0,472	0,408	0,631	0,444	0,280	0,378	0,415	0,157

Continua

Continuação

Código IBGE	Município	1991			2000			2010		
		Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM
2307650	Maracanaú	0,423	0,440	0,186	0,328	0,425	0,139	0,159	0,408	0,065
2307700	Maranguape	0,639	0,460	0,294	0,431	0,427	0,184	0,224	0,413	0,092
2307809	Marco	0,799	0,486	0,388	0,644	0,449	0,290	0,407	0,419	0,170
2307908	Martinópole	0,786	0,482	0,379	0,615	0,452	0,278	0,371	0,422	0,157
2308005	Massapê	0,811	0,466	0,378	0,679	0,443	0,301	0,317	0,420	0,133
2308104	Mauriti	0,832	0,490	0,407	0,650	0,459	0,298	0,306	0,420	0,128
2308203	Meruoca	0,828	0,452	0,374	0,629	0,440	0,277	0,275	0,411	0,113
2308302	Milagres	0,775	0,479	0,371	0,607	0,450	0,273	0,288	0,411	0,118
2308351	Milhã	0,762	0,459	0,350	0,524	0,423	0,222	0,282	0,417	0,118
2308377	Miraíma	0,858	0,477	0,409	0,747	0,464	0,347	0,409	0,420	0,172
2308401	Missão Velha	0,809	0,468	0,379	0,644	0,450	0,290	0,321	0,416	0,133
2308500	Mombaça	0,867	0,488	0,423	0,699	0,456	0,319	0,398	0,418	0,167
2308609	Monsenhor Tabosa	0,828	0,473	0,391	0,622	0,437	0,272	0,340	0,413	0,141
2308708	Morada Nova	0,752	0,464	0,349	0,582	0,438	0,255	0,309	0,416	0,128
2308807	Moraújo	0,799	0,476	0,380	0,635	0,440	0,279	0,313	0,404	0,126
2308906	Morrinhos	0,815	0,480	0,391	0,693	0,453	0,314	0,402	0,426	0,171
2309003	Mucambo	0,841	0,464	0,390	0,628	0,447	0,280	0,316	0,407	0,129
2309102	Mulungu	0,799	0,457	0,365	0,562	0,442	0,248	0,344	0,409	0,141
2309201	Nova Olinda	0,810	0,473	0,383	0,594	0,459	0,273	0,324	0,429	0,139
2309300	Nova Russas	0,790	0,469	0,371	0,550	0,438	0,241	0,279	0,417	0,117
2309409	Novo Oriente	0,861	0,480	0,413	0,702	0,444	0,312	0,379	0,419	0,159

Continua

Continuação

Código IBGE	Município	1991			2000			2010		
		Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM
2309458	Ocara	0,898	0,465	0,417	0,749	0,443	0,332	0,359	0,409	0,147
2309508	Orós	0,638	0,441	0,281	0,463	0,418	0,194	0,212	0,406	0,086
2309607	Pacajus	0,725	0,464	0,336	0,516	0,431	0,222	0,246	0,407	0,100
2309706	Pacatuba	0,622	0,449	0,279	0,373	0,427	0,159	0,147	0,405	0,059
2309805	Pacoti	0,795	0,463	0,369	0,587	0,423	0,248	0,265	0,414	0,110
2309904	Pacujá	0,728	0,478	0,348	0,475	0,419	0,199	0,261	0,415	0,108
2310001	Palhano	0,809	0,454	0,367	0,446	0,426	0,190	0,178	0,395	0,070
2310100	Palmácia	0,802	0,465	0,373	0,599	0,441	0,264	0,442	0,421	0,186
2310209	Paracuru	0,755	0,456	0,344	0,580	0,436	0,253	0,279	0,418	0,117
2310258	Paraipaba	0,734	0,448	0,329	0,559	0,432	0,242	0,287	0,408	0,117
2310308	Parambu	0,879	0,481	0,423	0,752	0,452	0,340	0,419	0,425	0,178
2310407	Paramoti	0,892	0,481	0,429	0,717	0,442	0,317	0,381	0,425	0,162
2310506	Pedra Branca	0,877	0,483	0,424	0,694	0,444	0,308	0,359	0,415	0,149
2310605	Penaforte	0,760	0,461	0,350	0,542	0,461	0,250	0,250	0,416	0,104
2310704	Pentecoste	0,798	0,478	0,381	0,619	0,439	0,272	0,302	0,423	0,128
2310803	Pereiro	0,855	0,480	0,411	0,551	0,425	0,234	0,334	0,411	0,137
2310852	Pindoretama	0,801	0,457	0,366	0,522	0,434	0,227	0,285	0,408	0,116
2310902	Piquet Carneiro	0,868	0,471	0,409	0,635	0,445	0,283	0,340	0,422	0,144
2310951	Pires Ferreira	0,912	0,477	0,435	0,593	0,427	0,253	0,356	0,415	0,148
2311009	Poranga	0,892	0,477	0,426	0,670	0,445	0,298	0,403	0,422	0,170
2311108	Porteiras	0,846	0,476	0,402	0,664	0,455	0,302	0,263	0,409	0,107

Continua

Continuação

Código IBGE	Município	1991			2000			2010		
		Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM
2311207	Potengi	0,775	0,472	0,366	0,709	0,449	0,318	0,397	0,410	0,163
2311231	Potiretama	0,878	0,491	0,431	0,648	0,455	0,295	0,295	0,409	0,121
2311264	Quiterianópolis	0,947	0,494	0,467	0,688	0,436	0,300	0,381	0,421	0,160
2311306	Quixadá	0,701	0,464	0,325	0,495	0,441	0,218	0,290	0,414	0,120
2311355	Quixelô	0,889	0,467	0,415	0,680	0,448	0,304	0,286	0,404	0,115
2311405	Quixeramobim	0,748	0,466	0,349	0,519	0,437	0,227	0,297	0,416	0,124
2311504	Quixeré	0,709	0,464	0,329	0,443	0,428	0,190	0,286	0,408	0,117
2311603	Redenção	0,693	0,446	0,309	0,528	0,434	0,229	0,262	0,405	0,106
2311702	Reriutaba	0,834	0,481	0,401	0,572	0,439	0,251	0,370	0,425	0,157
2311801	Russas	0,641	0,457	0,293	0,468	0,426	0,200	0,197	0,402	0,079
2311900	Saboeiro	0,882	0,483	0,426	0,758	0,457	0,346	0,408	0,420	0,172
2311959	Salitre	0,945	0,485	0,458	0,862	0,466	0,402	0,472	0,420	0,198
2312007	Santana do Acaraú	0,849	0,471	0,400	0,730	0,447	0,326	0,404	0,422	0,171
2312106	Santana do Cariri	0,787	0,485	0,381	0,669	0,462	0,309	0,344	0,420	0,145
2312205	Santa Quitéria	0,868	0,492	0,428	0,688	0,447	0,308	0,345	0,418	0,144
2312304	São Benedito	0,819	0,480	0,393	0,635	0,435	0,276	0,310	0,413	0,128
2312403	São Gonçalo do	0,830	0,466	0,387	0,558	0,438	0,244	0,231	0,405	0,094
2312502	São João do Jaguaribe	0,603	0,454	0,274	0,433	0,430	0,186	0,195	0,389	0,076
2312601	São Luís do Curu	0,729	0,467	0,341	0,548	0,434	0,238	0,317	0,417	0,132
2312700	Senador Pompeu	0,729	0,461	0,336	0,541	0,436	0,236	0,292	0,414	0,121
2312809	Senador Sá	0,869	0,469	0,407	0,669	0,437	0,292	0,301	0,404	0,122

Continua

Continuação

Código IBGE	Município	1991			2000			2010		
		Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM	Proporção de Pobres	Intensidade de Pobreza	IPM
2312908	Sobral	0,591	0,459	0,271	0,418	0,434	0,181	0,200	0,412	0,082
2313005	Solonópole	0,808	0,458	0,370	0,525	0,426	0,224	0,211	0,407	0,086
2313104	Tabuleiro do Norte	0,725	0,466	0,337	0,505	0,427	0,216	0,309	0,408	0,126
2313203	Tamboril	0,886	0,476	0,422	0,668	0,441	0,295	0,403	0,422	0,170
2313252	Tarrafas	0,931	0,479	0,446	0,714	0,447	0,319	0,398	0,420	0,167
2313302	Tauá	0,794	0,480	0,381	0,606	0,443	0,269	0,289	0,411	0,119
2313351	Tejuçuoca	0,910	0,486	0,442	0,677	0,447	0,303	0,432	0,428	0,185
2313401	Tianguá	0,795	0,473	0,376	0,608	0,438	0,266	0,278	0,410	0,114
2313500	Trairi	0,889	0,465	0,414	0,703	0,437	0,307	0,355	0,415	0,147
2313559	Tururu	0,851	0,470	0,400	0,666	0,450	0,300	0,325	0,416	0,136
2313609	Ubajara	0,816	0,467	0,381	0,557	0,434	0,242	0,258	0,398	0,103
2313708	Umari	0,808	0,466	0,376	0,564	0,439	0,248	0,374	0,423	0,158
2313757	Umirim	0,903	0,467	0,422	0,659	0,433	0,286	0,376	0,425	0,160
2313807	Uruburetama	0,757	0,478	0,362	0,545	0,433	0,236	0,312	0,404	0,126
2313906	Uruoca	0,899	0,484	0,435	0,698	0,462	0,322	0,428	0,420	0,180
2313955	Varjota	0,766	0,464	0,356	0,597	0,441	0,263	0,317	0,416	0,132
2314003	Várzea Alegre	0,786	0,466	0,366	0,551	0,437	0,241	0,292	0,416	0,122
2314102	Viçosa do Ceará	0,899	0,486	0,437	0,670	0,437	0,293	0,403	0,425	0,171

Fonte: elaboração própria.